



MANUAL DE PARTICIPAÇÃO E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
a ser realizada em 17 de abril de 2025

Índice

Mensagem da Administração	4
Manual para Participação dos Acionistas	5
Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	12
Proposta da Administração.....	15
ANEXO I	20
ANEXO II	45
ANEXO III	46
ANEXO IV	201
ANEXO V	208
ANEXO VI	209
ANEXO VII	279
ANEXO VIII	310
ANEXO IX	332
ANEXO X	350
ANEXO XI	354

Mensagem da Administração

Prezados Acionistas,

Este Manual para Participação dos Acionistas e Proposta da Administração ("Manual" e "Proposta") da **LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("LOG" ou "Companhia"), prevê esclarecimentos e orientações de voto aos nossos acionistas ("Acionistas") sobre as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, às 10:00 horas do dia 17 de abril de 2025, de modo exclusivamente digital nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I, e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital"). A fim de facilitar a análise das matérias a serem deliberadas, disponibilizamos os documentos referentes a cada matéria constante da ordem do dia na forma de anexos a este Manual e Proposta.

A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81, de modo que os Acionistas, observados os respectivos prazos e procedimentos, poderão participar e votar na Assembleia por meio de plataforma eletrônica disponibilizada pela LOG. Ressalta-se que, em virtude da realização exclusivamente digital, não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia. Além disso, também haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do boletim de voto a distância ("Boletim" ou "BVD").

Em linha com o estabelecido na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), na Resolução CVM 81 e no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente), dentre outros normativos, bem como das disposições do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), as orientações e procedimentos para participação e votação na Assembleia, assim como a data, local e matérias a serem deliberadas, estão explicitados neste documento.

Este Manual e Proposta foi preparado com o intuito de esclarecer de forma ampla e abrangente a V.Sas., o teor das matérias a serem discutidas na AGOE. Ressaltamos que as informações e orientações contidas neste Manual para Participação não substituem, alteram ou flexibilizam a regulamentação ou a legislação pertinente às assembleias gerais e à participação dos acionistas, que deverão ser cumpridas na sua integralidade.

O Departamento de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas ou questionamentos referentes ao material constante deste documento (ri@logcp.com.br).

Cordialmente,

Conselho de Administração
LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Manual para Participação dos Acionistas

Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Com vistas a orientar os Acionistas, a Companhia disponibilizou este Manual, contendo o procedimento para participação na Assembleia Geral a ser realizada, em primeira convocação, em 17 de abril de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §2º, inciso II e §3º da Resolução CVM 81, através da Plataforma Digital.

A Administração ressalta que o formato escolhido para a realização da AGOE visa permitir uma maior participação dos Acionistas, que poderão participar e votar da Assembleia independentemente de sua localização geográfica, o que é de grande valia para a Companhia, que conta com acionistas estrangeiros em sua base acionária. Dessa forma, a Companhia visa proporcionar, nesta Assembleia, que compreende temas que não costumam demandar debates extensos, tratamento equitativo entre os Acionistas, uma maior interação entre eles, além de um engajamento mais efetivo. Com essa maior acessibilidade à AGOE, associada ao uso de recursos tecnológicos eficientes e ao prévio planejamento dos aspectos operacionais da assembleia, a Companhia busca reduzir os custos operacionais e de organização incorridos pela Companhia no processo de tomada de decisões.

A Companhia ressalta que os demais formatos de assembleia poderão se demonstrar mais adequados em outras ocasiões, conforme o caso.

Desse modo, poderão participar da AGOE todos os Acionistas titulares de ações de emissão da Companhia, desde que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade e respectiva participação acionária, na forma do art. 126 da Lei das S.A. Os Acionistas poderão, ainda: (i) participar e votar na AGOE por meio da Plataforma Digital a ser disponibilizada pela LOG, conforme detalhado no Edital de Convocação e neste Manual; ou (ii) votar nas matérias da AGOE por meio do envio do Boletim, nos termos da Resolução CVM 81.

Visando facilitar a participação dos acionistas na AGOE, a Companhia informa que dispensará o reconhecimento de firma e a apresentação de cópias autenticadas dos documentos de identidade. A Companhia ressalta, contudo, que documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.

Os tópicos seguintes descrevem os procedimentos a serem observados pelos acionistas e os documentos a serem apresentados para a sua participação na AGOE.

Participação por meio de plataforma digital

Conforme permitido pela Lei das S.A. e pela Resolução CVM 81, os Acionistas poderão participar da AGOE por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira votar na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas.

Os Acionistas que optarem por participar da AGOE por meio de plataforma digital, deverão realizar o credenciamento por meio do link (<https://assembleia.ten.com.br/608686245>), com no mínimo, 02 dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE (impreterivelmente, até **15 de abril de 2025**), cadastrando, no mesmo momento, as cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

Pessoas Físicas	<ul style="list-style-type: none">Documento de identidade com foto do acionista.
Pessoas Jurídicas	<ul style="list-style-type: none">Último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores.

	<ul style="list-style-type: none"> • Demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo. • Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.
Fundos de Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Último regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). • Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação e exercício do direito de voto do fundo. • Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.

Após a análise dos documentos pela Companhia, o Acionista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização.

O acesso à Assembleia via Plataforma Digital estará restrito aos Acionistas ou seus representantes legais ou procuradores que se credenciarem nos termos da presente Proposta.

A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81.

As orientações sobre acesso à Plataforma Digital e lembretes sobre as regras de conduta a serem adotadas na Assembleia serão enviadas oportunamente para cada Acionista ou procurador. Tais informações e orientações serão encaminhadas exclusivamente para o endereço de e-mail informado no cadastro.

Não obstante, a Companhia informa ainda que, 1 dia antes da Assembleia, será enviado um lembrete acerca da realização da AGOE. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação não receba, da Companhia, o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (ou seja, até as **10:00 horas do dia 16 de abril de 2025**) ou caso haja qualquer dificuldade de acesso, o Acionista deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail (ri@logcp.com.br) em qualquer cenário, antes das **09:00 horas do dia 17 de abril de 2025**, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

O Acionista que participar por meio da Plataforma Digital será considerado presente à AGOE, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata da AGOE, nos termos do artigo 47, §1º da Resolução CVM 81.

A Companhia destaca que o login e a senha de acesso, entre outras informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, são únicas e intransferíveis, assumindo o Acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhes forem transmitidas pela Companhia nos termos deste Manual. Dessa forma, os Acionistas se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia; (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia.

Em antecipação às informações de acesso que serão enviadas por e-mail ao Acionista devidamente cadastrado, conforme acima descrito, a Companhia solicita que o acesso à Plataforma Digital ocorra por videoconferência (modalidade em que o Acionista poderá assistir à Assembleia e se manifestar por voz e com vídeo) a fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exceto se o Acionista for instado, por qualquer motivo, a desligar a funcionalidade de vídeo da Plataforma Digital. Solicita, ainda, com o objetivo de manter o bom andamento da AGOE, que os Acionistas respeitem eventual tempo

máximo que poderá ser estabelecido pela Companhia para a manifestação do respectivo Acionista após a sua solicitação de manifestação e a abertura do áudio pela Companhia.

Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 10mb (banda mínima de 30mps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio dos navegadores Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que outros navegadores, dentre os quais Mozilla Firefox ou Safari do Sistema IOS, não são compatíveis com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o Acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital.

A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do Acionista na AGOE.

Durante a realização da Assembleia, os Acionistas terão seus microfones colocados em mudo e suas câmeras desligadas, a fim evitar instabilidade na conexão e melhorar a qualidade de som. Após a exposição sobre cada matéria constante da Ordem do Dia, o Acionista que queira se manifestar deverá solicitar a palavra pelo Chat/Bate-papo da Plataforma Digital para ser elegível a tal pedido, de forma que, na ordem em que forem recebidos pela mesa, seja dada a palavra a tal acionista, através da abertura do áudio. Com o objetivo de manter o bom andamento da Assembleia, poderá ser estabelecido um tempo máximo para a manifestação de cada Acionista.

O Acionista que quiser fazer uso da palavra para realizar manifestação sobre qualquer assunto não relacionado à Ordem do Dia da Assembleia deve utilizar os canais usuais de contato com a LOG, por meio do Departamento de Relações com Investidores (ri@logcp.com.br).

A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Digital (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da AGOE, acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para o seu início a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas que dela se utilizem.

Orientações para participação por meio de procurador

O Acionista que seja pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (<https://assembleia.ten.com.br/608686245>) e apresentar:

- cópia do documento de identificação com foto do procurador;
- instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., observado que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 ano; e
- documentos comprobatórios da regularidade da representação do Acionista pelos signatários das procurações.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), não há necessidade do procurador de pessoa jurídica ser Acionista, administrador da Companhia ou advogado. O procurador receberá um e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada Acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos.

O Acionista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento, por sua vez, poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.

As procurações devem ser outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1.º e §2.º do Código Civil (Lei nº 10.406/02), deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, dispensado o reconhecimento da firma do outorgante.

Para mais informações sobre o cadastro do procurador e dos Acionistas por ele representados, vide o “Manual da Plataforma de Assembleia” disponibilizado pela Plataforma Digital no link (<https://assembleia.ten.com.br/608686245>).

Participação por meio de Boletim de Voto a Distância

O acionista poderá também participar da AGOE por meio do voto a distância, das seguintes formas:

- (i) envio de instruções de preenchimento do Boletim de Voto a Distância diretamente para o escriturador das ações de emissão da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM;
- (ii) envio de instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à B3, no caso de acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou
- (iii) envio do Boletim de Voto a Distância devidamente preenchido diretamente à LOG.

O Boletim de Voto a Distância para participação da AGOE encontra-se disponível nos endereços eletrônicos da B3 (b3.com.br), da CVM (cvm.gov.br) e da Companhia (<https://ri.logcp.com.br/>).

Envio por intermédio de prestadores de serviços e do escriturador das ações da LOG

O Acionista que optar por exercer o seu voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia, ou para a instituição escrituradora das ações da LOG, até 4 dias antes da realização da AGOE, ou seja, **até 13 de abril de 2025 (inclusive)**, salvo se prazo diverso for estabelecido por tais prestadores de serviços.

Os Acionistas deverão entrar em contato com o prestador de serviço para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos Acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

A Companhia esclarece que serão **desconsideradas** as instruções de voto conflitantes, assim entendidas aquelas provenientes de um mesmo Acionista que em relação a uma mesma deliberação tenha votado em sentido distinto em Boletim entregue por prestadores de serviços diferentes.

Envio por intermédio dos agentes de custódia ou diretamente à B3

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras (“**Agentes de Custódia**”) na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos Acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantém suas posições em custódia, ou diretamente à Central Depositária da B3, por meio do canal “B3 Investidor”.

O Acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esse último, que, na sequência, encaminhará tais manifestações de voto à Central Depositária da B3, ou diretamente à Central Depositária da B3, por meio do canal “B3 Investidor”, a critério do Acionista.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim é facultativa para os Agentes de Custódia, recomendamos que o Acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para recebimento e emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

A Companhia informa que, caso o respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância, o Acionista terá a opção de enviar seu Boletim e documentos aplicáveis diretamente ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou à própria Companhia, conforme descrito acima. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os Acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia.

No caso de Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador das ações de emissão da Companhia e outra parte no agente de custódia do respectivo Acionista), as instruções de voto deverão ser enviadas para apenas uma dessas instituições, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do investidor.

Nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81, o Acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus Agentes de Custódia até 4 dias antes da data de realização da AGOE, ou seja, **até 13 de abril de 2025, inclusive**, salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia ou pela B3. Os Agentes de Custódia encaminharão as manifestações de voto por eles recebidas à Central Depositária da B3 que, por sua vez, gerará um mapa de votação a ser enviado ao escriturador da Companhia.

Conforme determinado pela Resolução CVM 81, a Central Depositária, ao receber os votos dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais votos divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Adicionalmente, o escriturador desconsiderará eventuais votos divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidos pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Envio direto à LOG

O Acionista que optar por enviar o Boletim diretamente à Companhia deverá encaminhar cópias digitalizadas dos documentos de identidade, de comprovação de poderes e de titularidade de suas ações descritos no item acima.

Recomendamos aos Acionistas que optarem por enviar o boletim diretamente à Companhia, que o façam por e-mail para ri@logcp.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento.

O Boletim, acompanhado da respectiva documentação, deverá ser recebido pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, até 4 dias antes da data de realização da AGOE, ou seja, **até 13 de abril de 2025 (inclusive)**. Eventuais Boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados.

Para que o Boletim seja considerado válido é imprescindível que (i) seus campos estejam devidamente preenchidos; (ii) ao final, o Acionista ou seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente, assine o boletim. A Companhia esclarece, ainda, que aceitará Boletins assinados de forma eletrônica e recomenda que todas as páginas do Boletim enviado sejam devidamente rubricadas.

Uma vez recebido os Boletins e os documentos que os acompanham, a Companhia comunicará o Acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo Acionista no Boletim preenchido enviado à Companhia, acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos do artigo 46 da Resolução CVM 81.

A Companhia esclarece que não há necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do

Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola para representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples em arquivo (.pdf) das vias originais de tais documentos.

Conforme disposição do artigo 27 da Resolução CVM 81, os Boletins e demais documentos comprobatórios serão recebidos até 4 dias antes da data de realização da Assembleia, de modo que eventuais Boletins recepcionados pela Companhia após 13 de abril de 2025 serão desconsiderados. A Companhia comunicará o Acionista, nos termos do artigo 46 da Resolução CVM 81, em até 3 dias da data de recebimento do Boletim e respectiva documentação exigida, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Caso o Boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, será desconsiderado e o Acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado no Boletim.

Durante o prazo de votação a distância, o Acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes julgar necessário, prevalecendo aquela da qual constar, validamente, a data mais próxima à data de realização da AGOE.

Quórum de Instalação

A instalação da Assembleia Geral Ordinária, bem como da Assembleia Geral Extraordinária para a deliberação do 2º item da ordem do dia, se dará, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital com 8 dias de antecedência, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

Já a instalação da Assembleia Geral Extraordinária para a deliberação sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia e para a sua consolidação, nos termos do 1º item da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, se dará, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 2/3 do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital com 8 dias de antecedência, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

Nos termos do art. 47 da Resolução CVM 81, são considerados presentes na Assembleia os Acionistas (i) que a ela compareçam fisicamente ou que nela se façam representar; (ii) cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela companhia; ou (iii) que tenha registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância, caso este seja disponibilizado pela companhia.

Considerando que a assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, o comparecimento físico a que se refere o item “i” acima não se aplica.

Quórum de Deliberação

As deliberações da AGOE, nos termos do artigo 129 da Lei das S.A., serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Adicionalmente, caso a data de realização da Assembleia seja adiada justificadamente pela Companhia, ou na hipótese de segunda convocação: (i) as instruções de voto recebidas por meio do respectivo Boletim devem ser consideradas normalmente para as matérias que deem ensejo à segunda convocação, desde que tal adiamento não ultrapasse 30 dias da data em que originalmente se realizaria a assembleia e o conteúdo do Boletim não tenha sido alterado; ou (ii) a Companhia deve reiniciar o processo de entrega do Boletim e coleta de instruções de voto, caso tal adiamento ultrapasse 30 dias da data em que originalmente se realizaria a assembleia ou caso o conteúdo do boletim de voto a distância tenha sido alterado.

Orientações finais

Não poderá participar da AGOE o Acionista que não apresentar, em conformidade com os prazos e procedimentos descritos acima, os documentos apropriados para a verificação de sua identidade e respectiva posição acionária, conforme indicados nos itens acima.

O Acionista que optar por votar a distância será considerado presente para todos os efeitos da Lei das S.A., desde que o respectivo Boletim seja considerado válido pela Companhia.

A instrução de voto proveniente de um mesmo Acionista será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, conforme o caso, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo agente escriturador.

Caso haja divergência entre as informações constantes de eventual Boletim enviado diretamente à Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo escriturador em relação a um mesmo Acionista, a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo agente escriturador prevalecerá, sendo desconsiderado o referido Boletim recebido pela Companhia.

Também serão desconsideradas, pela mesa da AGOE, instruções de voto a distância de Acionistas ou representantes de Acionistas que, participando a distância da AGOE, solicitarem exercer o voto pessoalmente.

Após cadastrado, o Acionista ou procurador terá um ambiente virtual, denominado “Painel de Representantes”, que também é acessado através do Endereço Eletrônico do Evento. Nesse ambiente ele pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações, ao acessar com o login e senha previamente cadastrado.

O envio de Boletins enviados (i) por meio de agentes de custódia que prestem esse serviço ou diretamente à B3, no caso dos Acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (ii) ao escriturador das ações da Companhia; ou, ainda, (iii) diretamente à Companhia, dispensam a necessidade de credenciamento prévio. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no Boletim.

O acesso à Assembleia será restrito aos Acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo fixado neste Manual para Participação. Ainda que o Acionista tenha seu cadastro aprovado pela Companhia, caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia, ele não conseguirá acessar o ambiente da Assembleia.

O acionista que desejar fazer questionamentos, dirimir quaisquer dúvidas ou obter informações adicionais sobre os procedimentos para participação na AGOE, poderá fazê-lo entrando em contato com o Departamento de Relações com Investidores da LOG, por meio do e-mail: ri@logcp.com.br.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, às 10:00 horas do dia 17 de abril de 2025, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e §3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), através da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária

- (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas dos relatórios e pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital da Companhia e sobre a proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (iii) Determinar o número de assentos do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o próximo mandato;
- (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (v) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal e a fixação do número de assentos do Conselho Fiscal da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (vi) Caso instalado, eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
- (vii) Fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal, caso instalado, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em Assembleia Geral Extraordinária

- (i) Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a implementar melhorias de governança e adequá-lo à evolução do atual modelo de negócio da Companhia e novas disposições legais e regulamentares aplicáveis à Companhia; e
- (ii) Deliberar sobre a criação do novo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações da Companhia.

Informações Gerais:

1. Informações para participação e votação na AGOE: Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGOE e às regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e/ou envio do Boletim de Voto a Distância (“Boletim” ou “BVD”), nos termos da Resolução CVM 81, constam do Manual de Participação (“Manual”) e da Proposta da Administração da Companhia (“Proposta”), que, assim como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGOE, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na forma prevista na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81, nos *websites* da Companhia (ri.logcp.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm).

2. Participação dos Acionistas na AGOE: A participação dos acionistas na AGOE poderá ser pessoal, por si próprio ou por meio de representante legal, ou por meio de procurador devidamente constituído, observado o disposto no art. 126 da Lei das S.A. e no Manual.

A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, nos termos da Resolução CVM 81 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta razão pela qual a participação dos acionistas somente poderá ocorrer:

- i. via Boletim, o qual poderá ser enviado até **13 de abril de 2025**, por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador, depositário central ou diretamente à Companhia, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim e do Manual, que podem ser acessados nos endereços eletrônicos da Companhia (ri.logcp.com.br), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (www.b3.com.br); ou
- ii. via Plataforma Digital, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista ou seu procurador devidamente constituído poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira votar na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio do Boletim serão desconsideradas.

Os acionistas que optarem por participar da AGOE por meio da plataforma eletrônica deverão realizar o credenciamento através do link (<https://assembleia.ten.com.br/608686245>), com no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE (impreterivelmente, até **15 de abril de 2025**), devidamente acompanhado das cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

Pessoas Físicas	<ul style="list-style-type: none">• Documento de identidade com foto do acionista.
Pessoas Jurídicas	<ul style="list-style-type: none">• Último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores.• Demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo.• Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.
Fundos de Investimentos	<ul style="list-style-type: none">• Último regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente).• Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto

	<p>do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação e exercício do direito de voto do fundo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.
--	---

O acesso à AGOE será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo fixado neste Edital de Convocação. Ainda que o acionista tenha seu cadastro aprovado pela Companhia, caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia, ele não conseguirá acessar o ambiente da AGOE.

- Votação por meio de Boletim:** Os acionistas que decidirem apenas votar da AGOE por meio do envio dos seus respectivos Boletins (i) aos agentes de custódia que prestem esse serviço ou diretamente à B3, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (ii) ao escriturador das ações da Companhia; ou, ainda, (iii) diretamente à Companhia, serão considerados presentes para todos os efeitos da regulamentação aplicável, desde que seus Boletins sejam considerados válidos pela Companhia, e não precisarão se credenciar previamente para terem seus votos considerados. No entanto, os acionistas que tiverem encaminhado seus votos por meio dos respectivos BVD mas desejarem, ainda assim, participar da AGOE, deverão seguir os procedimentos de credenciamento informados ao longo do presente item. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no Boletim.
- Documentos de representação dos Acionistas:** Visando facilitar a participação dos acionistas da AGOE, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma e a apresentação de cópias autenticadas dos documentos de identidade. Os documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.
- Voto Múltiplo:** Nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 70”), o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 horas antes da AGOE, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das S.A.
- Instalação do Conselho Fiscal:** Nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81 e da Resolução CVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante para requerer a instalação do Conselho Fiscal da Companhia é de 2%.

Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio do e-mail: ri@logcp.com.br.

Belo Horizonte, 18 de março de 2025.

Rubens Menin Teixeira de Souza

Presidente do Conselho de Administração

Proposta da Administração

Prezados Acionistas,

Em atenção ao disposto nos termos da Lei das S.A. e da Resolução CVM 81, a Administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas. a Proposta a seguir, contendo as informações e documentos relativos aos assuntos a serem deliberados na AGOE:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Examinar, discutir e deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas dos relatórios e pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Administração propõe aos Acionistas da Companhia a aprovação das contas dos administradores, do relatório da administração e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas dos relatórios e pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal da Companhia ("Demonstrações Financeiras"), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Vale notar que: (i) os comentários dos diretores acerca da situação financeira da Companhia, nos termos da Seção 2 do Formulário de Referência, conforme prevê o inciso III do artigo 10 da Resolução CVM 81 estão dispostos no **Anexo I** à presente Proposta; (ii) as Demonstrações Financeiras foram devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), em reunião realizada no dia 5 de fevereiro de 2025; (iii) a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das Demonstrações Financeiras; e (iv) o Comitê de Auditoria manifestou-se favoravelmente à aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

A Administração recomenda aos Acionistas que examinem detalhadamente as Demonstrações Financeiras, juntamente com os comentários dos diretores constantes no **Anexo I** desta Proposta, e, caso necessário, esclareçam previamente suas dúvidas, a fim de deliberarem sobre sua aprovação.

As Demonstrações Financeiras foram devidamente disponibilizadas à consulta dos Acionistas na Sede da Companhia e nas páginas de Relações com Investidores da Companhia (ri.logcp.com.br), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (www.b3.com.br).

2. Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital da Companhia e sobre a proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Administração da Companhia propõe aos Acionistas a aprovação do orçamento de capital da Companhia, conforme artigo 196 da Lei das S.A., no montante de R\$176.219.982,09.

Dessa forma, de acordo com o disposto no artigo 27, §1º, inciso IV da Resolução CVM 80, a Companhia informa aos Acionistas que a proposta de orçamento de capital preparada pela Administração, está prevista no **Anexo II** desta Proposta.

Adicionalmente, a Administração da Companhia propõe aos Acionistas a proposta para destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 343.389.454,83, da seguinte forma:

- (i) R\$ 17.169.472,74, equivalentes a 5% do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, serão destinados à de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A. e do artigo 37, §2º do Estatuto Social da Companhia;

- (ii) R\$ 150.000.000,00, equivalentes a 46% do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, correspondente a R\$ 1,71767192290 por ação ordinária, foram distribuídos aos Acionistas a título de dividendos, destacando-se que o referido valor foi integralmente antecipado como dividendos intermediários imputado ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 5 de dezembro de 2024 e pago aos Acionistas em 17 de dezembro de 2024, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. e dos artigos 36, §2º e 37, §3º do Estatuto Social da Companhia; e
- (iii) R\$ 176.219.982,09, serão destinados para a reserva de retenção de lucros para a constituição do orçamento de capital da Companhia.

Para maiores informações sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, vide o **Anexo III** à presente Proposta, que contempla informações nos termos do Anexo A da Resolução CVM 81.

3. Determinar o número de assentos do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o próximo mandato.

Nos termos do *caput* do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 9 membros efetivos e por, no mínimo, 1 e, no máximo, 9 membros suplentes, todos com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Adicionalmente, nos termos do parágrafo 1º do referido artigo, o Conselho de Administração deve ser composto, em sua maioria por membros externos e por, no mínimo, 2 ou 20%, o que for maior, de conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

Dessa forma, para compor o Conselho de Administração no próximo mandato, observada a alteração proposta na composição do Conselho de Administração descrita no item 1 da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia¹, a Administração propõe a fixação do número de membros do Conselho de Administração em 7 membros efetivos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.

4. Eleger os membros do Conselho de Administração.

Considerando o número de membros do Conselho de Administração a ser deliberado acima, a Administração indica abaixo os candidatos a membros do Conselho de Administração, os quais, se eleitos, cumprirão mandato até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026:

Candidato	Cargo
Rubens Menin Teixeira de Souza	Membro Efetivo do Conselho de Administração
Leonardo Guimarães Corrêa	Membro Efetivo do Conselho de Administração
Matias Rotella	Membro Efetivo do Conselho de Administração
Marcelo Martins Patrus	Membro Efetivo do Conselho de Administração
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão	Membro Efetivo do Conselho de Administração
Matheus Gasparotto Candido	Membro Independente do Conselho de Administração
Carlos Wagner Firetti	Membro Independente do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, mediante a verificação da aderência, pelos candidatos ao Conselho de Administração, à Política de Indicação de Administradores da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em

¹ A Administração da Companhia propõe a exclusão da figura dos membros suplentes no Conselho de Administração visando reestruturar o órgão para atender a complexidade da estrutura de negócios da Companhia. Para maiores informações sobre a alteração proposta, vide item 1 da Assembleia Geral Extraordinária e o Anexo VII à esta Proposta.

9 de setembro de 2021 (“Política de Indicação”), avaliou as indicações e confirmou que os conselheiros indicados observam os critérios estabelecidos na Política de Indicação, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração indicados poderão ser eleitos por votação majoritária, sendo a proposta desta Administração que tal eleição ocorra por chapa. A adoção da votação por voto múltiplo ocorrerá caso Acionistas representando ao menos 5% do capital social da Companhia a requererem com 48 horas de antecedência da AGOE, conforme estabelecido na Lei das S.A. Na hipótese de adoção do procedimento de voto múltiplo, será informado, no momento da própria AGOE, o número de votos necessários para garantir a eleição de ao menos um membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos Acionistas participantes. Serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos forem os assentos a serem preenchidos no Conselho de Administração pelo procedimento de voto múltiplo, podendo cada Acionista alocar livremente seus votos entre os candidatos, e sendo eleitos os candidatos que receberem o maior número de votos. Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada Acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

Ainda com relação à eleição de conselheiros de administração pelos Acionistas não controladores, ressalta-se que, nos termos da decisão tomada pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 11 de abril de 2006, que manteve a interpretação do artigo 141, § 5º da Lei das S.A., dada na reunião de 8 de novembro de 2005 (Processo CVM RJ/2005/5664), nos casos em que a Companhia somente tenha emitido ações com direito a voto, terão direito de eleger e destituir apenas um membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia Geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares que detenham pelo menos 10% do total de ações com direito a voto.

Os Acionistas somente poderão participar do processo de votação em separado com as ações detidas de forma ininterrupta durante o período de 3 meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da AGOE.

Com relação a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como membros independentes, a Administração da Companhia ressalta que, nos termos do artigo 7 do Anexo K da Resolução CVM 80, do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado e do artigo 17, §1º do Estatuto Social da Companhia, tal ato deve ser objeto de deliberação pela Assembleia da Companhia, que poderá basear sua decisão na declaração, encaminhada pelo indicado a conselheiro independente ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento como conselheiro independente e na manifestação do Conselho de Administração da Companhia quanto ao enquadramento ou não enquadramento dos candidatos aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e na Resolução CVM 80.

Os Srs. **Matheus Gasparotto Candido** e **Carlos Wagner Firetti**, foram indicados como conselheiros independentes e encaminharam as declarações atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e no Anexo K da Resolução CVM 80.

O Conselho de Administração realizou uma análise prévia quanto ao cumprimento dos requisitos aplicáveis para a caracterização da independência dos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração e entende que eles estão devidamente enquadrados nos critérios de independência e propôs sua indicação para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia..

Considerando o exposto acima, a Administração recomenda aos Acionistas que aprovem, no âmbito da AGO, a eleição dos candidatos a membros do Conselho de Administração, bem como o enquadramento dos Srs. **Matheus Gasparotto Candido** e **Carlos Wagner Firetti** como candidatos a membros independentes do referido órgão.

As informações requeridas no artigo 11 da Resolução CVM 81 relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração, se encontram no **Anexo IV** da presente Proposta e estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia, nos *websites* da Companhia (ri.logcp.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

5. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal e a fixação do número de assentos do Conselho Fiscal da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas relativas ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos do caput do artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal, se instalado, será composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Dessa forma, se o Conselho Fiscal for instalado, a Administração recomenda aos acionistas a eleição de 3 membros efetivos e respectivos suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025.

6. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas relativas ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025.

Considerando o número de membros do Conselho Fiscal a ser deliberado acima, a Administração da Companhia indicou os seguintes candidatos para o Conselho Fiscal:

Membro Efetivo	Suplente
Thiago da Costa e Silva Lott	Lucas Wanderley de Freitas
Paulino Ferreira Leite	Patrícia Bolina Pellini
Sicomar Benigno de Araújo Soares	Marcos Villela Vieira

As informações requeridas no artigo 11 da Resolução CVM 81 relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho Fiscal, se encontram no **Anexo IV** da presente Proposta e estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia, nos *websites* da Companhia (ri.logcp.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

7. Fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Administração propõe aos Acionistas que a remuneração global para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 seja de até R\$ 18.852.000,00. Tal valor engloba benefícios aplicáveis, líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador, conforme manifestação do Colegiado da CVM em reunião realizada em 8.12.2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-10) refletida no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.

A diferença entre a remuneração global proposta para 2025 e a remuneração proposta em 2024 deve-se, principalmente, a atualização monetária e à adequação da estrutura organizacional da Companhia, que a Administração entende ser a mais adequada para atingir os seus objetivos estratégicos.

A Administração ressalta, ainda, que a variação entre o valor da remuneração global proposto para o exercício social de 2024, no montante de R\$ 16.894.000,00, e o valor efetivamente realizado ao longo do referido exercício social, no montante de R\$ 16.182.063,63, foi mínima.

Ademais, caso instalado o Conselho Fiscal, a Administração propõe a aprovação da remuneração individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal, em montante correspondente a 10% da remuneração média atribuída aos Diretores estatutários da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros), conforme previsto no § 3º do artigo 162 da Lei das S.A.

A Administração da Companhia apresenta as informações relacionadas à remuneração dos Administradores da Companhia, conforme artigo 13 da Resolução CVM 81, e nos termos dos **Anexos V e VI** à presente Proposta e estão disponíveis a partir

desta data na sede da Companhia, nos *websites* da Companhia (ri.logcp.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a implementar melhorias de governança e adequá-lo à evolução do atual modelo de negócio da Companhia e novas disposições legais e regulamentares aplicáveis à Companhia.

A Administração propõe aos Acionistas a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a implementar melhorias de governança e adequá-lo à evolução do atual modelo de negócio da Companhia, bem como refletir novas disposições legais e regulamentares aplicáveis à Companhia.

A Administração ressalta que as alterações propostas ao longo do Estatuto Social não produzem efeitos econômicos, tampouco ensejam direito de recesso aos acionistas da Companhia em decorrência da alteração do objeto social. A redação proposta apenas visa incorporar, ao objeto social da Companhia, a atividade, já exercida pela LOG, de intermediação no fornecimento de bens e serviços no segmento imobiliário comercial, sem qualquer desnaturação ou alteração substancial da atividade-fim desenvolvida pela Companhia.

Em atendimento ao disposto no artigo 12 da Resolução CVM 81, o **Anexo VII** à presente Proposta contém um quadro comparativo, incluindo a redação atual, redação proposta e a justificativa das alterações do Estatuto Social da Companhia.

Além disso, para fácil referência e melhor visualização e contextualização das alterações ora propostas, também se encontram nos **Anexo VIII** e **Anexo IX** à presente Proposta as versões marcada e limpa, respectivamente, do Estatuto Social da Companhia consolidando as alterações propostas. Os referidos anexos estão disponíveis para consulta dos Acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu *website* (<https://ri.logcp.com.br>), bem como nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

2. Deliberar sobre a criação do novo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Arelados a Ações.

A Administração propõe aos Acionistas a aprovação de um novo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Arelados a Ações (“Plano”), nos termos do Plano anexo a esta Proposta.

O Plano visa **(i)** por meio dos Programas de Ações e Incentivo Arelado a Ações a serem instituídos pelo Conselho de Administração: (a) incentivar o sentimento de “dono” da Companhia nos beneficiários; (b) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos da Companhia; e (c) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de competências dos Beneficiários, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia; e **(ii)** por meio dos programas de opções de compra de ações a serem instituídos pelo Conselho de Administração: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia (e de suas subsidiárias) e o maior alinhamento dos Beneficiários, na qualidade de acionistas da Companhia; e (b) promover os interesses da Companhia, mediante o comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

As informações necessárias para aprovação da criação do novo Plano, em atendimento ao artigo 14 e ao Anexo B à Resolução CVM 81, contendo a identificação de suas características do Plano, são apresentadas no **Anexo X**. Além disso, a Administração recomenda a leitura do **Anexo XI**, que contém a minuta do Plano a ser apreciada pelos Acionistas.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(conforme artigo 10, inciso II da Resolução CVM 81)

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir com as suas obrigações de curto e longo prazo.

A geração de caixa das atividades de locação, somada ao recebimento das vendas dos ativos durante o ano, permite que a Log tenha recursos suficientes para seguir com os investimentos previstos no *Capex* para seu crescimento, mantendo a estabilidade do balanço.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reportou um caixa de R\$ 761,3 milhões. Além disso, a Companhia possui recebíveis das vendas de ativos no montante de R\$ 905,4 milhões. O valor de empréstimos e financiamentos da Companhia, em 2024, era de R\$ 2,1 bilhões. As debêntures e CRIs representavam R\$ 1,9 bilhão (ativo circulante e não circulante).

Com os valores recebíveis das vendas, a dívida líquida da Companhia alcançou R\$ 399,5 milhões. A evolução desse saldo é decorrente do *Capex* de R\$ 819 milhões em 2024 destinado às seguintes obras: LOG Juiz de Fora, LOG Barreiro, LOG Contagem IV, LOG Salvador, LOG Recife II, LOG Ribeirão Preto, LOG Natal, LOG Fortaleza III, LOG Campo Grande, LOG São Bernardo do Campo, LOG Cuiabá, LOG São José dos Pinhais II, LOG João Pessoa e LOG Goiânia III.

b) estrutura de capital

Os Diretores da Companhia acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou, nos períodos indicados, uma estrutura equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente e eficiente, em sua visão, com suas atividades.

A redução no PL se deve a recompra de ações, com desconto superior a 40% do NAV, mantendo um equilíbrio entre expansão, geração de valor e solidez financeira. O aumento do passivo, se deve principalmente ao aumento de empréstimos e financiamentos e adiantamento de cliente, referente a venda de ativo em obra.

(em milhares de R\$, exceto %)	31 de dezembro de 2024	AV
Passivo total	3.168.826	46,78%
Patrimônio líquido	3.605.375	53,22%
Somatório do passivo total e do patrimônio líquido	6.774.201	100,00%

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração entende que a Companhia possui condições financeiras sólidas para honrar com seus compromissos assumidos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as vendas da Companhia totalizaram, aproximadamente, R\$ 1,5 bilhão, correspondendo a cerca de 70% do saldo da sua Dívida Bruta. Além disso, o desempenho operacional (EBITDA) da Companhia manteve-se alinhado ao registrado em 2023, refletindo a consistência dos seus resultados.

A Companhia também apresenta indicadores operacionais robustos, incluindo a menor vacância estabilizada da sua história (0,65%) e inadimplência líquida controlada em 0,57%.

Outro ponto relevante é a redução de 19% na dívida líquida ajustada em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 399,51 milhões (considerando os recebíveis das vendas de ativos), com um custo efetivo de CDI+1,55%. Esse cenário reforça o sólido perfil de crédito da Companhia, reconhecido pelas principais agências de rating e instituições financeiras do país.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia foram: (i) o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais, (ii) a emissão de debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) no mercado local, (iii) o saldo de caixa e equivalentes e aplicações financeiras, e (iv) a reciclagem de ativos.

Essas fontes de financiamento foram utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação dos negócios; (ii) investimento em novos empreendimentos, expansão dos empreendimentos existentes, e manutenção do portfólio entregue; (iii) exigências de pagamentos decorrentes da emissão de debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI); (iv) pagamento de dividendos; e (v) recompra de ações.

A Companhia acredita que essas fontes de financiamento foram adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores da Companhia não vislumbram necessidades de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Para cobertura de futura deficiência de liquidez, a Companhia poderá acessar diversas linhas de crédito, a exemplo das fontes que vem sendo utilizadas. Caso necessário, a Companhia poderá utilizar como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes: (i) geração de caixa operacional; (ii) linhas de financiamento de projetos; (iii) acesso ao mercado local de capitais de renda fixa através de debêntures e/ou certificados de recebíveis imobiliários (CRI); (iv) desinvestimento parcial ou integral de ativos; (v) ofertas públicas e/ou privadas de distribuição primária mediante a emissão de novas ações; e (vi) aumento de capital social por subscrição privada de ações.

Para maiores informações sobre as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e suas características, vide item 2.1 (f) abaixo.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$ 2.066.202.000,00 em contratos de empréstimos vigentes. A descrição abaixo apresenta os contratos relevantes da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Debêntures

16ª Emissão:

Em 18 de março de 2019, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 16ª emissão de debêntures, para colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no montante de R\$100 milhões, com vencimento em 24 de março de 2025. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário, a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), correspondentes a 108% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 16ª emissão era de R\$9,4 milhões.

19ª Emissão:

Em 06 de setembro de 2021, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 19ª emissão de debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para colocação privada, no montante de R\$450 milhões, com vencimento em 13 de setembro de 2028. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme prevista na Escritura, correspondentes a 5,5212% ao ano, base 252 dias úteis. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 19ª emissão era de R\$513,3 milhões.

20ª Emissão:

Em 17 de março de 2022, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 20ª emissão de debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para colocação privada, no montante de R\$300 milhões, com vencimento em 11 de março de 2027 (primeira série) e 13 de março de 2029 (segunda série). As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento da remuneração das debêntures da primeira série imediatamente anterior (inclusive), correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 20ª emissão era de R\$316,7 milhões.

21ª Emissão:

Em 15 de junho de 2022, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 21ª emissão de debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$400 milhões, com vencimento em 11 de julho de 2027. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, a partir da primeira data de início da rentabilidade ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 21ª emissão era de R\$423,3 milhões.

22ª Emissão:

Em 26 de junho de 2023, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 22ª emissão de debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$250 milhões, com vencimento em 22 de junho de 2028. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, a partir da primeira data de início da rentabilidade ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 22ª emissão era de R\$250,7 milhões.

23ª Emissão:

Em 19 de março de 2024, a Companhia celebrou instrumento particular de escritura de emissão da 23ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, sob o rito de registro automático, para distribuição pública, da Log Commercial Properties e participações S.A., no montante de R\$ 100 milhões, com vencimento em 15 de agosto de 2030. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, a partir da primeira data de início da rentabilidade ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do DI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 23ª emissão era de R\$108,8 milhões.

24ª Emissão:

Em 2 de outubro de 2024, a Companhia celebrou instrumento particular de escritura de emissão da 24ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, em três séries única, da espécie quirografária, para colocação privada, da Log Commercial Properties e participações S.A., no montante de R\$ 300 milhões, com vencimento da última série em 13 de outubro de 2031. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, a partir da primeira data de início da rentabilidade ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do DI. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 24ª emissão era de R\$287,4 milhões.

Nota Comercial:

Em 21 de março de 2024 a Emissora realizou sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para colocação privada, nos termos previstos no “Termo da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Colocação Privada, da Log Commercial Properties e Participações S.A.”, no montante de R\$100 milhões, com vencimento em 21 de Agosto de 2030. A Nota Comercial faz jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do DI, acrescidas exponencialmente de spread ou sobretaxa de 0,95% ao ano, partir da primeira Data de Pagamento de Remuneração em 21 de Agosto de 2024, esta será paga semestralmente, sem carência, nos dias 21 dos meses de fevereiro e Agosto de cada ano, sendo a última Data de Pagamento de Remuneração na data de Vencimento. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total de principal e juros acumulados da Nota comercial era de R\$104,2 milhões.

Financiamento à Construção

Os contratos de capital de giro e financiamento à construção têm como garantias fiança, cessão de recebíveis, alienação/hipoteca de terrenos e edificações. Nossos principais credores nestes tipos de financiamento é o banco Bradesco. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total de principal e juros acumulados do Financiamento à Construção era de R\$77,7 milhões.

Em nosso contrato de Financiamento à Construção possuímos apenas *covenants* não financeiros que se resumem a práticas comuns a estes tipos de operação.

CAPEX incorridos em projetos

No ano de 2024, a Companhia investiu R\$819 milhões no desenvolvimento de novos ativos e na expansão de projetos que já possuem infraestrutura concluída.

Empréstimos, financiamentos e Debêntures			Em 31 de dezembro de
(em R\$ mil, exceto %)	Vencimento	Custo Efetivo (a.a.) *	2024
Total			2.066.202
Financiamento à Construção	Out/25 a Abr/34	Poupança + 4,57%	77.699
Debêntures 16ª Emissão	Mar/20 a Mar/25	108% CDI + 0,34%	9.370
Debêntures 19ª Emissão	Set/25 a Set/28	IPCA + 5,512% a.a.	513.267
Debêntures 20ª emissão - 1ª série	Mar/26 a Mar/27	CDI + 1,55%	134.901
Debêntures 20ª emissão - 2ª série	Mar/27 a Mar/29	IPCA + 6,87%	181.800
Debêntures 21ª emissão	Jul/26 a Jul/27	CDI + 1,79%	423.288
Debêntures 22ª emissão	Jun/26 a Jun/28	CDI + 2,55%	250.653
Debêntures 23ª emissão	Ago/26 a Ago/30	CDI + 1,12%	108.819
Debêntures 24ª emissão - 1ª série	Out/29	13,78%	178.559
Debêntures 24ª emissão - 2ª série	Out/29	CDI + 0,81%	60.729
Debêntures 24ª emissão - 3ª série	Out/30 a Out/31	IPCA + 7,67%	48.067
Nota comercial	Ago/26 a Ago/30	CDI + 1,11%	104.167
(-) Custos de Captação			(25.117)

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, não havia outras relações de longo prazo com instituições financeiras que não estejam descritas neste Formulário de Referência.

Os Diretores da Companhia esclarecem, ainda, que as atuais relações com instituições financeiras são adequadas para suprir eventuais necessidades de financiamento para expansão do negócio da Companhia. Novas relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Determinados empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por alienação fiduciária dos respectivos ativos e de ativos de subsidiárias, cessão de direitos creditórios e de recebíveis. Exceto por tais situações, de acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, nenhuma dívida tem precedência com relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores.

Considerando que nos contratos da Companhia não há ordem de precedência, em eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima, a Companhia obedece aos termos estabelecidos na legislação brasileira.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2024, os contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia possuíam os seguintes *covenants*:

Distribuição de dividendos: conforme previsto nas escrituras da 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª emissões de debêntures da Companhia, e da Nota Comercial, acima citadas, especificamente no caso de mora relativa ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista ao pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Companhia ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das S.A., ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, levará a declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações principais e acessórias.

Alienação de controle societário: conforme previsto nas escrituras da 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª emissões de debêntures da Companhia, e da Nota Comercial, na hipótese de haver mudança ou transferência do controle acionário ou da titularidade das ações da Companhia, bem como a incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária, salvo se para o mesmo grupo econômico, ocorrerá o vencimento antecipado. Excetuam-se, neste caso, as mudanças societárias sem efetiva alteração do controle ou que impliquem maior capitalização da Companhia e consequente melhoria da sua qualidade de crédito desde que, nesta última hipótese, haja anuência dos debenturistas. Nas escrituras da 16ª e 19ª emissões de debêntures da Companhia ainda constam como exceções as operações de mercado de capitais, tais como, mas não se limitando a listagem de ações no mercado local ou internacional, mas que não impliquem em efetiva mudança e transferência de controle a qualquer título da Companhia e/ou das Intervenientes.

Apuração trimestral do Loan To Value: Conforme previsto na escritura da 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª emissões de debêntures da Companhia, e da Nota Comercial, a Companhia deverá apurar o Loan To Value bruto trimestralmente, obtido pela divisão da Dívida Bruta (conforme definido abaixo) pelo valor do PPI (conforme definido abaixo), de, no máximo, 60% ("LTV Bruto"), com base nas demonstrações financeiras trimestrais.

Para os fins deste item: "Dívida Bruta" significa a soma algébrica das rubricas previstas no Balanço Patrimonial, divulgado nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures emitidas no curto e longo prazo.

"PPI" significa a soma algébrica das rubricas previstas nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Emissora relativas às propriedades para investimento, no curto e longo prazo, disponível para venda, ativos não circulantes mantidos para venda e terrenos e imóveis a comercializar, no curto e longo prazo.

Adicionalmente, a Companhia cumpriu integralmente com todas as obrigações a que está sujeita no último exercício social.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$ 2.066.202.000,00 em contratos de empréstimos vigentes, dos quais 100% já foram utilizados.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024:

h.1) Demonstrações de Resultados

	2024	AV (%)	2023	AV (%)	AH Variação (%) 2024 x 2023
Receita líquida de aluguel e de serviços prestados	219.742	100,00%	220.156	100,00%	-0,2%
Custo dos serviços prestados - administração de condomínios	(5.334)	-2,43%	(3.887)	-1,77%	37,2%
Lucro bruto	214.408	97,57%	216.269	98,23%	-0,9%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(9.820)	-4,47%	(9.455)	-4,29%	3,9%
Despesas gerais e administrativas	(37.294)	-16,97%	(37.391)	-16,98%	-0,3%
Honorários da administração	(9.212)	-4,19%	(7.856)	-3,57%	17,3%
Variação do valor justo de propriedades para investimento	438.001	199,33%	257.798	117,10%	69,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(115.122)	-52,39%	(165.365)	-75,11%	-30,4%
Resultado de equivalência patrimonial	6.979	3,18%	7.107	3,23%	-1,8%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	487.940	222,05%	261.107	118,60%	86,9%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(197.907)	-90,06%	(173.365)	-78,75%	14,2%
Receitas financeiras	106.805	48,60%	96.755	43,95%	10,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	396.838	180,59%	184.497	83,80%	78,3%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(41.648)	-18,95%	(44.003)	-19,99%	-5,4%
Diferido	(10.812)	-4,92%	54.466	24,74%	-119,9%
	344.378	156,72%	194.960	88,56%	-60,2%
Lucro do exercício	344.378	156,72%	194.960	88,56%	76,6%
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores	343.389	99,71%	192.176	98,57%	78,7%
Acionistas não controladores	989	0,29%	2.784	1,43%	-64,5%

Receita Líquida de Aluguel e de Serviços Prestados

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$219,7 milhões, representando uma redução de 0,2% em relação aos R\$220,2 milhões do exercício social de 2023. A estabilização da receita líquida entre os anos de 2024 e 2023 é devido à redução da receita de aluguel, R\$216,3 milhões em 2024 e R\$220,4 milhões em 2023, causada pela venda dos ativos e ao crescimento da receita líquida de serviços de administração de condomínio, R\$14,6 milhões em 2024 e R\$10,5 milhões em 2023, uma vez que a LOG continua administrando alguns dos empreendimentos vendidos.

Despesas comerciais

As despesas comerciais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$9,8 milhões, representando um aumento de 3,9% ou R\$0,3 milhão frente aos R\$9,5 milhões do mesmo período em 2023. Essa variação reflete principalmente um aumento nas despesas com vacância, aumento dos salários e maior gasto com publicidade e propaganda.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$37,3 milhões, representando uma redução de 0,3% ou R\$0,1 milhão frente aos R\$37,4 milhões do mesmo período em 2023. Essa estabilidade reflete principalmente o compromisso da Administração em manter as despesas controladas entre os exercícios.

Honorários da administração

Os honorários da administração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$9,2 milhões, frente aos R\$7,9 milhões do mesmo período em 2023, em decorrência da estrutura organizacional proposta pela Administração para a consecução da estratégia da Companhia..

Outras receitas/despesas operacionais líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as outras receitas/despesas operacionais líquidas totalizaram R\$115,1 milhões, comparadas aos R\$165,4 milhões no exercício de 2023. Essa variação expressiva deve-se, predominantemente à melhora da margem na alienação de ativos, que impactou essa conta em R\$108,9 milhões em 2024, em contraste com R\$159,3 milhões em 2023, mesmo com um volume de vendas parecidos nos exercícios.

Variação do Valor Justo de Propriedades para Investimento (PPI)

A variação do valor justo de propriedades para investimento foi de R\$438,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$180,2 milhões ou 69,9% em relação aos R\$257,8 milhões registrados no exercício de 2023. Esta variação deve-se à adição de novos ativos ao portfólio e à reavaliação do valor justo dos ativos já existentes.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de ganho de R\$7,0 milhões e em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$7,1 milhões, uma redução no resultado de R\$100 mil, representando 1,8%. Essa estabilidade reflete principalmente a consistência nas operações das controladas entre os períodos.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$91,1 milhões, comparado a uma despesa de R\$76,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 14,5 milhões ou 18,9%. Isso se deve principalmente a uma menor capitalização de juros no valor de R\$71,3 milhões em 2024 e R\$84,5 milhões em 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o imposto de renda e contribuição social foi uma despesa de R\$52,5 milhões, comparado a uma receita de R\$10,5 milhões em 2023, apresentando uma redução de 601,4%. Essa variação é explicada pela não constituição de crédito tributário referente à prejuízo fiscal e base negativa da holding no valor de R\$42,0 milhões.

h.2) Fluxo de Caixa

	2024	AV (%)	2023	AV (%)	AH Variação (%) 2024 x 2023
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	68.410	-40,18%	157.230	159,17%	-56,49%
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	317.840	-186,66%	266.429	269,71%	19,30%
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(556.528)	326,83%	(324.877)	-328,88%	71,30%
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(170.278)	100,00%	98.782	100,00%	-272,38%

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$68,4 milhões e em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$157,2 milhões, resultando em uma redução de R\$88,8 milhões ou 56,49%. Essa variação decorre no aumento do lucro líquido da Companhia, conforme destacado no quadro abaixo.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil)	2024	2023
Lucro líquido do exercício	344.378	194.960
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa líquido gerado	(203.967)	(19.372)
(Aumento) redução nos ativos operacionais	3.041	38.713
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(40.834)	(8.183)
Valores pagos por riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	(708)	(2.020)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(33.500)	(46.868)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	68.410	157.230

Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$317,8 milhões e em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$266,4 milhões, uma variação de 19,3% principalmente devido a aquisições de propriedades para investimento em R\$266,4 milhões e o recebimento pela venda de ativos R\$556,3 milhões.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$556,5 milhões e em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$324,9 milhões, representando um aumento de R\$231,6 milhões ou 71,3%, conforme detalhado no quadro abaixo.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil)	2024	2023
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido	564.203	242.011
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(385.618)	(176.282)
Pagamento de juros	(192.049)	(214.540)
Pagamento de arrendamento	(2.259)	(668)
Pagamento de dividendos	(220.000)	(91.692)
(Pagamento) recebimento de derivativo	(19.989)	(89.534)
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria	(314.945)	(3.993)
Recebimentos pelo exercício de opção de ações	6.305	9.786
(Distribuições) aportes de acionistas não controladores	7.824	35
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(556.528)	(324.877)

2.2 –Os Diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia é proveniente do aluguel de imóveis (que consiste em locação de galpões industriais e logísticos) e, em menor proporção, da receita proveniente do serviço de administração de condomínios e gestão de ativos de Fundos Imobiliários. A receita de arrendamento é reconhecida linearmente pelo prazo do contrato e é reconhecida na extensão em que seja provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e o valor possa ser mensurado com segurança.

Locação de galpões: As receitas de locação de galpões industriais e logísticos consistem apenas de aluguéis dos arrendatários dessas propriedades. Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de backlog dos contratos de locação era de 6 anos.

A nova posição reflete uma variação de +17,65% em relação ao mesmo período em 2023.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita estão relacionadas principalmente a impostos sobre locação e serviços, consistem no PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). PIS e COFINS são impostos federais apurados sobre a receita bruta. As taxas de PIS e COFINS são de 0,65% e 3%, respectivamente, na receita bruta de empresas tributadas pelo regime do lucro presumido, amplamente adotado pelas subsidiárias, e de 1,65% e 7,60%, respectivamente, na receita bruta de empresas tributadas de acordo com o regime do lucro real.

Receitas (Despesas) Operacionais

Despesas comerciais: As despesas comerciais incluem principalmente comissões pagas aos corretores pela locação dos galpões industriais e logísticos, salários, despesas com publicidade e vacância.

Despesas gerais e administrativas e honorários da administração: As despesas gerais e administrativas incluem principalmente salários, encargos e benefícios, remuneração dos estatutários, consultorias, auditoria, aluguel/despesas de escritório, serviços de terceiros, viagens e hospedagens, entre outros.

Variação no valor justo de propriedades para investimento: O valor justo das propriedades para investimento é o ganho na avaliação dos ativos baseada em valor de mercado. A avaliação é realizada por consultoria independente pelo método de fluxo de caixa descontado e utiliza preços e outras informações relevantes do ativo que foram observados em transações semelhantes.

Outras receitas (despesas) operacionais: Representado principalmente por operações não recorrentes, como venda de ativos, provisão para perda de crédito esperada e contingenciamento jurídico.

Resultado de equivalência patrimonial: Representa a participação no lucro líquido de *joint ventures*, no qual detém de 16,67% a 64,97% do patrimônio líquido.

Resultado Financeiro

Despesas financeiras: Inclui juros e outros encargos sobre dívidas e operações de derivativo de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures) e juros e multas sobre impostos.

Receitas financeiras: Inclui rendimentos de aplicações financeiras, representadas principalmente por fundos de investimento e títulos do tesouro do Governo e ajuste a valor presente do contas a receber de vendas de ativos.

Imposto sobre a Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de forma independente (entidade por entidade) de acordo com os critérios estabelecidos pelas leis tributárias aplicáveis no Brasil. Para demonstrações financeiras

estatutárias independentes, o regime de lucro real é adotado, enquanto as subsidiárias adotam amplamente o regime de lucro presumido.

Corrente: No caso do regime do lucro real, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% adicionais aplicáveis ao lucro tributável que exceder R\$240.000 por ano. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro líquido. A legislação tributária brasileira permite compensar prejuízos de anos anteriores com lucros tributáveis de exercícios futuros, limitados a 30% do lucro líquido tributável de cada ano. No caso do regime do lucro presumido, o lucro tributável é calculado à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços de locação acrescidas das receitas financeiras e sobre o lucro tributável se aplica a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para lucros superiores a R\$240.000 anuais para imposto de renda – e de 9% para a contribuição social.

Diferido: O imposto de renda e contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são integralmente reconhecidos, conforme prescrito pelo CPC 32 e IAS 12 – Tributos sobre o lucro, sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal e a base contábil de ativos e passivos e são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes quando tais diferenças são realizadas. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for provável que lucros tributários futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado de forma a refletir o montante que se espera que seja recuperado.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve eventos atípicos materiais que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o backlog dos contratos de locação (saldo remanescente a faturar até o final dos contratos) era de 0,6% por IGPM e 99,4% IPCA.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Na avaliação da Diretoria, a inflação pode impactar o resultado operacional da Companhia elevando as receitas bem como aumentando determinados custos, sendo estes parcialmente mitigados por negociações comerciais, e despesas operacionais como gastos com pessoal e despesas administrativas. Conforme descrito nas demonstrações financeiras, as oscilações bruscas na taxa de juros podem afetar significativamente os resultados e o fluxo de caixa, principalmente o CDI.

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, qualquer impacto por efeitos cambiais no resultado operacional e financeiro da Companhia.

2.3 – Os Diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores da Companhia informam que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não possui ressalvas ou ênfases.

2.4 – Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, constituição, aquisição ou alienação de participação societária que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, eventos ou operações não usuais.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Valores das Medições não Contábeis

(em R\$ mil, exceto percentuais)	<u>Exercício social</u> <u>encerrado em 31 de</u>
	<u>2024</u>
EBITDA	493.611
Margem EBITDA	224,6%
EBITDA Ajustado	161.730
Margem EBITDA Ajustado	73,6%
Dívida Líquida Ajustada	399.513
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	11,1%
(em R\$ mil, exceto percentuais)	<u>Exercício social</u> <u>encerrado em 31 de</u>
	<u>2024</u>
FFO	350.049
Margem FFO	159,3%
FFO Ajustado	37.108
Margem FFO Ajustado	16,9%

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e EBITDA Ajustado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024
(em R\$ mil, exceto em porcentagem)	
(=) Lucro Líquido	344.378
(+/-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	52.460
(+/-) Resultado financeiro, líquido	91.102
(+) Depreciação	5.671
EBITDA	493.611
Valor justo das propriedades para investimentos (PPIs):1	
(+/-) De controladas	(438.001)
(+/-) De controladas em conjunto - Outras	(1.272)
(+/-) De controladas em conjunto - Torino	-
Alienação de PPIs:2	
(+/-) Plaza Mirante Sul / Plaza Top Life / Plaza Tapajós	349
(+/-) Extrema	151
(+/-) Terreno Cabral	-
(+/-) Ativos vendidos para o FII	12.020
(+/-) Torino	-
(+/-) PIB MELI	430
(+/-) Seattle	(224)
(+/-) Seattle II	853
(+/-) Seattle III	47.716
(+/-) Seattle IV	43.707
(+/-) Toronto	543
(+/-) Roma	7.787
Equivalência patrimonial Betim Incorporações S.A. (referente a venda de lotes):3	-
(+/-) Resultado da equivalência patrimonial	(6.254)
(+/-) Lucros não realizados	
(+/-) Efeito da baixa dos juros capitalizados	314
Outros: 4	
(+/-) Baixa Despesas Follow On	-
EBITDA Ajustado	161.730
Receita Líquida	219.742
Margem EBITDA	224,6%
Margem EBITDA Ajustada	73,6%
1 O valor justo de propriedades para investimento de controladas e controladas em conjunto, calculado por avaliadores externos, estásendo adicionado / excluído por não ter efeito de caixa para a Companhia e não serem intrínsecas às atividades de locação.	
2 O ganho ou a perda na alienação de propriedades para investimentos, representando a receita de venda e o custo de venda está sendo adicionado / excluído por não serem intrínsecas às atividades de locação.	
3 A equivalência patrimonial (lucro líquido ou prejuízo multiplicado pelo percentual de participação) referente à venda de lotes na controlada em conjunto Betim Incorporações S.A. está adicionado / excluído por se tratar de uma atividade que está fora do <i>core business</i> da Companhia.	
4 Nesta rubrica estão sendo adicionados / excluídos Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e doações por não serem itens recorrentes e não serem intrínsecas às atividades de locação.	

Dívida Líquida Ajustada (em R\$ mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures – Circulante	243.042
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures – Não circulante	1.823.160
Dívida Bruta	2.066.202
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(226.237)
(-) Títulos e valores mobiliários – Circulante	(297.358)
(-) Títulos e valores mobiliários – Não circulante	(237.675)
(-) Contas a receber de vendas – Circulante	(416.056)
(-) Contas a receber de vendas – Não circulante	(489.363)
Dívida Líquida Ajustada	399.513

Dívida Líquida Ajustada (em R\$ mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024
Dívida Líquida Ajustada	399.513
Patrimônio Líquido	3.605.375
Dívida Líquida Ajustada/Patrimônio Líquido	11,1%

Dívida Líquida Ajustada (em R\$ mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024
Dívida Líquida Ajustada	399.513
EBITDA Ajustado	161.730
Dívida Líquida Ajustada/Ebitda Ajustado	2,5

FFO e FFO Ajustado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
(em R\$ mil, exceto em porcentagem)	2024
(=) Lucro Líquido	344.378
(+) Depreciação	5.671
FFO	350.049
Valor justo das Propriedades para investimentos (PPIs): ¹	
(+/-) De controladas	(438.001)
(+/-) IR e CS diferidos de controladas	(1.846)
(+/-) De controladas em conjunto - Outras	(1.272)
(+/-) De controladas em conjunto - Torino	-
Alienação de PPIs: ²	
(+/-) Plaza Mirante Sul / Plaza Top Life / Plaza Tapajós	349
(+/-) Extrema	151
(+/-) Terreno Cabral	-
(+/-) Ativos vendidos para o FII	22.937
(+/-) Torino	-
(+/-) PIB MELI	437
(+/-) Seattle	8.666
(+/-) Seattle II	3.197
(+/-) Seattle III	63.667
(+/-) Seattle IV	59.442
(+/-) Toronto	566
(+/-) Roma	6.978
(+/-) AVP	(29.084)
(+/-) IPCA	(4.496)
Equivalência patrimonial (referente a venda de lotes - Betim Incorporações S.A.): ³	
(+/-) Resultado da equivalência patrimonial	(6.254)
(+/-) Lucros não realizados	-
(+/-) Efeito da baixa dos juros capitalizados	314
Outros: ⁴	
(-) ITBI Incorporação LOG Fortaleza	
(-) Doações	
(-) Baixa Despesas Follow On	-
(+/-) Swap	1.308
FFO Ajustado	37.108
Receita Líquida	219.742
Margem FFO	159,3%
Margem FFO Ajustado	16,9%
1 O valor justo de propriedades para investimento de controladas e controladas em conjunto, calculado por avaliadores externos, incluindo os impostos relacionados, está adicionado / excluído por não ter efeito de caixa para a Companhia e não serem intrínsecas às atividades de locação.	
2 O ganho ou a perda na alienação de propriedades para investimentos, representando a receita de venda, custo de venda, impostos relacionados e ajuste a valor presente das receitas das alienações, está sendo adicionado / excluído por não serem intrínsecas às atividades de locação.	
3 A equivalência patrimonial (lucro líquido ou prejuízo multiplicado pelo percentual de participação) referente à venda de lotes na controlada em conjunto Betim Incorporações S.A. está adicionado / excluído por se tratar de uma atividade que está fora do <i>core business</i> da Companhia.	
4 Nesta rubrica estão sendo adicionados / excluídos Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e doações por não serem itens recorrentes e não serem intrínsecas às atividades de locação.	

(*) Impacto tributário dos Ativos vendidos para o FII referente ao FFO e FFO Ajustado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024
Resultado da venda antes do imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) [a]	12.008
Cálculo do IR/CS:	
Receita de venda	116.317
Custo histórico dos ativos	(51.625)
Outros custos	(32.549)
Base tributável	32.143
Alíquota de IR/CS	34%
Despesa de IR/CS [b]	10.929
Resultado líquido da operação [a] + [b]	22.937

c) Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA ou LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA Ajustado (também denominado pela Companhia como EBITDA Atividades de Locação) é calculado por meio do lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização (EBITDA) acrescido ou reduzido para excluir o resultado das seguintes operações: valor justo das propriedades para investimentos (PPIs) de controladas e controladas em conjunto(outras); alienação de ativos vendidos para o FII, alienação de ativos vendidos dos projetos Seattle I, II, III e IV, alienação de ativos vendidos dos projetos Toronto e Roma; equivalência patrimonial Betim Incorporações S.A., que a Companhia acredita como apropriadas para refletir suas operações. A Companhia acredita que os ajustes complementares aplicados na apresentação do EBITDA Ajustado são apropriados para fornecer informação adicional para gestão de suas operações e aos investidores sobre itens relevantes que não afetam sua geração de caixa, e outros itens que não são decorrentes de suas operações principais, como Equivalência Patrimonial.

A Margem EBITDA Ajustada é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

A Companhia utiliza o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado como indicadores não contábeis, pois a Companhia acredita serem medidas práticas para medir seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, itens relevantes que não afetam a sua geração de caixa, e outros itens não usuais ou que não são decorrentes de suas operações principais.

Consequentemente, a Companhia acredita que o EBITDA e EBITDA Ajustado permitem uma melhor compreensão não só do desempenho financeiro da Companhia, como também da sua capacidade de

cumprir com suas obrigações passivas e obter recursos para suas atividades.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou performance da Companhia. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Resolução CVM 156, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I.

Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/Patrimônio Líquido e Dívida Líquida/EBITDA

A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante).

A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), (Dívida Bruta), deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). A Companhia utiliza a Dívida Líquida como um indicador para medir a capacidade de pagamento do seu endividamento com terceiros com a utilização de recursos próprios.

A Dívida Líquida/Patrimônio Líquido corresponde a divisão da Dívida Líquida pelo patrimônio líquido. A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado corresponde a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado.

A Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/Patrimônio Líquido e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB, e não possuem significados padrão e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa da Companhia. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/Patrimônio Líquido e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Funds from Operations (FFO) e FFO Ajustado

A Companhia também utiliza a métrica FFO (“Funds from Operations”) consiste em medida simplificada de geração de caixa, no qual se adiciona ao lucro (prejuízo) líquido a depreciação.

O FFO Ajustado é calculado por meio do lucro líquido do exercício ajustado pelas despesas de depreciação acrescido ou reduzido para excluir o resultado das seguintes operações: valor justo das propriedades para investimentos (PPIs) de controladas e controladas em conjunto (outras); alienação de ativos vendidos para o FII, alienação de ativos vendidos dos projetos Seattle I, II, III e IV, alienação de ativos vendidos dos projetos Toronto e Roma; equivalência patrimonial Betim Incorporações S.A., que a Companhia acredita como apropriadas para refletir suas operações.

A margem FFO e margem FFO Ajustado é calculada pela divisão do FFO ou FFO Ajustado pela receita líquida. Essa métrica é utilizada no setor de locação de propriedades comerciais.

A Administração da Companhia acredita que o FFO e o FFO Ajustado e as respectivas margens são indicadores utilizados para medir a capacidade que a operação possui em gerar recebimentos superiores aos desembolsos.

O FFO, Margem FFO, FFO Ajustado e Margem FFO Ajustado não são medidas reconhecidas pelas

práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo IASB, e não possuem significados padrão e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa da Companhia. Outras companhias podem calcular o FFO, Margem FFO, FFO Ajustado e Margem FFO Ajustado de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

2.6 Eventos subsequentes as Demonstrações Financeiras

Não aplicável, tendo em vista que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 5 de fevereiro de 2024, não apresentam quaisquer eventos subsequentes à sua emissão.

2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com Lei nº 6.404/76 e nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) parcela de 5% para constituição de reserva legal, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(ii) haverá uma parcela, por proposta dos Administradores, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;</p> <p>(iii) uma parcela do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos valores descritos nos itens (i) e (ii) acima será destinada ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei;</p> <p>(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 4º do referido artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado</p>

	<p>o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.;</p> <p>(v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.;</p> <p>(vi) a Companhia poderá constituir reserva de lucros estatutária, correspondente a até 75% do lucro líquido, descontados os percentuais atribuídos para a constituição de reserva legal, reserva de contingências e reserva de lucros a realizar, que terá por fim financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, bem como a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.</p> <p>(vii) o saldo restante terá a destinação que determinar a Assembleia Geral de Acionistas.</p>
(a.i) Valores das retenções de lucros	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$343.389.454,83, cuja destinação está descrita abaixo:</p> <p>(i) R\$ 17.169.472,74, equivalentes a 5% do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, serão destinados à de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A. e do artigo 37, §2º do Estatuto Social da Companhia; e</p> <p>(ii) R\$ 176.219.982,09, serão destinados para a reserva de retenção de lucros para a constituição do orçamento de capital da Companhia.</p>
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Reserva Legal: 5%</p> <p>Reserva de retenção de lucro: 51,32%</p>
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>(iii) Aos acionistas é assegurado direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei nº das S.A.</p> <p>Adicionalmente, por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação</p>

	<p>aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.</p> <p>A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.</p>
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A periodicidade da distribuição de dividendos é anual, observadas as regras da Lei das S.A. do Estatuto Social da Companhia.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Embora a Companhia não possua Política de Destinação de Resultados formalizada, a Companhia entende que seu Estatuto Social endereça os principais pontos sobre a destinação de seus resultados, uma vez que, em seu artigo 37, estabelece o parâmetro de referência a ser utilizado para a destinação do lucro e define a periodicidade e as regras para pagamentos de dividendos no parágrafo 1º do seu artigo 36.

2.8 – Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retirado nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, visto que nos termos do item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b) natureza e propósito da operação

Não aplicável, visto que nos termos do item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, visto que nos termos do item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia desenvolve centros logísticos com perfil diversificado de locatários (*multi-tenant*), localizados às margens de importantes eixos logísticos. Os projetos entregues e em desenvolvimento até 31 de dezembro de 2024 haviam recebido, no acumulado histórico da Companhia, cerca de R\$4,2 bilhões em investimentos, entre recursos próprios e de terceiros. Os projetos de condomínios logísticos desenvolvidos pela Log possuem especificações de classe internacional com infraestrutura completa para a instalação de operadores logísticos e indústria leve

Os ativos adquiridos vêm sendo e serão utilizados para o desenvolvimento das atividades da Companhia, conforme projetos aprovados pelo Conselho de Administração, sem prejuízo de outros que venham a ser aprovados no futuro.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia em propriedades para investimento no ativo não circulante vêm sendo financiados por meio de recursos próprios e de terceiros. Os recursos financeiros de terceiros advêm de venda de ativos, produtos bancários de financiamento imobiliário e operações de mercado de capitais com perfil de longo prazo.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Como parte da estratégia no desenvolvimento da Companhia, realizamos venda de ativos. Essas vendas, além de financiarem o crescimento da Companhia, também contribuem para geração de valor aos acionistas.

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui desinvestimento em andamento.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas em andamento realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

ii. montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou gastos em pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, uma vez que atualmente não há projetos em desenvolvimento pela Companhia que já tenham sido divulgados.

iv. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ESG

Ao longo de 16 anos, a Log reafirma seu compromisso com um crescimento responsável, consolidando sua atuação e ampliando seu impacto positivo. O desenvolvimento de galpões classe A impulsiona a economia local, gera empregos e amplia o acesso a produtos e serviços. A sustentabilidade é um pilar central da estratégia, com práticas alinhadas a princípios globais de governança ambiental, social e corporativa (ASG), fortalecidas continuamente.

Desde 2021, com a definição dos temas materiais — aspectos essenciais para o negócio e seus públicos de interesse —, a Companhia aprimora sua atuação, garantindo a evolução de suas práticas conforme as demandas do mercado e da sociedade. Para impulsionar essa agenda, um grupo de trabalho vinculado ao Comitê de Sustentabilidade e Compliance conduz a estratégia ESG da Companhia, promovendo avanços concretos, conforme indicado abaixo:

Governança: Listada no Novo Mercado da B3, a Log mantém altos padrões de governança e aprimora constantemente seus processos. Gestão de riscos, fortalecimento da cultura ética e integridade, além da consolidação de processos voltados à saúde e segurança, são prioridades.

Desde 2022, com a LogADM, sua administradora de condomínios, a Companhia mantém a recertificação ISO 9001, reforçando a qualidade operacional e a experiência dos clientes, refletida em um NPS consistentemente elevado. O relacionamento com fornecedores também é gerenciado rigorosamente, assegurando alinhamento aos valores da Log.

Meio Ambiente: Em 2024, a Companhia avançou na elaboração do inventário de emissões de gases de efeito estufa (escopos 1, 2 e 3), essencial para mapear impactos e reduzir sua pegada de carbono. O compromisso com o abastecimento 100% renovável, garantido pela certificação I-REC, segue sendo reforçado.

A padronização de processos e o monitoramento ambiental fortalecem o compromisso com a construção sustentável, enquanto o manejo eficiente de resíduos e o incentivo à reciclagem continuam como focos prioritários.

Social: A Log investe continuamente na formação e no desenvolvimento de seus colaboradores, especialmente nas lideranças, promovendo uma gestão de pessoas eficaz e o fortalecimento da cultura organizacional. Programas estruturados estimulam o crescimento e o engajamento da equipe.

No âmbito social, a Companhia amplia o Log Social, que oferece cursos de qualificação profissional para colaboradores de locatários e comunidades vizinhas. O apoio a projetos via leis de incentivo e a consolidação do programa de voluntariado reforçam o compromisso com a transformação social.

A Log segue consolidando sua posição como uma das principais desenvolvedoras e locadoras de galpões logísticos do Brasil, fornecendo soluções inovadoras e impactando positivamente as comunidades onde atua. Alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantém o foco no crescimento sustentável.

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não houve, ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, outros fatores relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO II

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Administração propõe para aprovação da Assembleia Geral a destinação do saldo remanescente total do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 176.219.982,09 (cento e setenta e seis milhões, duzentos e dezenove mil, novecentos e oitenta e dois reais e nove centavos), para a reserva de retenção de lucros do orçamento de capital da Companhia. Esta reserva tem o objetivo de atender às necessidades de recursos para investimentos futuros de acordo com o Orçamento de Capital da Companhia a ser apresentado para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, como segue:

Aplicações	R\$ Milhões
Investimentos em Propriedades para Investimentos	176,2
Total Aplicações	176,2
Recursos	
Retenção de Lucros	176,2

Considerando tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, que envolvem riscos, incertezas e premissas, as aplicações de recursos dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Condições econômicas gerais, condições setoriais e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos, capital de giro e aquisição de terrenos.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO III

INFORMAÇÕES SOBRE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
(conforme artigo 10, § único, inciso II da Resolução CVM 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido auferido pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 343.389.454,83.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Em reunião realizada em 5 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários, com base no saldo de reserva de lucros a realizar apurado em balanço referente aos nove meses de 2024, no valor bruto de R\$ 150.000.000,00, equivalente ao valor bruto por ação de R\$ 1,71767192290.

O referido montante global dos dividendos foi integralmente antecipado e pago aos acionistas em 17 de dezembro de 2024, bem como imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, conforme artigo 202 da Lei das S.A.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Os dividendos propostos pela administração, no valor de R\$ 150.000.000,00, correspondem a 46% do lucro líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal).

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável, tendo em vista que não houve a distribuição de dividendos com base em lucro líquido de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

A Administração propõe a distribuição de R\$ 1,71767192290 por ação, a título de dividendos.

b. Forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Os dividendos propostos foram pagos em moeda corrente nacional em 17 de dezembro de 2024.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável, visto que os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Os dividendos foram declarados em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de dezembro de 2024 e pagos em 17 de dezembro de 2024. As ações da Companhia passaram a ser negociadas “ex-direito” a dividendos a partir de 11 de dezembro de 2024, inclusive, com a data de corte de 10 de dezembro de 2024.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável, tendo em vista que não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro Líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

(em R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Lucro Líquido	343.389.454,83	192.176.151,17	386.072.411,08
Dividendos Distribuídos	150.000.000,00	70.000.000,00	91.692.197,63
Juros sobre Capital Próprio Distribuídos	0,00	0,00	0,00
Valor por Ação	1,71767192290	0,69762425455	0,91776786460

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

Nos termos do artigo 193 da Lei das S.A., a Administração propõe a destinação de R\$ 17.169.472,74 para a reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social, por força do disposto no art. 193 da Lei das S.A. e no art. 37, §2º do Estatuto Social da Companhia, conforme indicado na tabela abaixo:

Cálculo da Reserva Legal	Valor (R\$)
Lucro Líquido ("LL")	343.389454,83
Reserva Legal – 5% LL	17.169.472,74

Tal reserva pode deixar de ser constituída no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital (art. 182 da Lei das S.A.), exceder 30% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.**
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.**
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.**
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.**
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório.

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

O parágrafo 3º do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia prevê que, os acionistas da Companhia terão direito de receber um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das S.A.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O referido montante global dos dividendos foi integralmente antecipado e pago aos acionistas em 17 de dezembro de 2024, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração, considerando-se o valor bruto por ação de R\$ 1,71767192290, bem como imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, conforme artigo 202 da Lei das S.A.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta a retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a. Informar o montante da retenção.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável, tendo em vista que não haverá a retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

O item “f” do parágrafo 2º do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia estabelece que a Companhia poderá constituir reserva de lucros estatutária, correspondente a até 75% do lucro líquido, descontados os percentuais atribuídos para a constituição de reserva legal, reserva de contingências e reserva de lucros a realizar, que terá por fim financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, bem como a expansão

das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. O somatório das reservas, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva de contingências, não poderá exceder a 100% do capital social subscrito da Companhia e à qual serão atribuídos recursos limitados ao lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção.

A Administração da Companhia propõe a destinação de R\$ 176.219.982,09 (cento e setenta e seis milhões, duzentos e dezenove mil, novecentos e oitenta e dois reais e nove centavos) para a reserva de retenção de lucro.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

A cópia da proposta de orçamento de capital preparado pela Administração da Companhia consta do **Anexo II** a esta proposta.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva.

b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO IV

**CANDIDATOS INDICADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA
ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(conforme artigo 11, inciso I da Resolução CVM 81)**

7.3 Composição e experiências profissionais da Administração, Conselhos e Comitês

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome: Carlos Wagner Firetti	CPF: 116.362.538-81	Nacionalidade: Brasileiro	Profissão: Economista	Data de Nascimento: 05/11/1968		
Experiência Profissional:	<p>Carlos Firetti é formando em Economia pela Universidade de São Paulo (1991) e MBA em Finanças pelo Insper (1995). Possui desde 2006 a certificação CFA (Chartered Financial Analyst). Possui mais de 20 anos de experiência como Analista de Investimentos (Sell Side) cobrindo os setores de bancos e serviços financeiros, além de atuar com Head of Equity Research pelo Bradesco BBI. Em 2015 assumiu a posição de Diretor de Relações com Investidores do Banco Bradesco e a partir de 2021 acumulou a Diretoria de Controladoria (Planejamento e Análise Financeira). Em junho de 2024 assumiu a Diretoria de Venture Capital e Private Equity corporativo do Banco Bradesco.</p> <p>O Sr. Carlos Firetti declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>					
Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/04/2025	Sim	27/08/2024
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			

N/A	N/A
-----	-----

Nome: Júnia Maria de Sousa Lima Galvão	CPF: 878.532.996-72	Nacionalidade: Brasileira	Profissão: Contadora	Data de Nascimento: 21/08/1970		
Experiência Profissional:	<p>É graduada em Ciências Contábeis pós-graduada em Gestão Financeira e Negócios Internacionais pela Fundação Dom Cabral pós-graduada em Recursos Humanos e em Sistemas de Informação. Trabalhou de 1996 até janeiro de 2007 na RM Sistemas vendida à Totvs S.A. como diretora administrativo-financeira nas áreas administrativa financeira e contábil tendo sido responsável e procuradora da RM Sistemas. Foi eleita para o cargo de Diretora Executiva de Administração e Controladoria da Diretoria Executiva da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2007 cargo que exerce até a presente data. Júnia Maria de Sousa Lima Galvão também é diretora executiva da MRV. Além da MRV não atuou ou atua em outras empresas de capital aberto. A Companhia não tem conhecimento da participação da Júnia Maria de Sousa Lima Galvão em entidades do terceiro setor.</p> <p>A Sra. Júnia Maria de Sousa Lima Galvão declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>					
Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)	17/04/2025	Sim	19/04/2021
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			
N/A			N/A			

Nome: Leonardo Guimarães Corrêa		CPF: 275.939.836-68	Nacionalidade: Brasileiro	Profissão: Economista	Data de Nascimento: 30/10/1958	
Experiência Profissional:		<p>É graduado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1980 e pós-graduado em Finanças pela FGV em 1986. Trabalhou de 1982 a 1990 no Lloyds Bank como Gerente de Tesouraria. De 1990 a 2000 trabalhou no JP Morgan tendo como último cargo o de diretor tesoureiro para o Brasil. Foi sócio do Banco Pactual de 2000 a 2003. De 2003 a 2006 foi sócio da Perfin Administração de Recursos uma gestora de recursos independente que se especializou na gestão de fundos de investimento. Ingressou na nossa Companhia em março de 2006 como Diretor Vice-Presidente Executivo. Em janeiro de 2007 assumiu a Diretoria Executiva de Relações com Investidores em junho de 2009 a Diretoria Executiva de Relações com Investidores e Finanças. Atualmente é Vice-presidente do Conselho de Administração da MRV Engenharia e Participações S.A. membro do Conselho de Administração do Banco Inter S.A. banco múltiplo membro do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA empresa de propriedades comerciais e industriais e membro do Conselho de Administração da Urba Desenvolvimento Urbano S.A. e Diretor de Tesouraria do Banco Inter. Companhia não tem conhecimento da participação do Leonardo Guimarães Corrêa em entidades do terceiro setor.</p> <p>O Sr. Leonardo Guimarães Corrêa declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>				
Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)	17/04/2025	Sim	19/03/2010
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			
N/A			N/A			

Nome: Marcelo Martins Patrus		CPF: 533.217.906-53	Nacionalidade: Brasileiro	Profissão: Administrador e Contador	Data de Nascimento: 20/06/1958	
Experiência Profissional:		<p>O Sr. Marcelo Patrus é graduado em Administração de Empresas (1985) e Contabilidade (1987) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC). É Acionista e Diretor Presidente da Patrus Transportes Urgentes, companhia líder no setor de logística no Brasil com mais de 1.700 empregados e uma frota de 2.100 veículos abrangendo 9 Estados do Sul Sudeste e Nordeste. Possui mais de 40 anos de experiência no setor de logística além de ser um membro de várias associações da indústria. O Sr. Marcelo Martins Patrus também é conselheiro da IMAP ((Instituto Marum Patrus). A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Marcelo Martins Patrus em entidades do terceiro setor.</p> <p>O Sr. Marcelo Martins Patrus declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>				
Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)	17/04/2025	Sim	17/11/2010
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			
N/A			N/A			

Nome: Matias Rotella		Passaporte: 566670408	Nacionalidade: Argentino	Profissão: Economista	Data de Nascimento: 09/06/1978	
Experiência Profissional:		<p>O Sr. Matias Rotella é graduado em Economia pela Pontifícia Universidad Católica Argentina em 2001 e possui MBA pela Columbia Business School em 2007. É atualmente CEO da Menfis, onde é responsável por expandir os negócios e ativos existentes, identificar novas oportunidades e executar a visão de negócios de longo prazo. Também atua como membro do</p>				

<p>Conselho de Administração da Menfis e como conselheiro e membro do Conselho de Administração do Presidente e CEO da Resia. Possui 20 anos de experiência em investment banking, sendo os últimos 16 anos no Goldman Sachs. Durante sua trajetória no Goldman Sachs, ocupou diversos cargos de liderança, incluindo Head de Instituições Financeiras para a América Latina por mais de uma década, Head do Goldman Sachs Argentina nos últimos cinco anos e Head de Serviços de Investment Banking para a América Latina.</p> <p>O Sr. Matias Rotella declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>						
Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)	17/04/2025	Sim	10/10/22024
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			
N/A			N/A			

Nome: Rubens Menin Teixeira de Souza	CPF: 315.836.606-15	Nacionalidade: Brasileiro	Profissão: Engenheiro	Data de Nascimento: 12/03/1956
Experiência Profissional:	<p>É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1978. Trabalhou como estagiário de engenharia na Vega Engenharia de 1973 a 1978. Em 1979 fundou o Grupo MRV sendo seu principal executivo e eleito membro do Conselho da Administração em Assembleia Geral Extraordinária de 1 de junho 31 de maio de 2006 atualmente exercendo o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Fundador e presidente do Conselho de Administração Banco Inter um banco múltiplo desde a sua constituição em 1994. Fundador e presidente do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA empresa de propriedades comerciais e industriais desde a sua constituição em 2008. Fundador e</p>			

<p>presidente do Conselho de Administração da Urba Desenvolvimento Urbano S.A. desde a sua constituição em 2012 que tem por objetivo</p> <p>desenvolver grandes áreas urbanas para uso residencial e/ou misto. Fundador e presidente do Conselho de Administração da AHS desde a sua constituição em 2012 empresa do ramo imobiliário localizada em Miami/EUA. Fundador e presidente do Conselho de Administração da CNN Brasil desde a sua constituição em 2019 canal de televisão voltada inteiramente ao jornalismo. Em 2018 recebeu o prêmio Empreendedor do Ano Global – EY World Entrepreneur Of The Year 2018. Em 2019 recebeu o Prêmio de Excelência 2019 da Câmara de Comércio Brasil -EUA da Flórida. Em 2018 fundou em Portugal a vinícola Menin Douro Estates. Em 2021 tornou-se proprietário da Rádio Itatiaia a maior emissora de Minas Gerais. Companhia não tem conhecimento da participação do Rubens Menin Teixeira de Souza em entidades do terceiro setor.</p> <p>O Sr. Rubens Menin Teixeira de Souza declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>						
Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)	17/04/2025	Sim	22/06/2008
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			
N/A			N/A			

Nome: Matheus Gasparotto Candido	CPF: 419.478.988-17	Nacionalidade: Brasileiro	Profissão: Analista de ações	Data de Nascimento: 27/01/1995
--	----------------------------	----------------------------------	-------------------------------------	--

Experiência Profissional:	<p>O Sr. Matheus Gasparotto Candido é engenheiro de materiais formado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pós-graduado em Finanças Corporativas & Investment Banking pela FIA Business School, conselheiro de administração pelo IBGC e CGA pela ANBIMA. Iniciou a carreira atuando na área de Relações com Investidores da Cyrela Brazil Realty, uma das maiores incorporadoras do país, onde atuava na preparação de informações financeiras para a administração e investidores no geral. Atualmente, o Sr. Matheus é sócio da Real Investor Asset Management, atuando na área de Equity Research. O Sr. Matheus também é membro do conselho de administração da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A..</p> <p>O Sr. Matheus Gasparotto Candido declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>					
Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/04/2025	Sim	17/04/2025
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			
N/A			N/A			

Nome: Thiago da Costa e Silva Lott	CPF: 039.250.866-41	Nacionalidade: Brasileiro	Profissão: Advogado	Data de Nascimento: 11/10/1980
Experiência Profissional:	Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (2005). Pós-Graduado em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais (2006). Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos (2016) pós-graduando em MBA Executive MBA na Fundação Dom Cabral			

<p>(início em 2017). Sócio fundador do escritório Lott Oliveira Braga e Advogados Associados (2008 até os dias de hoje). Atua na advocacia contenciosa e consultiva nas áreas do direito cível societário e empresarial. O Sr. Thiago da Costa e Silva Lott é membro do conselho fiscal do Banco Inter S.A. e da MRV. A Companhia não tem conhecimento da participação de Thiago da Costa e Silva Lott em entidades do terceiro setor.</p> <p>O Sr. Thiago da Costa Silva Lott declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>						
Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2025	Até a AGO 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	17/04/2025	Sim	30/04/2019
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			
N/A			N/A			

Nome: Paulino Ferreira Leite	CPF: 056.171.206-97	Nacionalidade: Brasileiro	Profissão: Administrador	Data de Nascimento: 08/02/1948
Experiência Profissional:	Possui diversos cursos de pós-graduação em sua área de atuação e MBA em Controladoria Auditoria e Tributos - Fundação Getúlio Vargas com extensão na Ohio University (2001 - 2002). Destaque para sua experiência profissional como Oficial da Polícia Militar de Minas Gerais (1966-1974) Auditor da Arthur Andersen (1974-1978) Secretário da Fazenda da Prefeitura de Bom Despacho (1989 - 1990) Controller. É membro do conselho fiscal do Banco Inter S.A. e da MRV. Sócio fundador da CLZ Contadores e Associados S.A. A Companhia não tem conhecimento da participação de Paulino Ferreira Leite em entidades do terceiro setor.			

<p>O Sr. Paulino Ferreira Leite declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>						
Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2025	Até a AGO 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	17/04/2025	Sim	30/04/2019
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			
N/A			N/A			

Nome: Sicomar Benigno de Araújo Soares	CPF: 670.227.826-87	Nacionalidade: Brasileiro	Profissão: Contador	Data de Nascimento: 26/06/1971
Experiência Profissional:	<p>Graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (1996). Pós-Graduado em Auditoria Externa pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Mestre em Administração pela Fundação Cultura Dr. Pedro Leopoldo (2010). Em suas experiências profissionais ocupou o cargo de assistente contábil no Banco Agrimisa S.A. (1986-1996) atou como superintendente contábil no Inter (1996 – 2022) foi professor assistente nas instituições: Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (2002) Faculdade Centro Educacional Mineiro (2014- 2016) Faculdade de Ciências Empresariais (2008 – 2013) e Faculdade Asa de Brumadinho (2003-2008). Foi membro da Comissão de IFRS do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – Biênio (2008 – 2009) e participante da Comissão Contábil da Febraban e ABBC.</p> <p>O Sr. Sicomar Benigno de Araújo Soares declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>			

Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2025	Até a AGO 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	17/04/2025	Sim	19/04/2022
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			
N/A			N/A			

Nome: Lucas Wanderley de Freitas		CPF: 060.484.106-03	Nacionalidade: Brasileiro	Profissão: Advogado	Data de Nascimento: 22/02/1985	
Experiência Profissional:		<p>Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos em 2008. Pós-Graduado em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito Milton Campos em 2009. Pós-Graduado em Direito Processual e Civil pela Fundação Getúlio Vargas em 2010. Sócio do escritório Lott Oliveira Braga & Advogados Associados desde 2009. A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Lucas Wanderley de Freitas em entidades do terceiro setor.</p> <p>O Sr. Lucas Wanderley de Freitas declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>				
Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2025	Até a AGO 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	17/04/2025	Sim	19/04/2021
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			

N/A	N/A
-----	-----

Nome: Patrícia Bolina Pellini	CPF: 112.442.448-21	Nacionalidade: Brasileira	Profissão: Advogada	Data de Nascimento: 1968				
Experiência Profissional:	<p>A Sra. Patrícia é Advogada graduada (2003) e mestre (2008) em Direito Comercial pela PUC/SP Administradora de Empresas graduada pela EAESP/FGV (1990) com especialização (1992) em Finanças pela mesma entidade (CEAG). Por 14 anos atuou no mercado financeiro como analista de investimento – equity debt sell side buy side e M&A – no Unibanco Unibanco Asset Management e Banco Inter American Express. Ex-superintendente de Regulação Orientação e Enforcement de Emissores da B3 (onde atuou por 16 anos) área responsável pelo desenvolvimento dos regulamentos aplicação enforcement e aprimoramento dos Segmentos Especiais – dentre os quais o Novo Mercado – bem como por outras iniciativas relacionadas ao mercado de capitais. Consultora de Advocacy da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC) com foco em mercado de capitais regulação e governança. Sócia-administradora da White Box Consultoria e Assessoria Empresarial especializada em gerenciamento de riscos e governança corporativa.</p> <p>A Sra. Patrícia Bolina Pellini declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>							
Órgãos da Administração:								
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato		
Conselho Fiscal	17/04/2025	Até a AGO 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	17/04/2025	Sim	19/04/2022		
Condenações:								
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação					
N/A			N/A					

Nome: Marcos Villela Vieira		CPF: 265.849.056-91	Nacionalidade: Brasileiro	Profissão: Economista	Data de Nascimento: 30/06/1955	
Experiência Profissional:		<p>O Sr. Marcos é economista (1976) mestre (1999) e doutor (2012) em administração pela UFMG e especialista em finanças pela Fundação João Pinheiro (1978). Em suas experiências profissionais teve atuações em posições de direção e alta gerência nas áreas de finanças controladoria planejamento e administrativa em empresas de médio e grande porte nos setores siderúrgico papel e celulose construção pesada metalurgia mecânica telecomunicações equipamentos pesados saúde e varejo. Também tem experiência em startup e organização de empresas desenvolvimento de projetos de grande porte implantação das áreas de finanças e controladoria avaliação de empresas (valuation) e de projetos de investimento redução de despesas operacionais avaliação de desempenho econômico-financeiro otimização de processos financeiros e de controle reestruturação de passivos gestão da liquidez e fluxo de caixa. É profissional com visão estratégica e foco no planejamento e entrega de resultados aliada à experiência em liderar e desenvolver grandes equipes atuar em processos de negociação e tomada de decisões que criam valor. Por fim contou com exposição internacional e vivência empresarial com as culturas italiana japonesa e francesa. A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Marcos Vilela Vieira em entidades do terceiro setor.</p> <p>O Sr. Marcos Villela Vieira declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>				
Órgãos da Administração:						
Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo de mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2025	Até a AGO 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	17/04/2025	Sim	19/04/2022
Condenações:						
Tipo de Condenação			Descrição da Condenação			
N/A			N/A			

7.4 Composição dos comitês

Nome: Carlos Wagner Firetti		CPF: 116.362.538-81	Nacionalidade: Brasileiro		Profissão: Economista		Data de Nascimento: 05/11/1968		
Experiência Profissional:		<p>Carlos Firetti é formando em Economia pela Universidade de São Paulo (1991) e MBA em Finanças pelo Insper (1995). Possui desde 2006 a certificação CFA (Chartered Financial Analyst). Possui mais de 20 anos de experiência como Analista de Investimentos (Sell Side) cobrindo os setores de bancos e serviços financeiros, além de atuar com Head of Equity Research pelo Bradesco BBI. Em 2015 assumiu a posição de Diretor de Relações com Investidores do Banco Bradesco e a partir de 2021 acumulou a Diretoria de Controladoria (Planejamento e Análise Financeira). Em junho de 2024 assumiu a Diretoria de Venture Capital e Private Equity corporativo do Banco Bradesco.</p> <p>O Sr. Carlos Firetti declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>							
Comitês:									
Tipo de Comitê	Tipo de Auditoria	Cargo Ocupado	Data Posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatutário	Membro Efetivo	23/04/2024	30/04/2025	Não aplicável.	Membro do Conselho de Administração	23/04/2024	Não	16/12/2018
Condenações:									
Tipo de Condenação					Descrição da Condenação				
N/A					N/A				

Nome: Thiago da Costa e Silva Lott		CPF: 039.250.866-41	Nacionalidade: Brasileiro		Profissão: Advogado		Data de Nascimento: 11/10/1980		
Experiência Profissional:		<p>Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (2005). Pós-Graduado em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais (2006). Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos (2016) pós-graduando em MBA Executive MBA na Fundação Dom Cabral (início em 2017). Sócio fundador do escritório Lott Oliveira Braga e Advogados Associados (2008 até os dias de hoje). Atua na advocacia contenciosa e consultiva nas áreas do direito cível societário e empresarial. O Sr. Thiago da Costa e Silva Lott é membro do conselho fiscal do Banco Inter S.A. e da MRV. A Companhia não tem conhecimento da participação de Thiago da Costa e Silva Lott em entidades do terceiro setor.</p> <p>O Sr. Thiago da Costa Silva Lott declara que (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.</p>							
Comitês:									
Tipo de Comitê	Tipo de Auditoria	Cargo Ocupado	Data Posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatutário	Membro Efetivo	21/10/2024	30/04/2025	Não aplicável.	Membro do Conselho de Administração	21/10/2024	Não	21/10/2024
Condenações:									
Tipo de Condenação					Descrição da Condenação				
N/A					N/A				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador		CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada		
Cargo							
Administrador do Emissor							
Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	Log Properties	Commercial	09.041.168/0001-10			
Presidente do Conselho de Administração	n/a			Brasil			
Pessoa Relacionada							
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza	013.255.636-76	Conedi Ltda.	Participações	07.353.227/0001-60	Filho ou Filha	(1º grau por consanguinidade)	
Sócio Administrador	N/A			Brasil			
Administrador do Emissor							
Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	Log Properties	Commercial	09.041.168/0001-10			

Presidente do Conselho de Administração	n/a	Brasil
---	-----	--------

Pessoa Relacionada

Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia	040.415.096-96	Conedi Ltda.	Participações	07.353.227/0001-60	Filho ou Filha	(1º grau consanguinidade)	por
--	----------------	--------------	---------------	--------------------	----------------	---------------------------	-----

Sócia Administradora	N/A	Brasil
----------------------	-----	--------

Administrador do Emissor

Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	Log Commercial Properties	09.041.168/0001-10
--------------------------------	----------------	---------------------------	--------------------

Presidente do Conselho de Administração	n/a	Brasil
---	-----	--------

Pessoa Relacionada

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	013.436.666-27	Conedi Ltda.	Participações	07.353.227/0001-60	Filho ou Filha	(1º grau consanguinidade)	por
---	----------------	--------------	---------------	--------------------	----------------	---------------------------	-----

Sócio Administrador	N/A	Brasil
---------------------	-----	--------

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com pessoa relacionada	a Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2024

Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

MRV Engenharia e Participações	08.343.492/0001-20
Presidente do Conselho de Administração	

Observação

2024

Administrador do Emissor

MARCELO MARTINS PATRUS	533.217.906-53	Subordinação	Cliente
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Patrus Transportes Urgentes Ltda.	17.463.456/0001-90
-----------------------------------	--------------------

Diretor Presidente

Observação

2024

Administrador do Emissor

Leonardo Guimarães Corrêa	275.939.836-68	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

MRV Engenharia e Participações	08.343.492/0001-20
Membro do Conselho de Administração	

Observação

2024

Exercício Social 31/12/2023

Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

MRV Engenharia e Participações	08.343.492/0001-20
Presidente do Conselho de Administração	

Observação

2023

Administrador do Emissor

MARCELO MARTINS PATRUS	533.217.906-53	Subordinação	Cliente
------------------------	----------------	--------------	---------

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Patrus Transportes Urgentes Ltda.	17.463.456/0001-90
-----------------------------------	--------------------

Diretor Presidente

Observação

2023

Administrador do Emissor

Leonardo Guimarães Corrêa	275.939.836-68	Controle	Controlador Direto
---------------------------	----------------	----------	--------------------

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

MRV Engenharia e Participações	08.343.492/0001-20
--------------------------------	--------------------

Membro do Conselho de Administração

Observação

2023

Rubens Menin Teixeira de Souza

Exercício Social 31/12/2022

Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	Controle	Controlador Direto
--------------------------------	----------------	----------	--------------------

Presidente do Conselho de

Administração

Pessoa Relacionada

MRV Engenharia e Participações 08.343.492/0001-20

Presidente do Conselho de
Administração

Observação

2022

Administrador do Emissor

MARCELO MARTINS PATRUS	533.217.906-53	Subordinação	Cliente
------------------------	----------------	--------------	---------

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Patrus Transportes Urgentes Ltda. 17.463.456/0001-90

Diretor Presidente

Observação

2022

Administrador do Emissor

Leonardo Guimarães Corrêa	275.939.836-68	Controle	Controlador Direto
---------------------------	----------------	----------	--------------------

Vice-Presidente do Conselho de
Administração

Pessoa Relacionada

MRV Engenharia e Participações 08.343.492/0001-20

Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração
-------------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------

Observação

2022

Rubens Menin Teixeira de Souza

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO V

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(conforme artigo 13, inciso I da Resolução CVM 81)

Proposta de Remuneração dos Administradores para 2025

O montante proposto global anual para o exercício social de 2025 para a remuneração dos administradores da Companhia, acrescido dos benefícios, totalizam R\$ 18.852.000,00, contra R\$ 16.894.000,00 do exercício social de 2024.

A proposta anual está baseada no alinhamento com a estratégia de remuneração para o Conselho de Administração e a Diretoria com as referências de mercado.

Valores efetivamente realizados em 2024 versus valores propostos em 2024

(R\$ em mil)		
Discriminação	2024 Proposta	2024 Realizado
Total	R\$ 16.894.000,00	R\$ 16.182.063,63

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO VI

**INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
*(conforme artigo 13, inciso II da Resolução CVM 81)***

8.1 Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração dos Administradores da Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de novembro de 2018 e alterada em 29 de março de 2019 (“Política de Remuneração”) e encontra-se disponível para consulta nos websites da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br/>) e na página de relações com investidores da Companhia (<http://ri.logcp.com.br/>), na aba “Governança Corporativa”, e no ícone “Políticas, Estatutos, Códigos e Regimentos” e, por fim “Política de Remuneração”.

A Política de Remuneração estabelece diretrizes para a fixação da remuneração e dos benefícios concedidos aos Diretores estatutários e não-estatutários, aos membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e aos membros dos Comitês estatutários e não estatutários instituídos pela Companhia.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos para a avaliação e propositura de melhorias às políticas de desenvolvimento de pessoas, treinamento, remuneração, benefícios, incentivos e retenção de talentos, participam do processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores da Companhia os seguintes órgãos: (i) Assembleia Geral; e (ii) Conselho de Administração, conforme indicado abaixo,

Assembleia Geral

A Assembleia Geral da Companhia fixará o montante anual global da remuneração dos Administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração (i) submeter à Assembleia Geral a proposta remuneração global dos membros da Administração e do Conselho Fiscal (se instalado); e (ii) distribuir o valor total da remuneração global aprovada em Assembleia Geral, individualmente, entre os membros do Conselho de Administração e os Diretores Estatutários, definindo ainda, a remuneração individual dos membros dos comitês de assessoramento.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são remunerados de forma compatível com suas responsabilidades, o tempo de dedicação às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado. Os elementos da remuneração e limites anuais são definidos em Assembleia Geral de Acionistas. Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria estatutária da Companhia é fixada pela Assembleia Geral, devendo os membros do Conselho da Administração determinar sua distribuição, de acordo com funções e responsabilidades e observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e de seus acordos de acionistas. A remuneração da Diretoria estatutária da Companhia considera a remuneração de outros executivos da indústria de propriedades comerciais, bem como o desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir o objetivo da Companhia de aumentar o valor de suas ações.

Os Diretores Estatutários, além da remuneração mensal fixa, paga a título de pró-labore, recebem uma remuneração variável atrelada ao seu desempenho e condicionada ao cumprimento de determinadas metas de sua área. Também foram outorgadas opções de

compra de ações de nossa emissão, para serem exercidas nos prazos e nas condições estipuladas no Plano de Opções de Compra de Ações.

Assim, a política de remuneração de nossa diretoria estatutária inclui:

- (i) uma remuneração-base e uma remuneração variável, relacionada com metas de acordo com a posição e a área do administrador;
- (ii) uma remuneração indireta, representada pelos benefícios; e
- (iii) uma remuneração baseada em ações, decorrente das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações. Esta política concilia objetivos de curto, médio e longo prazo.

Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil. Com base nisso, os ajustes são analisados pelo Conselho de Administração e levados para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Diretoria Não Estatutária

A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração da Diretoria não estatutária é estabelecida segundo a legislação existente. Todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada diretor. Adicionalmente, os membros da nossa Diretoria possuem remuneração baseada em ações, conferida no âmbito do nosso Plano de Opções de Compra de Ações.

A negociação entre o sindicato dos empregados em empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis comerciais e residências de Belo Horizonte e região metropolitana acorda um incremento salarial (percentual ou fixo) anual para os trabalhadores da Companhia. Com relação à Diretoria não estatutária, estas convenções entre sindicatos são observadas, no entanto, a Companhia tem a faculdade de reajustar cada elemento da remuneração total caso entenda necessário.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia

a adequação da política de remuneração do emissor

Caberá ao Conselho de Administração avaliar a adequação da Política de Remuneração da Companhia e realizar alterações sempre que necessário. Referidas avaliações são feitas através de pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores e atuantes no Brasil.

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Abaixo a descrição dos elementos que compõem a remuneração dos Administradores e seus objetivos. Cada elemento da remuneração cumpre um papel no curto, médio e longo prazo. Como há um vínculo forte com resultados, a Companhia assegura uma remuneração sustentável, sem comprometimento de quaisquer outros investimentos.

Salário ou pró-labore (remuneração-base): Corresponde ao salário base e tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (Companhia) e externamente (mercado).

Participação de resultados (remuneração variável): Corresponde à participação nos lucros e tem por objetivo premiar o alcance e superação de metas da Companhia, área e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e concorrência.

Benefícios: Corresponde ao seguro de vida, assistência médica e o plano de previdência privada e têm por objetivo complementar benefícios da assistência social.

Remuneração baseada em ações, incluindo opções (incentivos de longo prazo): Corresponde ao Plano de Opções de Compra de Ações e têm por objetivo reforçar a retenção dos funcionários e alinhar interesses com acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. Para maiores informações sobre os planos de opção de compra de ações da Companhia, vide item 8.4 deste Formulário de Referência.

Remuneração pós-emprego: Corresponde ao plano de previdência privada e, assim como os benefícios, tem o objetivo de complementar a assistência privada e complementar a aposentadoria.

Conselho de Administração

A prática de remuneração dos membros do Conselho de Administração inclui uma remuneração fixa.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria estatutária da Companhia é fixada pela Assembleia Geral, devendo os membros do Conselho de Administração determinar sua distribuição, de acordo com funções e responsabilidades e observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e de seus acordos de acionistas. A remuneração da Diretoria estatutária da Companhia considera a remuneração de outros executivos da indústria de propriedades comerciais, bem como o desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir nosso objetivo de aumentar o valor de nossas ações.

Os Diretores Estatutários, além da remuneração mensal fixa, paga a título de pró-labore, recebem uma remuneração variável atrelada ao seu desempenho e condicionada ao cumprimento de determinadas metas de sua área. Também foram outorgadas opções de compra de ações de nossa emissão, para serem exercidas nos prazos e nas condições estipuladas no Plano III de Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 19 de abril de 2022, sendo que este Plano III é uma evolução do plano aprovado em Assembleia Geral em 16 de abril de 2020 (Plano II), sendo as alterações pertinentes também válidas ao Plano I naquela data aprovado (“Plano de Opções de Compra de Ações”).

Sendo assim, a remuneração da Diretoria estatutária inclui: (i) uma remuneração-base e uma remuneração variável, relacionada com metas de acordo com a posição e a área do administrador; (ii) uma remuneração indireta, representada pelos benefícios; e (iii) uma remuneração baseada em ações, decorrente das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

Esta política concilia objetivos de curto, médio e longo prazo. Diretoria Não Estatutária

A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração da Diretoria não estatutária é estabelecida segundo a legislação existente. Todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada Diretor. Adicionalmente, os membros da Diretoria possuem remuneração baseada em ações, conferida no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia.

Sendo assim, a remuneração da Diretoria não estatutária inclui: (i) uma remuneração-base e uma remuneração variável, relacionada com metas de acordo com a posição e a área do administrador; (ii) uma remuneração indireta, representada pelos benefícios; e (iii) uma remuneração baseada em ações, decorrente das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi atribuída pela Assembleia Geral que os elegeu, nos termos da legislação aplicável.

Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria passaram a auferir remuneração pelo desempenho de suas funções a partir do exercício social de 2019. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria incluirá apenas remuneração fixa, sem compreender nenhum tipo de benefício, remuneração variável, benefício pós-emprego, ou mesmo direito a participar do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Os membros dos demais Comitês da Companhia não auferem remuneração.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

As tabelas abaixo apresentam as proporções de cada elemento na composição da remuneração total da Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento:

Diretoria Estatutária

	2022	2023	2024
Salário ou pró-labore (Remuneração Base)	38%	40%	41%
Participação de resultados (Remuneração Variável)	29%	29%	27%
Benefícios	2%	3%	4%
Remuneração baseada em ações	30%	27%	27%
Remuneração pós-emprego	1%	1%	2%

Diretoria Não Estatutária

	2022	2023	2024
Salário ou pró-labore (Remuneração Base)	58%	56%	56%
Participação de resultados (Remuneração Variável)	23%	22%	21%
Benefícios	4%	6%	7%
Remuneração baseada em ações	13%	14%	14%
Remuneração pós-emprego	2%	2%	2%

Conselho de Administração

	2022	2023	2024
Salário ou pró-labore (Remuneração Base)	100%	100%	100%
Participação de resultados (Remuneração Variável)	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%
Remuneração baseada em ações	0%	0%	0%
Remuneração pós-emprego	0%	0%	0%

Conselho Fiscal

	2022	2023	2024
--	-------------	-------------	-------------

Salário ou pró-labore (Remuneração Base)	100,0%	100%	100%
Participação de resultados (Remuneração Variável)	-	-	-
Benefícios	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Remuneração pós-emprego	-	-	-

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Diretoria estatutária

Os elementos da remuneração e limites anuais são definidos em Assembleia Geral de Acionistas. Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil. Com base nisso, os ajustes são analisados pelo Conselho de Administração e levados para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Diretoria não estatutária

A negociação entre o sindicato dos empregados em empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis comerciais e residências de Belo Horizonte e região metropolitana acorda um incremento salarial (percentual ou fixo) anual para os trabalhadores da empresa. Com relação à Diretoria Não- Estatutária, estas convenções entre sindicatos são seguidas. A Companhia pode reajustar cada elemento da remuneração total caso entenda necessário.

Conselho de Administração

Os elementos da remuneração e limites anuais são definidos em Assembleia Geral de Acionistas. Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os principais indicadores de desempenho que a Companhia considera para determinar a composição da remuneração variável e da remuneração de longo prazo dos Administradores são: Margem EBITDA Ajustado, FFO ajustado, Lucro líquido.

No que concerne ao acompanhamento dos indicadores para a determinação da remuneração variável dos Administradores, a Companhia informa que este é realizado mensalmente, sendo que a apuração final dos resultados é feita no ano subsequente ao exercício e aprovada pelo Conselho de Administração. Cada indicador tem um peso específico que, ponderado, consolida a remuneração variável total.

Com relação aos indicadores incidentes na remuneração baseada em ações, incluindo opções (incentivos de longo prazo), a Companhia informa que a definição da referida remuneração é baseada em critérios de desempenho individual e coletivo, geração de valor para o acionista e potencial de colaboração com a Companhia no futuro e é aprovada pelo Conselho de Administração no ano subsequente.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração paga aos administradores da Companhia consiste em um incentivo para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, de acordo com as melhores práticas do mercado, de modo a maximizar a criação de valor ao negócio da Companhia, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado. Em médio prazo, a Companhia visa obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados da Companhia a determinados colaboradores. Em longo prazo, a Companhia busca reter profissionais qualificados por meio da outorga de remuneração baseada em nossas ações aos colaboradores elegíveis.

Assim, com essa composição da remuneração, a Companhia busca o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos seus executivos, visando obter ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e pelo desempenho de curto prazo.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros dos Comitês da Companhia, com exceção dos membros do Comitê de Auditoria, não auferem remuneração específica em decorrência da posição que ocupam nos respectivos Comitês, pelo fato de já serem remunerados por outras posições ocupadas na Companhia.

Adicionalmente, nos últimos 3 exercícios sociais, um dos membros do Conselho de Administração não auferiu remuneração em virtude do cargo ocupado, uma vez que renunciou a essa remuneração.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data deste Formulário de Referência, não há remunerações recebida pelos diretores da Companhia que sejam suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos da Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.240.000,00	5.510.000,00	413.250,00	9.163.250,00
Benefícios direto e indireto		820.000,00		820.000,00
Participações em comitês				-
Outros	648.000,00	1.794.000,00	82.650,00	2.524.650,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS: Conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014 no item 8.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada. O encargo social pago ao INSS não compõe o montante da remuneração global da Administração proposta para aprovação da AGO. Os valores demonstrados neste quadro se referem a informações de natureza distinta do limite de remuneração global dos administradores proposto para aprovação em AGO, tendo em vista que o montante proposto não inclui os encargos do INSS que são ônus do empregador, enquanto os valores demonstrados no quadro 8.2, por outro lado, considera.			
Remuneração variável				

Bônus		3.460.000,00		3.460.000,00
Participação de resultados				-
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros				-
Descrição de outras remunerações variáveis		-	-	-
Pós-emprego				-
Cessação do cargo				-
Baseada em a��es (incluindo opções)		3.380.000		3.380.000
Observa��o	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administra��o e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administra��o e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administra��o e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	

Total da remuneração	3.888.000,00	14.964.000,00	495.900,00	19.347.900,00
-----------------------------	---------------------	----------------------	-------------------	----------------------

Remuneração total do Exercício Social em corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.010.000,00	4.506.000,00	158.400,00	7.674.400,00
Benefícios direto e indireto		594.493,28		594.493,28
Participações em comitês				0,00
Outros	602.000,00	1.497.210,87	31.680,00	2.130.890,87
Descrição de outras remunerações fixas	<p>INSS: Conforme orientação do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014 no item 8.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada. O encargo social pago ao INSS não compõe o montante da remuneração global da Administração proposta para aprovação da AGO. Os valores demonstrados neste quadro se referem a informações de natureza distinta do limite de remuneração global dos administradores proposto para aprovação em AGO, tendo em vista que o montante proposto não inclui os encargos do INSS que são ônus do empregador, enquanto os valores demonstrados no quadro 8.2, por outro lado, considera.</p>			
Remuneração variável				
Bônus		2.980.054,36		2.980.054,36
Participação de resultados				0

Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros				0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em a��es (incluindo op��es)		2.992.305,12		2.992.305,12
Observa��o	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administra��o e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instru��es contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administra��o e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instru��es contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administra��o e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instru��es contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	
Total da remunera��o	3.612.000,00	12.570.063,63	190.080,00	16.372.143,63

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,50	3,00	13,50
Nº de membros remunerados	6,00	3,50	3,00	12,50
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.600.000,00	3.730.800,00	158.400,00	6.489.200,00
Benefícios direto e indireto	0,00	394.963,00	0,00	394.963,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	520.000,00	1.283.712,00	31.680,00	1.835.392,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.687.758,00	0,00	2.687.758,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do	0,00	0,00	0,00	0,00

cargo				
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.526.060,00	0,00	2.526.060,00
Observação	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administração e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administração e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administração e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	
Total da remuneração	3.120.000,00	10.623.293,00	190.080,00	13.933.373,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,33	3,00	3,00	11,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.320.000,00	3.003.000,00	158.400,00	5.481.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	273.654,76	0,00	273.654,76
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	464.000,00	1.066.754,31	31.680,00	1.562.434,31
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.330.771,55	0,00	2.330.771,55
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	

Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.384.947,70	0,00	2.384.947,70
Observação	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administração e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administração e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	O número total de membros e o número de membros remunerados da Administração e do Conselho Fiscal foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	
Total da remuneração	2.784.000,00	9.059.128,32	190.080,00	12.033.208,32

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não faziam jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não faziam jus à remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.460.000,00	0,00	3.460.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.460.000,00	0,00	3.460.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não faziam jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não faziam jus à remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.980.000,00	0,00	2.980.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.980.000,00	0,00	2.980.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.980.054,36	0,00	2.980.054,36
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	DiretoriaEstatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,50	3,00	13,50
Nº de membros remunerados	0,00	3,50	0,00	3,50
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não faziam jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não faziam jus à remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.690.000,00	0,00	2.690.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.690.000,00	0,00	2.690.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.687.758,22	0,00	2.687.758,22
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas	0,00	0,00	0,00	0,00

fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não faziam jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não faziam jus à remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.330.000,00	0,00	2.330.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.330.000,00	0,00	2.330.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.330.771,55	0,00	2.330.771,55
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a) termos e condições gerais

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

A Companhia aprovou Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de novembro de 2010 ("Plano Original"), o qual foi alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019 ("Plano I"), alterado novamente na Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2020 ("Plano II") e por último em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 19 de abril de 2022 ("Plano III"). O Plano Original abrangia o equivalente a até 5% do total das ações da Companhia emitidas à época de sua aprovação, ou seja, a até 3.568.596 ações, o que foi alterado no Plano II, uma vez que este abrangia até 1.892.149 ações. O Plano III abrange até 3.092.149 ações.

No âmbito do Plano, o Conselho de Administração criará, periodicamente, Programas de Opção de Ações, onde serão definidas as pessoas elegíveis a receber as opções do Plano, o número e a espécie de ações da Companhia que terão direito de subscrever com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo máximo para o exercício da opção, normas sobre transferência de opções e quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício da opção.

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações será equivalente à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão. Ainda, o preço de exercício deverá ser pago na forma estabelecida em cada Programa e será ajustado pela distribuição de dividendos. Os executivos e empregados da Companhia, inclusive de controladas, direta ou indiretamente, poderão ser habilitados a participar do referido plano, sendo certo que o Conselho de Administração da Companhia definirá aqueles que serão elegíveis a participar do Plano. Se o contrato de trabalho ou o mandato do colaborador for encerrado por meio de comum acordo entre este e a Companhia todas as opções com as quais o beneficiário tiver sido contemplado poderão ser exercidas em até 90 dias, contados da data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, mediante notificação por escrito enviada ao presidente do Conselho de Administração da Companhia, sendo que, após tal prazo, serão canceladas.

Nas hipóteses de (i) pedido de demissão ou renúncia ou (ii) demissão por justa causa ou destituição de diretor estatutário por justo motivo, conforme for o caso, a definição de

justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, todas as opções que tenham sido concedidas ao beneficiário, estando ou não aptas para exercício segundo as regras do Plano, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

Em decorrência do grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a Companhia em 06 de fevereiro de 2017, na proporção de 4 ações ordinárias para 1 ação ordinária, as 3.568.596 ações abrangidas pelo Plano Original correspondem a 892.149 ações pós grupamento, o que alterou a quantidade de ações abrangidas pelos Programas 1, 2, 3, 4 e 5.

(i) Programa 1:

Em 08 de junho de 2011, foi aprovado o “Programa 1”. A participação neste programa inclui, além dos diretores e gestores seniores, os gestores do médio nível hierárquico da Companhia, que são eleitos pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração. Foram concedidas 280.000 opções ao preço de exercício de R\$1,00, diferenciando-se pelo volume de opções recebidas e pelo prazo necessário ao seu exercício (“vesting”), de até 5 anos. Em 13 de abril de 2018 foi concedida extensão de três anos adicionais na vigência contados da data da expiração original.

(ii) Programa 2:

Em 28 junho de 2012, foi outorgado o “Programa 2”. A participação neste programa inclui, além dos diretores e gestores seniores da Companhia, que são eleitos pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração. Foram concedidas 89.774 opções ao preço de exercício de R\$5,59, diferenciando-se pelo volume de opções recebidas e pelo prazo necessário ao seu exercício (“vesting”), de até 5 anos. Em 13 de abril de 2018 foi concedida extensão de três anos adicionais na vigência contados da data da expiração original.

(iii) Programa 3:

Em 22 de Outubro de 2013, foi aprovado o “Programa 3”. A participação neste programa inclui, além dos diretores e gestores seniores do nível hierárquico da Companhia, que são eleitos pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração. Foram concedidas 131.515 opções ao preço de exercício de R\$7,51, diferenciando-se pelo

volume de opções recebidas, mas mantendo-se o mesmo prazo necessário ao seu exercício (“vesting”), de 5 anos. As opções podem ser exercidas até 3 anos após a data do último exercício. Em 13 de abril de 2018 foi concedida extensão de três anos adicionais na vigência contados da data da expiração original.

(iv) Programa 4:

Em 25 de Novembro de 2014, foi aprovado o “Programa 4”. A participação neste programa inclui, além dos diretores e gestores seniores do médio nível hierárquico da Companhia, que são eleitos pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração. Foram concedidas 127.341 opções ao preço de exercício de R\$7,51, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting. Em 13 de abril de 2018 foi concedida extensão de três anos adicionais na vigência contados da data da expiração original.

(v) Programa 5:

Em 15 de Dezembro de 2015, foi aprovado o “Programa 5”. A participação neste programa inclui, além dos diretores e gestores seniores do nível hierárquico da Companhia, que são eleitos pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração. Foram concedidas 110.841 opções ao preço de exercício de R\$7,51, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting. Em 13 de abril de 2018 foi concedida extensão de três anos adicionais na vigência contados da data da expiração original.

(vi) Programa 6:

Em 16 de abril de 2018, foi aprovado o “Programa 6”, para diretores e gestores. O programa contempla 352.000 opções ao preço de exercício de R\$22,00, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

(vii) Programa 7:

Em 06 de setembro de 2019, foi aprovado o “Programa 7”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contempla 226.251 opções, ao preço de exercício

de R\$23,42, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

(viii) Programa 8:

Em 26 de junho de 2020, foi aprovado o “Programa 8”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contempla 653.216 opções, ao preço de exercício de R\$21,62, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

(ix) Programa 9:

Em 14 de junho de 2021, foi aprovado o “Programa 9”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contemplava 338.074 opções, ao preço de exercício de R\$30,22, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

O programa foi cancelado por decisão do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2021.

(x) Programa 10:

Em 01 de dezembro de 2021, foi aprovado o “Programa 10”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contempla

338.074 opções, ao preço de exercício de R\$24,17, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

Para adesão ao programa, os executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta e indiretamente), foram convidados a adquirir, caso assim desejarem, as opções de compra indicadas em Carta Convite enviada pela Companhia, de acordo com os prazos, constantes na referida Carta Convite.

(xi) Programa 11:

Em 29 de julho de 2022, foi aprovado o “Programa 11”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contempla 401.761 opções, ao preço de exercício de R\$18,99, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

Para adesão ao programa, os executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta e indiretamente), foram convidados a adquirir, caso assim desejarem, as opções de compra indicadas em Carta Convite enviada pela Companhia, de acordo com os prazos, constantes na referida Carta Convite.

(xii) Programa 12:

Em 06 de Setembro de 2023 foi aprovado o “Programa 12”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contempla 527.430 opções, ao preço de exercício de R\$16,85, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

Para adesão ao programa, os executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta e indiretamente), foram convidados a adquirir, caso assim desejarem, as opções de compra indicadas em Carta Convite enviada pela Companhia, de acordo com os prazos, constantes na referida Carta Convite.

(xiii) Programa 13:

Em 09 de Setembro de 2024 foi aprovado o “Programa 13”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contempla 554.703 opções, ao preço de exercício de R\$21,02, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

Para adesão ao programa, os executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta e indiretamente), foram convidados a adquirir, caso assim desejarem, as opções de compra indicadas em Carta Convite enviada pela Companhia, de acordo com os prazos, constantes na referida Carta Convite.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações

A Companhia submeterá o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações ("Plano 2025") para aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 17 de abril de 2025.

Serão elegíveis à outorga de ações e aos incentivos atrelados a ações e/ou à outorga de opções no âmbito do Plano 2025, os administradores e empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle ("Elegíveis").

O Conselho de Administração selecionará, dentre os Elegíveis determinados em cada um dos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus à outorga das ações e/ou de incentivos atrelados a ações e/ou das opções ("Beneficiários").

O objetivo do Plano 2025 é permitir o recebimento de ações pelos Beneficiários escolhidos pelo Conselho de Administração como remuneração, observadas certas condições, com vistas a: (a) com relação aos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações: (i) incentivar o sentimento de "dono" da Companhia nos Beneficiários; (ii) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos da Companhia; e (iii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de competências dos Beneficiários, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia; (b) com relação aos Programas de Opções de Compra de Ações: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia (e de suas subsidiárias) e o maior alinhamento dos Beneficiários, na qualidade de acionistas da Companhia; e (ii) promover os interesses da Companhia, mediante o comprometimento de longo prazo dos Beneficiários.

b) data de aprovação e órgão responsável

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

A Companhia aprovou Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de novembro de 2010 ("Plano Original"), o qual foi alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019 ("Plano I"),

alterado novamente na Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2020 (“Plano II”) e por último em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 19 de abril de 2022 (“Plano III”).

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações

A Companhia submeterá o Plano 2025 para aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 17 de abril de 2025.

c) número máximo de ações abrangidas

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

O Plano Original abrangia o equivalente a 3.568.596 ações da Companhia, o que foi alterado no Plano, uma vez que este abrange até 892.1492 ações.

Em decorrência do grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a Companhia em 06 de fevereiro de 2017, na proporção de 4 ações ordinárias para 1 ação ordinária, as 3.568.596 ações abrangidas pelo Plano Original correspondem a 892.149 ações pós grupamento, o que alterou a quantidade de ações abrangidas pelos Programas 1, 2, 3, 4 e 5.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2020 aprovou a alteração do Plano para aumentar a quantidade de opções incluídas no Plano I em 1.000.000. Passando de 892.149 para 1.892.149 opções de ações no total.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de abril de 2022 aprovou a alteração do Plano para aumentar a quantidade de opções incluídas no Plano II em 1.200.000. Passando de 1.892.149 para 3.092.149 opções de ações no total.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações

As Ações, incentivos e as Opções outorgadas nos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e/ou Programas de Opções de Compra de Ações, conforme o caso, que venham a ser instituídos no âmbito do Plano 2025, somadas às opções já

outorgadas e não exercidas dos Planos Original, I, II e III, não poderá ultrapassar o limite de 4,3% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia. O limite é definido pelo Plano 2025 e somente poderá ser alterado mediante deliberação em Assembleia Geral de acionistas.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Conforme o Plano, as opções corresponderão a, no máximo, 3.092.149 ações. O número e a espécie de ações que serão entregues com o exercício da opção serão definidos na carta convite a ser aceita com referência ao Programa estabelecido pelo Conselho de Administração.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações

Vide item “c” acima.

e) condições de aquisição de ações

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

A participação no referido programa inclui diretores, estatutários e não estatutários, e gestores seniores. Nossos executivos, inclusive de nossas controladas, direta ou indiretamente, também poderão ser habilitados a participar do referido plano. O Conselho de Administração indica, em conformidade com o plano e para cada programa, aqueles que serão elegíveis à outorga da opção, os quais são devidamente convidados por escrito a participar do plano.

O preço de exercício deverá ser pago na forma estabelecida em cada programa, de acordo com os preços indicados no item 8.4. (f) abaixo. A opção somente poderá ser exercida nos termos do plano e de cada programa, durante o prazo e nos períodos fixados nestes. A pessoa participante do plano deve ser um colaborador ativo à época da data de exercício.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações

Os Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações que venham a ser instituídos no âmbito do Plano poderão ser administrados pelo Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Pessoas da Companhia, e todas as decisões relativas ao Plano e aos Programas de Outorga de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações que venham a ser instituídos no âmbito do Plano deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

A outorga dos incentivos a cada beneficiário far-se-á por meio da celebração de contrato de outorga entre a Companhia e o respectivo beneficiário. A assinatura do contrato relacionado a cada Programa de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações implicará a aceitação de todas as condições do Plano e do respectivo programa pelo beneficiário.

O Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento (i) da aquisição efetiva das Ações como consequência do exercício das Opções, ou (ii) da transferência de titularidade plena das Ações, e nenhuma ação será entregue ao beneficiário a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo beneficiário.

f)critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

O Plano Original previa que o preço de exercício da opção deveria equivaler ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação de cada programa. Neste sentido, todos os programas aprovados no âmbito do Plano Original previam um preço de exercício baseado no valor do patrimônio líquido da ação à época, conforme descritos abaixo (programas 1 a 6). No entanto, com a alteração do plano aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019, o preço de exercício passará a ser o equivalente à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão.

Para referência a Companhia apresenta abaixo descrição dos Programas como foram aprovados no âmbito do Plano Original. No entanto, com o novo Plano, o preço de exercício nos termos destes Programas passará a ser baseado na média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, nos termos acima descritos.

Em decorrência do grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a Companhia em 06 de fevereiro de 2017, na proporção de 4 ações ordinárias para 1 ação ordinária, as 3.568.596 ações abrangidas pelo Plano Original correspondem a 1.892.149 ações pós grupamento, o que alterou a quantidade de ações abrangidas pelos Programas 1, 2, 3, 4 e 5.

(i) Programa 1:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação de cada do programa, sendo R\$1,00.

(ii) Programa 2:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$5,59.

(iii) Programa 3:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51.

(iv) Programa 4:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51.

(v) Programa 5:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51.

(vi) Programa 6:

O preço de exercício do Plano Original era equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$22,00.

(vii) Programa 7:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$23,42.

(viii) Programa 8:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$21,62.

(ix) Programa 9:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$30,22. O programa foi cancelado por decisão do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2021.

(x) Programa 10:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$24,17.

(xi) Programa 11:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$18,99.

(xii) Programa 12

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$16,85.

(xiii) Programa 13

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$21,02.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações

O preço de emissão das opções para subscrição ou aquisição das ações, será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação do(s) Programa(s) de Opções de Compra de Ações.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

As opções poderão ser exercidas anualmente e os planos têm seus prazos de exercício condizentes com a relevância do colaborador e o alinhamento com os objetivos de longo prazo do plano. Ainda, o Conselho de Administração poderá prorrogar (mas não antecipar) o prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações

Exceto por deliberação em contrário do Conselho de Administração, a obtenção do direito ao exercício da opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos em cada Programa de Opções de Compra de Ações.

As Opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Programa de Opções de Compra de Ações.

h) forma de liquidação

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

O exercício das opções confere o direito a ações ordinárias da Companhia, pelo Preço de Exercício. Após cada exercício das opções, as ações serão disponibilizadas ao titular. Após cada exercício das opções, as ações serão disponibilizadas ao titular.

As ações objeto das opções poderão ser emitidas via aumento de capital da Companhia, ou poderão ser oferecidas opções de compra das ações existentes em tesouraria da Companhia, mediante prévia aprovação da CVM.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações

A quantidade final de opções atribuída ao participante será considerada automaticamente exercida no prazo estabelecido no contrato de opções e, neste ato, as ações subjacentes às opções exercidas serão entregues aos Beneficiários pela Companhia mediante a entrega de ações em tesouraria, observada a regulamentação aplicável, ou, caso não haja ações em tesouraria, mediante outras formas que venham a ser definidas pelo Conselho de Administração em cada Programa de Opções de Compra de Ações.

Nenhuma opção será entregue aos Beneficiários no exercício das Opções sem o cumprimento integral de todos os requisitos da legislação ou dos regulamentos aplicáveis.

i) restrições à transferência das ações

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

O titular das ações que foram originalmente adquiridas no âmbito do Plano não poderá vender, transferir ou alienar tais ações de emissão da Companhia, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente da propriedade das ações objeto do plano, pelo período mínimo de indisponibilidade previsto na Carta Convite, onde os termos e condições de cada opção concedida segundo o Plano estarão fixados.

O titular das ações obrigará-se a não as apresentar em garantia, não as onerar e a não instituir sobre as mesmas qualquer forma de gravame.

A Companhia fará constar no respectivo Livro de Transferência de Ações, as restrições sobre a alienabilidade das ações decorrentes do exercício das opções conforme previsto no Plano.

Após o prazo de restrição previsto no Plano, caso qualquer beneficiário pretenda, direta ou indiretamente, dispor ou, de qualquer maneira, transferir a totalidade ou parte de suas ações a um terceiro, este beneficiário deverá notificar a Companhia, por escrito, especificando o nome do terceiro, o prazo, as condições de pagamento, a quantidade de ações ofertadas, assim como todos os demais elementos necessários para que a Companhia manifeste, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, se pretende exercer o direito de preferência de adquirir as ações do beneficiário nos mesmos termos, condições e prazo. Caso a Companhia não exerça o direito de preferência durante o prazo de 30 (trinta) dias acima indicado, o beneficiário terá o direito de vender as ações, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados do término do prazo em termos e condições não melhores do que aqueles oferecidos à Companhia.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações

As regras de restrição à venda das ações e das ações adquiridas em razão do exercício das Opções no âmbito do Plano 2025, será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação do(s) Programa(s) de Opções de Compra de Ações.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Se o número de ações existentes na Companhia for aumentado ou diminuído ou se as ações forem trocadas por espécies ou classes diferentes, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão então feitos ajustes apropriados no número de Ações em relação às quais as opções tenham sido concedidas e ainda não exercidas. Quaisquer ajustes nas opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajuste correspondente ao preço de exercício por cada ação ou qualquer unidade de ação abrangida pela opção.

O Conselho de Administração estabelecerá as regras aplicáveis para os casos de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações

Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, aumento de capital, grupamentos ou conversões, o preço de aquisição, número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada incentivo e/ou Opção em vigor, conforme o caso, serão ajustados na mesma proporção.

O Plano poderá ser rescindido por decisão da Assembleia Geral da Companhia a qualquer tempo. O término da vigência do Plano não afetará a eficácia das Ações, Opções e dos incentivos ainda em vigor e nos respectivos regulamentos de cada Programa.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Se o contrato de trabalho ou o mandato do colaborador for encerrado por meio de comum acordo entre este e a Companhia todas as opções com as quais o beneficiário tiver sido contemplado poderão ser exercidas em até 90 dias, contados da data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, mediante notificação por escrito enviada ao presidente de nosso Conselho de Administração, sendo que, após tal prazo, serão canceladas.

Nas hipóteses de (i) pedido de demissão ou renúncia ou (ii) demissão por justa causa ou destituição de diretor estatutário por justo motivo, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, todas as opções que tenham sido concedidas ao beneficiário, estando ou não aptas para exercício segundo as regras do Plano, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

Em caso de morte do beneficiário, seus sucessores terão o direito de exercer eventuais opções não exercidas, independentemente da observância de períodos de restrição à venda de ações no âmbito do Programa e mesmo que o direito ao exercício ainda não

tenha sido adquirido, imediatamente e pelo prazo de exercício previsto no respectivo Programa.

Em caso de aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade, após os 60 (sessenta) anos de idade e desde que concomitantemente haja a cessação da prestação dos serviços, as opções cujo direito de exercício (i) não tenha sido adquirido até tal data, serão canceladas; e (ii) já tenha sido adquirido até tal data, poderão ser exercidas em até 90 (noventa) dias, contados da data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, mediante notificação por escrito enviada ao presidente do Conselho de Administração, sendo que, após tal prazo, serão canceladas.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações

O Conselho de Administração e/ou o Comitê da Companhia, conforme o caso, terá amplos poderes para definir em cada um dos programas as regras, consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos relativos às Opções e/ou às Ações e aos incentivos pelos Beneficiários em caso de (i) rescisão contratual; (ii) falecimento; (iii) invalidez permanente; (iv) aposentadoria; ou (v) dissolução e/ou liquidação da Companhia.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

]

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	1,957%	1,957%
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não farão jus à remuneração baseada em ações.		
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	1,957%	1,957%
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não farão jus à remuneração baseada em ações.		
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00	15,43	15,43
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	7,00	3,50	3,50
Nº de membros remunerados	0,00	3,50	3,50
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	1,588%	1,588%
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não farão jus à remuneração baseada em ações.		
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00	14,47	14,47
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	3,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	1,796%	1,796%
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não farão jus à remuneração baseada em ações.		
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00	22,83	22,83
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Tendo em vista que aos membros do Conselho de Administração da Companhia não fazem jus a uma remuneração variável, indicamos abaixo as informações pertinentes com relação às opções detidas pela Diretoria Estatutária:

Opções Outorgadas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,00
Nº de membros remunerados	4,00
Data de outorga	-
Quantidade de opções outorgadas	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até 12/2029
Prazo máximo para exercício das opções	29/12/2032
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	3 meses
Valor justo das opções na data da outorga	7,79
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	3.583.400,00

Opções Outorgadas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (Programa 13)

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,00
Nº de membros remunerados	4,00
Data de outorga	-

Quantidade de opções outorgadas	364.246
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até 12/2028
Prazo máximo para exercício das opções	29/12/2031
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	3 meses
Valor justo das opções na data da outorga	9,24
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	3.365.633,04

Opções Outorgadas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (Programa 12)

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3,50
Nº de membros remunerados	3,50
Data de outorga	-
Quantidade de opções outorgadas	386.289
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até 12/2027
Prazo máximo para exercício das opções	29/12/2030
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	3 meses
Valor justo das opções na data da outorga	7,57
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.924.207,73

Opções Outorgadas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Programa 11)

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3,00
Nº de membros remunerados	3,00
Data de outorga	29/07/2022
Quantidade de opções outorgadas	284.357
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até 12/2026
Prazo máximo para exercício das opções	29/12/2029
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	3 meses
Valor justo das opções na data da outorga	8,61
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.448.313,77

8.7 Opções em aberto

As tabelas abaixo apresentam as informações sobre as opções em aberto concedidas no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia. Tendo em vista que esse programa não beneficia aos membros do Conselho de Administração da Companhia, indicamos abaixo as informações pertinentes com relação às opções em aberto detidas pela Diretoria Estatutária.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2024

Programa 5	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0,00	-
Data em que se tornarão exercíveis	0,00	-
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	-
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado de exercício	0,00	30,04
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	3,48
Opções exercíveis		
Quantidade	0,00	15.136
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	31/12/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado do exercício	0,00	30,04
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	3,48
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0,00	52.673

Programa 6	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7,00	4,00
N º de membros remunerados	0,00	2,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0,00	-
Data em que se tornarão exercíveis	0,00	-
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	-
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado de exercício	0,00	22,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	4,66
Opções exercíveis		
Quantidade	0,00	-
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	30/04/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado do exercício	0,00	22,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	4,66
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0,00	-

Programa 7	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7,00	4,00
N º de membros remunerados	0,00	2,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0,00	-
Data em que se tornarão exercíveis	0,00	-

Prazo máximo para exercício das opções	0,00	-
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado de exercício	0,00	23,42
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	4,76
Opções exercíveis		
Quantidade	0,00	-
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	31/12/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado do exercício	0,00	23,42
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	4,76
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0,00	-

Programa 8	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0,00	300.000
Data em que se tornarão exercíveis	0,00	Até 2029
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	12/2027 e 12/2032
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado de exercício	0,00	21,62
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	11,83 e 12,66
Opções exercíveis		
Quantidade	0,00	-
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	31/12/2027 e 31/12/2032

Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado do exercício	0,00	21,62
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	11,83 e 12,66
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0,00	-

Programa 10	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7,00	4,00
N º de membros remunerados	0,00	3,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0,00	141.586
Data em que se tornarão exercíveis	0,00	Até 2025
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	12/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado de exercício	0,00	24,17
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	7,51
Opções exercíveis		
Quantidade	0,00	-
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	29/12/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado do exercício	0,00	24,17
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	7,51
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0,00	-

Programa 11	Conselho de Administração	Diretoria
--------------------	----------------------------------	------------------

Nº total de membros	7,00	4,00
N º de membros remunerados	0,00	3,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0,00	199.046
Data em que se tornarão exercíveis	0,00	Até 2026
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	12/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado de exercício	0,00	18,99
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	8,61
Opções exercíveis		
Quantidade	0,00	-
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	29/12/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado do exercício	0,00	18,99
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	8,61
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0,00	-

Programa 12	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7,00	4,00
N º de membros remunerados	0,00	4,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0,00	309.031
Data em que se tornarão exercíveis	0,00	Até 2027
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	12/2030
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado de exercício	0,00	16,85

Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	7,57
Opções exercíveis		
Quantidade	0,00	4.539
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	29/12/2030
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado do exercício	0,00	16,85
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	7,57
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0,00	34.360

Programa 13	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0,00	327.822
Data em que se tornarão exercíveis	0,00	Até 2028
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	12/2031
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado de exercício	0,00	21,02
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	9,24
Opções exercíveis		
Quantidade	0,00	9.355
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	29/12/2031
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	n/a
Preço médio ponderado do exercício	0,00	21,02
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	9,24

Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0,00	86.440
---	------	--------

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Tendo em vista que aos membros do Conselho de Administração da Companhia não fazem jus a uma remuneração variável, indicamos abaixo as informações pertinentes com relação às opções detidas pela Diretoria Estatutária:

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2024

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,00
Nº de membros remunerados	4,00
Número de opções	352.089
Preço médio ponderado de exercício	15,38
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	18,18
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	985.849,20

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2023

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3,50
Nº de membros remunerados	3,50
Número de opções	621.829
Preço médio ponderado de exercício	13,69
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	24,17

Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	6.516.767,92
--	--------------

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,00
Nº de membros remunerados	3,00
Número de opções	15.349
Preço médio ponderado de exercício	22,36
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	25,30
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	45.126,06

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de ações restritas.

8.10 Outorga de Ações

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de ações restritas.

8.11 Ações Entregues

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de ações restritas.

8.12 Precificação das ações/opções

a) modelo de precificação

Os valores do plano de remuneração em ações foram estimados adotando-se o modelo Black and Scholes. Este modelo leva em consideração o valor do ativo objeto, preço de exercício, tempo a decorrer até o exercício, probabilidade da opção a ser exercida, volatilidade e taxa de juros ponderados para o período de cada lote de opções baseadas na taxa DI divulgada pela B3. Vale destacar que o tempo a decorrer até o exercício foi mensurado conforme decisão da administração e considera o final do período de carência como base para o cálculo, ou seja, as opções são calculadas com prazo de exercício determinado de cinco anos.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Preço do exercício

(i) Programa 1:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação de cada do programa, sendo R\$1,00 até fevereiro de 2017 e R\$4,00 após aprovação do grupamento de ações.

(ii) Programa 2:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$5,59 até fevereiro de 2017 e R\$22,36 após aprovação do grupamento de ações.

(iii) Programa 3:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51 até fevereiro de 2017 e R\$30,04 após aprovação do grupamento de ações.

(iv) Programa 4:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51 até fevereiro de 2017 e R\$30,04 após aprovação do grupamento de ações.

(v) Programa 5:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51 até fevereiro de 2017 e R\$30,04 após aprovação do grupamento de ações.

(vi) Programa 6:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$22,00.

(vii) Programa 7:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$23,42.

(viii) Programa 8:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$21,62.

(ix) Programa 9:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$30,22.

O programa foi cancelado por decisão do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2021.

(x) Programa 10:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$24,17.

(xi) Programa 11:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$18,99.

(xii) Programa 12:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$16,85.

(xiii) Programa 13:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$21,02.

Preço médio das ações ponderadas

O preço médio ponderado de mercado das ações exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando a data de exercício, foi de R\$18,18.

Volatilidade esperada

Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10	Programa 11	Programa 12	Programa 13
36,56%	27,17%	26,73%	29,38%	30,86%	39,97%	37,48%	39,21%	38,14%	37,74%

Prazo de vida da opção

O prazo necessário ao exercício das opções é de 5 anos, e podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

Taxa de juros livre de risco

Para a taxa livre de risco foi considerado uma média das taxas CDI futuras do prazo de exercício máximo de cada tranche dos planos, dado por projeção da B3.

Dividendos esperados

Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10	Programa 11	Programa 2	Programa 13
---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	----------------	----------------	---------------	----------------

5,00%	5,00%	6,02%	5,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não incorporamos os efeitos esperados de exercícios antecipado, considerando que o Plano de Outorga de Opção de compra de ações não prevê antecipação do direito de exercício, exceto em caso de morte de beneficiário.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi calculada com base na média histórica da Companhia, de empresas do mesmo setor de atuação e dos dados da B3.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características utilizadas na mensuração do valor justo das opções estão descritas acima.

8.13 Participações detidas por órgão

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Log Commercial Properties e Participações S.A.			
Órgão	Valor Mobiliário	Quantidade	Percentual
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	1.984.175	2,26%
Diretoria	Ações Ordinárias	519.763	0,59%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	–	–
Total	Ações Ordinárias	2.503.938	2,85%

8.14 Planos de previdência

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Nome do plano	N/A	Icatu
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0,00	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Para ter acesso à aposentadoria é necessário ter no mínimo 60 anos de idade, 5 anos de contribuição ao plano

Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 0,00	R\$ 171.666,00										
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 0,00	R\$ 171.666,00										
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	<p>O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Log ocorre somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo de contribuição ao plano, conforme tabela abaixo:</p> <table><tr><th>Tempo de Contribuição ao Plano (em meses)</th><th>% do Saldo da Contribuição Empresa</th></tr><tr><td>Menor que 36 meses</td><td>0%</td></tr><tr><td>Maior ou igual à 36 meses e Menor que 60 meses</td><td>35%</td></tr><tr><td>Maior ou igual à 60 meses e Menor que 84 meses</td><td>70%</td></tr><tr><td>Maior ou igual à 84 meses</td><td>100%</td></tr></table>	Tempo de Contribuição ao Plano (em meses)	% do Saldo da Contribuição Empresa	Menor que 36 meses	0%	Maior ou igual à 36 meses e Menor que 60 meses	35%	Maior ou igual à 60 meses e Menor que 84 meses	70%	Maior ou igual à 84 meses	100%
Tempo de Contribuição ao Plano (em meses)	% do Saldo da Contribuição Empresa											
Menor que 36 meses	0%											
Maior ou igual à 36 meses e Menor que 60 meses	35%											
Maior ou igual à 60 meses e Menor que 84 meses	70%											
Maior ou igual à 84 meses	100%											

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº membros	4,00	3,50	3,00	7,00	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Nº membros remunerados	4,00	3,50	3,00	6,00	6,00	5,33	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (R\$)	6.315.400	5.956.777	5.558.320	2.400.000	2.000.000	1.800.000	52.800	52.800	52.800
Valor menor remuneração (R\$)	1.441.194	1.263.295	1.102.539	120.000	120.000	120.000	52.800	52.800	52.800
Valor médio de remuneração (R\$)	2.768.213	2.668.452	2.664.125	501.667	433.333	435.272	52.800	52.800	52.800

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	N/A	
31/12/2023	N/A	
31/12/2022	N/A	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	

	Conselho Fiscal
--	-----------------

	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	N/A	
31/12/2023	N/A	
31/12/2022	N/A	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

A Companhia possui como plano de benefício pós emprego o plano de previdência privada para a Diretoria Estatutária, detalhado no item 8.14 deste formulário.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não aplicável, dado que nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não possui membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que fossem partes relacionadas aos controladores.

8.18 Remuneração - Outras funções

Não aplicável, dado que nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, pagamento de remuneração para administradores e membros do conselho fiscal da Companhia reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

Referente à remuneração global dos administradores (item 8.2)

Nos exercícios anteriores e, conforme disposto no item 8.2, a Companhia sempre apresentou as informações relativas à remuneração global dos administradores, tanto com relação às propostas da administração submetidas às assembleias gerais da Companhia, como em relação às demais informações apresentadas aos investidores, sem considerar o valor dos encargos previdenciários previstos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS ("INSS"). A Companhia se comprometeu, a partir do exercício social de 2019, e apresentar na proposta da administração a ser submetida à assembleia geral de acionistas da Companhia alteração na política de divulgação, passando a apresentar na conta de "outros" as informações relativas à remuneração global de seus administradores com a inclusão dos valores correspondentes ao INSS.

Referente à remuneração baseada em ações (item 8.5)

O preço médio ponderado de exercício, como informado no item 8.5, representa a média dos Programas de *stock option* vigentes em cada exercício social. O preço médio de exercício de cada Programa encontra-se discriminado nas tabelas abaixo.

Remuneração baseada em ações para o exercício social encerrado em 31/12/2023	Diretoria Estatutária								
	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10	Programa 11	Programa 12	Programa 13
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:									
(a) Opções em aberto	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62	24,17	18,99	16,85	21,02
(b) Opções perdidas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Opções expiradas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações para o exercício social encerrado em 31/12/2023	Diretoria Estatutária								
	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10	Programa 11	Programa 12
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:									
(a) Opções em aberto	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62	24,17	18,99	16,85
(b) Opções perdidas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Opções expiradas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações para o exercício social encerrado em 31/12/2022	Diretoria Estatutária								
	Programa 2	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10	Programa 11
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:									
(a) Opções em aberto	22,36	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62	24,17	18,99

[illegible]

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO VII

**RELATÓRIO DETALHANDO AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS EM DESTAQUE, ORIGEM E JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS E ANALISANDO OS
SEUS EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS**

(conforme artigo 12, inciso II, da Resolução CVM 81)

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
<p>ARTIGO 4º - A Companhia tem por objeto: (i) a administração de bens próprios e de terceiros; (ii) a prestação de serviços de engenharia e de construção de imóveis residenciais e/ou comerciais; (iii) a incorporação, construção, comercialização, locação e serviços correlatos, inclusive consultoria imobiliária, sobre imóveis próprios ou de terceiros, residenciais e/ou comerciais; e (iv) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.</p>	<p>ARTIGO 4º - A Companhia tem por objeto: (i) a administração de bens próprios e de terceiros; (ii) a prestação de serviços de engenharia e de construção de imóveis residenciais e/ou comerciais; (iii) a incorporação, construção, comercialização, locação e serviços correlatos, inclusive consultoria imobiliária, sobre imóveis próprios ou de terceiros, residenciais e/ou comerciais; <u>(iv) intermediação no fornecimento de bens e serviços no segmento imobiliário comercial;</u> e (iv) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Incorporação ao objeto social da Companhia de atividade relacionada ao seu negócio principal. A atividade da alínea (iv) refere-se ao “Log Shop” atividade de intermediação no fornecimento de bens e serviços no segmento imobiliário comercial entre locatários e fornecedores, sem qualquer desnaturação ou alteração substancial da atividade-fim desenvolvida pela Companhia.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia. Vale esclarecer que a alteração não altera o objeto social da Companhia e, portanto, não há que se falar em eventual direito de recesso dos Acionistas.</p>
<p>ARTIGO 9º</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo 1º - As Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e presididas pelo</p>	<p>ARTIGO 9º</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo 1º - As Assembleias Gerais serão convocadas <u>pelo Presidente do Conselho de Administração na forma e nos prazos previstos</u></p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Ajustes de redação para instituir ao Presidente do Conselho de Administração, a competência para a convocação das Assembleias Gerais da Companhia, bem como fazer menção à forma e aos prazos</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
<p>Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem o Vice-Presidente indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la.</p>	<p>na lei com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e <u>serão</u> presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem o Vice-Presidente indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la.</p>	<p>previstos na regulamentação aplicável referentes à convocação das Assembleias Gerais.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 10 - As atas das Assembleias Gerais poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>ARTIGO 10 - As atas das Assembleias Gerais poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 130, da <u>na</u> Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Ajustes simples de redação para fazer referência à regulamentação aplicável.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 11 - A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as seguintes matérias:</p> <p>(...)</p> <p>(c) análise das contas dos administradores; análise, discussão e deliberação sobre as</p>	<p>ARTIGO 11 - A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as seguintes matérias, <u>além das previstas em lei:</u></p> <p>(...)</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Inclusão de atribuição da Assembleia Geral para prever a competência de fixar a remuneração global dos membros da Administração e do Conselho Fiscal, se instalado, em linha com o</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
<p>demonstrações financeiras apresentadas pelos órgãos da administração;</p> <p>(d) emissão de qualquer valor mobiliário, incluindo, mas não se limitando a ações, bônus de subscrição e opções de compra de ações, exceto a emissão de debêntures, na forma do artigo 59, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 6º, §2º, e 23, “s”, deste Estatuto Social, cuja deliberação competirá ao Conselho de Administração;</p> <p>(e) suspensão do exercício de qualquer direito previsto no presente Estatuto Social;</p> <p>(f) avaliação e conferência dos ativos usados pelos acionistas para aumentar o capital social da Companhia;</p> <p>(g) transformação, fusão, cisão, incorporação ou operação comercial semelhante que envolva a Companhia; sua dissolução e liquidação, bem como sobre a eleição e destituição de liquidantes e aprovação de suas contas;</p> <p>(h) solicitação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia pelos Diretores da Companhia ou sua liquidação ou dissolução;</p> <p>(i) redução do dividendo mínimo obrigatório ou distribuição de dividendos em valor diferente do previsto no Estatuto Social da Companhia, bem como o pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de retenções;</p>	<p><u>(c) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;</u></p> <p>(d) análise das contas dos administradores;</p> <p>(d)(e) análise, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelos órgãos da administração;</p> <p>(e)(f) emissão de qualquer valor mobiliário, incluindo, mas não se limitando a ações, bônus de subscrição e opções de compra de ações, exceto a emissão de debêntures, na forma do artigo 59, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 6º, §2º, e 23, “s”, deste Estatuto Social, cuja deliberação competirá ao Conselho de Administração;</p> <p>(f)(g) suspensão do exercício de qualquer direito previsto no presente Estatuto Social;</p> <p>(g)(h) avaliação e conferência dos ativos usados pelos acionistas para aumentar o capital social da Companhia;</p> <p>(h)(i) transformação, fusão, cisão, incorporação ou operação comercial semelhante que envolva a Companhia; sua dissolução e liquidação, bem como sobre a eleição e destituição de liquidantes e aprovação de suas contas;</p> <p>(i)(j) solicitação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia pelos</p>	<p>disposto nos artigos 152 e 162, §3º da Lei das S.A., bem como renumerar as alíneas do referido artigo</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
<p>(j) constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis que tenham repercussão sobre os direitos e interesses dos acionistas;</p> <p>(k) participação da Companhia em negócios que não sejam relacionados ao seu objetivo social;</p> <p>(l) a criação, efetivação, alteração ou aprovação de qualquer opção ou participação com base em planos, programas e políticas de remuneração e benefícios da Companhia, ou aprovação de concessões segundo planos com base em participação ou opção existentes; e</p> <p>(m) dispensa da realização de OPA para a saída do Novo Mercado.</p>	<p>Diretores da Companhia ou sua liquidação ou dissolução;</p> <p>(j)(k) redução do dividendo mínimo obrigatório ou distribuição de dividendos em valor diferente do previsto no Estatuto Social da Companhia, bem como o pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de retenções;</p> <p>(k)(l) constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis que tenham repercussão sobre os direitos e interesses dos acionistas;</p> <p>(l)(m) participação da Companhia em negócios que não sejam relacionados ao seu objetivo social;</p> <p>(m)(n) a criação, efetivação, alteração ou aprovação de qualquer opção ou participação com base em planos, programas e políticas de remuneração e benefícios da Companhia, ou aprovação de concessões segundo planos com base em participação ou opção existentes; e</p> <p>(n)(o) dispensa da realização de OPA para a saída do Novo Mercado.</p>	
<p>ARTIGO 12 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.</p>	<p>ARTIGO 12 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, serão tomadas por maioria absoluta de votos <u>dos presentes</u>, não se computando os votos em branco.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Ajustes simples de redação.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
		A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
ARTIGO 13 - É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, para deliberação sobre as matérias descritas no artigo 136, da Lei das Sociedades por Ações.	ARTIGO 13 - É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, para deliberação sobre as matérias descritas no artigo 136, da Lei das Sociedades por Ações.	<u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u> Exclusão do artigo tendo em vista que a referida previsão acerca do quórum qualificado já está prevista no artigo 136 da Lei das S.A. <u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u> A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
ARTIGO 14 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.	ARTIGO 134 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.	<u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u> Remuneração do artigo. <u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u> A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
ARTIGO 15 - A posse dos membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, e da Diretoria, será condicionada à assinatura de Termo de Posse, que contemplará sua sujeição à cláusula	ARTIGO 145 - A posse dos membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, e da Diretoria, será condicionada à assinatura de Termo de Posse, que contemplará sua sujeição à cláusula	<u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u> Remuneração do artigo e ajuste de referência cruzada.

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
compromissória disposta no artigo 48 deste Estatuto Social.	compromissória disposta no artigo 48 <u>45</u> deste Estatuto Social.	<p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
ARTIGO 16 A Assembleia Geral Ordinária fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.	ARTIGO 16<u>5</u> A Assembleia Geral Ordinária fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
ARTIGO 17 O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 09 (nove) membros efetivos e por, no mínimo, 01 (um) e, no máximo, 09 (nove) membros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, cujos mandatos serão unificados e terão duração de 02 (dois) anos, contado da data de eleição, podendo ser reeleitos.	ARTIGO 17<u>6</u> O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 09 (nove) membros efetivos e por, no mínimo, 01 (um) e, no máximo, 09 (nove) membros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, cujos mandatos serão unificados e terão duração de 02 (dois) anos, contado da data de eleição, podendo ser reeleitos.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Alteração proposta para excluir a figura dos membros suplentes no Conselho de Administração visando reestruturar o órgão para atender a complexidade da estrutura de negócios da Companhia.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
		A alteração proposta visa reforçar as premissas de transparência e tornar a governança da Companhia mais clara, objetiva e simples.
<p>ARTIGO 18 O Conselho de Administração terá 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer vacância naqueles cargos. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções do Presidente o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.</p>	<p>ARTIGO 187 O Conselho de Administração terá 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer vacância naqueles cargos. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções do Presidente o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 19 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por qualquer de seus membros, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, da qual constará a ordem do dia.</p>	<p>ARTIGO 198 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por qualquer de seus membros, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, da qual constará a ordem do dia.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo e implementação de ajustes nas regras de convocação nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
<p>Parágrafo 1º - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.</p>	<p>Parágrafo 1º - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, <u>correio</u> fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou <u>qualquer outra forma escrita</u> não, que permita a comprovação de recebimento.</p>	<p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 20 As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.</p>	<p>ARTIGO 2019 As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 21 Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.</p>	<p>ARTIGO 210 Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
		A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
<p>ARTIGO 22 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida sua gravação e degravação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.</p>	<p>ARTIGO 221 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida sua gravação e degravação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(g) avaliação e aprovação de quaisquer transações realizadas direta ou indiretamente com partes relacionadas;</p>	<p>ARTIGO 232 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(g) avaliação e aprovação de quaisquer transações realizadas direta ou indiretamente com partes relacionadas, <u>nos termos das normas e legislação em vigor, em valor igual ou superior, em uma única operação ou em conjunto de</u></p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo e alteração das regras de aprovação de transações com partes relacionadas pelo Conselho de Administração.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>As alterações propostas visam reforçar as premissas de transparência e tornar a governança da Companhia mais clara, objetiva e simples.</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(h) aquisição, alienação e/ou oneração de qualquer participação em capital social, exceto para a constituição de pessoas jurídicas controladas pela Companhia e que tenham sido constituídas na forma de sociedade de propósito específico para a implementação de um ou mais projetos imobiliários da Companhia;</p>	<p><u>operações relacionadas, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);</u></p> <p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(h) <u>constituição</u>, aquisição, e/ou alienação e/ou oneração de qualquer participação em capital social, exceto para a constituição de pessoas jurídicas controladas pela Companhia e que tenham sido constituídas na forma de sociedade de propósito específico para a implementação de um ou mais projetos imobiliários da Companhia <u>e atividades conexas com o objeto social, inclusive na forma de constituição de consórcios;</u></p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Alteração na previsão para constituição, aquisição e/ou alienação de participação em capital social para prever a possibilidade de implementação de atividades conexas com o objeto social, inclusive na forma de constituição de consórcio.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>As alterações propostas visam reforçar as premissas de transparência e tornar a governança da Companhia mais clara, objetiva e simples.</p>
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(i) alienação ou oneração, de qualquer forma, de bens imóveis da Companhia, cujo valor da</p>	<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(i) alienação ou oneração, de qualquer forma, de bens imóveis da Companhia, cujo valor da</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Alteração do valor alçada para aprovação pelo Conselho de Administração envolvendo operações referentes a alienação ou oneração, de qualquer forma, de bens imóveis da Companhia.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
transação exceda R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);	transação exceda R\$ 50 <u>100</u> .000.000,00 (cinquenta <u>cem</u> milhões de reais);	As alterações propostas visam reforçar as premissas de transparência e tornar a governança da Companhia mais clara, objetiva e simples.
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(j) alienação ou oneração, de qualquer forma, de outros ativos da Companhia, cujo valor exceda, em uma ou mais operações de mesma espécie, no período de 12 (doze) meses, a quantia de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);</p>	<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(j) alienação ou oneração, de qualquer forma, de outros ativos da Companhia, cujo valor exceda, em uma ou mais operações de mesma espécie, no período de 12 (doze) meses, a quantia de R\$50<u>100</u>.000.000,00 (cinquenta<u>cem</u> milhões de reais);</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Alteração do valor alçada para aprovação pelo Conselho de Administração envolvendo operações referentes a alienação ou oneração, de qualquer forma, de outros ativos da Companhia, cujo valor exceda, em uma ou mais operações de mesma espécie, bem como exclusão da obrigatoriedade das mesmas terem sido realizadas em um período de 12 meses.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>As alterações propostas visam reforçar as premissas de transparência e tornar a governança da Companhia mais clara, objetiva e simples.</p>
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(k) contratação de prestadores de serviços cuja remuneração anual exceda a quantia de</p>	<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(k) — contratação de prestadores de serviços cuja remuneração anual exceda a quantia de</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Exclusão da obrigatoriedade de aprovação, pelo Conselho de Administração da contratação de prestadores de serviços cuja remuneração anual exceda a quantia de R\$15.000.000,00.</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a menos que referida contratação já tenha sido aprovada no Orçamento Anual;	R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a menos que referida contratação já tenha sido aprovada no Orçamento Anual;	<p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>As alterações propostas visam reforçar as premissas de transparência e tornar a governança da Companhia mais clara, objetiva e simples.</p>
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(l) concessão e obtenção de empréstimos, financiamentos e/ou descontos de duplicatas ou securitização de recebíveis cujo valor exceda a quantia de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);</p>	<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(l)(k) concessão e obtenção de empréstimos, financiamentos e/ou descontos de duplicatas ou securitização de recebíveis cujo valor exceda a quantia de R\$50100.000.000,00 (cinquentacem milhões de reais);</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Alteração do valor alçada para aprovação pelo Conselho de Administração envolvendo a concessão e obtenção de empréstimos, financiamentos e/ou descontos de duplicatas ou securitização de recebíveis.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>As alterações propostas visam reforçar as premissas de transparência e tornar a governança da Companhia mais clara, objetiva e simples.</p>
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(m) prática de quaisquer outros atos e assinatura de quaisquer documentos que obriguem a Companhia e/ou que exonerem terceiros de suas</p>	<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(m) — prática de quaisquer outros atos e assinatura de quaisquer documentos que obriguem a Companhia e/ou que exonerem terceiros de suas</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Exclusão da obrigatoriedade de aprovação, pelo Conselho de Administração da prática de quaisquer outros atos e assinatura de quaisquer documentos que obriguem a Companhia e/ou que exonerem terceiros de suas responsabilidades com a Companhia, envolvendo valores que excedam, em uma ou mais operações, em qualquer período</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
responsabilidades com a Companhia, envolvendo valores que excedam, em uma ou mais operações, em qualquer período de 12 (doze) meses, a quantia de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto com relação à aquisição de terrenos pela Companhia;	responsabilidades com a Companhia, envolvendo valores que excedam, em uma ou mais operações, em qualquer período de 12 (doze) meses, a quantia de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto com relação à aquisição de terrenos pela Companhia;	de 12 meses, a quantia de R\$10.000.000,00, exceto com relação à aquisição de terrenos pela Companhia. <u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u> As alterações propostas visam reforçar as premissas de transparência e tornar a governança da Companhia mais clara, objetiva e simples.
ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente: (...) (n) nomeação e destituição dos auditores independentes, que deverão, necessariamente, ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e realização de auditoria anual com revisão trimestral da Companhia;	ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente: (...) (n) nomeação e destituição dos auditores independentes, que deverão, necessariamente, ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e realização de auditoria anual com revisão trimestral da Companhia;	<u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u> Remuneração das alíneas do artigo 23 do Estatuto Social. <u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u> A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente: (...)	ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente: (...)	<u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u> Remuneração das alíneas do artigo 23 do Estatuto Social. <u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
(o) deliberação sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;	(e) (m) deliberação sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;	A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(p) deliberação sobre a emissão de títulos de dívida no mercado internacional para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;</p>	<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(e)(n) deliberação sobre a emissão de títulos de dívida no mercado internacional para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração das alíneas do artigo 23 do Estatuto Social.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(q) deliberação sobre a emissão de notas promissórias (commercial papers) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;</p>	<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(e)(o) deliberação sobre a emissão de notas promissórias (commercial papers) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração das alíneas do artigo 23 do Estatuto Social.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(r) deliberação sobre a emissão de debêntures, inclusive conversíveis, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, na forma do artigo 59, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 6º, §2º, deste Estatuto Social;</p>	<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(r)(p) deliberação sobre a emissão de debêntures, inclusive conversíveis, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, na forma do artigo 59, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 6º, §2º, deste Estatuto Social;</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração das alíneas do artigo 23 do Estatuto Social.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(s) propor à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;</p>	<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(s)(q) propor à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração das alíneas do artigo 23 do Estatuto Social.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p>	<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Alteração para a outorga de garantia em favor de terceiros. Exclusão da competência da aprovação,</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
<p>(...)</p> <p>(t) aprovação da outorga, pela Companhia, de avais, fianças, endossos e outras modalidades de garantia de favor de terceiros, exceto aquelas que tenham por objeto assegurar obrigações assumidas pela Companhia ou por suas coligadas, controladas e relacionadas à execução do objeto social da Companhia; e</p>	<p>(...)</p> <p>(t)(r) aprovação da outorga, pela Companhia, de avais, fianças, endossos e outras modalidades de garantia deem favor de terceiros, exceto aquelas que tenham por objeto assegurar obrigações assumidas pela Companhia ou por suas coligadas, e controladas e relacionadas à execução do objeto social da Companhia, <u>cujo valor exceda R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)</u>; e</p>	<p>pelo Conselho de Administração de modalidades específicas de garantia, mantendo-se a necessidade de aprovação do Conselho de Administração de garantias no sentido amplo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>As alterações propostas visam reforçar as premissas de transparência e tornar a governança da Companhia mais clara, objetiva e simples.</p>
<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(u) manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos</p>	<p>ARTIGO 23 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:</p> <p>(...)</p> <p>(u)(s) manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração das alíneas do artigo 23 do Estatuto Social.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considere pertinentes; e (v) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.	divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considere pertinentes; e (v) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.	
ARTIGO 24 - Compete ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, em conjunto, representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais.	ARTIGO 24 — Compete ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, em conjunto, representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Exclusão da regra de representação do Conselho de Administração nas Assembleias Gerais da Companhia.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A alteração proposta visa reforçar as premissas de transparência e melhorias de governança corporativa da Companhia, de forma a tornar mais claras as regras para a representação do Conselho de Administração na Assembleia Geral.</p>
ARTIGO 25 O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não.	ARTIGO 253 O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
		A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
<p>ARTIGO 26 - A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 04 (quatro) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores e 02 (dois) Diretores sem designação específica cujos mandatos serão unificados e com prazos de gestão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.</p>	<p>ARTIGO 264 - A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 04 (quatro) 05 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores e 02 (dois) 03 (três) Diretores sem designação específica cujos mandatos serão unificados e com prazos de gestão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Alteração da estrutura da governança da Companhia, tendo em vista a criação do cargo de Diretor sem Designação Específica da Companhia.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>Com a reformulação da estrutura de governança da Companhia decorrente do aumento do número de diretores estatutários, espera-se uma maior sinergia das funções dos Diretores e maior eficiência do órgão como um todo</p>
<p>ARTIGO 27 Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer diretor, o Conselho de Administração indicará um substituto para desempenhar as funções do diretor ausente ou impedido pelo tempo de mandato que faltar ao diretor substituído ou elegerá um novo diretor para ocupar a vaga do diretor ausente.</p>	<p>ARTIGO 275 Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer diretor, o Conselho de Administração indicará um substituto para desempenhar as funções do diretor ausente ou impedido pelo tempo de mandato que faltar ao diretor substituído ou elegerá um novo diretor para ocupar a vaga do diretor ausente.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
<p>ARTIGO 28 A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.</p>	<p>ARTIGO 286 A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 29 A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessárias à consecução dos objetivos sociais, e deliberar sobre todas as questões que não tenham sido previstas neste Estatuto Social nem sejam da competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.</p>	<p>ARTIGO 297 A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessárias à consecução dos objetivos sociais, e deliberar sobre todas as questões que não tenham sido previstas neste Estatuto Social nem sejam da competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 30 Compete ao Diretor-Presidente (i) representar a Companhia, ativa e passivamente, em suas relações com terceiros, em Juízo ou fora dele; (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iii) supervisionar os negócios sociais, tomando as deliberações que se fizerem necessárias; (iv) coordenar as atividades dos demais diretores; e (v) exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Diretoria.</p>	<p>ARTIGO 3028 Compete ao Diretor-Presidente (i) representar a Companhia, ativa e passivamente, em suas relações com terceiros, em Juízo ou fora dele; (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iii) supervisionar os negócios sociais, tomando as deliberações que se fizerem necessárias; (iv) coordenar as atividades dos demais diretores; e (v)</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
	exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Diretoria.	A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
ARTIGO 31 Compete ao Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores, além das demais funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração, (i) definir as estratégias financeiras da Companhia; (ii) dirigir os processos de contabilidade, tesouraria, planejamento financeiro e relações com investidores; (iii) representar a Companhia perante os órgãos relacionados com as atividades do mercado de capitais; e (iv) bem como o atendimento aos interesses dos investidores.	ARTIGO 3129 Compete ao Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores, além das demais funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração, (i) definir as estratégias financeiras da Companhia; (ii) dirigir os processos de contabilidade, tesouraria, planejamento financeiro e relações com investidores; (iii) representar a Companhia perante os órgãos relacionados com as atividades do mercado de capitais; e (iv) bem como o atendimento aos interesses dos investidores.	<u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u> Remuneração do artigo. <u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u> A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
ARTIGO 30 Compete aos Diretores sem designação específica, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, exercer outras funções que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Presidente.	ARTIGO 3020 Compete aos Diretores sem designação específica, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, exercer outras funções que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Presidente.	<u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u> Remuneração do artigo. <u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u> A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
ARTIGO 33 - Observado o disposto neste Estatuto Social, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida: (a) individualmente pelo Diretor Presidente ou (b) por (i) 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto, ou (ii) 01 (um) Diretor	ARTIGO 331 - Observado o disposto neste Estatuto Social, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida: (a) individualmente pelo Diretor Presidente ou (b) por (i) 02 (dois) Diretores	<u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u> Alteração nas regras de outorga de procuração para prever que as mesmas poderão ser outorgadas, isoladamente, por 01 Diretor Executivo para os atos previstos no parágrafo 2º do

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
<p>Executivo em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos, ou (iii) 02 (dois) procuradores com tais poderes. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas individualmente pelo Diretor Presidente, ou por 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 02 (dois) anos (ressalvada a outorga de poderes da cláusula ad judicia et extra que a Diretoria venha a autorizar em cada caso).</p>	<p>Executivos em conjunto, ou (ii) 01 (um) Diretor Executivo em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos, ou (iii) 02 (dois) procuradores com tais poderes. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas individualmente pelo Diretor Presidente, ou ou por 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto; <u>ou isoladamente por 01 (um) Diretor Executivo para atos previsto no parágrafo 2º do presente artigo. As procurações outorgadas pela Companhia</u> e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 02 (dois) anos (ressalvada a outorga de poderes da cláusula ad judicia et extra que a Diretoria venha a autorizar em cada caso, <u>que poderá ultrapassar o prazo de 02 (dois) anos</u>).</p>	<p>artigo 31 do Estatuto Social, bem como prever que a outorga de poderes da cláusula ad judicia et extra, poderá ultrapassar o prazo de 02 (dois) anos.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>As alterações propostas visam reforçar um dos pilares da Companhia de perseguir seu objeto social e reforçar os deveres fiduciários dos administradores.</p>
<p>ARTIGO 34 O Conselho Fiscal, que funcionará em caráter não permanente, será constituído por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.</p> <p>Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será condicionada à assinatura de Termo de</p>	<p>ARTIGO 342 O Conselho Fiscal, que funcionará em caráter não permanente, será constituído por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.</p> <p>Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será condicionada à assinatura de Termo de</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo e ajuste de referência cruzada.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
Posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no artigo 48 deste Estatuto Social.	Posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no artigo 48 ⁶ deste Estatuto Social.	
ARTIGO 35 Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.	ARTIGO 35³ Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
ARTIGO 36 O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia obriga-se a realizar a auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.	ARTIGO 36⁴ O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia obriga-se a realizar a auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
ARTIGO 37 Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.	ARTIGO 37⁵ Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
		A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
ARTIGO 38 Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto.	ARTIGO 386 Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
ARTIGO 39 A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:	ARTIGO 397 A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
ARTIGO 40 A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.	ARTIGO 4038 A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
		<p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 41 A alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do Controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao alienante.</p>	<p>ARTIGO 4139 A alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do Controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao alienante.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 42 Qualquer pessoa que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA pela</p>	<p>ARTIGO 420 Qualquer pessoa que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, no Regulamento do Novo Mercado, em outros regulamentos da B3 e nos termos deste artigo.	registro de, conforme o caso, uma OPA pela totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, no Regulamento do Novo Mercado, em outros regulamentos da B3 e nos termos deste artigo.	
ARTIGO 42 (...) <p>Parágrafo 4º - Para fins do disposto neste artigo 44, “<u>Ações em Circulação</u>” significam todas as ações de emissão da Companhia, com exceção (i) daquelas de titularidade do(s) acionista(s) controlador(es), das pessoas vinculadas a ele(s) e dos administradores da Companhia; e (ii) daquelas mantidas em tesouraria.</p>	ARTIGO 42 (...) <p>Parágrafo 4º - Para fins do disposto neste artigo 44², “<u>Ações em Circulação</u>” significam todas as ações de emissão da Companhia, com exceção (i) daquelas de titularidade do(s) acionista(s) controlador(es), das pessoas vinculadas a ele(s) e dos administradores da Companhia; e (ii) daquelas mantidas em tesouraria.</p>	<u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u> Ajuste de referência cruzada. <u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u> A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
ARTIGO 43 A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer, nos termos das Seções II e III abaixo, em decorrência:	ARTIGO 43¹ A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer, nos termos das Seções II e III abaixo, em decorrência:	<u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u> Remuneração do artigo. <u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u> A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
ARTIGO 44 A saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3, caso seja precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na	ARTIGO 44² A saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3, caso seja precedida	<u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u> Remuneração do artigo.

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
Instrução CVM nº 361, de 05 de março de 2002, conforme alterada, para cancelamento de registro de companhia aberta e no Regulamento do Novo Mercado.	de OPA que observe os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 361, de 05 de março de 2002, conforme alterada, para cancelamento de registro de companhia aberta e no Regulamento do Novo Mercado.	<p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
ARTIGO 45 A aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado depende da realização de OPA com as mesmas características da OPA em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado, conforme disposto no artigo 44 acima.	ARTIGO 453 A aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado depende da realização de OPA com as mesmas características da OPA em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado, conforme disposto no artigo 4 4 2 acima.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo e ajuste de referência cruzada.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
ARTIGO 46 Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.	ARTIGO 464 Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
<p>ARTIGO 47 A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforma alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.</p>	<p>ARTIGO 475 A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforma alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 48 A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei e a Assembleia Geral fixará a forma de liquidação e nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal que conduzirão a Companhia durante o período de liquidação.</p>	<p>ARTIGO 486 A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei e a Assembleia Geral fixará a forma de liquidação e nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal que conduzirão a Companhia durante o período de liquidação.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
		A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
<p>ARTIGO 49 A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede e que estejam em vigor na data da deliberação aplicável, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.</p>	<p>ARTIGO 497 A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede e que estejam em vigor na data da deliberação aplicável, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
<p>ARTIGO 50 - As disposições contidas no artigo 1º caput, parágrafo único, artigo 11, “m”, artigo 17, parágrafo 1º, parágrafo 2º, artigo 23, “u”, artigo 51, Capítulo VIII, Capítulo IX, Capítulo X e Capítulo XI deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data em que a (i) operação societária que compreende a cisão parcial da MRV Engenharia e Participações S.A. (“MRV”), cujo acervo cindido compreenderá exclusivamente a participação societária detida pela MRV na Companhia, seguida</p>	<p>ARTIGO 50 - As disposições contidas no artigo 1º caput, parágrafo único, artigo 11, “m”, artigo 17, parágrafo 1º, parágrafo 2º, artigo 23, “u”, artigo 51, Capítulo VIII, Capítulo IX, Capítulo X e Capítulo XI deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data em que a (i) operação societária que compreende a cisão parcial da MRV Engenharia e Participações S.A. (“MRV”), cujo acervo cindido compreenderá exclusivamente a participação societária detida pela MRV na Companhia, seguida</p>	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Exclusão do artigo tendo em vista que a operação societária que compreendeu a cisão parcial da MRV Engenharia e Participações S.A. foi concluída em 2018, sendo desnecessária a manutenção desse dispositivo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
da incorporação da parcela cindida pela Companhia, divulgada nos termos dos Fatos Relevantes da MRV e da Companhia datados de 29 de outubro de 2018, for devidamente aprovada pelos acionistas da MRV e da Companhia reunidos em Assembleia Geral a ser convocada para este fim (“Operação Societária”); e (ii) o efetivo ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado tenha ocorrido (“Listagem Novo Mercado”). Além disso, o Acordo de Acionistas atualmente em vigor somente deixará de ser eficaz após a aprovação da Operação Societária e da Listagem Novo Mercado.	da incorporação da parcela cindida pela Companhia, divulgada nos termos dos Fatos Relevantes da MRV e da Companhia datados de 29 de outubro de 2018, for devidamente aprovada pelos acionistas da MRV e da Companhia reunidos em Assembleia Geral a ser convocada para este fim (“Operação Societária”); e (ii) o efetivo ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado tenha ocorrido (“Listagem Novo Mercado”). Além disso, o Acordo de Acionistas atualmente em vigor somente deixará de ser eficaz após a aprovação da Operação Societária e da Listagem Novo Mercado.	A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.
ARTIGO 51 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.	ARTIGO 5148 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p> <p>A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.</p>
ARTIGO 52 Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.	ARTIGO 5249 Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.	<p><u>Origem e justificativa da alteração proposta:</u></p> <p>Remuneração do artigo.</p> <p><u>Efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas:</u></p>

Redação Atual	Redação Comparada com as Alterações Propostas	Origem, justificativa e efeitos jurídicos e econômicos das alterações propostas
		A Companhia não vislumbra efeitos jurídicos e econômicos que possam afetar materialmente qualquer outro acionista ou a própria Companhia.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO VIII

(conforme artigo 12, inciso I, da Resolução CVM 81)

ESTATUTO SOCIAL

(versão marcada)

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração

ARTIGO 1º Sob a denominação de LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”) opera a sociedade anônima, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2018 (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), por este Estatuto Social e pelas demais normas e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Único - Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 (“Novo Mercado”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 2º A Companhia tem sede e foro jurídico na Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, 10º Andar - Conj. 02, bairro Estoril, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.455-610.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais no Brasil ou no exterior.

ARTIGO 3º A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

Objeto Social

ARTIGO 4º A Companhia tem por objeto: (i) a administração de bens próprios e de terceiros; (ii) a prestação de serviços de engenharia e de construção de imóveis residenciais e/ou comerciais; (iii) a incorporação, construção, comercialização, locação e serviços correlatos, inclusive consultoria imobiliária, sobre imóveis próprios ou de terceiros, residenciais e/ou comerciais; ~~e~~ (iv) [intermediação no fornecimento de bens e serviços no segmento imobiliário comercial](#); e (v) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

CAPÍTULO III

Capital Social e Ações

ARTIGO 5º O capital social é de R\$ 2.753.976.285,73 (dois bilhões, setecentos cinquenta e três milhões, novecentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 87.859.154 (oitenta e sete milhões, oitocentas e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo 2º - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 3º - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 4º - Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 5º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias.

ARTIGO 6º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 3.700.000.000,00 (três bilhões e setecentos milhões de reais), incluídas as ações ordinárias já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo 1º - O aumento do capital social previsto no *caput* acima será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições de emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 75 e 59, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. Para fins dos artigos 76 e 59, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis poderão ser emitidos por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Em caso de aumento de capital social, dentro do limite de capital autorizado previsto no *caput* acima, que tenha por objetivo a subscrição pública de ações, a critério do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em OPA para aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

ARTIGO 7º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou para cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 8º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, outorgar opção de compra de ações, em favor de seus administradores, empregados e colaboradores, nos limites do capital autorizado, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia.

CAPÍTULO IV

Assembleia Geral

ARTIGO 9º A Assembleia Geral, que é órgão deliberativo da Companhia, reunir-se-á na sede social (i) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre

as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo 1º - As Assembleias Gerais serão convocadas ~~com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e pelo Presidente do Conselho de Administração~~ na forma e nos prazos previstos na lei e serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem o Vice-Presidente indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la.

Parágrafo 2º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, por procurador que seja instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

ARTIGO 10 As atas das Assembleias Gerais poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto ~~no parágrafo 1º, do artigo 130, da~~ na Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 11 A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as seguintes matérias, além das previstas em lei:

- (a) alteração do Estatuto Social da Companhia;
- (b) eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (c) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado
- (d) ~~(e)~~ análise das contas dos administradores;
- (e) análise, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelos órgãos da administração;
- (f) ~~(d)~~ emissão de qualquer valor mobiliário, incluindo, mas não se limitando a ações, bônus de subscrição e opções de compra de ações, exceto a emissão de debêntures, na forma do artigo 59, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 6º, §2º, e 23, “s”, deste Estatuto Social, cuja deliberação competirá ao Conselho de Administração;
- (g) ~~(e)~~ suspensão do exercício de qualquer direito previsto no presente Estatuto Social;
- (h) ~~(f)~~ avaliação e conferência dos ativos usados pelos acionistas para aumentar o capital social da Companhia;
- (i) ~~(g)~~ transformação, fusão, cisão, incorporação ou operação comercial semelhante que envolva a Companhia; sua dissolução e liquidação, bem como sobre a eleição e destituição

- de liquidantes e aprovação de suas contas;
- (j) ~~(h)~~ solicitação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia pelos Diretores da Companhia ou sua liquidação ou dissolução;
 - (k) ~~(i)~~ redução do dividendo mínimo obrigatório ou distribuição de dividendos em valor diferente do previsto no Estatuto Social da Companhia, bem como o pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de retenções;
 - (l) ~~(j)~~ constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis que tenham repercussão sobre os direitos e interesses dos acionistas;
 - (m) ~~(k)~~ participação da Companhia em negócios que não sejam relacionados ao seu objetivo social;
 - (n) ~~(l)~~ a criação, efetivação, alteração ou aprovação de qualquer opção ou participação com base em planos, programas e políticas de remuneração e benefícios da Companhia, ou aprovação de concessões segundo planos com base em participação ou opção existentes; e
 - (o) ~~(m)~~ dispensa da realização de OPA para a saída do Novo Mercado.

ARTIGO 12 As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

~~**ARTIGO 13** É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, para deliberação sobre as matérias descritas no artigo 136, da Lei das Sociedades por Ações.~~

CAPÍTULO V

Administração

ARTIGO 1413 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

ARTIGO 1514 A posse dos membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, e da Diretoria, será condicionada à assinatura de Termo de Posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no artigo ~~48~~45 deste Estatuto Social.

ARTIGO 1615 A Assembleia Geral Ordinária fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

ARTIGO 1716 O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 09 (nove) membros efetivos ~~e por, no mínimo, 01 (um) e, no máximo, 09 (nove) membros suplentes~~, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, cujos mandatos serão unificados e terão duração de 02 (dois) anos, contado da data de eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 02 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 2º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito membro do Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) possuir ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo.

Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou que represente interesse conflitante com os da Companhia.

Parágrafo 6º - A Assembleia Geral que deliberar a eleição dos membros efetivos do Conselho de Administração deliberará qual o número de membros suplentes do Conselho de Administração a serem eleitos, podendo tal número ser alterado a qualquer momento, a critério da Assembleia Geral.

Parágrafo 7º- No caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá as funções durante a ausência ou impedimento temporário.

ARTIGO 1817 O Conselho de Administração terá 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer vacância naqueles cargos. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções do Presidente o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo Único - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

ARTIGO 1918 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por qualquer de seus membros, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, da qual constará a ordem do dia.

Parágrafo 1º - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por ~~carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio,~~correio eletrônico ou ~~não, que permita a comprovação de recebimento~~qualquer outra forma escrita.

Parágrafo 2º - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

ARTIGO 2019 As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos

demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo 2º - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração que não possua Conselheiro Suplente eleito, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, (i) manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado; ou (ii) fazer-se representar por qualquer outro membro, mediante procuração escrita com indicação de sua manifestação de voto sobre cada um dos pontos da ordem do dia, não podendo cada membro representar mais de 02 (dois) outros membros.

Parágrafo 3º - No caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Para fins deste parágrafo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Parágrafo 4º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes, ou que tenham manifestado seu voto na forma do artigo 20, parágrafo 2º deste Estatuto. Na hipótese de empate nas deliberações, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade ou, conforme o caso, ao membro do Conselho de Administração que o estiver substituindo.

ARTIGO ~~24~~20 Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

ARTIGO ~~22~~21 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida sua gravação e degravação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 1º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que

participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do artigo 20, parágrafo 2º deste Estatuto, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

ARTIGO 2322 O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:

- (a) aprovação de e/ou qualquer alteração no Plano de Negócios da Companhia;
- (b) aprovação dos orçamentos anuais operacionais e de investimentos e verificação do cumprimento dos mesmos;
- (c) nomeação e destituição dos membros da Diretoria e determinação de seus poderes, funções e remuneração;
- (d) controle da gestão dos diretores, verificação, a qualquer tempo, dos livros e documentos da Companhia, solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros assuntos relacionados à gestão dos diretores;
- (e) convocação da Assembleia Geral quando julgar conveniente;
- (f) manifestação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria e submissão das demonstrações financeiras da Companhia para aprovação da Assembleia Geral;
- (g) avaliação e aprovação de ~~quaisquer~~ transações realizadas ~~direta ou indiretamente~~ com partes relacionadas, nos termos das normas e legislação em vigor, em valor igual ou superior, em uma única operação ou em conjunto de operações relacionadas, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (h) constituição, aquisição, ~~alienação~~ e/ou ~~oneração~~ alienação de qualquer participação em capital social, exceto para a constituição de pessoas jurídicas controladas pela Companhia e que tenham sido constituídas ~~na forma de sociedade de propósito específico~~ para a implementação de ~~um ou mais~~ projetos imobiliários da Companhia e atividades conexas com o objeto social, inclusive na forma de constituição de consórcios;
- (i) alienação ou oneração, de qualquer forma, de bens imóveis da Companhia, cujo valor da transação exceda R\$ ~~50.000.000,00 (cinquenta~~ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (j) alienação ou oneração, de qualquer forma, de outros ativos da Companhia, cujo valor exceda, em uma ou mais operações de mesma espécie, ~~no período de 12 (doze) meses,~~ a

- quantia de R\$~~50.000.000,00 (cinquenta~~ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (k) ~~contratação de prestadores de serviços cuja remuneração anual exceda a quantia de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a menos que referida contratação já tenha sido aprovada no Orçamento Anual;~~
 - (l) concessão e obtenção de empréstimos, financiamentos e/ou descontos de duplicatas ou securitização de recebíveis cujo valor exceda a quantia de R\$~~50.000.000,00 (cinquenta~~ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
 - (m) ~~prática de quaisquer outros atos e assinatura de quaisquer documentos que obriguem a Companhia e/ou que exonerem terceiros de suas responsabilidades com a Companhia, envolvendo valores que excedam, em uma ou mais operações, em qualquer período de 12 (doze) meses, a quantia de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto com relação à aquisição de terrenos pela Companhia~~
 - (n) nomeação e destituição dos auditores independentes, que deverão, necessariamente, ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e realização de auditoria anual com revisão trimestral da Companhia;
 - (o) deliberação sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
 - (p) deliberação sobre a emissão de títulos de dívida no mercado internacional para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
 - (q) deliberação sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
 - (r) deliberação sobre a emissão de debêntures, inclusive conversíveis, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, na forma do artigo 59, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 6º, §2º, deste Estatuto Social;
 - (s) propor à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;
 - (t) aprovação da outorga, pela Companhia, de ~~avais, fianças, endossos e outras modalidades de~~ garantia ~~de~~ em favor de terceiros, exceto aquelas que tenham por objeto assegurar obrigações assumidas pela Companhia ou por suas coligadas, ~~e~~ controladas e relacionadas à execução do objeto social da Companhia, cujo valor exceda a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e
 - (u) manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considere pertinentes; e (v) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

ARTIGO 24 ~~Compete ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, em conjunto, representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais.~~

ARTIGO 25²³ O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não.

Parágrafo 1º- Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Parágrafo 2º - Sem prejuízo de outros comitês que o Conselho de Administração venha a criar, o Conselho de Administração deverá ser permanentemente assessorado por um Comitê de Auditoria.

Parágrafo 3º - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, terá autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. As regras sobre composição, exercício das atividades, competências e responsabilidades dos membros do Comitê Auditoria, bem como seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, deverão observar as regras previstas na Resolução CVM 23, ou eventual norma que venha a substituí-la.

ARTIGO 26²⁴ A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo ~~04~~⁰⁵ (~~quatro~~^{cinco}) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores e ~~02~~⁰³ (dois) Diretores sem designação específica, cujos mandatos serão unificados e com prazos de gestão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

ARTIGO 27²⁵ Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer diretor, o Conselho de Administração indicará um substituto para desempenhar as funções do diretor ausente ou impedido pelo tempo de mandato que faltar ao diretor substituído ou elegerá um novo diretor para ocupar a vaga do diretor ausente.

ARTIGO 28²⁶ A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Parágrafo 1º - As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente, através de carta registrada, fax, e-mail ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os diretores. Considerar-se-á dispensada a convocação a uma reunião a que comparecer a totalidade dos diretores.

Parágrafo 2º - As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de, no mínimo, 02 (dois) diretores.

Parágrafo 3º - Um diretor poderá fazer-se representar nas reuniões, podendo votar por carta, e-mail, fax ou procuração. O diretor que enviar seu voto ou se fizer representar, na forma supra, será considerado presente à reunião.

Parágrafo 4º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos diretores presentes.

ARTIGO ~~29~~²⁷ A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessárias à consecução dos objetivos sociais, e deliberar sobre todas as questões que não tenham sido previstas neste Estatuto Social nem sejam da competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

ARTIGO ~~30~~²⁸ Compete ao Diretor-Presidente (i) representar a Companhia, ativa e passivamente, em suas relações com terceiros, em Juízo ou fora dele; (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iii) supervisionar os negócios sociais, tomando as deliberações que se fizerem necessárias; (iv) coordenar as atividades dos demais diretores; e (v) exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

ARTIGO ~~31~~²⁹ Compete ao Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores, além das demais funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração, (i) definir as estratégias financeiras da Companhia; (ii) dirigir os processos de contabilidade, tesouraria, planejamento financeiro e relações com investidores; (iii) representar a Companhia perante os órgãos relacionados com as atividades do mercado de capitais; e (iv) bem como o atendimento aos interesses dos investidores.

ARTIGO ~~32~~³⁰ Compete aos Diretores sem designação específica, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, exercer outras funções que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Presidente.

ARTIGO 3331 Observado o disposto neste Estatuto Social, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida: (a) individualmente pelo Diretor Presidente ou (b) por (i) 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto, ou (ii) 01 (um) Diretor Executivo em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos, ou (iii) 02 (dois) procuradores com tais poderes. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas individualmente pelo Diretor Presidente, ~~ou~~ por 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto e; ou isoladamente por 01 (um) Diretor Executivo para atos previsto no parágrafo 2º do presente artigo. As procurações outorgadas pela Companhia devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 02 (dois) anos (ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicium et extra* que a Diretoria venha a autorizar em cada caso, que poderá ultrapassar o prazo de 02 (dois) anos).

Parágrafo 1º - Sem prejuízo do disposto no caput, a Companhia pode ser representada por 01 (um) diretor ou, ainda, por 01 (um) procurador com poderes específicos, agindo isoladamente, nas seguintes hipóteses:

- (a) em assuntos de rotina, tais como assinatura de contratos de qualquer natureza cujo valor não exceda a quantia de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), e a representação perante os órgãos ou entidades privados e públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal incluindo Inspetorias, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estadual(is) e/ou Municipal(is), Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Banco Central do Brasil, CVM, IBAMA e demais órgãos ambientais, Bolsas de Valores e de Mercadorias, Bancos Estatais e de Desenvolvimento;
- (b) em transações relativas a escrituras públicas, em atos de condomínio, registros e averbações nos cartórios de notas e registro de imóveis;
- (c) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros;
- (d) na assinatura de contratos de locação; e
- (e) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas empresas controladas e coligadas.

Parágrafo 2º - Deverá ser observada a regra do caput deste artigo para a prática de atos relacionados com movimentação financeira, tais como abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, autorizar débitos, emitir, assinar e endossar cheques, fazer depósitos e retiradas, fazer aplicações, resgates, transmitir e receber ordem de pagamentos, fazer empréstimos e financiamentos.

ARTIGO 3432 O Conselho Fiscal, que funcionará em caráter não permanente, será constituído por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, acionistas ou

não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será condicionada à assinatura de Termo de Posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no artigo ~~48~~46 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 3º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 4º - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de acionista controlador ou controlada de concorrente; (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de acionista controlador ou controlada de concorrente.

Parágrafo 5º - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não devem ter sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

ARTIGO ~~35~~33 Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VII

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro

ARTIGO ~~36~~34 O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia obriga-se a realizar a auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo 1º - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 2º - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no parágrafo 3º do artigo 37 abaixo.

ARTIGO ~~37~~35 Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º - Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros correspondente a até um décimo dos lucros do exercício. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 3º deste artigo.

Parágrafo 2º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento)

do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

- (b) uma parcela, por proposta dos Administradores, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) uma parcela do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos valores descritos nos itens (a) e (b) acima será destinada ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 4º deste artigo;
- (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 4º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) a Companhia poderá constituir reserva de lucros estatutária, correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido, descontados os percentuais atribuídos para a constituição de reserva legal, reserva de contingências e reserva de lucros a realizar, que terá por fim financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, bem como a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. O somatório das reservas, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva de contingências, não poderá exceder a 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia e à qual serão atribuídos recursos limitados ao lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias; e
- (g) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Parágrafo 3º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º- O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

ARTIGO 336 Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e sua atribuição ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o crédito no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

ARTIGO 3937 A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- (a) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;
- (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e
- (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

ARTIGO 4038 A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII

Alienação do Controle Acionário e Dispersão Acionária

ARTIGO 4139 A alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do Controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo 1º - Em caso de alienação indireta de Controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo 2º - Para os fins deste artigo, entende-se por “Controle” e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

ARTIGO 4240 Qualquer pessoa que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA pela totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, no Regulamento do Novo Mercado, em outros regulamentos da B3 e nos termos deste artigo.

Parágrafo 1º - A OPA deverá ser **(i)** dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, **(ii)** efetivada em leilão a ser realizado na B3, **(iii)** lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º deste artigo, e **(iv)** paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre **(i)** 150% (cento e cinquenta por cento) da cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 (doze) meses anterior à realização da OPA em qualquer bolsa de valores em que as ações da Companhia forem negociadas; **(ii)** 150% (cento e cinquenta por cento) do preço unitário mais alto pago pela pessoa que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia nos termos do *caput* deste artigo, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; e **(iii)** o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Parágrafo 3º - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - O adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM e da B3, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa adquirir ou se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência **(i)** de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante, **(ii)** da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, **(iii)** da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, **(iv)** da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, de acordo com as regras previstas na regulamentação aplicável; ou **(v)** da participação societária que compõe o Controle da Companhia e seus acréscimos, da participação em acordo de voto, celebrado para fins de controle da Companhia, com o(s) acionista(s) Controlador(es) ou da aquisição de ações vinculadas a acordo de voto com o acionista(s) Controlador(es), direta ou indiretamente.

Parágrafo 6º - Para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo: **(i)** será computada a participação de determinada pessoa em conjunto com suas partes relacionadas, assim entendidas as pessoas que a controlem, os veículos de investimento sob controle comum e os veículos de investimento sob a mesma gestão, direta ou indiretamente; e **(ii)** não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

CAPÍTULO IX

Saída do Novo Mercado

Seção I

Disposições Gerais

ARTIGO 4341 A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer, nos termos das Seções II e III abaixo, em decorrência:

- (a)** da decisão do acionista controlador ou da Companhia;
- (b)** do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e
- (c)** do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

Seção II

Saída Voluntária

ARTIGO 4442 A saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3, caso seja precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 361, de 05 de março de 2002, conforme alterada, para cancelamento de registro de companhia aberta e no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 1º - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente de OPA mencionada neste artigo na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral referida no parágrafo primeiro acima deverá ser instalada (i) em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação; e, caso referido quórum não seja atingido, (ii) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação.

Parágrafo 3º - A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 4º - Para fins do disposto neste artigo 4442, “Ações em Circulação” significam todas as ações de emissão da Companhia, com exceção (i) daquelas de titularidade do(s) acionista(s) controlador(es), das pessoas vinculadas a ele(s) e dos administradores da Companhia; e (ii) daquelas mantidas em tesouraria.

Seção III

Saída Compulsória

ARTIGO 4543 A aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado depende da realização de OPA com as mesmas características da OPA em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado, conforme disposto no artigo 4442 acima.

Parágrafo Único - Na hipótese de não atingimento do percentual de aprovação da OPA equivalente a 1/3 (um terço) das ações em circulação, após a realização da OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no referido segmento, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

CAPÍTULO X

Reestruturação Societária

ARTIGO 4644 Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão dar anuência a essa estrutura.

CAPÍTULO XI

Juízo Arbitral

ARTIGO 4745 A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforma alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XII

Liquidação

ARTIGO 4846 A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei e a Assembleia Geral fixará a forma de liquidação e nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal que conduzirão a Companhia durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XIII

Disposições Gerais

ARTIGO 4947 A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede e que estejam em vigor na data da deliberação aplicável, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Parágrafo Único - Termos iniciados em maiúscula utilizados, mas não aqui definidos, têm o significado que lhes é atribuído no Acordo de Acionistas.

~~**ARTIGO 50** As disposições contidas no artigo 1º caput, parágrafo único, artigo 11, “m”, artigo 17, parágrafo 1º, parágrafo 2º, artigo 23, “u”, artigo 51, Capítulo VIII, Capítulo IX, Capítulo X e Capítulo XI deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data em que a (i) operação societária que compreende a cisão parcial da MRV Engenharia e Participações S.A. (“MRV”), cujo acervo cindido compreenderá exclusivamente a participação societária detida pela MRV na Companhia, seguida da incorporação da parcela cindida pela Companhia, divulgada nos termos dos Fatos Relevantes da MRV e da Companhia datados de 29 de outubro de 2018, for devidamente aprovada pelos acionistas da MRV e da Companhia reunidos em Assembleia Geral a ser convocada para este fim (“Operação Societária”); e (ii) o efetivo ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado tenha ocorrido (“Listagem Novo Mercado”). Além disso, o Acordo de Acionistas atualmente em vigor somente deixará de ser eficaz após a aprovação da Operação Societária e da Listagem Novo Mercado.~~

ARTIGO 5148 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 5249 Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

* * *

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO IX

(conforme Art. 33, inciso XIII, da Resolução CVM 80)

ESTATUTO SOCIAL

(versão limpa)

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração

ARTIGO 1º Sob a denominação de LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”) opera a sociedade anônima, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2018 (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), por este Estatuto Social e pelas demais normas e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Único - Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 (“Novo Mercado”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 2º A Companhia tem sede e foro jurídico na Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, 10º Andar - Conj. 02, bairro Estoril, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.455-610.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais no Brasil ou no exterior.

ARTIGO 3º A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

Objeto Social

ARTIGO 4º A Companhia tem por objeto: (i) a administração de bens próprios e de terceiros; (ii) a prestação de serviços de engenharia e de construção de imóveis residenciais e/ou comerciais; (iii) a incorporação, construção, comercialização, locação e serviços correlatos, inclusive consultoria imobiliária,

sobre imóveis próprios ou de terceiros, residenciais e/ou comerciais; (iv) intermediação no fornecimento de bens e serviços no segmento imobiliário comercial; e (v) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

CAPÍTULO III

Capital Social e Ações

ARTIGO 5º O capital social é de R\$ 2.753.976.285,73 (dois bilhões, setecentos cinquenta e três milhões, novecentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 87.859.154 (oitenta e sete milhões, oitocentas e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo 2º - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 3º - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 4º - Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 5º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias.

ARTIGO 6º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 3.700.000.000,00 (três bilhões e setecentos milhões de reais), incluídas as ações ordinárias já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo 1º - O aumento do capital social previsto no *caput* acima será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições de emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 75 e 59, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. Para fins dos artigos 76 e 59, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis poderão ser emitidos por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Em caso de aumento de capital social, dentro do limite de capital autorizado previsto no *caput* acima, que tenha por objetivo a subscrição pública de ações, a critério do Conselho de

Administração poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em OPA para aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

ARTIGO 7º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou para cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 8º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, outorgar opção de compra de ações, em favor de seus administradores, empregados e colaboradores, nos limites do capital autorizado, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia.

CAPÍTULO IV

Assembleia Geral

ARTIGO 9º A Assembleia Geral, que é órgão deliberativo da Companhia, reunir-se-á na sede social (i) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo 1º - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração na forma e nos prazos previstos na lei e serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem o Vice-Presidente indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la.

Parágrafo 2º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, por procurador que seja instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

ARTIGO 10 As atas das Assembleias Gerais poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 11 A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as seguintes matérias, além das previstas em lei:

(a) alteração do Estatuto Social da Companhia;

- (b) eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (c) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado
- (d) análise das contas dos administradores;
- (e) análise, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelos órgãos da administração;
- (f) emissão de qualquer valor mobiliário, incluindo, mas não se limitando a ações, bônus de subscrição e opções de compra de ações, exceto a emissão de debêntures, na forma do artigo 59, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 6º, §2º, e 23, “s”, deste Estatuto Social, cuja deliberação competirá ao Conselho de Administração;
- (g) suspensão do exercício de qualquer direito previsto no presente Estatuto Social;
- (h) avaliação e conferência dos ativos usados pelos acionistas para aumentar o capital social da Companhia;
- (i) transformação, fusão, cisão, incorporação ou operação comercial semelhante que envolva a Companhia; sua dissolução e liquidação, bem como sobre a eleição e destituição de liquidantes e aprovação de suas contas;
- (j) solicitação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia pelos Diretores da Companhia ou sua liquidação ou dissolução;
- (k) redução do dividendo mínimo obrigatório ou distribuição de dividendos em valor diferente do previsto no Estatuto Social da Companhia, bem como o pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de retenções;
- (l) constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis que tenham repercussão sobre os direitos e interesses dos acionistas;
- (m) participação da Companhia em negócios que não sejam relacionados ao seu objetivo social;
- (n) a criação, efetivação, alteração ou aprovação de qualquer opção ou participação com base em planos, programas e políticas de remuneração e benefícios da Companhia, ou aprovação de concessões segundo planos com base em participação ou opção existentes; e
- (o) dispensa da realização de OPA para a saída do Novo Mercado.

ARTIGO 12 As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO V

Administração

ARTIGO 13 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

ARTIGO 14 A posse dos membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, e da Diretoria, será condicionada à assinatura de Termo de Posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no artigo 45 deste Estatuto Social.

ARTIGO 15 A Assembleia Geral Ordinária fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

ARTIGO 16 O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 09 (nove) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, cujos mandatos serão unificados e terão duração de 02 (dois) anos, contado da data de eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 02 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os elege, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 2º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito membro do Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) possuir ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo.

Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou que represente interesse conflitante com os da Companhia.

Parágrafo 6º - A Assembleia Geral que deliberar a eleição dos membros efetivos do Conselho de Administração deliberará qual o número de membros suplentes do Conselho de Administração a serem eleitos, podendo tal número ser alterado a qualquer momento, a critério da Assembleia Geral.

Parágrafo 7º - No caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá as funções durante a ausência ou impedimento temporário.

ARTIGO 17 O Conselho de Administração terá 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que

ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer vacância naqueles cargos. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções do Presidente o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo Único - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

ARTIGO 18 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por qualquer de seus membros, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, da qual constará a ordem do dia.

Parágrafo 1º - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita.

Parágrafo 2º - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

ARTIGO 19 As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo 2º - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração que não possua Conselheiro Suplente eleito, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, (i) manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado; ou (ii) fazer-se representar por qualquer outro membro, mediante procuração escrita com indicação de sua manifestação de voto sobre cada um dos pontos da ordem do dia, não podendo cada membro representar mais de 02 (dois) outros membros.

Parágrafo 3º - No caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral

subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Para fins deste parágrafo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Parágrafo 4º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes, ou que tenham manifestado seu voto na forma do artigo 20, parágrafo 2º deste Estatuto. Na hipótese de empate nas deliberações, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade ou, conforme o caso, ao membro do Conselho de Administração que o estiver substituindo.

ARTIGO 20 Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

ARTIGO 21 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida sua gravação e degravação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 1º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do artigo 20, parágrafo 2º deste Estatuto, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

ARTIGO 22 O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:

- (a) aprovação de e/ou qualquer alteração no Plano de Negócios da Companhia;
- (b) aprovação dos orçamentos anuais operacionais e de investimentos e verificação do cumprimento dos mesmos;
- (c) nomeação e destituição dos membros da Diretoria e determinação de seus poderes, funções

- e remuneração;
- (d) controle da gestão dos diretores, verificação, a qualquer tempo, dos livros e documentos da Companhia, solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros assuntos relacionados à gestão dos diretores;
 - (e) convocação da Assembleia Geral quando julgar conveniente;
 - (f) manifestação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria e submissão das demonstrações financeiras da Companhia para aprovação da Assembleia Geral;
 - (g) avaliação e aprovação de transações realizadas com partes relacionadas, nos termos das normas e legislação em vigor, em valor igual ou superior, em uma única operação ou em conjunto de operações relacionadas, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
 - (h) constituição, aquisição e/ou alienação de qualquer participação em capital social, exceto para a constituição de pessoas jurídicas controladas pela Companhia e que tenham sido constituídas para a implementação de projetos imobiliários da Companhia e atividades conexas com o objeto social, inclusive na forma de constituição de consórcios;
 - (i) alienação ou oneração, de qualquer forma, de bens imóveis da Companhia, cujo valor da transação exceda R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
 - (j) alienação ou oneração, de qualquer forma, de outros ativos da Companhia, cujo valor exceda, em uma ou mais operações de mesma espécie, a quantia de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
 - (k)
 - (l) concessão e obtenção de empréstimos, financiamentos e/ou descontos de duplicatas ou securitização de recebíveis cujo valor exceda a quantia de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
 - (m)
 - (n) nomeação e destituição dos auditores independentes, que deverão, necessariamente, ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e realização de auditoria anual com revisão trimestral da Companhia;
 - (o) deliberação sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
 - (p) deliberação sobre a emissão de títulos de dívida no mercado internacional para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
 - (q) deliberação sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
 - (r) deliberação sobre a emissão de debêntures, inclusive conversíveis, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, na forma do artigo 59, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 6º, §2º, deste Estatuto Social;
 - (s) propor à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;
 - (t) aprovação da outorga, pela Companhia, de garantia em favor de terceiros, exceto aquelas que tenham por objeto assegurar obrigações assumidas pela Companhia ou por suas coligadas e controladas e relacionadas à execução do objeto social da Companhia, cujo valor

- exceda a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e
- (u) manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considere pertinentes; e (v) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

ARTIGO 23 O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não.

Parágrafo 1º- Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Parágrafo 2º - Sem prejuízo de outros comitês que o Conselho de Administração venha a criar, o Conselho de Administração deverá ser permanentemente assessorado por um Comitê de Auditoria.

Parágrafo 3º - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, terá autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. As regras sobre composição, exercício das atividades, competências e responsabilidades dos membros do Comitê Auditoria, bem como seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, deverão observar as regras previstas na Resolução CVM 23, ou eventual norma que venha a substituí-la.

ARTIGO 24 A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores e 03 (dois) Diretores sem designação específica, cujos mandatos serão unificados e com prazos de gestão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

ARTIGO 25 Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer diretor, o Conselho de Administração indicará um substituto para desempenhar as funções do diretor ausente ou impedido pelo tempo de mandato que faltar ao diretor substituído ou elegerá um novo diretor para ocupar a vaga do diretor ausente.

ARTIGO 26 A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Parágrafo 1º - As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente, através de carta registrada, fax, e-mail ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os diretores. Considerar-se-á dispensada a convocação a uma reunião a que comparecer a totalidade dos diretores.

Parágrafo 2º - As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de, no mínimo, 02 (dois) diretores.

Parágrafo 3º - Um diretor poderá fazer-se representar nas reuniões, podendo votar por carta, e-mail, fax ou procuração. O diretor que enviar seu voto ou se fizer representar, na forma supra, será considerado presente à reunião.

Parágrafo 4º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos diretores presentes.

ARTIGO 27 A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessárias à consecução dos objetivos sociais, e deliberar sobre todas as questões que não tenham sido previstas neste Estatuto Social nem sejam da competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

ARTIGO 28 Compete ao Diretor-Presidente (i) representar a Companhia, ativa e passivamente, em suas relações com terceiros, em Juízo ou fora dele; (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iii) supervisionar os negócios sociais, tomando as deliberações que se fizerem necessárias; (iv) coordenar as atividades dos demais diretores; e (v) exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

ARTIGO 29 Compete ao Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores, além das demais funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração, (i) definir as estratégias financeiras da Companhia; (ii) dirigir os processos de contabilidade, tesouraria, planejamento financeiro e relações com investidores; (iii) representar a Companhia perante os órgãos relacionados com as atividades do mercado de capitais; e (iv) bem como o atendimento aos interesses dos investidores.

ARTIGO 30 Compete aos Diretores sem designação específica, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, exercer outras funções que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Presidente.

ARTIGO 31 Observado o disposto neste Estatuto Social, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida: (a) individualmente pelo Diretor Presidente ou (b) por (i) 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto, ou (ii) 01 (um) Diretor Executivo em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos, ou (iii) 02 (dois) procuradores com tais poderes. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas individualmente pelo Diretor Presidente; por 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto; ou isoladamente por 01 (um) Diretor Executivo para atos previsto no parágrafo 2º do presente artigo. As procurações outorgadas pela Companhia devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 02 (dois) anos (ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicium et extra* que a Diretoria

venha a autorizar em cada caso, que poderá ultrapassar o prazo de 02 (dois) anos).

Parágrafo 1º - Sem prejuízo do disposto no caput, a Companhia pode ser representada por 01 (um) diretor ou, ainda, por 01 (um) procurador com poderes específicos, agindo isoladamente, nas seguintes hipóteses:

- (a) em assuntos de rotina, tais como assinatura de contratos de qualquer natureza cujo valor não exceda a quantia de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), e a representação perante os órgãos ou entidades privados e públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal incluindo Inspetorias, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estadual(is) e/ou Municipal(is), Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Banco Central do Brasil, CVM, IBAMA e demais órgãos ambientais, Bolsas de Valores e de Mercadorias, Bancos Estatais e de Desenvolvimento;
- (b) em transações relativas a escrituras públicas, em atos de condomínio, registros e averbações nos cartórios de notas e registro de imóveis;
- (c) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros;
- (d) na assinatura de contratos de locação; e
- (e) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas empresas controladas e coligadas.

Parágrafo 2º - Deverá ser observada a regra do caput deste artigo para a prática de atos relacionados com movimentação financeira, tais como abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, autorizar débitos, emitir, assinar e endossar cheques, fazer depósitos e retiradas, fazer aplicações, resgates, transmitir e receber ordem de pagamentos, fazer empréstimos e financiamentos.

ARTIGO 32 O Conselho Fiscal, que funcionará em caráter não permanente, será constituído por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será condicionada à assinatura de Termo de Posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no artigo 46 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 3º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 4º - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de acionista controlador ou controlada de concorrente; (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de acionista controlador ou controlada de concorrente.

Parágrafo 5º - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não devem ter sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

ARTIGO 33 Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VII

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro

ARTIGO 34 O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia obriga-se a realizar a auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo 1º - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 2º - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no parágrafo 3º do artigo 37 abaixo.

ARTIGO 35 Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º - Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros correspondente a até um décimo dos lucros do exercício. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 3º deste artigo.

Parágrafo 2º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (b) uma parcela, por proposta dos Administradores, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) uma parcela do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos valores descritos nos itens (a) e (b) acima será destinada ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 4º deste artigo;
- (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 4º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) a Companhia poderá constituir reserva de lucros estatutária, correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido, descontados os percentuais atribuídos para a constituição de reserva legal, reserva de contingências e reserva de lucros a realizar, que terá por fim financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, bem como a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. O somatório das reservas, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva de contingências, não poderá exceder a 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia e à qual serão atribuídos recursos limitados ao lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias; e
- (g) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Parágrafo 3º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii)

importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º- O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

ARTIGO 36 Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e sua atribuição ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o crédito no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

ARTIGO 37 A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- (a) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;
- (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e
- (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

ARTIGO 38 A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII

Alienação do Controle Acionário e Dispersão Acionária

ARTIGO 39 A alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do Controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) tendo por objeto

as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo 1º - Em caso de alienação indireta de Controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo 2º - Para os fins deste artigo, entende-se por “Controle” e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

ARTIGO 40 Qualquer pessoa que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA pela totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, no Regulamento do Novo Mercado, em outros regulamentos da B3 e nos termos deste artigo.

Parágrafo 1º - A OPA deverá ser **(i)** dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, **(ii)** efetivada em leilão a ser realizado na B3, **(iii)** lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º deste artigo, e **(iv)** paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre **(i)** 150% (cento e cinquenta por cento) da cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 (doze) meses anterior à realização da OPA em qualquer bolsa de valores em que as ações da Companhia forem negociadas; **(ii)** 150% (cento e cinquenta por cento) do preço unitário mais alto pago pela pessoa que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia nos termos do *caput* deste artigo, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; e **(iii)** o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Parágrafo 3º - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - O adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM e da B3, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa adquirir ou se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência **(i)** de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante, **(ii)** da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, **(iii)** da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, **(iv)** da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, de acordo com as regras previstas na regulamentação aplicável; ou **(v)** da participação societária que compõe o Controle da Companhia e seus acréscimos, da participação em acordo de voto, celebrado para fins de controle da Companhia, com o(s) acionista(s) Controlador(es) ou da aquisição de ações vinculadas a acordo de voto com o acionista(s) Controlador(es), direta ou indiretamente.

Parágrafo 6º - Para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo: **(i)** será computada a participação de determinada pessoa em conjunto com suas partes relacionadas, assim entendidas as pessoas que a controlem, os veículos de investimento sob controle comum e os veículos de investimento sob a mesma gestão, direta ou indiretamente; e **(ii)** não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

CAPÍTULO IX
Saída do Novo Mercado
Seção I
Disposições Gerais

ARTIGO 41 A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer, nos termos das Seções II e III abaixo, em decorrência:

- (a)** da decisão do acionista controlador ou da Companhia;
- (b)** do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e
- (c)** do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

Seção II
Saída Voluntária

ARTIGO 42 A saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3, caso seja precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 361, de 05 de março de 2002, conforme alterada, para cancelamento de registro de companhia aberta e no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 1º - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente de OPA mencionada neste artigo na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral referida no parágrafo primeiro acima deverá ser instalada (i) em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação; e, caso referido quórum não seja atingido, (ii) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação.

Parágrafo 3º - A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 4º - Para fins do disposto neste artigo 42, “Ações em Circulação” significam todas as ações de emissão da Companhia, com exceção (i) daquelas de titularidade do(s) acionista(s) controlador(es), das pessoas vinculadas a ele(s) e dos administradores da Companhia; e (ii) daquelas mantidas em tesouraria.

Seção III

Saída Compulsória

ARTIGO 43 A aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado depende da realização de OPA com as mesmas características da OPA em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado, conforme disposto no artigo 42 acima.

Parágrafo Único - Na hipótese de não atingimento do percentual de aprovação da OPA equivalente a 1/3 (um terço) das ações em circulação, após a realização da OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no referido segmento, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

CAPÍTULO X

Reestruturação Societária

ARTIGO 44 Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão dar anuência a essa estrutura.

CAPÍTULO XI

Juízo Arbitral

ARTIGO 45 A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do

Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforma alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XII

Liquidação

ARTIGO 46 A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei e a Assembleia Geral fixará a forma de liquidação e nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal que conduzirão a Companhia durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XIII

Disposições Gerais

ARTIGO 47 A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede e que estejam em vigor na data da deliberação aplicável, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Parágrafo Único - Termos iniciados em maiúscula utilizados, mas não aqui definidos, têm o significado que lhes é atribuído no Acordo de Acionistas.

ARTIGO 48 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 49 Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

* * *

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO X

PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES, AÇÕES E INCENTIVOS ATRELADOS A AÇÕES
(conforme artigo 14 e Anexo B à Resolução CVM 81)

1. Fornecer cópia do plano proposto

A cópia do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações da Companhia ("Plano") encontra-se no Anexo XI a esta proposta.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

a) Potenciais beneficiários

Serão elegíveis à outorga de ações e aos incentivos atrelados a ações e/ou à outorga de opções no âmbito do Plano, os administradores e empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle ("Elegíveis").

O Conselho de Administração selecionará, dentre os Elegíveis determinados em cada um dos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus à outorga das ações e/ou de incentivos atrelados a ações e/ou das opções ("Beneficiários").

b) Número máximo de opções a serem outorgadas

As Ações, incentivos e as Opções outorgadas nos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e/ou Programas de Opções de Compra de Ações, conforme o caso, que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano, não poderão ultrapassar o limite máximo de 2,3% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia, o equivalente a 2.000.000 de ações da Companhia, e não serão somadas às opções já outorgadas e não exercidas dos três Planos de Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovados em Assembleia Geral da Companhia em 17 de novembro de 2010, 16 de abril de 2020 e 19 de abril de 2022 ("Planos de Outorga Anteriores"), não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,3% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia. Este limite somente poderá ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral.

c) Número máximo de ações abrangidas pelo plano

Vide item acima.

d) Condições de aquisição

Os Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações que venham a ser instituídos no âmbito do Plano poderão ser administrados pelo Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Pessoas da Companhia, e todas as decisões relativas ao Plano e aos Programas de Outorga de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações que venham a ser instituídos no âmbito do Plano deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

A outorga dos incentivos a cada Beneficiário far-se-á por meio da celebração de contrato de outorga entre a Companhia e o respectivo Beneficiário. A assinatura do contrato relacionado a cada Programa de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações implicará a aceitação de todas as condições do Plano e do respectivo programa pelo Beneficiário.

O Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento (i) da aquisição efetiva das ações como consequência do exercício das opções, ou (ii) da transferência de titularidade plena das ações, e nenhuma ação será entregue ao Beneficiário a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo Beneficiário.

e) Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

O preço de emissão das opções para subscrição ou aquisição das ações, será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação do(s) Programa(s) de Opções de Compra de Ações ("Preço de Exercício").

f) Critérios para fixação do prazo de exercício

Exceto por deliberação em contrário do Conselho de Administração, a obtenção do direito ao exercício da opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos em cada Programa de Opções de Compra de Ações.

As Opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Programa de Opções de Compra de Ações.

g) Forma de liquidação de opções

A quantidade final de opções atribuída ao participante será considerada automaticamente exercida no prazo estabelecido no contrato de opções e, neste ato, as ações subjacentes às opções exercidas serão entregues aos Beneficiários pela Companhia mediante a entrega de ações em tesouraria, observada a regulamentação aplicável, ou, caso não haja ações em tesouraria, mediante outras formas que venham a ser definidas pelo Conselho de Administração em cada Programa de Opções de Compra de Ações.

Nenhuma opção será entregue aos Beneficiários no exercício das Opções sem o cumprimento integral de todos os requisitos da legislação ou dos regulamentos aplicáveis.

h) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser rescindido por decisão da Assembleia Geral da Companhia a qualquer tempo. O término da vigência do Plano não afetará a eficácia das Ações, Opções e dos incentivos ainda em vigor e nos respectivos regulamentos de cada Programa.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a) Os principais objetivos do plano

O objetivo do Plano é permitir o recebimento de ações pelos Beneficiários escolhidos pelo Conselho de Administração como remuneração, observadas certas condições, com vistas a: (a) com relação aos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações: (i) incentivar o sentimento de “dono” da Companhia nos Beneficiários; (ii) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos da Companhia; e (iii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de competências dos Beneficiários, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia; (b) com relação aos Programas de Opções de Compra de Ações: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia (e de suas subsidiárias) e o maior alinhamento dos Beneficiários, na qualidade de acionistas da Companhia; e (ii) promover os interesses da Companhia, mediante o comprometimento de longo prazo dos Beneficiários.

b) A forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano visa motivar seus Beneficiários a contribuir para (i) a boa performance e apreciação de das ações da Companhia, já que eles se beneficiam de parte desta apreciação, e (ii) o alcance das metas da Companhia. Adicionalmente, ao tornar integrantes chave da Companhia também em seus acionistas, incentiva-se a tomada responsável riscos, criando incentivos positivos para que não sejam tomados riscos excessivos e indesejados. A instituição alcança os objetivos do Plano, engajando os beneficiários em estratégias de longo prazo, projetos e resultados.

c) Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

Planos de compensação com base em ações são altamente eficientes em alcançar o alinhamento dos interesses da Companhia e dos seus beneficiários já que, ao permitir que os beneficiários se tornem acionistas, eles encorajam que tais beneficiários atuem da perspectiva de “proprietários” do negócio, assim alinhando seus interesses com aqueles de seus acionistas. Adicionalmente, eles encorajam a retenção pela Companhia de pessoas com importância estratégica, considerando que, de forma geral deixar a Companhia voluntariamente implicará na perda de todos os direitos não-exercíveis no âmbito do Plano.

d) Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses de administradores, da Companhia e dos acionistas por meio da concessão de outorga de ações, incentivos atrelados a ações ordinárias da Companhia e/ou opções de compra de ações da Companhia, aos executivos estratégicos e colaboradores chave, vinculado ao desempenho das ações da Companhia. Por meio do Plano, a Companhia busca estimular a melhoria na sua gestão, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo, alinhados ao desempenho de curto prazo. Ademais, o Plano visa oferecer aos Beneficiários a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

Ainda não é possível estimar as despesas do Plano. As despesas a serem incorridas no âmbito do Plano serão calculadas nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovado pela Deliberação CVM nº 650, de 16 de dezembro de 2010 ("CPC10 (R1)"), e dependem de fatores ainda não conhecidos, como o valor de mercado das ações da Companhia no momento de transferência destas aos Beneficiários

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO XI

**CÓPIA DO PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES, AÇÕES E INCENTIVOS ATRELADOS A
AÇÕES**

PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES, AÇÕES E INCENTIVOS ATRELADOS A AÇÕES

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

O presente Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações ("Plano") da **LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 17 de abril de 2025 e está alinhado ao disposto na Política de Remuneração dos Administradores da Companhia.

SEÇÃO I – CONDIÇÕES GERAIS

Esta Seção I visa regular a possibilidade de, e estabelecer as condições gerais para a outorga de ações, incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações") e/ou de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Opções") aos administradores ou empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle, por meio da instituição de Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e/ou de Programas de Opções de Compra de Ações, pelo Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração").

CAPÍTULO I. LIMITES

1.1. As Ações, incentivos e as Opções outorgadas nos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e/ou Programas de Opções de Compra de Ações, conforme o caso, que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano, não poderão ultrapassar o limite máximo de 2,3% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia, o equivalente a 2.000.000 de ações da Companhia, e não serão somadas às opções já outorgadas e não exercidas dos três Planos de Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovados em Assembleia Geral da Companhia em 17 de novembro de 2010, 16 de abril de 2020 e 19 de abril de 2022 ("Planos de Outorga Anteriores"), não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,3% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia. Este limite somente poderá ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO E DOS PROGRAMAS

2.1. Os Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano poderão ser administrados pelo Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Pessoas ("Comitê"), e todas as decisões relativas ao Plano e aos Programas de Outorga de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

2.2. As deliberações do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso aplicável, terão caráter vinculante para os Beneficiários (conforme definido na Cláusula 3.2 abaixo), delas não cabendo qualquer recurso, a menos que sejam contrárias aos termos e condições estabelecidas neste Plano, no

Estatuto Social da Companhia ou na legislação aplicável.

2.3. A atuação do Conselho de Administração deverá respeitar as diretrizes e estará sujeita aos limites e condições estabelecidos neste Plano, no Estatuto Social e políticas da Companhia e na legislação aplicável.

2.4. O Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos termos e condições dos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e dos Programas de Opções de Compra de Ações, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:

- (a) eleger, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus às Ações e incentivos concedidos e às Opções concedidas no âmbito dos Programas de Opções de Compra de Ações e no âmbito dos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano;
- (b) tomar as medidas necessárias para a administração do Plano e dos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações, inclusive quanto à interpretação e aplicação das suas condições;
- (c) decidir, em relação aos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações, em qualquer caso devendo ser observados os termos deste Plano, quanto (i) às datas de concessão dos incentivos atrelados a Ações; (ii) aos direitos dos Beneficiários em razão de cada Programa de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações; (iii) aos prazos de carência e/ou às condições específicas para o recebimento dos incentivos, (iv) às regras de restrição à venda das Ações, (v) aos Beneficiários a quem os incentivos serão concedidos; e (vi) quaisquer outros termos e condições relacionados às outorgas;
- (d) decidir, em relação aos Programas de Opções de Compra de Ações, em qualquer caso devendo ser observados os termos deste Plano, quanto (i) às datas de outorga das Opções, (ii) ao volume de Opções a ser outorgado, (iii) ao Preço de Exercício das Opções, (iv) aos prazos de carência e/ou às condições específicas para o exercício das Opções, (v) aos prazos para o exercício das Opções, (vi) às normas sobre transferência das Opções em caso de sucessão, (vii) às regras de restrição à venda das ações adquiridas em razão do exercício das Opções, (viii) aos Beneficiários a quem as Opções serão outorgadas; e (ix) quaisquer outros termos e condições relacionados às outorgas;
- (e) aprovar os Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e os Programas de Opções de Compra de Ações instituídos no âmbito deste Plano, bem como seus contratos e eventuais aditivos;
- (f) deliberar sobre a emissão de novas ações da Companhia, dentro do limite de seu capital autorizado, bem como sobre a alienação de ações mantidas em tesouraria para cumprimento do estabelecido neste Plano e nos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e Programas de Opções de Compra de Ações, conforme aplicável;
- (g) modificar as condições dos contratos relacionados aos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações, incluindo adaptações que vierem a ser realizadas em decorrência de alterações implementadas na legislação aplicável;

(h) alterar ou extinguir Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e os Programas de Opções de Compra de Ações;

(i) analisar casos excepcionais relacionados a este Plano e aos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações, incluindo a possibilidade de alterações individuais relativas a contratos específicos de Beneficiários; e

(j) deliberar sobre quaisquer outros termos e condições, desde que não estejam em desacordo com este Plano.

2.5.O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, delegar quaisquer das suas responsabilidades e atribuições descritas na Cláusula 2.4 acima, exceto aquelas que não forem passíveis de delegação nos termos da legislação aplicável ou do Estatuto Social e políticas da Companhia.

CAPÍTULO III. BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS

3.1. Serão elegíveis à outorga de Ações e aos incentivos atrelados a Ações e/ou à outorga de Opções no âmbito deste Plano, administradores e/ou empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle ("Elegíveis").

3.2. O Conselho de Administração selecionará, dentre os Elegíveis determinados em cada um dos Programa de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus à outorga das Ações e/ou de incentivos atrelados a Ações e/ou das Opções ("Beneficiários").

3.3. A outorga dos incentivos a cada Beneficiário far-se-á por meio da celebração de contrato entre a Companhia e o respectivo Beneficiário. A assinatura do contrato relacionado a cada Programa de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações implicará a aceitação de todas as condições deste Plano e do respectivo programa pelo Beneficiário.

3.4. O Conselho de Administração não poderá conferir aos Beneficiários direitos que: (i) assegurem sua reeleição ou permanência na administração da Companhia ou da sociedade sob seu controle até o término de seu mandato; (ii) impeçam sua destituição a qualquer tempo pela Companhia ou pela sociedade sob seu controle; (iii) assegurem sua permanência como empregado da Companhia ou de sociedade sob seu controle; ou (iv) impeçam a rescisão da sua relação de trabalho ou relação de prestação de serviços a qualquer tempo pela Companhia ou pela sociedade sob seu controle.

3.5. O Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento (i) da aquisição efetiva das Ações como consequência do exercício das Opções, ou (ii) da transferência de titularidade plena das Ações, e nenhuma ação será entregue ao Beneficiário a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo Beneficiário.

CAPÍTULO IV. DESLIGAMENTO, FALECIMENTO, INVALIDEZ PERMANENTE, APOSENTADORIA, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

4.1. O Conselho de Administração e/ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes para definir em cada um dos programas as regras, consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos relativos às Opções e/ou às Ações e aos incentivos pelos Beneficiários em caso de (i) rescisão contratual; (ii) falecimento; (iii) invalidez permanente; (iv) aposentadoria; ou (v) dissolução e/ou liquidação da Companhia.

SEÇÃO II – PROGRAMAS DE OUTORGA DE AÇÕES E INCENTIVOS ATRELADO A AÇÕES

Esta Seção II visa estabelecer as condições específicas para concessão de Ações e incentivos por meio de Programas de Ações e Incentivos Atrelados a Ações.

CAPÍTULO V. OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE OUTORGA DE AÇÕES E INCENTIVOS ATRELADOS A AÇÕES

5.1. Os objetivos dos Programas de Ações e Incentivo Atrelado a Ações são:

- (a) incentivar o sentimento de “dono” da Companhia nos Beneficiários;
- (b) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos da Companhia; e
- (c) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de competências dos Beneficiários, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia.

CAPÍTULO VI. AÇÕES DOS PROGRAMAS DE OUTORGA DE AÇÕES E INCENTIVOS ATRELADOS A AÇÕES

6.1. A totalidade das Ações concedidas no âmbito dos Programas de Outorga de Ações e Incentivo Atrelados a Ações não poderá ultrapassar o limite máximo de ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia previsto na Cláusula 1.1 acima.

6.2. As Ações objeto dos incentivos concedidos por meio dos Programas de Outorga de Ações e Incentivo Atrelado a Ações instituídos no âmbito deste Plano serão provenientes de ações mantidas em tesouraria, observada a regulamentação aplicável, ou, caso não haja ações em tesouraria, mediante outras formas que venham a ser definidas pelo Conselho de Administração no Programa de Outorga de Ações e Incentivo Atrelado a Ações.

6.3. O Conselho de Administração poderá implementar o tipo de incentivo que entender necessário/adequado, podendo, inclusive, implementar incentivos envolvendo a outorga de ações, restritas ou não, de forma gratuita ou onerosa, atrelados ou não a metas de desempenho e, até mesmo, *matching* de ações, com outorga gratuita ou onerosa de ações aos Beneficiários.

SEÇÃO III – PROGRAMAS DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Esta Seção III visa estabelecer as condições específicas para a outorga das Opções por meio de Programas de Opções de Compra de Ações.

CAPÍTULO VII. OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

7.1. Os principais objetivos dos Programas de Opções de Compra de Ações são:

- (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia (e de suas subsidiárias) e o maior alinhamento dos Beneficiários, na qualidade de acionistas da Companhia; e
- (b) promover os interesses da Companhia, mediante o comprometimento de longo prazo dos Beneficiários.

CAPÍTULO VIII. AÇÕES OBJETO DOS PROGRAMAS DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

8.1. O número de ações objeto das Opções outorgadas no âmbito deste Plano e dos Programas de Opções de Compra de Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano não poderão ultrapassar:

- (a) o limite máximo de ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia previsto na Cláusula 1.1 acima; e
- (b) o limite do capital autorizado da Companhia.

8.2. As ações objeto das Opções serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia:

- (a) da emissão de novas ações ordinárias, as quais conferirão aos Beneficiários os mesmos direitos das ações atualmente emitidas pela Companhia, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou
- (b) de ações mantidas em tesouraria, se disponíveis.

8.3. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, não terão direito de preferência ao ensejo da instituição do Programa de Opções de Compra de Ações ou do exercício da opção de compra de ações originárias, respeitado o limite de capital autorizado da Companhia para este fim, nos termos do artigo 168, §3º, da Lei nº 6.404/1976.

CAPÍTULO IX. PREÇO DE EXERCÍCIO

9.1. O preço de exercício das Opções para a subscrição ou aquisição das Ações será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação do Programa de Opções de Compra de Ações ("Preço de Exercício").

CAPÍTULO X. EXERCÍCIO DAS OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

10.1. Exceto por deliberação em contrário do Conselho de Administração, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos em cada Programa de Opções

de Compra de Ações.

10.2. As Opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Programa de Opções de Compra de Ações.

10.3. Os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pelas políticas da Companhia.

CAPÍTULO XI. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O Preço de Exercício por ação será pago pelos titulares da Opção, nas condições determinadas nos regulamentos de cada Programa de Opções de Compra de Ações, respeitada a realização mínima prevista em lei, e será ajustado pela distribuição de dividendos da Companhia.

CAPÍTULO XII. ALIENAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DAS OPÇÕES

12.1. As Opções outorgadas nos respectivos Programas de Opções de Compra de Ações não poderão ser alienadas ou oneradas, de maneira direta ou indireta, pelos Beneficiários, exceto por deliberação do Conselho de Administração.

SEÇÃO IV – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO XIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Os Planos de Outorga Anteriores serão descontinuados a partir da data de aprovação do presente Plano, bem como não serão mais realizadas outorgas no âmbito dos Planos de Outorga Anteriores a partir de referida data. A descontinuação dos Planos de Outorga Anteriores não afetará a eficácia das outorgas já realizadas pela Companhia que ainda estejam em vigor.

13.2. Este Plano entrará em vigor na data de sua aprovação e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia. O término da vigência do Plano não afetará a eficácia das Ações, Opções e dos incentivos ainda em vigor e nos respectivos regulamentos de cada Programa.

13.3. Este Plano, bem como os seus respectivos Programas, não impedirá qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia e/ou as sociedades sob seu controle, devendo o Conselho de Administração determinar e realizar os ajustes cabíveis nos respectivos regulamentos. A outorga de Ações e incentivos atrelados a Ações ou Opções, nos termos deste Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de alienação de controle e de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das Ações e/ou dos incentivos e/ou das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; e/ou (b) a antecipação do período de exercício, com extinção dos períodos de carência, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão.

13.4. Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, aumento de capital, grupamentos ou conversões, o preço de aquisição, número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada incentivo e/ou Opção em vigor, conforme o caso, serão ajustados na mesma proporção.

13.5. O Comitê, ouvido o Conselho de Administração, caso necessário, será competente para dirimir eventuais dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas neste Plano, sendo que, em caso de conflito entre as disposições deste Plano e dos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e de Opções de Compra de Ações e e/ou dos respectivos contratos de outorga, prevalecerão as disposições deste Plano.

13.6. As Ações e os incentivos atrelados a Ações e/ou Opções a serem concedidas no âmbito deste Plano e dos Programas aos Beneficiários que sejam administradores da Companhia estarão sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia do montante global ou individual da remuneração dos administradores para o respectivo exercício social, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada.



PARTICIPATION MANUAL AND MANAGEMENT PROPOSAL

Annual and Extraordinary Shareholders' Meeting
To Be Held On April 17, 2025

Summary

Letter from the Management	3
Manual for Shareholders' Participation	4
Guidelines for participation in the Annual and Extraordinary Shareholders' Meeting	4
CALL NOTICE	11
Management Proposal	14
EXHIBIT I	19
EXHIBIT II	49
EXHIBIT III	50
EXHIBIT IV	201
EXHIBIT VI	208
EXHIBIT VII	288
EXHIBIT VIII	318
EXHIBIT IX	340
EXHIBIT X	358
EXHIBIT XI	362

Letter from the Management

Dear Shareholders,

This Manual for Shareholders' Participation and Management Proposal ("Manual" and "Proposal") of **LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("LOG" or "Company"), provides clarifications and voting guidelines to our shareholders ("Shareholders") on the matters to be resolved at the Company's Annual and Extraordinary Shareholders' Meeting ("Shareholder's Meeting" or "AEGM"), to be held, on first call, at 10:00 a.m. on April 17, 2025, exclusively digitally pursuant to Article 5, paragraph 2, item I, and article 28, paragraphs 2 and 3, of CVM Resolution 81, of March 29, 2022, as amended ("CVM Resolution 81"), through the Ten Meetings digital platform ("Digital Platform"). To facilitate the analysis of the subject matters to be resolved, we have provided the documents related to each item on the agenda as schedules to this Manual and Proposal.

The AEGM shall be held exclusively digitally, under the terms of CVM Resolution 81, so that Shareholders, subject to the respective deadlines and procedures, shall be able to participate and vote at the Meeting via the electronic platform made available by LOG. It is emphasized that, due to the exclusively digital format, physical attendance at the Meeting will not be possible. Additionally, remote participation will be available through the remote voting ballot ("Ballot" or).

In accordance with the provisions of Law No. 6.404, of December 15, 1976, as amended ("Brazilian Corporation Law"), CVM Resolution 81, and the Novo Mercado Regulation of B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado Regulation" and "B3," respectively), among other regulations, as well as the provisions of the Company's Bylaws ("Bylaws"), the guidelines and procedures for participation and voting at the Shareholder's Meeting, as well as the date, location, and subject matters to be resolved, are detailed in this document.

This Manual and Proposal have been prepared with the purpose of providing you with a broad and comprehensive explanation of the matters to be discussed at the AEGM. We emphasize that the information and guidelines contained in this Participation Manual do not replace, amend, or make more flexible the regulations or legislation pertaining to shareholders' meetings and shareholder participation, which must be fully complied with.

The Investor Relations Department is available to answer any questions or queries regarding the material contained in this document (ri@logcp.com.br).

Sincerely,

Board of Directors

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Manual for Shareholders' Participation

Guidelines for participation in the Annual and Extraordinary Shareholders’ Meeting

In order to provide guidance the Shareholders, the Company has made this Manual available, containing the procedure for participation in the Shareholders' Meeting to be held, on first call, on April 17, 2025, at 10:00 am, exclusively digitally, pursuant to Article 5, Paragraph 2, item I, and Article 28, Paragraph 2, item II, and Paragraph 3 of CVM Resolution 81, through the Digital Platform.

The Management emphasizes that the format chosen for holding the AEGM aims to allow greater participation by the Shareholders, who will be able to attend and vote at the Meeting regardless of their geographical location, which is of great value to the Company, which has foreign shareholders in its shareholding base. In this way, the Company aims to provide equitable treatment among Shareholders at this Meeting, which includes topics that do not usually require extensive debates, greater interaction between them, as well as more effective engagement. With this greater accessibility to the AEGM, combined with the use of efficient technological resources and prior planning of the operational aspects of the meeting, the Company seeks to reduce the operational and organizational costs incurred by the Company in the decision-making process.

The Company emphasizes that other meeting formats may prove more appropriate on other occasions, as the case may be.

Thus, all Shareholders holding shares issued by the Company may participate in the AEGM, provided that they can prove their identity and respective shareholding interest with the appropriate documentation, in accordance with Article 126 of the Brazilian Corporation Law. Shareholders may: (i) participate and vote in the AEGM via the Digital Platform to be provided by LOG, as detailed in the Call Notice and this Manual; or (ii) vote on the AEGM’s matters by submitting the Ballot, as per CVM Resolution 81.

Aiming to facilitate shareholders' participation in the AEGM, the Company will waive the certification of signatures and the submission of certified copies of identity documents. The Company emphasizes, however, that documents not drafted in Portuguese must be accompanied by the respective translation.

The following topics describe the procedures to be observed by shareholders and the documents to be submitted in order to participate in the AEGM.

Participation through a Digital Platform

As permitted by the Brazilian Corporation Law and by CVM Resolution 81, Shareholders may participate in the AEGM through the Digital Platform, in person, or through a duly appointed attorney-in-fact, pursuant to Article 28, Paragraphs 2 and 3, of CVM Resolution 81, in which case Shareholders may: (i) simply participate in the AEGM, whether or not they have sent the Ballot; or (ii) participate and vote at the AEGM, noting that, for Shareholders who have already sent the Ballot and who, if they wish, vote at the AEGM, all voting instructions received through the Ballot will be disregarded.

Shareholders who choose to participate in the AEGM through via Digital Platform must register via the link (<https://assembleia.ten.com.br/608686245>), at least 02 days in advance of the date scheduled for the AEGM (strictly by **April 15, 2025**), and at the same time, submit the scanned copies of the following documents:

Individuals	<ul style="list-style-type: none">Identity document with photo of the shareholder.
Legal Entities	<ul style="list-style-type: none">Latest consolidated Bylaws or articles of association and any subsequent amendments.Other organizational documents proving the shareholder's legal representation, such as minutes of election and instruments of investiture, for example.

	<ul style="list-style-type: none"> • Photo identity document of the respective legal representatives.
Investment Funds	<ul style="list-style-type: none"> • Latest consolidated fund regulation and, if applicable, subsequent amendments (if the regulation does not include the fund's voting policy, also present the supplementary information form or equivalent document). • Bylaws or articles of association of its administrator or manager, as the case may be, subject to the fund's voting policy and organizational documents that prove the powers of representation and exercise of voting rights. • Photo ID of the respective legal representatives.

After analysis of the documents by the Company, Shareholders will receive an email at the registered address confirming the approval or justified rejection of the registration, and, if applicable, with instructions on how to carry out the regularization.

Access to the Shareholder's Meeting via the Digital Platform will be restricted to Shareholders or their legal representatives or attorneys-in-fact accredited as set forth in this Proposal.

The Company emphasizes that access to the Digital Platform will not be granted to Shareholders who do not present the necessary participation documents within the period provided herein, pursuant to Article 6, paragraph 3 of CVM Resolution 81.

Guidelines on how to access the Digital Platform and reminders on the rules of conduct to be adopted at the Shareholder's Meeting will be sent in a timely manner to each Shareholder or attorney-in-fact. Such information and guidelines will be forwarded exclusively to the email address informed in the registration.

Notwithstanding, the Company also informs that a reminder about the Shareholder's Meeting will be sent 1 day before the Shareholder's Meeting. If Shareholders who have duly requested their participation do not receive an email from the Company with instructions for accessing and participating in the AEGM at least 24 hours before it takes place (i.e., until **10:00 a.m. on April 16, 2025**) or if there is any difficulty in accessing it, the Shareholder must contact the Company by email (ri@logcp.com.br) in any scenario, before **9:00 a.m. on April 17, 2025**, to request resubmission (or submission via phone) of the respective instructions for access.

Shareholders who participate through the Digital Platform will be considered present at the AEGM, being able to exercise their respective voting rights and sign the respective minutes of the AEGM, in accordance with Article 47, paragraph 1, of CVM Resolution 81.

The Company highlights that the login and password, among other information and guidelines for accessing the Digital Platform, are unique and non-transferable, and Shareholders (or their respective attorney-in-fact, as the case may be) shall assume full responsibility for ownership and confidentiality of the information and guidelines transmitted to them by the Company under the terms of this Manual. Thus, the Shareholders undertake to: (i) use the individual invitations solely and exclusively for remote monitoring of the Shareholder's Meeting; (ii) not to transfer or disclose, in whole or in part, individual invitations to any third party, shareholder or not, as the invitation is non-transferable; and (iii) not record or reproduce, in whole or in part, nor transfer, to any third party, shareholder or not, the content or any information transmitted via virtual means during the Shareholder's Meeting.

In advancement of the access information that will be sent by email to the duly registered Shareholder, as described above, the Company requests that access to the Digital Platform takes place via conference call (a modality in which the Shareholder can watch the Shareholder's Meeting and make statements relying on voice and video) in order to ensure the authenticity of the communications, except if the Shareholder is urged, for any reason, to turn off the video feature of the Digital Platform. It also requests, with the purpose of maintaining the good course of the AEGM, that the Shareholders respect any maximum time that may be established by the Company for the respective Shareholder to make statements after their request for a statement and the Company opens the audio.

To access the Digital Platform, the following are needed: (i) a computer with a camera and audio that can be enabled; and (ii) an internet connection of at least 10mb (minimum bandwidth 30mps). Access via conference call must be made, preferably, through the Google Chrome or Microsoft Edge browsers, noting that other browsers, including Mozilla Firefox or Safari on the IOS System, are not compatible with the Digital Platform. In addition, it is also recommended that the Shareholder disconnects any VPN or platform that uses their camera before accessing the Digital Platform.

The Company is not responsible for any operational or connection problems that Shareholders may face, as well as for any other issues outside to the Company that may make it difficult or impossible for the Shareholders to participate and vote in the AEGM.

During the Shareholder's Meeting, Shareholders will have their microphones muted and their cameras turned off, in order to avoid instability in the connection and improve sound quality. After the presentation of each item on the Agenda, the Shareholder that wishes to speak must request the floor via the Chat feature of the Digital Platform in order to be eligible for such request, so that, in the order in which they are received by the chair, the floor will be granted to the shareholder by unmuting the audio. In order to maintain the smooth running of the Meeting, a maximum time may be set for each Shareholder to speak.

Shareholders who wish to speak on any subject matter not related to the Agenda of the Shareholder's Meeting must use the usual communication channels with LOG, through the Investor Relations Department (ri@logcp.com.br).

The Company also recommends that Shareholders familiarize themselves in advance with the use of the Digital Platform, as well as guarantee the compatibility of their respective electronic devices with the use of the Digital Platform (via video and audio). Additionally, the Company requests such Shareholders to, on the day of the AEGM, access the Digital Platform at least 30 minutes before the scheduled start time to allow the validation of access and participation of all Shareholders who will use it.

Guidelines for participation through an attorney-in-fact

A Shareholder who is an individual may be represented, pursuant to Article 126 of the Brazilian Corporation Law, by an attorney-in-fact appointed less than one year before, who is a shareholder, lawyer, financial institution, or administrator of the Company, who must register their details at the link (<https://assembleia.ten.com.br/608686245>) and present:

- a copy of the identification document with photo ID of the attorney-in-fact;
- a power of attorney granted in accordance with article 126, paragraph 1, of the Brazilian Corporations Law, ensuring that the attorney-in-fact was appointed less than one year before; and
- documents proving that the Shareholder is properly represented by the signatories of the powers of attorney.

According to the understanding of the CVM Board at a meeting held on November 4, 2014 (CVM Case RJ 2014/3578), there is no need for the attorney-in-fact of a legal entity to be a Shareholder, an administrator of the company or a lawyer. The attorney-in-fact will receive an individual email about the qualification status of each Shareholder registered in their registration file and will provide, if necessary, additional documents.

Shareholders who are legal entities or investment funds, in turn, may be represented by an attorney-in-fact appointed in accordance with its respective articles of incorporation, articles of association, or regulations, as applicable, even if the attorney-in-fact is not a shareholder, lawyer, financial institution, or administrator of the Company, in line with the CVM's understanding on the subject matter.

The powers of attorney must be granted in writing and, in compliance with the provisions of Article 654, Paragraphs 1 and 2 of the Civil Code (Law No. 10.406/02), must include the indication of the respective places where they were granted, the

full identification of the grantor and the grantee, the date, and the purpose of the grant, with the designation and extent of the powers granted, and grantor's signature certification is hereby waived.

For more information regarding the registration of the attorney-in-fact and the Shareholders represented by them, refer to the "Shareholder's Meeting Platform Manual" provided by the Digital Platform at the link (<https://assembleia.ten.com.br/608686245>).

Participation through Remote Voting Ballot

The shareholder may also participate in the AEGM through remote voting in the following ways:

- (i) submitting instructions for completing the Remote Voting Ballot directly to the bookkeeper of the Company's shares, BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM;
- (ii) submitting instructions for filling in the ballot to their respective custody agents or directly to B3, in the case of shareholders holding shares deposited with a central depository; or
- (iii) submitting the completed Ballot directly to LOG.

The Ballot for participation in the AEGM is available on the websites of B3 (b3.com.br), CVM (cvm.gov.br), and the Company (<https://ri.logcp.com.br/>).

Submission through service providers and the bookkeeper of LOG's shares.

The Shareholder who chooses to exercise their remote vote through service providers must submit the instructions for completing the Ballot to their custody agents or to the bookkeeper of LOG's shares, no later than 4 days before the AEGM, i.e., **by April 13, 2025 (inclusive)**, unless a different deadline is established by such service providers.

Shareholders must contact the service provider to verify the procedures established by them for issuing voting instructions via Ballot, as well as the documents and information required for this purpose. Such service providers shall notify the Shareholders of the receipt of the voting instructions or the need for rectification or resending, specifying the applicable procedures and deadlines.

The Company clarifies that the conflicting voting instructions, meaning those coming from the same Shareholder who voted differently in a Ballot delivered by different service providers on the same resolution, will be **disregarded**.

Submission through custody agents or directly to B3

This option is exclusively intended for Shareholders holding shares deposited with institutions and/or brokerage firms ("Custody Agents") in B3. In this case, the remote vote shall be exercised by the shareholders in accordance with the procedures adopted by the Custody Agents, which maintain their positions in custody, or directly to B3's Central Depository, through the "B3 Investor" channel.

The Shareholder holding shares deposited with B3 that chooses to exercise their right to vote at a distance must do so by conveying their voting instructions to the Custody Agent with whom they hold their shares in custody, subject to the rules determined by this latter, which will then forward such voting statements to the B3's Central Depository, or directly to B3's Central Depository, through the "B3 Investor" channel, at the Shareholder's discretion.

As the provision of the service of collection and transmission of instructions for completion of Ballot is optional for Custody Agents, we recommend that the Shareholder check if their custodian is able to provide such service, and which procedures

are established by them for receiving and issuing voting instructions, as well as the documents and information required by them.

The Company informs that, if the respective Custody Agent does not provide the remote voting service, the Shareholder will have the option to send their Ballot and applicable documents directly to the bookkeeper of shares issued by the Company or to the Company itself, as described above. The Company is not responsible for the communication between the Shareholders and their respective Custody Agents.

In the case of Shareholders with shares held in custody at more than one institution (for example: part of the position is held in custody in the books of the bookkeeper of the shares issued by the Company and another part is in the custody agent of the respective Shareholder), the voting instructions must be sent to only one of these institutions, and the vote will always be considered based on the total number of shares held by the investor.

In accordance with article 27 of CVM Resolution 81, the Shareholder must transmit the instructions for completion of the Ballot to their Custody Agents no later than 4 days before the date of the AEGM, i.e., **by April 13, 2025, including**, unless a different deadline, always prior to this date, is established by their Custody Agents or by B3. The Custody Agents will send the voting statements they receive to B3's Central Depositary, which, in turn, will generate a voting map to be sent to the Company's bookkeeper.

As determined by CVM Resolution 81, the Central Depositary, upon receipt of the voting instructions from Shareholders through their respective Custody Agents, will disregard any conflicting votes in relation to the same resolution that have been issued by the same CPF or CNPJ enrollment number; Additionally, the bookkeeper will disregard any conflicting votes in relation to the same resolution that have been issued by the same CPF or CNPJ enrollment number.

Direct submission to LOG

Shareholders who choose to send the Ballot directly to the Company must send scanned copies of the identity documents, evidence of powers, and ownership of their shares described in the item above.

We recommend that Shareholders that choose to send the Ballot directly to the Company do so by email to ri@logcp.com.br, requesting confirmation of receipt.

The Ballot, accompanied by the respective documentation, must be received by the Company, in proper order and in accordance with the provisions above, no later than 4 days before the date of the AEGM, i.e., **by April 13, 2025 (inclusive)**. Any Ballots received by the Company after said date will be disregarded.

In order for the Ballot to be considered valid, it is essential that (i) its fields are properly filled out; (ii) at the end, the shareholder or their legal representative, as applicable and in accordance with current legislation, signs the Ballot. The Company further clarifies that it will accept electronically signed Ballots and recommends that all pages of the submitted Ballot be properly initialed.

Once the Ballots and the documents that accompany them have been received, the Company will inform the Shareholder, via the electronic address indicated by the Shareholder in the completed Ballot sent to the Company, of their receipt and acceptance or not, in accordance with article 46 of CVM Resolution 81.

The Company clarifies that there is no need to send hard copies of the documents of representation of the Shareholders to the Company's registered office, as well as certification of signature of the grantor on the power of attorney for representation of the Shareholder, notarization, consularization, annotation, and sworn translation of documents originally drafted in English or Spanish for Shareholder representation, being sufficient to send a simple copy in (.pdf) format of the originals of such documents.

In accordance with the provisions of Article 27 of CVM Resolution 81, the Ballots and other supporting documents will be accepted up to 4 days before the date of the Meeting, so that any Ballots received by the Company after April 13, 2025, will be disregarded. The Company shall inform the Shareholder, pursuant to Article 46 of CVM Resolution 81, within 3 days of the date of receipt of the Ballot and the respective required documentation, whether or not the documents received are sufficient for the vote to be considered valid. If the Ballot is eventually sent directly to the Company and is not fully completed or is not accompanied by the supporting documents described above, it will be disregarded and the Shareholder will be informed by means of the email address indicated in the Ballot.

During the remote voting period, the Shareholder may change their voting instructions as many times as they deem necessary, with the one validly stating the date closest to the date of the AEGM.

Quorum for the AEGM Installation

The Annual Shareholders' Meeting, as well as the Extraordinary Shareholders' Meeting to resolve on the 2nd item of the agenda, will be held, on first call, with the presence of Shareholders representing at least 1/4 of the Company's total share capital with voting rights and, on second call, by publishing a new notice 8 days in advance, it will be held with any number of Shareholders present.

The Extraordinary Shareholders' Meeting to resolve amending the Company's Bylaws and for its consolidation, pursuant to the 1st item on the Extraordinary Shareholders' Meeting agenda, will be held, on first call, with the presence of Shareholders representing at least 2/3 of the total share capital with voting rights and, on second call, by publishing a new notice 8 days in advance, it will be held with any number of Shareholders present.

Pursuant to article 47 of CVM Resolution 81, Shareholders are considered to be present at the Shareholder's Meeting (i) if they physically attend or are represented at the Shareholder's Meeting; (ii) whose remote voting Ballot has been considered valid by the company; or (iii) who have registered their attendance in the electronic remote participation system if such system is made available by the company.

Considering that the shareholders' meeting will be held exclusively in digital format, physical attendance, as referred to in item "i" above, does not apply.

Resolution Quorum

The resolutions of the AEGM, pursuant to article 129 of the Brazilian Corporation Law, shall be taken by an absolute majority of votes, with blank votes not being counted.

Additionally, if the date of the Shareholder's Meeting postponed by the Company, or in the event of a second call: (i) voting instructions received through the respective Ballot must be considered normally for matters that give rise to a second call, provided that such postponement does not exceed 30 days from the date on which the meeting was originally to be held and the content of the Ballot has not been altered; or (ii) the Company must restart the process of delivering the Ballot and collecting voting instructions, if such postponement exceeds 30 days from the date on which the meeting was originally to be held or if the content of the remote voting Ballot has been altered.

Final guidelines

A Shareholder who does not submit, in accordance with the deadlines and procedures described above, the appropriate documents for verifying their identity and respective shareholding position, as indicated in the items above, will not be allowed to participate in the AEGM.

Shareholders who choose to vote remotely will be considered present for all purposes of the Brazilian Corporations Law, as long as the respective Ballot is considered valid by the Company.

Voting instructions from the same Shareholder will be attributed to all shares held by that CPF or CNPJ, as applicable, in accordance with the shareholding positions provided by the bookkeeper.

If there is a discrepancy between the information contained in any Ballot sent directly to the Company and the voting instruction contained in the voting map sent by the bookkeeper in relation to the same Shareholder, the voting instructions contained in the voting map sent by the bookkeeper will prevail and the aforementioned Ballot received by the Company will be disregarded.

Remote voting instructions from Shareholders or representatives of Shareholders who, by participating remotely in the AEGM, request to vote in person, will also be disregarded by the AEGM board.

Once registered, the Shareholder or attorney-in-fact will have access to a virtual environment, called the "Representative Panel," which can also be accessed through the Event's Electronic Address. In this environment, they can follow the approval status of each representative, as well as update their documentation, by logging in with their previously registered login and password.

The sending of Ballots through (i) custody agents who provide this service or directly to B3, in the case of Shareholders holding shares deposited in a central depository; (ii) to the bookkeeper of the Company's shares; or, also, (iii) directly to the Company, does not require the need for prior accreditation. For additional information, please observe the rules set out in CVM Resolution 81 and the procedures described in the Ballot.

Access to the Shareholder's Meeting will be restricted to Shareholders, their representatives, or attorneys-in-fact who are accredited within the time limit set in this Participation Manual. Even if the Shareholder's registration is approved by the Company, if they do not have shares registered in the latest list of the Company's shareholder base, they will not be able to access the Meeting environment.

A shareholder who wishes to make inquiries, resolve any doubts, or obtain additional information about the procedures for participation in the AEGM may do so by contacting LOG's Investor Relations Department via email: ri@logcp.com.br.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF No. 09.041.168/0001-10

NIRE (State Registration) 31.300.027.261

Publicly-Held Company

CALL NOTICE

ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING

TO BE HELD ON APRIL 17, 2025

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Company"), hereby convenes, pursuant to article 124 of Law No. 6,404, of December 15, 1976, as amended ("Brazilian Corporation Law"), hereby convenes the Annual and Extraordinary Shareholders' Meeting of the Company ("AEGM"), to be held, on first call, at 10:00 a.m. on April 17, 2025, exclusively digitally, in accordance with Article 5, paragraph 2, item I and article 28, paragraphs 2 and 3 of the Resolution of the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM") No. 81, dated March 29, 2022, as amended ("CVM Resolution 81"), through Ten Meetings' digital platform ("Digital Platform"), to resolve on the following agenda:

At the Annual Shareholders' Meeting:

- (i) Examine, discuss and resolve on the managers' accounts, the management report and the Company's financial statements containing the explanatory notes, accompanied by the reports and opinions of the Independent Auditors, the Audit Committee and the Fiscal Council, for the fiscal year ended December 31, 2024;
- (ii) Resolve on the Company's capital budget proposal and on the Company's Management proposal for the allocation of the results for the fiscal year ended December 31, 2024;
- (iii) Determine the number of seats on the Company's Board of Directors to be elected for the next term of office;
- (iv) Elect the members of the Company's Board of Directors;
- (v) Resolve on the installation of the Fiscal Council and the determination of the number of seats on the Company's Fiscal Council for the term of office that will end at the Company's Annual Shareholders' Meeting that approves the accounts for the fiscal year to be ended on December 31, 2025;
- (vi) If installed, elect the members of the Company's Fiscal Council for the term that will end at the Company's Annual Shareholders' Meeting that approves the accounts for the fiscal year to be ended on December 31, 2025; and
- (vii) Set the annual and global compensation of the Company's managers and members of the Fiscal Council, if installed, for the fiscal year ending on December 31, 2025.

At the Extraordinary Shareholders' Meeting:

- (i) Resolve on the amendment and consolidation of the Company's Bylaws, in order to implement governance improvements and adapt them the evolution of the Company's current business model and new legal and regulatory provisions applicable to the Company; and
- (ii) Resolve on the creation of the new Stock Option Grant Plan, Shares and Incentives Linked to Shares.

General information:

1. **Information for participating and voting at the AEGM.** The documents and information relating to the matters to be resolved on at the AEGM and the rules and procedures for participation and/or remote voting at the AEGM, including guidance on accessing the Digital Platform and/or sending of the Remote Voting Ballot ("Ballot"), pursuant to CVM Resolution 81, are contained in the Manual for Participation ("Manual") and in the Company's Management

Proposal ("Proposal"), which combined with all the documents relating to the matters to be resolved on at the AEGM, are available to shareholders as of this date, in accordance with the Brazilian Corporation Law and CVM Resolution 81, on the Company's website (ri.logcp.com.br), the website of B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), and the CVM's website (www.gov.br/cvm).

- 2. Shareholders' participation in the AEGM:** Shareholders may participate in the AEGM in person, either by themselves or through a legal representative, or through a duly constituted proxy, in compliance with the provisions of Article 126 of the Brazilian Corporation Law and the Manual.

The AEGM shall be held exclusively digitally, through the Digital Platform, under the terms of CVM Resolution 81 and in accordance with the instructions provided in the Manual and Proposal, which is why shareholders can only be possible:

- i. via Ballot, which may be submitted until **April 13, 2025**, through their respective custody agents, bookkeeper, central depository or directly to the Company. Detailed guidance on the documentation required for remote voting is provided in the Ballot and Manual, which can be accessed on the Company's website (ri.logcp.com.br), the CVM website (<http://www.cvm.gov.br>) and the B3's website (www.b3.com.br); or
- ii. via Digital Platform, in accordance with article 28, Paragraphs 2 and 3 of CVM Resolution 81, in which case the shareholder or their duly constituted may: (i) simply participate in the AEGM, whether or not they have sent the Ballot; or (ii) participate and vote at the AEGM, noting that, for shareholders who have already sent in the Ballot and wish to vote at the AEGM, all voting instructions received through the Ballot will be disregarded.

Shareholders who choose to participate in the AEGM through the electronic platform must register via the link (<https://assembleia.ten.com.br/608686245>), at least 2 days before the date set for the AEGM (no later than **April 15, 2025**), duly accompanied by the scanned copies of the following documents:

Individuals	<ul style="list-style-type: none"> • Identity document with photo of the shareholder.
Legal Entities	<ul style="list-style-type: none"> • Latest consolidated Bylaws or articles of association, and any subsequent amendments. • Other organizational documents proving the shareholder's legal representation, such as minutes of election and instruments of investiture, for example. • Photo identity document of the respective legal representatives.
Investment Funds	<ul style="list-style-type: none"> • Latest consolidated fund regulation and, if applicable, subsequent amendments (if the regulation does not include the fund's voting policy, also present the supplementary information form or equivalent document). • Bylaws or articles of association of its administrator or manager, as the case may be, subject to the fund's voting policy and organizational documents that prove the powers of representation and exercise of voting rights. • Photo ID of the respective legal representatives.

Access to the AEGM will be restricted to shareholders, their representatives or proxies who have registered within the period set out in this Call Notice. Even if the shareholder's registration is approved by the Company, if they do not have shares registered in the latest Company's shareholder base, they will not be able to access the AEGM environment.

- 3. Voting via Ballot:** Shareholders who decide to only vote at the AEGM by sending their respective Ballots (i) to the custody agents that provide this service or directly to B3, in the case of shareholders holding shares deposited in a central depository; (ii) to the bookkeeper of the Company's shares; or, further, (iii) directly to the Company, will be considered present for all purposes of the applicable regulations, provided that their Ballots are considered valid by the Company, and they will not need to be accredited in advance to have their votes considered. However, shareholders who have submitted their votes through their respective BVDs but still wish to participate in the AEGM must follow the accreditation procedures set out in this item. For additional information, please observe the rules set out in CVM Resolution 81 and the procedures described in the Ballot.
- 4. Shareholders' proxy documents:** In order to facilitate shareholders' participation in the AEGM, the Company will waive need for notarized and certified copies of identity documents. Documents not drawn up in Portuguese must be accompanied by the respective translation.
- 5. Cumulative Voting:** Pursuant to CVM Resolution No. 70, of March 22, 2022, as amended ("CVM Resolution 70"), the minimum percentage of interest in voting share capital to request the adoption of the cumulative voting process in the election of members of the Company's Board of Directors is 5%, and this option must be exercised by the shareholders up to 48 hours before the AEGM, in accordance with paragraph 1 of article 141 of the Brazilian Corporation Law.
- 6. Installation of the Fiscal Council:** Pursuant to article 5, item I-A of CVM Resolution 81 and CVM Resolution 70, the minimum percentage of participation in the voting share capital to request the installation of the Company's Fiscal Council is 2%.

Any further clarifications may be requested by e-mail at: ri@logcp.com.br.

Belo Horizonte, March 18, 2025.

Rubens Menin Teixeira de Souza

Chairman of the Board of Directors

Management Proposal

Dear Shareholders,

In compliance with the provisions of the Brazilian Corporation Law and CVM Resolution 81, the Management of the Company hereby submits the following Proposal, containing the information and documents relating to the matters to be resolved at the AEGM:

AT THE ANNUAL SHAREHOLDERS' MEETING

1. Examine, discuss and resolve on the managers' accounts, the management report and the Company's financial statements containing the explanatory notes, accompanied by the reports and opinions of the Independent Auditors, the Audit Committee and the Fiscal Council, for the fiscal year ended December 31, 2024.

The Management proposes to the Shareholders the approval of the management accounts, the management report and the individual and consolidated financial statements of the Company containing the explanatory notes, accompanied by the reports and opinions of the Independent Auditors, the Audit Committee and the Fiscal Council of the Company ("Financial Statements"), related to the fiscal year ended on December 31, 2024.

It is worth pointing out that: (i) the officers' comments on the Company's financial situation, in accordance with Section 2 of the Reference Form, as provided for in item III of article 10 of CVM Resolution 81, are in **Exhibit I** of this Proposal; (ii) the Financial Statements were duly approved by the Company's Board of Directors ("Board of Directors"), at a meeting held on February 5, 2025; (iii) Ernst & Young Auditores Independentes S.S., the Company's specialized independent auditing firm, issued an opinion without reservations regarding the Financial Statements; and (iv) the Audit Committee expressed its support for the approval of the said audited Financial Statements.

The Management recommends that the Shareholders carefully examine the Financial Statements, together with the officers' comments contained in **Exhibit I** of this Proposal, and, if necessary, clarify their doubts in advance to deliberate on their approval.

The Financial Statements were duly made available for consultation by Shareholders at the Company's head office and on the pages of the Company's Investor Relations (ri.logcp.com.br), of the CVM (<http://www.cvm.gov.br>) and B3 (www.b3.com.br);

2. Resolve on the Company's capital budget proposal and on the Company's Management proposal on the allocation of the results for the fiscal year ended December 31, 2024.

The Company's Management proposes to the Shareholders the approval of the Company's capital budget, pursuant to article 196 of the Brazilian Corporations Law, in the amount of BRL 176,219,982.09.

Therefore, in accordance with the provisions of article 27, paragraph 1, item IV of CVM Resolution 80, the Company informs to the Shareholders that the proposal for the capital budget prepared by the Management is provided for in **Exhibit II** of this Proposal.

Additionally, the Company's Management proposes to the Shareholders the proposal for the allocation of net income for the fiscal year ended December 31, 2024, in the amount of BRL 343,389,454.83, as follows:

- (i) BRL 17,169,472.74, equivalent to 5% of the Company's net income for the fiscal year ended December 31, 2024, will be allocated to the legal reserve, pursuant to article 193 of the Brazilian Corporation Law and article 37, paragraph 2 of the Company's Bylaws;

- (ii) BRL 150,000,000.00, equivalent to 46% of the Company's net income for the fiscal year ended December 31, 2024, corresponding to BRL 1.71767192290 per common share, were distributed to the Shareholders as dividends, noting that said amount was fully advanced as interim dividends attributed to the mandatory minimum dividend for the fiscal year ended December 31, 2024, as approved by the Company's Board of Directors at a meeting held on December 5, 2024 and paid to the Shareholders on December 17, 2024, pursuant to article 202 of the Brazilian Corporation Law and articles 36, paragraph 2, and 37, paragraph 3, of the Company's Bylaws; and
- (iii) BRL 176,219,982.09 will be allocated for the profit retention reserve, for constitution of the Company's capital budget.

For further information on the allocation of the income for the fiscal year ended December 31, 2024, see **Exhibit III** of this Proposal, which includes information pursuant to Exhibit A of CVM Resolution 81.

3. Determine the number of seats on the Company's Board of Directors to be elected for the next term of office.

Pursuant to the head provision of article 17 of the Company's Bylaws, the Company's Board of Directors will be composed by at least 3 and at most 9 effective members and at least 1 and at most 9 alternate members, all with a unified term of 2 years, with reelection permitted. Additionally, pursuant to Paragraph 1 of said Article, the Board of Directors must be composed, in its majority, of external members and of at least 2 or 20%, whichever is greater, of independent directors, as defined in the B3's Novo Mercado Regulation ("Novo Mercado Regulation").

Therefore, to make up the Board of Directors in the next term, in compliance with the proposed change in the composition of the Board of Directors described in item 1 of the Company's Extraordinary Shareholders' Meeting¹, the Management proposes setting the number of members on the Board of Directors at 7 effective members with a term of office until the Annual Shareholders' Meeting that will resolve on the financial statements for the fiscal year ending on December 31, 2026.

4. Elect the members of the Company's Board of Directors.

Considering the number of members of the Board of Directors to be resolved on above, the Management indicates below the candidates for members of the Board of Directors, who, if elected, will serve until the annual shareholders' meeting that approves the accounts for the fiscal year ending on December 31, 2026:

Candidate	Position
Rubens Menin Teixeira de Souza	Effective Member of the Board of Directors
Leonardo Guimarães Corrêa	Effective Member of the Board of Directors
Matias Rotella	Effective Member of the Board of Directors
Marcelo Martins Patrus	Effective Member of the Board of Directors
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão	Effective Member of the Board of Directors
Matheus Gasparotto Candido	Independent Member of the Board of Directors
Carlos Wagner Firetti	Independent Member of the Board of Directors

The Board of Directors, upon verifying the adherence, by the candidates to the Board of Directors, to the Company's Managers' Appointment Policy, approved at a Board of Directors meeting held on September 9, 2021 ("Appointment Policy"), assessed the nominations and confirmed that the nominated directors comply with the criteria established in the Appointment Policy, in addition to the legal and regulatory requirements, and those expressed in the Company's Bylaws.

The appointed members of the Board of Directors may be elected by majority vote, and this Management proposes that such election be held by slate. The adoption of cumulate voting will occur if Shareholders representing at least 5% of the

¹The Company's Management proposes the exclusion of the alternate members in the Board of Directors in order to restructure said body to meet the complexity of the Company's business structure. For further information on the proposed change, see item 1 of the Extraordinary Shareholders' Meeting and Exhibit VII of this Proposal.

Company's share capital request it 48 hours in advance of the AEGM, as established in the Brazilian Corporation Law. In the event of adoption of the multiple voting procedure, the number of votes required to guarantee the election of at least one member of the Board of Directors will be informed at the time of the AEGM itself, based on the number of shares held by the participating Shareholders. Each share will be allocated as many votes as there are seats to be filled on the Board of Directors through the cumulative voting procedure, with each Shareholder being able to freely allocate their votes among the candidates, and the candidates receiving the highest number of votes will be elected. Positions that are not filled due to a tie will be subject to a new voting, using the same process, adjusting the number of votes that will be assigned to each Shareholder depending on the number of positions to be filled.

Still regarding the election of directors by non-controlling Shareholders, it should be noted that, pursuant to the decision taken by the CVM Board in a meeting held on April 11, 2006, which maintained the interpretation of Article 141, paragraph 5 of the Brazilian Corporation Law at the meeting of November 8, 2005 (CVM Process RJ/2005/5664), in cases where the Company has only issued shares entitled to vote, the majority of holders who hold at least 10% of the total shares with voting rights will have the right to elect and dismiss a member of the Board of Directors, in a separate vote at the Shareholders' Meeting, excluding the controlling Shareholder.

Shareholders will only be able to participate in the separate voting process if they have held shares uninterruptedly during a period of at least three months immediately prior to the AEGM.

Regarding the characterization of the nominees to the Board of Directors as independent members, the Company's Management emphasizes that, pursuant to article 7 of Exhibit K of CVM Resolution 80, article 17 of the Novo Mercado Regulations and article 17, paragraph 1 of the Company's Bylaws, such act must be the object of resolution by the Meeting of the Company, which may base its decision on the declaration, forwarded by the nominee for independent director of the Board of Directors, attesting to their classification as an independent director and on the statement of the Company's Board of Directors regarding the candidate's compliance or not with the independence criteria established in the Novo Mercado Regulations and CVM Resolution 80.

Mrs. **Matheus Gasparotto Candido and Carlos Wagner Firetti** were appointed as independent directors and must submit the signed declarations attesting to their compliance with the independence criteria established in the Novo Mercado Regulations and Exhibit K of CVM Resolution 80.

The Board of Directors carried out a prior analysis regarding compliance with the applicable requirements for characterizing the independence of candidates for independent members of the Board of Directors, understands that they are duly classified in the independence criteria, and proposed their appointment to the positions of independent members of the Company's Board of Directors.

Based on the foregoing, the Management recommends that the Shareholders approve, within the scope of the AGM, the election of candidates for members of the Board of Directors, as well as the classification of Messrs. **Matheus Gasparotto Candido and Carlos Wagner Firetti** as candidates for independent members of said body.

The information required in article 11 of CVM Resolution 81 regarding the candidates appointed to make up the Board of Directors is found in **Exhibit IV** of this Proposal and is available as of this date at the Company's head office, on the websites of the Company (ri.logcp.com.br), CVM (www.cvm.gov.br) and B3 (www.b3.com.br).

5. Resolve on the installation of the Fiscal Council and the determination of the number of seats on the Company's Fiscal Council for the term of office that will end at the Company's Annual Shareholders' Meeting that approves the accounts for the fiscal year to be ended on December 31, 2025.

Pursuant to the head provision of article 34 of the Company's Articles of Incorporation, the Fiscal Council, if installed, will be made up of at least 3 and at most 5 effective members and the same number of alternates, elected by the Shareholders' Meeting.

Therefore, if the Fiscal Council is installed, the Management recommends that shareholders elect 3 full members and their respective alternates, with a term of office until the Annual Shareholders' Meeting that will resolve on the financial statements for the fiscal year ending on December 31, 2025.

6. If installed, elect the members of the Company's Fiscal Council for the term that will end at the Company's Annual Shareholders' Meeting that approves the accounts for the fiscal year to be ended on December 31, 2025.

Considering the number of members of the Fiscal Council to be resolved on above, the Company's Management indicated the following candidates for the Fiscal Council:

Effective Member	Alternate
Thiago da Costa e Silva Lott	Lucas Wanderley de Freitas
Paulino Ferreira Leite	Patrícia Bolina Pellini
Sicomar Benigno de Araújo Soares	Marcos Villela Vieira

The information required in article 11 of CVM Resolution 81 regarding the candidates appointed to make up the Fiscal Council is found in **Exhibit IV** of this Proposal and is available as of this date at the Company's head office , on the websites of the Company (ri.logcp.com.br), CVM (www.cvm.gov.br) and B3 (www.b3.com.br).

7. Set the annual and global compensation of the Company's managers and members of the Fiscal Council, if installed, for the fiscal year ending on December 31, 2025.

The Management proposes to the Shareholders that the global compensation for the fiscal year ending on December 31, 2025 be up to BRL 18,852,000.00. This amount includes applicable benefits, net of social charges that are the employer's burden, as per the statement of the CVM Board at a meeting held on 12/8/2020 (CVM Process No. 19957.007457/2018-10) reflected in Circular Official Letter/Anual-2025-CVM/SEP.

The difference between the proposed global compensation for 2025 and the compensation proposed in 2024 is mainly due to the monetary update and adjustment of the organizational structure of the Company, which the Management believes to be the most appropriate to achieve its strategic purposes.

The Management also highlights that the variation between the global compensation proposed for the 2024 fiscal year was BRL 16,894,000.00 and the amount actually realized throughout said fiscal year was in the amount of BRL 16,182,063.63, was minimal.

Furthermore, if the Fiscal Council is installed, the Management proposes the approval of the individual compensation of the effective members of the Fiscal Council, in an amount corresponding to 10% of the average compensation attributed to the Company's Officers of the Bylaws (not including benefits, representation fees and profit sharing), as provided for in Paragraph 3 of Article 162 of the Brazilian Corporation Law.

The Company's Management presents information related to the compensation of the Company's Managers, in accordance with article 13 of CVM Resolution 81 and pursuant to **Exhibits V and VI** of this Proposal, and it is available as of this date at the Company's head office, on the websites of the Company (ri.logcp.com.br), CVM (www.cvm.gov.br) and B3 (www.b3.com.br).

AT THE EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING

1. Resolve on the amendment and consolidation of the Company's Bylaws, in order to implement governance improvements and adapt it to the evolution of the Company's current business model and new legal and regulatory provisions applicable to the Company.

The Management proposes to the Shareholders the amendment and consolidation of the Company's Articles of Incorporation, in order to implement governance improvements and adapt it to the evolution of the Company's current business model, as well as to reflect new legal and regulatory provisions applicable to the Company.

The Management emphasizes that the changes proposed throughout the Articles of Incorporation do not produce economic effects, nor do they give rise to the right of dissent for the Company's shareholders due to the change in the corporate purpose. The proposed wording only aims to incorporate into the Company's corporate purpose the activity, already carried out by LOG, of intermediation in the supply of goods and services in the commercial real estate segment, without any distortion or substantial change in the core activity developed by the Company.

In compliance with the provisions of article 12 of CVM Resolution 81, **Exhibit VII** of this Proposal contains a comparative table, including the current wording, proposed wording and justification for the changes to the Company's Articles of Incorporation.

Furthermore, for easy reference and better visualization and contextualization of the proposed changes, the marked and cleaned versions, respectively, of the Company's Articles of Incorporation consolidating the proposed changes can also be found in **Exhibit VIII** and **Exhibit IX** of this Proposal. Said exhibits are available for consultation by Shareholders, from this date, at the Company's principal place of business, on its website (<https://ri.logcp.com.br>), as well as on the websites of the CVM (www.gov.br/cvm) and B3 (www.b3.com.br).

2. Resolve on the creation of the new Stock Option Grant Plan, Shares, and Incentives Linked to Shres.

The Management proposes to the Shareholders the approval of a new Stock Option Grant Plan, Shares and Incentives Linked to Shares ("Plan"), pursuant to the Plan attached to this Proposal.

The Plan aims to **(i)** through the Share and Incentives Linked to Shares Programs to be established by the Board of Directors: (a) encourage the beneficiaries to feel like they "own" the Company; (b) increase the Company's ability to attract and retain talent; and (c) reinforce the culture of sustainable performance and the pursuit of skills development among Beneficiaries, aligning their interests with those of the Company's shareholders. and **(ii)** through stock option programs to be established by the Board of Directors: (a) stimulate the expansion, success and achievement of the social objectives of the Company (and its subsidiaries) and the greater alignment of the Beneficiaries, as shareholders of the Company; and (b) promote the interests of the Company, through the long-term commitment of the beneficiaries.

The information required for approval of the creation of the new Plan, in compliance with article 14 and Exhibit B of CVM Resolution 81, containing the identification of its characteristics of the Plan, is presented in **Exhibit X**. In addition, the Management recommends reading **Exhibit XI**, which contains the draft of the Plan to be assessed by the Shareholders.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

State Registration (NIRE) 31.300.027.261

**MANAGEMENT PROPOSAL TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING
TO BE HELD ON APRIL 17, 2025**

EXHIBIT I

COMMENTS FROM THE MANAGERS ON THE COMPANY'S FINANCIAL SITUATION

ITEM 2 OF THE REFERENCE FORM

(as per article 10, item II, of CVM Resolution 81)

2.1. Officers shall comment on:

a) general financial and equity conditions

The Management understands that the Company has adequate financial and equity conditions to implement its business plan and to perform its short and long term obligations.

The cash generation from leasing activities, combined with the receipt from sales of assets during the year, allows Log to have sufficient funds to continue with the investments planned in Capex for its growth, maintaining the stability of the balance sheet.

On December 31, 2024, the Company reported cash of BRL 761.3 million. In addition, the Company has receivables from asset sales in the amount of BRL 905.4 million. The amount of the Company's loans and financing, in 2024, was BRL 2.1 billion. Debentures and CRIs represented BRL 1.9 billion (current and non-current assets).

With the amounts receivable from sales, the Company's net debt reached BRL 399.5 million. The evolution of this balance is due to the Capex of BRL 819 million in 2024 allocated to the following works: LOG Juiz de Fora, LOG Barreiro, LOG Contagem IV, LOG Salvador, LOG Recife II, LOG Ribeirão Preto, LOG Natal, LOG Fortaleza III, LOG Campo Grande, LOG Sao Bernardo do Campo, LOG Cuiaba, LOG Sao Jose dos Pinhais II, LOG Joao Pessoa and LOG Goiânia III.

b) capital structure

The Company's Officers believe that the current capital structure of the Company presented in the indicated periods a capital structure balanced between own and third-party capital, and in their view, efficient and consistent with its activities.

The reduction in PL is due to the repurchase of shares, with a discount of more than 40% of the NAV, maintaining a balance between expansion, value generation and financial solidity. The increase in liabilities is mainly due to the increase in loans and financing and customer advances, relating to the sale of assets in work.

(em milhares de R\$, exceto %)	31 de dezembro de 2024	AV
Passivo total	3.168.826	46,78%
Patrimônio líquido	3.605.375	53,22%
Somatório do passivo total e do patrimônio líquido	6.774.201	100,00%

Key:

(em milhares de R\$, exceto %)	-	(in thousands of BRL, except %)
31 de dezembro de 2024	-	December 31, 2024
31 de dezembro de 2023	-	December 31, 2023
31 de dezembro de 2022	-	December 31, 2022
Passivo total	-	Total liabilities
Patrimônio líquido	-	Owners' equity
Somatório do passivo e do total do patrimônio líquido	-	Total liabilities and owners' equity

c) payment capacity in relation to financial commitments assumed

The Management understands that the Company has solid financial conditions to honor its commitments assumed. In the fiscal year ended December 31, 2024, the Company's sales totaled approximately BRL 1.5 billion, corresponding to approximately 70% of its Gross Debt balance. Furthermore, the Company's operational performance (EBITDA) remained in line with that recorded in 2023, reflecting the consistency of its results.

The Company also presents robust operational indicators, including the lowest stabilized vacancy in its history (0.65%) and net default controlled at 0.57%.

Another relevant point is the 19% reduction in adjusted net debt compared to the previous year, totaling BRL 399.51 million (considering receivables from asset sales), with an effective cost of CDI+1.55%. This scenario reinforces the Company's solid credit profile, recognized by the country's main rating agencies and financial institutions.

d) sources of financing used for working capital and investments in noncurrent assets

In the last fiscal year, the main sources of financing for working capital and investments of the Company were: (i) the cash flow generated by its operating activities, (ii) the issuance of debentures and Real Estate Receivables Certificates (CRI) in the local market, (iii) the balance of cash and cash equivalents and financial investments, and (iv) the recycling of assets.

These sources of financing were used by the Company mainly to cover costs, expenses and investments related to: (i) business operation; (ii) investment in new ventures, expansion of existing ventures, and maintenance of the delivered portfolio; (iii) payment requirements arising from the issuance of debentures and Real Estate Receivables Certificates (CRI); (iv) payment of dividends; and (v) stock buyback.

The Company believes that these sources of financing were adequate to its indebtedness profile, meeting its working capital and investment needs, always preserving the long-term profile of the financial debt and, consequently, the Company's ability to pay.

e) sources of financing for working capital and for investments in noncurrent assets that it intends to use to cover liquidity deficiencies

The Company's Officers do not project any need for funds that cannot be supported with current or future funds that the Company may have.

To cover future liquidity deficiencies, the Company may access various credit facilities, similar to the sources that have been used. If necessary, the Company may use as sources of financing for working capital and for investments in noncurrent assets used: (i) operating cash generation; (ii) project financing facilities; (iii) access to the local fixed income capital market through debentures and/or real estate receivables certificates (CRI); (iv) partial or full divestment of assets; (v) public and/or private primary distribution offerings through the issuance of new shares; and (vi) increase in capital through private subscription of shares.

For more information on the main financing facilities contracted by the Company and their characteristics, see item 2.1 (f) below.

f) levels of indebtedness and the characteristics of such debts, also describing:

i. material loan and financing agreements

As of December 31, 2024, the Company had BRL 2,066,202,000.00 in loan agreements in force. The description below presents the Company's relevant agreements in force on December 31, 2024.

Debentures

16th Issuance:

On March 18, 2019, the Company entered into the Private Deed Instrument for the 16th issuance of debentures, for private placement, non-convertible into shares, of the type with security interest, in the amount of BRL 100 million, to be due on March 24, 2025. The debentures are entitled to the payment of compensation interest on the nominal unit value, from the first date of full payment or the immediately preceding date of payment of the compensation (inclusive), corresponding to 108% of the accrued variation of the daily CDI rates. As of December 31, 2024, the total amount of principal and accrued interest of the 16th issuance debentures was BRL 9.4 million.

19th Issuance:

On September 6, 2021, the Company entered into the Private Deed Instrument for the 19th issuance of simple debentures, in a single series, non-convertible into shares, of the unsecured type, for private placement, in the amount of BRL 450 million, to be due on September 13, 2028. The debentures are entitled to the payment of compensation interest on the nominal unit value of each Debenture, from the first date of full payment or the immediately preceding date of payment of the compensation (inclusive), as provided for in the Deed, corresponding to 5.5212% per year, based on 252 business days. As of December 31, 2024, the total amount of principal and accrued interest of the 19th issuance debentures was BRL 513.3 million.

20th Issuance:

On March 17, 2022, the Company entered into the Private Deed Instrument for the 20th issuance of simple debentures, in two series, non-convertible into shares, of the unsecured type, for private placement, in the amount of BRL 300 million, to be due on March 11, 2027 (first series) and March 13, 2029 (second series). The debentures are entitled to the payment of compensation interest on the nominal unit value of each Debenture, from the first date of full payment or the immediately preceding date of payment of the compensation of the first-series debentures (inclusive), corresponding to 100% of the accrued variation of the daily CDI rates. As of December 31, 2024, the total amount of principal and accrued interest of the 20th issuance debentures was BRL 316.7 million.

21st Issuance:

On June 15, 2022, the Company entered into the Private Deed Instrument for the 21st issuance of simple debentures, in a single series, non-convertible into shares, of the unsecured type, for public distribution with restricted efforts, in the amount of BRL 400 million, to be due on July 11, 2027. The debentures are entitled to the payment of compensation interest on the nominal unit value of each Debenture, from the first date of beginning of profitability or the immediately preceding date of payment of the compensation (inclusive), corresponding to 100% of the accrued variation of the daily CDI rates. As of December 31, 2024, the total amount of principal and accrued interest of the 21st issuance debentures was BRL 423.3 million.

22nd Issuance:

On June 26, 2023, the Company entered into the Private Deed Instrument for the 22nd issuance of simple debentures, in a single series, non-convertible into shares, of the unsecured type, for public distribution with restricted efforts, in the amount of BRL 250 million, to be due on June 22, 2028. The debentures are entitled to the payment of compensation interest on the nominal unit value of each Debenture, from the first date of beginning of profitability or the immediately preceding date of payment of the compensation (inclusive), corresponding to 100% of the accrued variation of the daily CDI rates. As of December 31, 2024, the total amount of principal and accrued interest of the 22nd issuance debentures was BRL 250.7 million.

23rd Issuance:

On March 19, 2024, the Company entered into a private instrument of issuance deed for the 23rd issuance of non-convertible debentures, in a single series, of the unsecured type, to be converted into the type with security interest, under the automatic registration procedure, for public distribution, of Log Commercial Properties e Participações S.A., in the amount of R\$ 100 million, to be due on August 15, 2030. The debentures are entitled to the payment of compensation interest on the nominal unit value of each Debenture, from the first date of beginning of profitability or the immediately preceding date of payment of the compensation (inclusive), corresponding to 100% of the accrued variation of the daily DI rates. As of December 31, 2024, the total amount of principal and accrued interest of the 23rd issuance debentures was BRL 108.8 million.

24th Issuance:

On October 2, 2024, the Company entered into a private instrument of issuance deed for the 24th issuance of non-convertible debentures, in three single series, of the unsecured type, for private placement, by Log Commercial Properties e Participações S.A., in the amount of BRL 300 million, with the last series to be due on October 13, 2031. The debentures are entitled to the payment of compensation interest on the nominal unit value of each Debenture, from the first date of beginning of profitability or the immediately preceding date of payment of the compensation (inclusive), corresponding to 100% of the accrued variation of the daily DI rates. As of December 31, 2024, the total amount of principal and accrued interest of the 24th issuance debentures was BRL 287.4 million.

Commercial Note:

On March 21, 2024, the Issuer carried out its 1st issuance of book-entry commercial notes, in a single series, for private placement, pursuant to the “Terms of the 1st Issuance of Book-Entry Commercial Notes, in a Single Series, for Private Placement, by Log Commercial Properties e Participações S.A.”, in the amount of BRL 100 million, to be due on August 21, 2030. The Commercial Note is entitled to the payment of compensation interest corresponding to 100% of the accrued variation of the daily DI rates, exponentially increased by a spread or surcharge of 0.95% per year, starting from the first Compensation Payment Date on August 21, 2024, which will be paid semi-annually, without grace period, on February and August 21 of each year, with the last Compensation Payment Date being on the Due Date. As of December 31, 2024, the total amount of principal and accrued interest amount of the Commercial Note was BRL 104.2 million.

Construction Financing

Working capital and construction financing agreements are guaranteed by surety, assignment of receivables, sale/mortgage of land and buildings. Our main lender for these types of financing is Banco Bradesco. As of December 31, 2024, the total amount of principal and accrued interest of the Construction Financing was BRL 77.7 million.

In our Construction Financing agreement we only have non-financial covenants that are limited to common practices for these types of transaction.

CAPEX incurred in projects

In 2024, the Company invested BRL 819 million in the development of new assets and in the expansion of projects that already have completed infrastructure.

Empréstimos, financiamentos e Debêntures			Em 31 de dezembro de
(em R\$ mil, exceto %)	Vencimento	Custo Efetivo (a.a.) *	2024
Total			2.066.202
Financiamento à Construção	Out/25 a Abr/34	Poupança + 4,57%	77.699
Debêntures 16ª Emissão	Mar/20 a Mar/25	108% CDI + 0,34%	9.370
Debêntures 19ª Emissão	Set/25 a Set/28	IPCA + 5,512% a.a.	513.267
Debêntures 20ª emissão - 1ª série	Mar/26 a Mar/27	CDI + 1,55%	134.901
Debêntures 20ª emissão - 2ª série	Mar/27 a Mar/29	IPCA + 6,87%	181.800
Debêntures 21ª emissão	Jul/26 a Jul/27	CDI + 1,79%	423.288
Debêntures 22ª emissão	Jun/26 a Jun/28	CDI + 2,55%	250.653
Debêntures 23ª emissão	Ago/26 a Ago/30	CDI + 1,12%	108.819
Debêntures 24ª emissão - 1ª série	Out/29	13,78%	178.559
Debêntures 24ª emissão - 2ª série	Out/29	CDI + 0,81%	60.729
Debêntures 24ª emissão - 3ª série	Out/30 a Out/31	IPCA + 7,67%	48.067
Nota comercial	Ago/26 a Ago/30	CDI + 1,11%	104.167
(-) Custos de Captação			(25.117)

Key:

Empréstimos, financiamentos e Debêntures	-	Loans, financing, and Debentures
Em 31 de dezembro de	-	On December 31,
(em R\$ mil, exceto %)	-	(BRL thousand, except %)
Vencimento	-	Due Date
Custo Efetivo (a.a.)	-	Effective Cost (p.a.)
Total	-	Total
Financiamento à Construção	-	Construction Financing
Debêntures 16ª Emissão	-	Debentures 16th Issuance
Debêntures 19ª Emissão	-	Debentures 19th Issuance
Debêntures 20ª Emissão - 1ª Série	-	Debentures 20th Issuance - 1st Series
Debêntures 20ª Emissão - 2ª Série	-	Debentures 20th Issuance - 2nd Series
Debêntures 21ª Emissão	-	Debentures 21st issuance
Debêntures 22ª Emissão	-	Debentures 22nd issuance
Debêntures 23ª Emissão	-	Debentures 23rd Issuance
Debêntures 24ª Emissão - 1ª Série	-	Debentures 24th Issuance - 1st Series
Debêntures 24ª Emissão - 2ª Série	-	Debentures 24th Issuance - 2nd Series
Debêntures 24ª Emissão - 3ª Série	-	Debentures 24th Issuance - 3rd Series
Nota comercial	-	Commercial note
(-) Custos de Captação	-	(-) Funding Costs
Out	-	Oct
Set	-	Sep
Ago	-	Aug
Abr	-	Apr

ii. other long-term relationships with financial institutions

As of December 31, 2024, there were no other long-term relationships with financial institutions that are not described in this Reference Form.

The Company's Officers further clarify that current relationships with financial institutions are adequate to meet any financing needs for the expansion of the Company's business. New relationships with financial institutions may be developed in line with the Company's strategies.

iii. level of subordination among debts

Certain loans and financing of the Company are guaranteed by fiduciary assignment of the respective assets and assets of subsidiaries, assignment of credit rights and receivables. Except for such situations, according to the debt agreements contracted by the Company, no debt has precedence over the other, even in any event of bankruptcy.

Considering that there is no order of precedence in the Company's agreements, in any event of bankruptcy, except for the security interests constituted under the terms indicated above, the Company complies with the terms established in the Brazilian legislation.

iv. potential restrictions imposed on the issuer, especially in relation to indebtedness limits and contracting of new debts, dividend distribution, assets disposal, new securities issue, and disposal of controlling interest, as well as whether the issuer has been complying with these restrictions

As of December 31, 2024, the Company's relevant loan and financing agreements had the following covenants:

Distribution of dividends: as provided for in the deeds of the 16th, 19th, 20th, 21st, 22nd, 23rd and 24th issuances of the Company's debentures, and the Commercial Note, mentioned above, specifically in the case of delay in the payment of any pecuniary obligation provided for the payment of dividends or interest on equity by the Company, except as provided for in article 202 of the Brazilian Corporations Law, or any other profit sharing provided for in the Bylaws, will lead to the declaration of early maturity of all principal and ancillary obligations.

Disposal of controlling interest: as provided for in the deeds of the 16th, 19th, 20th, 21st, 22nd, 23rd and 24th issuances of the Company's debentures, and the Commercial Note, in the event of a change or transfer of controlling interest or ownership of the Company's shares, as well as the merger, spin-off, consolidation or corporate reorganization, unless for the same corporate group, early maturity will occur. In this case, corporate changes without an effective change in control or which imply greater capitalization of the Company and consequent improvement in its credit quality are excluded, provided that, in the latter case, there is consent from the debenture holders. The deeds of the 16th and 19th debenture issuances of the Company also include exceptions for capital market transactions, such as, but not limited to, the listing of shares on the local or international market, but which do not imply an effective change or transfer of control of any kind by the Company and/or the Intervening Parties.

Quarterly calculation of Loan To Value: As provided for in the deed of the 19th, 20th, 21st, 22nd, 23rd and 24th debenture issuances of the Company, and the Commercial Note, the Company must determine the gross Loan To Value quarterly, obtained by dividing the Gross Debt (as defined below) by the value of the IP (as defined below), of a maximum of 60% ("Gross LTV"), based on the quarterly financial statements.

For the purposes of this item: "Gross Debt" means the algebraic sum of the items set out in the Balance Sheet, disclosed in the Company's consolidated Financial Statements relating to loans, financing and debentures issued in the short and long term.

"PPI" means the algebraic sum of the items set out in the Issuer's consolidated Financial Statements relating to investment properties, in the short and long term, available for sale, non-current assets held for sale and land and properties to be sold, in the short and long term.

Additionally, the Company fully complied with all obligations to which it was subject in the last fiscal year.

g) limits of contracted financing and percentages already used

As of December 31, 2024, the Company had BRL 2,066,202,000.00 in current loan agreements, of which 100% has already been used.

h) significant changes to items of the income statements and cash flow statements

The figures and analyses presented below are derived from the Company's financial statements for the fiscal years ended December 31, 2023 and 2024:

h.1) Income Statements

	2024	AV (%)	2023	AV (%)	AH Variação (%) 2024 x 2023
Receita líquida de aluguel e de serviços prestados	219.742	100,00%	220.156	100,00%	-0,2%
Custo dos serviços prestados - administração de condomínios	(5.334)	-2,43%	(3.887)	-1,77%	37,2%
Lucro bruto	214.408	97,57%	216.269	98,23%	-0,9%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(9.820)	-4,47%	(9.455)	-4,29%	3,9%
Despesas gerais e administrativas	(37.294)	-16,97%	(37.391)	-16,98%	-0,3%
Honorários da administração	(9.212)	-4,19%	(7.856)	-3,57%	17,3%
Variação do valor justo de propriedades para investimento	438.001	199,33%	257.798	117,10%	69,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(115.122)	-52,39%	(165.365)	-75,11%	-30,4%
Resultado de equivalência patrimonial	6.979	3,18%	7.107	3,23%	-1,8%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	487.940	222,05%	261.107	118,60%	86,9%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(197.907)	-90,06%	(173.365)	-78,75%	14,2%
Receitas financeiras	106.805	48,60%	96.755	43,95%	10,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	396.838	180,59%	184.497	83,80%	78,3%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(41.648)	-18,95%	(44.003)	-19,99%	-5,4%
Diferido	(10.812)	-4,92%	54.466	24,74%	-119,9%
	344.378	156,72%	194.960	88,56%	-60,2%
Lucro do exercício	344.378	156,72%	194.960	88,56%	76,6%
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores	343.389	99,71%	192.176	98,57%	78,7%
Acionistas não controladores	989	0,29%	2.784	1,43%	-64,5%

Key:

Receita líquida de aluguel e de serviços prestados	-	Net revenue from rental and services provided
Custo dos serviços prestados - administração de condomínios	-	Cost of services provided - condominium management
Lucro bruto	-	Gross profit
Receitas (despesas) operacionais	-	Operating income (expenses)
Despesas comerciais	-	Commercial expenses
Despesas gerais e administrativas	-	General and administrative expenses
Honorários de administração	-	Management fees

Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	Changes in fair value of investment properties
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	Other operating income (expenses), net
Resultado de equivalência patrimonial	-	Income from equity method
Lucro operacional antes do resultado financeiro	-	Operating income before financial income
Resultado financeiro	-	Financial income
Despesas financeiras	-	Financial expenses
Receitas financeiras	-	Financial revenue
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	Income before income tax and social security contribution
Imposto de renda e contribuição social	-	Income tax and social contribution
Corrente	-	Current
Deferido	-	Granted
Lucro do exercício	-	Profit for the fiscal year
Lucro atribuível	-	Attributable profit
Acionistas controladores	-	Controlling shareholders
Acionistas não controladores	-	Non-controlling shareholders
AH Variação	-	AH Change

Net Revenue from Rental and Services Provided

Net revenue in the fiscal year ended December 31, 2024 was BRL 219.7 million, representing a reduction of 0.2% compared to BRL 220.2 million in the fiscal year 2023. The stabilization of net revenue between 2024 and 2023 is due to the reduction in rental revenue, BRL 216.3 million in 2024 and BRL 220.4 million in 2023, caused by the sale of assets and the growth in net revenue from condominium management services, BRL 14.6 million in 2024 and BRL 10.5 million in 2023, since LOG continues to manage some of the properties sold.

Commercial expenses

Commercial expenses for the fiscal year ended December 31, 2024 were BRL 9.8 million, representing an increase of 3.9% or BRL 0.3 million compared to BRL 9.5 million for the same period in 2023. This variation mainly reflects an increase in vacancy expenses, higher salaries and higher spending on advertising and publicity.]

General and administrative expenses

General and administrative expenses for the fiscal year ended December 31, 2024 were BRL 37.3 million, representing a reduction of 0.3% or BRL 0.1 million compared to BRL 37.4 million for the same period in 2023. This stability mainly reflects the Management's commitment to keeping expenses under control between financial years.

Management fees

Management fees for the fiscal year ended December 31, 2024 were BRL 9.2 million, compared to BRL 7.9 million for the same period in 2023, as a result of the organizational structure proposed by Management for achievement of the Company's strategy.

Other net operating income/expenses

In the fiscal year ended December 31, 2024, other net operating income/expenses totaled BRL 115.1 million, compared to BRL 165.4 million in fiscal year 2023. This significant variation is mainly due to the improvement in the margin on the sale of assets, which impacted this account by BRL 108.9 million in 2024, in contrast to BRL 159.3 million in 2023, even with a similar sales volume in the years.

Changes in Fair Value of Investment Properties (IP)

The change in the fair value of investment properties was BRL 438.0 million in the fiscal year ended December 31, 2024, representing an increase of BRL 180.2 million or 69.9% compared to the BRL 257.8 million recorded in fiscal year 2023. This variation is due to the addition of new assets to the portfolio and the revaluation of the fair value of existing assets.

Income from Equity Method

The income from equity method in the fiscal year ended December 31, 2024 was a gain of BRL 7.0 million and on December 31, 2023 it was BRL 7.1 million, a reduction in the income of BRL 100 thousand, representing 1.8%. This stability mainly reflects the consistency in the operations of the subsidiaries between periods.

Net Financial Income

In the fiscal year ended December 31, 2024, the net financial income was an expense of BRL 91.1 million, compared to an expense of BRL 76.6 million on December 31, 2023, representing an increase of BRL 14.5 million or 18.9%. This is mainly due to lower interest capitalization in the amount of BRL 71.3 million in 2024 and BRL 84.5 million in 2023.

Income Tax and Social Contribution

In the fiscal year ended December 31, 2024, income tax and social contributions were an expense of BRL 52.5 million, compared to a revenue of BRL 10.5 million in 2023, representing a reduction of 601.4%. This variation is explained by the non-assessment of tax liability relating to the holding company's tax loss and negative basis in the amount of BRL 42.0 million.

h.2) Cash flow

	2024	AV (%)	2023	AV (%)	AH Variação (%) 2024 x 2023
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	68.410	-40,18%	157.230	159,17%	-56,49%
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	317.840	-186,66%	266.429	269,71%	19,30%
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(556.528)	326,83%	(324.877)	-328,88%	71,30%
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(170.278)	100,00%	98.782	100,00%	-272,38%

Key:

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-	Net cash from operating activities
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	-	Net cash (used in) from investment activities
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	-	Net cash from (used in) financing activities
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	Increase (decrease) in the balance of cash and cash equivalents
AH Variação	-	AH Change

Operating Activities

Net cash from operating activities on December 31, 2024 was BRL 68.4 million and on December 31, 2023 was BRL 157.2 million, resulting in a reduction of BRL 88.8 million, or 56.49%. This change results from the increase in the Company's net income, as highlighted in the table below.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil)	2024	2023
Lucro líquido do exercício	344.378	194.960
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa líquido gerado	(203.967)	(19.372)
(Aumento) redução nos ativos operacionais	3.041	38.713
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(40.834)	(8.183)
Valores pagos por riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	(708)	(2.020)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(33.500)	(46.868)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	68.410	157.230

Key:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em R\$ mil)	-	Fiscal year ended December 31, (in BRL thousands)
Lucro líquido do exercício	-	Net income for the year
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa líquido gerado	-	Adjustments to reconcile profit with net cash generated
(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	(Increase) decrease in operating assets
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	Increase (decrease) in operating liabilities
Valores pagos por riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	-	Amounts paid for labor, tax and civil risks
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	Income tax and social security contribution paid
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-	Net cash from operating activities

Investment Activities

Net cash generated from investing activities on December 31, 2024 was BRL 317.8 million and on December 31, 2023 was BRL 266.4 million, a variation of 19.3% mainly due to acquisitions of investment properties in BRL 266.4 million and the receipt from the sale of assets BRL 556.3 million.

Financing Activities

Net cash used in financing activities on December 31, 2024 was BRL 556.5 million and on December 31, 2023 was BRL 324.9 million, representing an increase of BRL 231.6 million, or 71.3%, as detailed in the table below.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil)	2024	2023
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido	564.203	242.011
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(385.618)	(176.282)
Pagamento de juros	(192.049)	(214.540)
Pagamento de arrendamento	(2.259)	(668)
Pagamento de dividendos	(220.000)	(91.692)
(Pagamento) recebimento de derivativo	(19.989)	(89.534)
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria	(314.945)	(3.993)
Recebimentos pelo exercício de opção de ações	6.305	9.786
(Distribuições) aportes de acionistas não controladores	7.824	35
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(556.528)	(324.877)

Key:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em R\$ mil)	- Fiscal year ended December 31, (in BRL thousands)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	- Funding of loan, financing and debentures, net
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	- Amortization of loan, financing and debentures, net
Pagamento de juros	- Payment of interest
Pagamento de arrendamento	- Payment of lease
Pagamento de dividendos	- Payment of dividends
(Pagamento) recebido de derivativo	- (Payment) received from derivative
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria	- Disposal (acquisition) of treasury shares
Recebimentos pelo exercício de opção de ações	- Receipts for the exercise of stock options
(Distribuições) apostes de acionistas não controladores	- (Distributions) contributions from non-controlling shareholders
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	- Net cash from (used in) financing activities

2.2 -The Officers must comment on:

a) results of the issuer's operations, especially:

i. description of any important revenue components

Gross Operating Revenue

The Company's gross operating revenue comes from property rentals (which consist of leasing industrial and logistics warehouses) and, to a lesser extent, revenue from condominium administration services and asset management of Real Estate Funds. Lease revenue is recognized linearly over the term of the agreement and is recognized to the extent that it is probable that economic benefits will flow to the Company and the amount can be measured reliably.

Warehouse lease: Revenues from the lease of industrial and logistics warehouses consist solely of rents from the lessees of these properties. In December 31, 2024, the average backlog terms of the lease agreements was 6 years.

The new position reflects a variation of +17.65% compared to the same period in 2023.

Deductions from Gross Revenue

Revenue deductions are mainly related to taxes on rent and services, consisting of PIS (Social Integration Program) and COFINS (Contribution to Social Security Financing). PIS and COFINS are federal taxes calculated on gross revenue. The PIS and COFINS rates are 0.65% and 3%, respectively, on gross revenue of companies taxed under the presumptive profit regime, widely adopted by subsidiaries, and 1.65% and 7.60%, respectively, on gross revenue of companies taxed under the taxable profit regime.

Operating Income (Expenses)

Commercial expenses: Commercial expenses mainly include commissions paid to brokers for the lease of industrial and logistics warehouses, salaries, advertising and vacancy expenses.

General and administrative expenses and management fees: General and administrative expenses mainly include salaries, charges and benefits, compensation of officers appointed pursuant to the Bylaws, consultancy, auditing, office rent/expenses, third-party services, travel and accommodation, among others.

Changes in the fair value of investment properties: The fair value of investment properties is the gain in the appraisal of assets based on market value. The appraisal is carried out by an independent consultancy using the discounted cash flow method and uses prices and other relevant information about the asset that were observed in similar transactions.

Other operating income (expenses): Mainly represented by non-recurring operations, such as sale of assets, provision for expected credit loss and legal contingencies.

Income from equity method: Represents the share in the net income of joint ventures, in which it holds 16.67% to 64.97% of the owners' equity.

Financial Income

Financial expenses: Includes interest and other charges on short- and long-term debts and derivative transactions (loans, financing and debentures) and interest and fines on taxes.

Financial revenue: Includes income from financial investments, represented mainly by investment funds and government treasury bonds, and adjustment to present value of accounts receivable from asset sales.

Income Tax and Social Contribution

Income tax and social contribution are calculated independently (entity by entity) in accordance with the criteria established by the applicable tax laws in Brazil. For independent statutory financial statements, the taxable profit regime is adopted, while subsidiaries largely adopt the presumptive profit regime.

Current: In the case of the taxable profit regime, income tax is calculated at a rate of 15% on taxable profit, plus an additional 10% applicable to the taxable profit that exceeds BRL 240,000 per year. Social security contribution is calculated at a rate of 9% on net income. Brazilian tax legislation allows the offsetting of losses from previous years with taxable profits from future years, limited to 30% of the taxable net income of each year. In the case of the presumptive profit regime, the taxable profit is calculated at a rate of 32% on gross revenues from the provision of leasing services plus financial revenue and the taxable profit is subject to a rate of 15% plus an additional 10% for profits exceeding BRL 240,000 per year for income tax – and 9% for social contributions.

Deferred: Deferred income tax and social contribution (“deferred taxes”) are fully recognized, as prescribed by CPC 32 and IAS 12 – Tax on profit, on temporary differences between the tax base and the accounting base of assets and liabilities and are determined considering the rates (and laws) in force when such differences are realized. Deferred tax assets are recognized only to the extent that it is probable that a positive tax base will exist against which temporary differences can be used and tax losses can be offset. The recovery of the balance of deferred tax assets is reviewed at the end of each year and, when it is not probable that future taxable income will be available to allow recovery of all or part of the asset, the asset balance is adjusted in order to reflect the amount that it is expected to be recovered.

ii. factors that materially affected the operating incomes

In the fiscal year ended December 31, 2024, there were no relevant atypical events that materially affected the Company's operating income.

b) relevant variations in revenues attributable to the introduction of new products and services, changes in volumes, and changes in prices, foreign exchange rates, and inflation

In the fiscal year ended on December 31, 2024, the backlog of lease agreements (remaining balance to be invoiced until the end of the agreements) was 0.6% by the IGPM (General Market Price Index) and 99.4% IPCA (Broad Consumer Price Index).

c) relevant impacts of inflation, price variations of the main inputs and products, foreign exchange rate and interest rate in the Company's operating income and the issuer's financial income

In the Executive Board's assessment, inflation may impact the Company's operating income by increasing revenues as well as increasing certain costs, which are partially mitigated by commercial negotiations, and operating expenses such as personnel and administrative expenses. As described in the financial statements, sudden fluctuations in interest rates can significantly affect results and cash flow, especially the CDI.

In the fiscal year ended December 31, 2024, there was no impact due to exchange rate effects on the Company's operating and financial income.

2.3 - The officers must comment on:

a) changes in accounting practices that resulted in significant effects on the information provided in fields 2.1 and 2.2

The Company's Officers inform that there were no significant changes in the Company's accounting practices in the fiscal year ended December 31, 2024, which resulted in significant effects on the information provided for in items 2.1 and 2.2 of this Reference Form.

b) exceptions and emphases in the auditor's opinion

The Company's Officers inform that the independent auditors' report on the Financial Statements for the fiscal year ended December 31, 2024 has no reservations or emphases.

2.4 - The officers must comment on the relevant effects that the events below have caused or are expected to cause on the issuer's financial statements and its income

a) introduction or disposal of operating segment

There was no introduction or disposal of an operating segment in the fiscal year ended December 31, 2024.

b) creation, acquisition, or disposal of equity interest

In the fiscal year ended December 31, 2024, there was no creation, acquisition or disposal of equity interest that does not qualify as a normal operation in the Company's business.

c) unusual events or operations

There were no unusual events or operations in the fiscal year ended December 31, 2024.

2.5. If the issuer has disclosed throughout the last fiscal year or wishes to disclose non-accounting measurements on this form, such as EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization) or EBIT (earnings before interest and income tax), the issuer must:

a) Value of Non-Accounting Measurements

	<u>Exercício social</u> <u>encerrado em 31 de</u>
<u>(em R\$ mil, exceto percentuais)</u>	<u>2024</u>
EBITDA	493.611
Margem EBITDA	224,6%
EBITDA Ajustado	161.730
Margem EBITDA Ajustado	73,6%
Dívida Líquida Ajustada	399.513
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	11,1%
	<u>Exercício social</u> <u>encerrado em 31 de</u>
<u>(em R\$ mil, exceto percentuais)</u>	<u>2024</u>
FFO	350.049
Margem FFO	159,3%
FFO Ajustado	37.108
Margem FFO Ajustado	16,9%

Key:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	-	Fiscal year ended December 31,
(em R\$ mil, exceto percentuais)	-	(In BRL thousands, except percentages)
EBITDA	-	EBITDA
Margem EBITDA	-	EBITDA Margin
EBITDA Ajustado	-	Adjusted EBITDA
Margem EBITDA Ajustado	-	Adjusted EBITDA Margin
Dívida Líquida	-	Net Debt
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	-	Net Debt/Owners' Equity
Margem FFO	-	FFO Margin
FFO Ajustado	-	Adjusted FFO
Margem FFO Ajustado	-	Adjusted FFO Margin

	<u>Exercício social encerrado em 31 de</u> <u>dezembro de</u>		
<u>(em R\$ mil, exceto percentuais)</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
FFO	350.049	198.932	402.352
Margem FFO	159,3%	90,4%	185,2%
FFO Ajustado	37.108	80.479	114.709
Margem FFO Ajustado	16,9%	36,6%	52,8%

Key:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	-	Fiscal year ended December 31,
(em R\$ mil, exceto percentuais)	-	(In BRL thousands, except percentages)
FFO	-	FFO
Margem FFO	-	FFO Margin
FFO Ajustado	-	Adjusted FFO
Margem FFO Ajustado	-	Adjusted FFO Margin

b) Reconciliations between the amounts disclosed and the amounts of the audited financial statements

EBITDA e EBITDA Ajustado (em R\$ mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024
(=) Lucro Líquido	344.378
(+/-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	52.460
(+/-) Resultado financeiro, líquido	91.102
(+) Depreciação	5.671
EBITDA	493.611
Valor justo das propriedades para investimentos (PPIs):1	
(+/-) De controladas	(438.001)
(+/-) De controladas em conjunto - Outras	(1.272)
(+/-) De controladas em conjunto - Torino	-
Alienação de PPIs:2	
(+/-) Plaza Mirante Sul / Plaza Top Life / Plaza Tapaiós	349
(+/-) Extrema	151
(+/-) Terreno Cabral	-
(+/-) Ativos vendidos para o FII	12.020
(+/-) Torino	-
(+/-) PIB MELI	430
(+/-) Seattle	(224)
(+/-) Seattle II	853
(+/-) Seattle III	47.716
(+/-) Seattle IV	43.707
(+/-) Toronto	543
(+/-) Roma	7.787
Equivalência patrimonial Betim Incorporações S.A. (referente a venda de lotes):3	-
(+/-) Resultado da equivalência patrimonial	(6.254)
(+/-) Lucros não realizados	
(+/-) Efeito da baixa dos juros capitalizados	314
Outros: 4	
(+/-) Baixa Despesas Follow On	-
EBITDA Ajustado	161.730
Receita Líquida	219.742
Margem EBITDA	224,6%
Margem EBITDA Ajustada	73,6%
1 O valor justo de propriedades para investimento de controladas e controladas em conjunto, calculado por avaliadores externos, está sendo adicionado / excluído por não ter efeito de caixa para a Companhia e não serem intrínsecas às atividades de locação.	
2 O ganho ou a perda na alienação de propriedades para investimentos, representando a receita de venda e o custo de venda está sendo adicionado / excluído por não serem intrínsecas às atividades de locação.	
3 A equivalência patrimonial (lucro líquido ou prejuízo multiplicado pelo percentual de participação) referente à venda de lotes na controlada em conjunto Betim Incorporações S.A. está adicionado / excluído por se tratar de uma atividade que está fora do <i>core business</i> da Companhia.	
4 Nesta rubrica estão sendo adicionados / excluídos Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e doações por não serem itens recorrentes e não serem intrínsecas às atividades de locação.	

Key:

EBITDA e EBITDA Ajustado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

- EBITDA and Adjusted EBITDA

- Fiscal year ended December 31,

(em R\$ mil, exceto em porcentagem)

(=) Lucro Líquido

(+/-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(+/-) Resultado financeiro, líquido

(+) Depreciação

EBITDA

Valor justo das propriedades para investimentos (PPIs) 1

(+/-) De controladas

(+/-) De controladas em conjunto - Outras

(+/-) De controladas em conjunto - Torino

Alienação de PPIs 2

(+/-) Plaza Mirante Sul/Plaza Top Life/Plaza Tapajós

(+/-) Extrema

(+) Terreno Cabral

(+) Ativos vendidos para o FII

(+/-) Torino

(+) PIB MELI

(+/-) Seattle

(+/-) Seattle I

(+/-) Seattle III

(+) Seattle IV

(+) Toronto

(+/-) Roma

Equivalência patrimonial Betim Incorporações S.A. (referente a venda de lotes): 3

(+/-) Resultado da equivalência patrimonial

(+/-) Lucros não realizados

(+/-) Efeito da baixa dos juros capitalizados

Outros: 4

(+) Baixa Despesas Follow On

EBITDA Ajustado

Receita Líquida

Margem EBITDA

Margem EBITDA Ajustada

1. O valor justo de propriedades para investimento de controladas e controladas em conjunto, calculado por avaliadores externos, está sendo adicionado/excluído por não ter efeito de caixa para a Companhia e não serem intrínsecas às atividades de locação.

2. O ganho ou a perda na alienação de propriedades para investimentos, representando a receita de venda e o custo de venda está sendo adicionado / excluído por não serem intrínsecas às atividades de locação.

3. A equivalência patrimonial (lucro líquido ou prejuízo multiplicado pelo percentual de participação) referente à venda de lotes na controlada em conjunto Betim Incorporações S.A. está adicionado/excluído por se tratar de uma atividade que está fora do core business da Companhia.

- (in BRL thousand, except percentage)

- (=) Net Income

- (+/-) Current and deferred income tax and social contribution

- (+/-) Financial income, net

- (+) Depreciation

- EBITDA

- Fair value of investment properties (IPs) 1

- (+/-) Of controlled companies

- (+/-) Of jointly controlled companies - Others

- (+/-) Of jointly controlled companies - Torino

- IPs Disposal 2

- (+/-) Plaza Mirante Sul/Plaza Top Life/Plaza Tapajós

- (+/-) Extrema

- (+) Cabral Land

- (+) Assets sold to FII

- (+/-) Torino

- (+) PIB MELI

- (+/-) Seattle

- (+/-) Seattle I

- (+/-) Seattle III

- (+) Seattle IV

- (+) Toronto

- (+/-) Roma

- Equity method Betim Incorporações S.A. (regarding the sale of lots): 3

- (+/-) Equity method result

- (+/-) Unrealized profits

- (+/-) Effect of capitalized interest write-off

- Others: 4

- (+) Expenses Write-off Follow On

- Adjusted EBITDA

- Net Income

- EBITDA Margin

- Adjusted EBITDA Margin

- 1. The fair value of investment properties of controlled and jointly-owned companies, calculated by external appraisers, is being added/excluded because it has no cash effect for the Company and is not intrinsic to the leasing activities.

- 2. Gain or loss on disposal of investment property, representing sales proceeds and cost of sale, is being added/excluded as they are not intrinsic to the leasing activities.

- 3. The equity method (net income or loss multiplied by the percentage of interest) related to the sale of lots in the controlled company together with Betim Incorporações S.A. is added/excluded because it is an activity that is outside the Company's core business.

4. Nesta rubrica estão sendo adicionados/excluídos o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e doações por não serem itens recorrentes e não serem intrínsecas às atividades de locação.

- 4. The Real Estate Transfer Tax (ITBI) and donations are being added/excluded in this item as they are not recurring and are not intrinsic to leasing activities.

Dívida Líquida Ajustada (em R\$ mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures – Circulante	243.042
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures – Não circulante	1.823.160
Dívida Bruta	2.066.202
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(226.237)
(-) Títulos e valores mobiliários – Circulante	(297.358)
(-) Títulos e valores mobiliários – Não circulante	(237.675)
(-) Contas a receber de vendas – Circulante	(416.056)
(-) Contas a receber de vendas – Não circulante	(489.363)
Dívida Líquida Ajustada	399.513

Key:

Dívida Líquida Ajustada (em R\$ mil, exceto em porcentagem)

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures - Circulante

(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures - Não circulante

Dívida Bruta

(-) Caixa e equivalentes de caixa

(-) Títulos e valores mobiliários - Circulante

(-) Títulos e valores mobiliários - Não circulante

(-) Contas a receber de vendas - Circulante

(-) Contas a receber de vendas - Não circulante

Dívida Líquida

- Adjusted Net Debt (in BRL thousand, except percentage)

- Fiscal year ended December 31,

- (+) Loans, financing, and debentures - Current

- (+) Loans, financing, and debentures - Non-Current

- Gross Debt

- (-) Cash and cash equivalents

- (-) Bonds and securities - Current

- (-) Bonds and securities - Non-Current

- (-) Sales receivables - Current

- (-) Sales receivables - Non-Current

- Net Debt

Dívida Líquida/ Patrimônio Líquido(em R\$ mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Dívida Líquida	399.513	495.645	887.371
Patrimônio Líquido	3.605.375	3.732.221	3.663.839
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	11,1%	13,3%	24,2%

Key:

Dívida Líquida Ajustada (em R\$ mil, exceto em porcentagem)

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

Dívida Líquida

- Adjusted Net Debt (in BRL thousand, except percentage)

- Fiscal year ended December 31,

- Net Debt

Patrimônio Líquido	- Owners' Equity
Dívida Líquida Ajustada/Patrimônio Líquido	- Adjusted Net Debt/Owners' Equity

Dívida Líquida Ajustada (em R\$ mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024
Dívida Líquida Ajustada	399.513
EBITDA Ajustado	161.730
Dívida Líquida Ajustada/Ebitda Ajustado	2,5

Key:	
Dívida Líquida Ajustada (em R\$ mil, exceto porcentagem)	- Adjusted Net Debt (in BRL thousand, except percentage)
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	- Fiscal year ended December 31,
Dívida Líquida	- Net Debt
EBITDA Ajustado	- Adjusted EBITDA
Dívida Líquida Ajustada/Ebitda Ajustado	- AdjustedNet Debt/Adjusted EBITDA

FFO e FFO Ajustado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
(em R\$ mil, exceto em porcentagem)	2024
(=) Lucro Líquido	344.378
(+) Depreciação	5.671
FFO	350.049
Valor justo das Propriedades para investimentos (PPIs): ¹	
(+/-) De controladas	(438.001)
(+/-) IR e CS diferidos de controladas	(1.846)
(+/-) De controladas em conjunto - Outras	(1.272)
(+/-) De controladas em conjunto - Torino	-
Alienação de PPIs: ²	
(+/-) Plaza Mirante Sul / Plaza Top Life / Plaza Tapajós	349
(+/-) Extrema	151
(+/-) Terreno Cabral	-
(+/-) Ativos vendidos para o FII	22.937
(+/-) Torino	-
(+/-) PIB MELI	437
(+/-) Seattle	8.666
(+/-) Seattle II	3.197
(+/-) Seattle III	63.667
(+/-) Seattle IV	59.442
(+/-) Toronto	566
(+/-) Roma	6.978
(+/-) AVP	(29.084)
(+/-) IPCA	(4.496)
Equivalência patrimonial (referente a venda de lotes - Betim Incorporações S.A.): ³	
(+/-) Resultado da equivalência patrimonial	(6.254)
(+/-) Lucros não realizados	-
(+/-) Efeito da baixa dos juros capitalizados	314
Outros: ⁴	
(-) ITBI Incorporação LOG Fortaleza	
(-) Doações	
(-) Baixa Despesas Follow On	-
(+/-) Swap	1.308
FFO Ajustado	37.108
Receita Líquida	219.742
Margem FFO	159,3%
Margem FFO Ajustado	16,9%
1 O valor justo de propriedades para investimento de controladas e controladas em conjunto, calculado por avaliadores externos, incluindo os impostos relacionados, está adicionado / excluído por não ter efeito de caixa para a Companhia e não serem intrínsecas às atividades de locação.	
2 O ganho ou a perda na alienação de propriedades para investimentos, representando a receita de venda, custo de venda, impostos relacionados e ajuste a valor presente das receitas das alienações, está sendo adicionado / excluído por não serem intrínsecas às atividades de locação.	
3 A equivalência patrimonial (lucro líquido ou prejuízo multiplicado pelo percentual de participação) referente à venda de lotes na controlada em conjunto Betim Incorporações S.A. está adicionado / excluído por se tratar de uma atividade que está fora do <i>core business</i> da Companhia.	
4 Nesta rubrica estão sendo adicionados / excluídos Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e doações por não serem itens recorrentes e não serem intrínsecas às atividades de locação.	

Key:

FFO e FFO Ajustado	- FFO and Adjusted FFO
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	- Fiscal year ended December 31,
(em R\$ mil, exceto em porcentagem)	- (in BRL thousand, except percentage)
(=) Lucro Líquido	- (=) Net Income

(+) Depreciação	-	(+) Depreciation
FFO	-	FFO
Valor justo das Propriedades para investimentos (PPIs): 1	-	Fair value of investment properties (IPs): 1
(+/-) De controladas	-	(+/-) Of controlled companies
(+/-) IR e CS diferidos de controladas	-	(+/-) Deferred IR (Income Tax) and CS (Social Contribution) of controlled companies
(+/-) De controladas em conjunto - Outras	-	(+/-) Of jointly controlled companies - Others
(+/-) De controladas em conjunto - Torino	-	(+/-) Of jointly controlled companies - Torino
Alienação de PPIs: 2	-	IPs Disposal: 2
(+) Plaza Mirante Sul/Plaza Top Life/Plaza Tapajós	-	(+/-) Plaza Mirante Sul/Plaza Top Life/Plaza Tapajós
(+/-) Extrema	-	(+/-) Extrema
(+/-) Terreno Cabral	-	(+/-) Cabral Land
(+/-) Ativos vendidos para o FII	-	(+/-) Assets sold to FII
(+/-) Torino	-	(+/-) Torino
(+/-) PIB MELI	-	(+/-) PIB MELI
(+/-) Seattle	-	(+/-) Seattle
(+/-) Seattle II	-	(+/-) Seattle II
(+/-) Seattle III	-	(+/-) Seattle III
(+/-) Seattle IV	-	(+) Seattle IV
(+/-) Toronto	-	(+/-) Toronto
(+/-) Roma	-	(+/-) Roma
(+/-) AVP	-	(+/-) AVP
(+/-) IPCA	-	(+/-) IPCA
Equivalência patrimonial (referente a venda de lotes - Betim Incorporações S.A.): 3	-	Equity method (regarding the sale of lots - Betim Incorporações S.A.): 3
(+/-) Resultado da equivalência patrimonial	-	(+/-) Equity method result
(+/-) Lucros não realizados	-	(+/-) Unrealized profits
(+/-) Efeito da baixa dos juros capitalizados	-	(+/-) Effect of capitalized interest write-off
Outros: 4	-	Others: 4
(-) ITBI Incorporação LOG Fortaleza	-	(-) ITBI Merger LOG Fortaleza
(-) Doações	-	(-) Donations
(-) Baixa Despesas Follow On	-	(-) Expenses Write-off Follow On
(+/-) Swap	-	(+/-) Swap
FFO Ajustado	-	Adjusted FFO
Receita Líquida	-	Net Income
Margem FFO	-	FFO Margin
Margem FFO Ajustado	-	Adjusted FFO Margin
1. O valor justo de propriedades para investimento de controladas e controladas em conjunto, calculado por avaliadores externos, incluindo os impostos relacionados, está adicionado / excluído por não ter efeito de caixa para a	-	1. The fair value of investment properties of controlled and jointly-owned companies, calculated by external appraisers, including the related taxes, is added/excluded because it has no cash effect for the

Companhia e não serem intrínsecas às atividades de locação.

2. O ganho ou a perda na alienação de propriedades para investimentos, representando a receita de venda, custo de venda, impostos relacionados e ajuste a valor presente das receitas das alienações, está sendo adicionado / excluído por não serem intrínsecas às atividades de locação.

3. A equivalência patrimonial (lucro líquido ou prejuízo multiplicado pelo percentual de participação) referente à venda de lotes na controlada em conjunto Betim Incorporações S.A. está adicionado / excluído por se tratar de uma atividade que está fora do core business da Companhia.

4. Nesta rubrica estão sendo adicionados / excluídos o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e doações por não serem itens recorrentes e não serem intrínsecas às atividades de locação.

Company and is not intrinsic to the leasing activities.

2. Gain or loss on disposal of investment property, representing sales proceeds, cost of sale, related taxes and adjustment to present value of disposal proceeds, is being added/excluded as they are not intrinsic to the leasing activities.

3. The equity method (net income or loss multiplied by the percentage of interest) related to the sale of lots in the controlled company together with Betim Incorporações S.A. is added/excluded because it is an activity that is outside the Company's core business.

4. The Real Estate Transfer Tax (ITBI) and donations are being added/excluded in this item as they are not recurring and are not intrinsic to leasing activities.

(*) Impacto tributário dos Ativos vendidos para o FII referente ao FFO e FFO Ajustado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024
Resultado da venda antes do imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) [a]	12.008
Cálculo do IR/CS:	
Receita de venda	116.317
Custo histórico dos ativos	(51.625)
Outros custos	(32.549)
Base tributável	32.143
Alíquota de IR/CS	34%
Despesa de IR/CS [b]	10.929
Resultado líquido da operação [a] + [b]	22.937

Key:

(*) Impacto tributário dos Ativos vendidos para o FII referente ao FFO e FFO Ajustado Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

Resultado da venda antes do imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) [a]

Cálculo do IR/CS:

Receita de venda

Custo histórico dos ativos

Outros custos

(*) Tax impact of Assets sold to FII regarding FFO and Adjusted FFO

Fiscal year ended December 31,

Sales revenue before income tax (IR) and social contribution (CS) [a]

IR/CS calculation:

Sales revenue

Historical cost of assets

Other costs

Base tributável	-	Taxable base
Alíquota de IR/CS	-	IR/CS rate:
Despesa de IR/CS [b]	-	IR/CS expense [b]
Resultado líquido da operação [a] + [b]	-	Net result of operation [a] + [b]

- c) **Reason why the Company understands that such measurement is the most appropriate for the correct understanding of its financial situation and the result of its operations:**

EBITDA, EBITDA Margin, Adjusted EBITDA, Adjusted EBITDA Margin

EBITDA is a non-accounting measurement prepared by the Company in accordance with CVM Resolution No. 156, of June 23, 2022 ("CVM Resolution 156"), reconciled with the Company's financial statements, and consists of the net income for the year adjusted by the financial income, income tax and social contribution on profit and depreciation and amortization expenses.

The EBITDA margin is calculated by the EBITDA divided by the net operating revenue.

Adjusted EBITDA (also referred to by the Company as EBITDA Leasing Activities) is calculated using net income for the year adjusted by financial income, income tax and social contribution on profits and depreciation and amortization expenses (EBITDA) plus or minus the results of the following operations: fair value of investment properties (IPs) of controlled and jointly-controlled entities (others); disposal of assets sold to the FII, disposal of assets sold from the Seattle I, II, III and IV projects, disposal of assets sold from the Toronto and Roma projects; equity method Betim Incorporações S.A., which the Company believes to be appropriate to reflect its operations. The Company believes that the additional adjustments applied in the presentation of Adjusted EBITDA are appropriate to provide additional information for the management of its operations and to investors on relevant items that do not affect its cash generation, and other items that are not arising from its main operations, such as Equity Method.

The Adjusted EBITDA Margin is calculated by dividing Adjusted EBITDA by net operating revenue.

The Company uses EBITDA, EBITDA Margin, Adjusted EBITDA, and Adjusted EBITDA Margin as non-accounting indicators, as the Company believes they are practical measures to measure its operating performance, facilitating comparison over the years of the Company's current structure, which corresponds to financial indicators used to assess the results of a company without the influence of its capital structure, tax effects, relevant items that do not affect its cash generation, and other unusual items or items that are not resulting from its main operations.

Consequently, the Company believes that EBITDA and Adjusted EBITDA allow a better understanding not only of the Company's financial performance, but also of its ability to meet its passive obligations and obtain funds for its activities.

EBITDA, EBITDA Margin, Adjusted EBITDA and Adjusted EBITDA Margin are not measures recognized by Accounting Practices Adopted in Brazil or by the International Financial Reporting Standards - IFRS, issued by IASB, and must not be considered as substitutes for net income, as indicators of the Company's operating performance. Adjusted EBITDA does not have a standard meaning and may not be comparable to measures with similar titles provided by other companies. It should be noted that the Company uses CVM Resolution 156, which deals with this measure in its article 3, item I, as the basis for the calculation.

Gross Debt, Net Debt, Net Debt/Owners' Equity, and Net Debt/EBITDA

Gross Debt corresponds to the sum of the balances of loans and financing and debentures (current and non-current).

Net Debt corresponds to the sum of the balances of loans and financing and debentures (current and non-current), (Gross Debt), minus the balances of cash and cash equivalents and bonds and securities (current and non-current). The Company uses Net Debt as an indicator to measure its ability to pay its debts to third parties using its own funds.

Net Debt/Owners' Equity corresponds to the division of Net Debt by owners' equity. Net Debt/Adjusted EBITDA corresponds to the division of Net Debt by Adjusted EBITDA.

Gross Debt, Net Debt, Net Debt/Owners' Equity and Net Debt/Adjusted EBITDA are not measures recognized by accounting practices adopted in Brazil or by the International Financial Reporting Standards - IFRS, issued by IASB, and do not have standard meanings and must not be considered as substitutes for the Company's cash flow. Other companies may calculate their Gross Debt, Net Debt, Net Debt/Owners' Equity and Net Debt/Adjusted EBITDA differently, therefore there is no comparison between the disclosures.

Funds from Operations (FFO) and Adjusted FFO

The Company also uses the FFO ("Funds from Operations") metrics, which consists of a simplified measure of cash generation, in which depreciation is added to net profit (loss).

Adjusted FFO is calculated using net income for the year adjusted for depreciation expenses plus or minus the results of the following operations: fair value of investment properties (IPs) of controlled and jointly-controlled entities (others); disposal of assets sold to the FII, disposal of assets sold from the Seattle I, II, III and IV projects, disposal of assets sold from the Toronto and Roma projects; equity method Betim Incorporações S.A., which the Company believes to be appropriate to reflect its operations.

FFO margin and Adjusted FFO margin are calculated by dividing FFO or Adjusted FFO by net revenue. This metric is used in the commercial property leasing sector.

The Company's Management believes that FFO and Adjusted FFO and their respective margins are indicators used to measure the operation's ability to generate revenues greater than disbursements.

FFO, FFO Margin, Adjusted FFO and Adjusted FFO Margin are not measures recognized by accounting practices adopted in Brazil or by the International Financial Reporting Standards - IFRS, issued by IASB, and do not have standard meanings and must not be considered as substitutes for the Company's cash flow. Other companies may calculate FFO, FFO Margin, Adjusted FFO and Adjusted FFO Margin differently, therefore there is no comparison between the disclosures.

2.6 Events subsequent to the Financial Statements

Not applicable, given that the Company's individual and consolidated financial statements for the fiscal year ended December 31, 2024, which were approved by the Company's Board of Directors on February 5, 2024, do not present any events subsequent to their issuance.

2.7 - Allocation of the income: the officers must comment on the allocation of the corporate income, indicating:

	Fiscal year ended on December 31, 2024
(a) Rules on retained earnings	<p>In accordance with Law No. 6.404/76 and pursuant to article 37 of the Company's Bylaws, accumulated losses and provisions for Income Tax and Social Contribution on Profit will be deducted from the result recorded in each fiscal year. The net income for the fiscal year will be allocated as follows:</p> <p>(i) 5% portion to constitute a legal reserve, up to the limit of 20% of the capital. In a fiscal year where the legal reserve balance, plus the capital reserve amount addressed in paragraph 1, article 182 of the Brazilian Corporations Law, exceeds 30% of the capital, it is not mandatory to allocate part of the net income for the fiscal year to the legal reserve;</p> <p>(ii) there will be a portion, as proposed by the Managers, which may be allocated to contingency reserves and reversion of such reserves formed in previous fiscal years, pursuant to article 195 of the Brazilian Corporations Law;</p> <p>(iii) a portion of the net income for the fiscal year, reduced or increased by the amounts described in items (i) and (ii) above, will be used to pay the mandatory annual dividend to shareholders, which may be limited to the amount of net income realized, in accordance with the law;</p> <p>(iv) in the fiscal year in which the amount of the mandatory dividend, calculated pursuant to paragraph 4 of said article, exceeds the realized portion of the fiscal year's net income, the shareholders may, at a Shareholders' Meeting, as proposed by the management, allocate the excess amount to future unrealized profit reserve, in compliance with provisions of article 197 of the Brazilian Corporations Law;</p> <p>(v) a portion, as proposed by the management, may be retained based on capital budget previously approved, pursuant to article 196 of the Brazilian Corporations Law;</p> <p>(vi) the Company may establish a profit reserve created by the Bylaws, corresponding to up to 75% of the net income, less the percentages allocated to create a legal reserve, contingency reserve and unrealized profit reserve, the purpose of which shall be the funding of additional investments of fixed and working capital, and the expansion of the activities of the Company and/or its controlled companies and affiliated companies, including through subscription of capital increases or creation of new ventures.</p> <p>(vii) the remaining balance will be allocated as determined by the</p>

	Shareholders' Meeting.
(a.i) Amounts of retained income	<p>In the fiscal year ended December 31, 2024, the Company recorded net income in the amount of BRL 343,389,454.83, the allocation of which is described below:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) BRL 17,169,472.74, equivalent to 5% of the Company's net profit for the fiscal year ended December 31, 2024, will be allocated to the legal reserve, pursuant to article 193 of the Brazilian Corporations Law and article 37, paragraph 2 of the Company's Bylaws; and (ii) BRL 176,219,982.09 will be allocated to the profit retention reserve for constitution of the Company's capital budget.
(a.ii) Percentages in relation to total income reported	<p>Legal Reserve: 5%</p> <p>Retained income reserve: 51.32%</p>
(b) Rules on dividend distribution	<p>(iii) Shareholders are assured the right to receive an annual mandatory dividend of not less than 25% of the net income for the fiscal year, plus or minus the following amounts: (i) amount allocated to creating legal reserve; (ii) amount for the creation of reserves for contingencies and for the reversion of the same reserves created in the previous fiscal years; and amount resulting from the reversion of the unrealized profit reserve created in prior years, pursuant to article 202, item II, of the Brazilian Corporations Law.</p> <p>In addition, upon the proposal of the Executive Board, approved by the Board of Directors, ad referendum of the Shareholders' Meeting, the Company may pay or credit interest to the shareholders, as compensation of owners' equity, subject to the applicable legislation. Any amounts paid as set out above may be offset against the mandatory dividend provided for in the Company's Bylaws.</p> <p>The Company may prepare semi-annual balance sheets or in shorter periods, and may declare, by resolution of the Board of Directors: (a) the payment of dividends or interest on the shareholders' equity, to the profit account determined in the semi-annual balance sheet, offset against the mandatory dividend amount, if any; (b) the distribution of dividends for periods of less than six (6) months, or interest on the shareholders' equity, offset against the amount of mandatory dividend, if any, provided that the total dividend paid in each six-month period of a fiscal year does not exceed the amount of capital reserves; and (c) the payment of interim dividends or interest on the shareholders' equity, charged of the retained income or income reserve existing accounts recorded in the last annual or semi-annual balance</p>

	sheet, offset against the mandatory dividend amount, if any.
(c) Frequency of dividend distributions	The frequency of dividend distribution is annual, in accordance with the rules of the Brazilian Corporations Law and the Company's Bylaws.
(d) any restrictions to dividend distributions imposed by law or special regulation applicable to the issuer, as well as agreements, court, administrative or arbitral decisions	N/A.
(e) If the issuer has a formally approved income allocation policy, informing the body responsible for its approval, date of approval and, should the issuer disclose the policy, locations on the world wide web where the document may be consulted	Although the Company does not have a formalized Income Allocation Policy, the Company understands that its Bylaws address the main points regarding the allocation of its income, since its article 37 establishes the reference parameter to be used for the allocation of income and defines the frequency and rules for dividend payments in paragraph 1 of its article 36.

2.8 - Officers must describe material items not disclosed in the issuer's financial statements, indicating:

a) the assets and liabilities directly or indirectly held by the issuer, that are not reported in its balance sheet (off-balance sheet items), such as:

i. written-off receivables portfolios on which the entity has not materially retained nor transferred the risks and benefits of ownership of the transferred asset, indicating related liabilities

The Company's Officers clarify that there are no written-off receivables portfolios on which the entity has not materially retained nor transferred the risks and benefits of ownership of the transferred asset not reported in the Company's balance sheet on December 31, 2024.

ii. agreements for future purchase and sale of products or services

The Company's Officers clarify that there are no agreements for future purchase and sale of products or services not reported in the Company's balance sheet on December 31, 2024.

iii. unfinished construction agreements

The Company's Officers clarify that there is no unfinished construction not reported in the Company's balance sheet on December 31, 2024.

iv. agreements for future financing receivables

The Company's Officers clarify that there are no agreements for future financing receivables not reported in the Company's balance sheet on December 31, 2024.

b) other items not reported in financial statements

The Company's Officers inform that there are no other relevant items not reported in the Company's financial statements for the fiscal year ended December 31, 2024.

2.9 – Items not reported: in relation to each of the items not reported in the financial statements indicated in item 2.8, the officers must comment:

a) how these items change or may change revenue, expenses, operating income, financial expenses, or other items in the issuer's financial statements

Not applicable, since, pursuant to item 2.8 above, there are no items not reported in the financial statements for the fiscal year ended December 31, 2024.

b) nature and purpose of the transaction

Not applicable, since, pursuant to item 2.8 above, there are no items not reported in the financial statements for the fiscal year ended December 31, 2024.

c) nature and amount of the obligations undertaken and rights generated in favor of the issuer as a result of the transaction

Not applicable, since, pursuant to item 2.8 above, there are no items not reported in the financial statements for the fiscal year ended December 31, 2024.

2.10 - Business plan: the officers must indicate and comment on the main elements of the issuer's business plan, specifically addressing the following topics:

a) investments, including:

i. quantitative and qualitative description of investments in progress and expected investments

The Company develops logistics centers with a diversified tenant profile (multi-tenant), located on the banks of important logistics axes. The projects delivered and under development up to December 31, 2024 had received, in the Company's accumulated history, approximately BRL 4.2 billion in investments, between its own and third-party funds. The logistics condominium projects developed by Log have world-class specifications with complete infrastructure for the installation of logistics operators and light industry.

The assets acquired have been and will be used for the development of the Company's activities, in accordance with projects approved by the Board of Directors, without prejudice to others that may be approved in the future.

ii. sources of investment financing

The Company's investments in investment properties in non-current assets have been financed through its own and third-party funds. Third-party financial funds come from sales of assets, real estate financing banking products and capital market transactions with a long-term profile.

iii. material divestitures in progress and expected divestitures

As part of the Company's development strategy, we sold assets. These sales, in addition to financing the Company's growth, also contribute to generating value for shareholders.

As of the date of this Reference Form, the Company has no divestitures in progress.

b) provided it has already been disclosed, state the acquisition of plants, equipment, patents, or other assets that may materially influence the issuer's production capacity

Not applicable.

c) new products and services, indicating:

i. description of already disclosed ongoing researches

Not applicable, as there is currently no ongoing research carried out by the Company that has already been disclosed.

ii. total amounts spent on researches for the development of new products or services

Not applicable, since the Company did not spend money on research to develop new products or services.

iii. projects under development already disclosed

Not applicable, as there are currently no ongoing projects carried out by the Company that have already been disclosed.

iv. total amounts spent in the development of new products or services

Not applicable, since the Company did not spend money on the development of new products or services.

d) opportunities included in the issuer's business plan related to ESG matters

Over the course of 16 years, Log has reaffirmed its commitment to responsible growth, consolidating its operations and expanding its positive impact. The development of Class A warehouses boosts the local economy, creates jobs and expands access to products and services. Sustainability is a central pillar of the strategy, with practices aligned with global principles of environmental, social and corporate governance (ESG), continually strengthened.

Since 2021, with the definition of the material topics — essential aspects for the business and its stakeholders —, the Company has improved its operation, ensuring the evolution of its practices in line with the market and society demands. To boost this agenda, a working group linked to the Sustainability and Compliance Committee leads the Company's ESG strategy, promoting concrete advances, as indicated below:

Governance: Listed on B3's Novo Mercado, Log maintains high governance standards and constantly improves its processes. Risk management, strengthening of the ethical culture and integrity, in addition to the consolidation of processes focused on health and safety, are priorities.

Since 2022, with LogADM, its condominium administrator, the Company has maintained ISO 9001 recertification, reinforcing operational quality and customer experience, reflected in a consistently high NPS. The relationship with suppliers is also strictly managed, ensuring alignment with Log's values.

Environment: In 2024, the Company made progress in preparing the greenhouse gas emissions inventory (scopes 1, 2 and 3), essential for mapping impacts and reducing its carbon footprint. The commitment to 100% renewable supply, guaranteed by I-REC certification, continues to be reinforced.

Standardization of processes and environmental monitoring strengthen the commitment to sustainable construction, while efficient waste management and incentive to recycling continue to be priority focuses.

Social: Log continually invests in the training and development of its employees, especially leaders, promoting effective people management and the strengthening of the organizational culture. Structured programs encourage team growth and engagement.

In the social sphere, the Company is expanding Log Social, which offers professional qualification courses for employees of lessees and neighboring communities. Support for projects through incentive laws and the consolidation of the volunteer program reinforce the commitment to social transformation.

Log continues to consolidate its position as one of the main developers and lessors of logistics warehouses in Brazil, providing innovative solutions and positively impacting the communities where it operates. Aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs), it maintains the focus on sustainable growth.

2.11 - Comment on other factors that significantly influenced the operating performance and that have not been identified or commented on other items of this section

During the fiscal year ended December 31, 2024, there were no other material factors that significantly influenced the Company's operating performance.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

State Registration (NIRE) 31.300.027.261

**MANAGEMENT PROPOSAL TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING
TO BE HELD ON APRIL 17, 2025**

EXHIBIT II

CAPITAL BUDGET PROPOSAL

The Management proposes for approval by the Shareholders' Meeting the allocation of the total remaining balance of the profit for the fiscal year ended December 31, 2024, in the amount of one hundred and seventy-six million, two hundred and nineteen thousand, nine hundred and eighty-two reais and nine centavos (BRL 176,219,982.09), to the profit retention reserve of the Company's capital budget. This reserve is intended to meet the resource needs for future investments in accordance with the Company's Capital Budget to be presented for approval by the Annual Shareholders' Meeting, as follows:

Investments	BRL million
Investments in Investment Properties	176.2
Total Investments	176.2
Resources	
Retained Earnings	176.2

Considering that these are business projections and perspectives, which involve risks, uncertainties and assumptions, the application of resources depends on circumstances that may or may not occur.

General economic conditions, industry conditions and other operating factors may affect the expected amounts of allocation to fixed assets, working capital and land acquisition.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

State Registration (NIRE) 31.300.027.261

**MANAGEMENT PROPOSAL TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING
TO BE HELD ON APRIL 17, 2025**

EXHIBIT III

INFORMATION ON ALLOCATION OF NET INCOME

(as per article 10, sole paragraph, item II, of CVM Resolution 81)

1. Inform the net income for the fiscal year.

The net income earned by the Company in the fiscal year ended December 31, 2024 was BRL 343,389,454.83.

2. Inform the total amount and the amount per share of the dividends, including the anticipated dividends and interest on the shareholders' equity already reported.

At a meeting held on December 5, 2024, the Company's Board of Directors approved the distribution of interim dividends, based on the balance of the unrealized profit reserve determined in the balance sheet for the nine months of 2024, in the gross amount of BRL 150,000,000.00, equivalent to the gross amount per share of BRL 1.71767192290.

The aforementioned global amount of dividends was fully advanced and paid to shareholders on December 17, 2024, as well as allocated to mandatory dividends for the fiscal year 2024, in accordance with article 202 of the Brazilian Corporations Law.

3. Inform the percentage of the distributed net income for the fiscal year.

The dividends proposed by the management, in the amount of BRL 150,000,000.00, correspond to 46% of the net income (adjusted after allocation to the legal reserve).

4. Inform the total amount and the amount per share of the distributed dividends based on the profit from previous years.

Not applicable, considering that there was no distribution of dividends based on net income from previous years.

5. Inform, after the deduction of anticipated dividends and interest on the shareholders' equity, already stated:

a. The gross amount of dividend and interest on the shareholders' equity, in a separate form, per share of each type and series.

The Management proposes the distribution of BRL 1.71767192290 per share, as dividends.

b. Method and term of payment of dividends and interest on the shareholders' equity.

The proposed dividends were paid in national currency on December 17, 2024.

c. Any incidence of adjustment and interest on dividends and interest on the shareholders' equity.

Not applicable, since the declared dividends will not yield interest nor will they be monetarily adjusted.

d. Date of statement of the payment of dividends and interest on the shareholders' equity considered for the identification of the shareholders entitled to it

Dividends were declared at the Board of Directors Meeting held on December 5, 2024 and paid on December 17, 2024. The Company's shares began to be traded "ex-dividend rights" as of December 11, 2024, including, with the cut-off date on December 10, 2024.

6. In case of the statement of dividends or interest on the shareholders' equity based on profits assessed in semi-annual balance sheets or in shorter periods

a. Inform the amount of dividends and interest on the shareholders' equity already stated

b. Inform the date of the respective payments.

Not applicable, since dividends or interest on the shareholders' equity based on profits assessed in semi-annual balance sheets or in shorter periods were not declared.

7. Provide the comparative table indicating the following amounts per share of each type and class:

a. Net income for the year and of the three (3) previous years.

b. Dividends and interest on the shareholders' equity distributed in the three (3) previous years

(in BRL)	Fiscal year ended December 31,		
	2024	2023	2022
Net Income	343,389,454.83	192,176,151.17	386,072,411.08
Dividends Distributed	150,000,000.00	70,000,000.00	91,692,197.63

Interest on the Shareholders' Equity Distributed	0.00	0.00	0.00
Amount per Share	1.71767192290	0.69762425455	0.91776786460

8. In case of allocation of profit to the legal reserve.

a. Identify the amount destined to the legal reserve.

Pursuant to article 193 of the Brazilian Corporations Law, the Management proposes the allocation of BRL 17,169,472.74 to the legal reserve, corresponding to 5% of the Company's net income for the fiscal year ended December 31, 2024.

b. Inform the details of the calculation form of the legal reserve

Of the net income for the year, 5% will be applied, prior to any other allocation, in the creation of the legal reserve up to the limit of 20% of the capital, pursuant to the provisions of article 193 of the Brazilian Corporations Law and article 37, paragraph 2, of the Company's Bylaws, as indicated in the table below:

Calculation of Legal Reserve	Amount (BRL)
Net Income ("LL")	343.389454.83
Legal Reserve - 5% LL	17,169,472.74

Such reserve may no longer be created in the year in which the balance of the legal reserve, plus the amount of capital reserves (article 182 of the Brazilian Corporations Law), exceeds 30% of the capital.

9. In case the company holds preferred shares entitled to fixed or minimum dividends.

- Describe the calculation method of fixed or minimum dividends.**
- Inform whether the profit for the year is sufficient for full payment of fixed or minimum dividends.**
- Identify if any portion that is not paid is cumulative.**
- Identify the total amount of the fixed or minimum dividends to be paid to each class of preferred shares.**
- Identify fixed or minimum dividends payable per preferred share of each class.**

Not applicable, since the Company's capital is entirely divided into ordinary shares.

10. In relation to the mandatory dividend.

a. Describe the calculation method provided for in the Bylaws.

Paragraph 3 of article 37 of the Company's Bylaws provides that the Company's shareholders will be entitled to receive a mandatory annual dividend of no less than 25% of the net income for the year, reduced or increased by the following amounts: (i) amount allocated to creating legal reserve; (ii) amount for the

creation of reserves for contingencies and for the reversion of the same reserves created in the previous fiscal years; and (iii) amount resulting from the reversion of the unrealized profit reserve created in prior years, pursuant to article 202, item II, of the Brazilian Corporations Law.

b. Inform if it is being fully paid.

The aforementioned global amount of dividends was fully advanced and paid to shareholders on December 17, 2024, as resolved on the Board of Directors' Meeting, considering the gross amount per share of BRL 1.71767192290, as well as allocated to mandatory dividends for the fiscal year 2024, in accordance with article 202 of the Brazilian Corporations Law.

c. Inform the amount to be possibly retained.

Not applicable, given that the retention of the mandatory dividend was not proposed.

11. In the event the mandatory dividend is retained on account of the company's financial position.

a. Inform the retained amount.

b. Describe, in details, the company's financial position, including the aspects related to the analysis of liquidity, working capital and positive cash flows.

c. Justify the retention of dividends

Not applicable, given that there will be no retention of the mandatory dividend.

12. In case of allocation of income to the contingency reserve

a. Identify the amount allocated to the reserve.

b. Identify the loss considered probable and its cause.

c. Explain why the loss was considered probable.

d. Justify the constitution of the reserve.

Not applicable, since the Management is not proposing the allocation of income to the Contingency Reserve.

13. In case of allocation of income to the reserve of unrealized profit.

a. Inform the amount allocated to the reserve of unrealized profit.

b. Inform the nature of the unrealized profit that gave rise to the reserve.

Not applicable, since the Management is not proposing the allocation of income to the reserve of unrealized profit.

14. In case of the allocation of income to the reserves created by the Bylaws.

a. Describe the clauses of the Bylaws that define the reserve.

Item “f” of paragraph 2 or article 37 of the Company’s Bylaws determine that the Company may establish a profit reserve created by the Bylaws, corresponding to up to 75% of the net income, less the percentages allocated to create a legal reserve, contingency reserve and unrealized profit reserve, the purpose of which shall be the funding of additional investments of fixed and working capital, and the expansion of the activities of the Company and/or its controlled companies and affiliated companies, including through subscription of capital increases or creation of new ventures. The sum of the reserves, except for unrealized profit reserve and contingency reserve, shall not exceed 100% of the Company's subscribed capital, and limited resources shall be attributed to the net income remaining that remains after the deductions established by law and the Bylaws;

b. Identify the amount allocated to the reserve.

Not applicable.

c. Describe how the amount was calculated.

Not applicable.

15. In the case of retained profits provided for in the capital budget.

a. Identify the retained amount.

The Company's Management proposes the allocation of one hundred and seventy-six million, two hundred and nineteen thousand, nine hundred and eighty-two reais and nine centavos (BRL 176,219,982.09) to the profit retention reserve.

b. Provide the copy of capital budget.

A copy of the capital budget proposal prepared by the Company's Management is included in **Exhibit II** of this proposal.

16. In the event of allocation of income to the tax incentive reserve.

a. Inform the amount allocated to the reserve.

b. Explain the nature of the allocation.

Not applicable, since the Management is not proposing the allocation of income to the tax incentive reserve.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

State Registration (NIRE) 31.300.027.261

**MANAGEMENT PROPOSAL TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING
TO BE HELD ON APRIL 17, 2025**

EXHIBIT IV

CANDIDATES INDICATED FOR THE COMPANY'S BOARD OF DIRECTORS AND SUPERVISORY COMMITTEE

ITEMS 7.3 TO 7.6 OF THE REFERENCE FORM

(as per article 11, item I, of CVM Resolution 81)

7.3 Composition and professional experiences of the Management, Boards and Committees

Fiscal Council: Non-permanent and installed

Name: Carlos Wagner Firetti		Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 116.362.538-81		Nationality: Brazilian		Profession: Economist		Date of Birth: 11/05/1968					
Professional Experience:		<p>Carlos Firetti has a degree in Economics from the University of São Paulo (1991) and an MBA in Finance from Insper (1995). He has held the CFA (Chartered Financial Analyst) certification since 2006. He has over 20 years of experience as an Investment Analyst (Sell Side) covering the banking and financial services sectors, in addition to working as Head of Equity Research at Bradesco BBI. In 2015, he assumed the position of Officer of Investor Relations at Banco Bradesco and, from 2021 onwards, he took on the Executive Board of Controllershship (Financial Planning and Analysis). In June 2024, he took over the Executive Board of Venture Capital and Corporate Private Equity at Banco Bradesco.</p> <p>Mr. Carlos Firetti declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>											
Management Bodies:													
Management Body		Date of election		Term of Office		Elective position held		Date of investiture		Elected by the controlling shareholder		Start date of the first term of office	
Board of Directors		04/17/2025		Until the 2027 AGM		Board of Directors Independent (Full Member)		04/17/2025		Yes		08/27/2024	

Convictions:		
Conviction Type		Conviction Description
N/A		N/A

Name: Júnia Maria de Sousa Lima Galvão		Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 878.532.996-72	Nationality: Brazilian	Profession: Accountant	Date of Birth: 08/21/1970	
Professional Experience:		<p>She has a degree in Accounting Science, postgraduate degree in Financial Management and International Business from Fundação Dom Cabral, postgraduate degree in Human Resources and in Information Systems. She worked from 1996 to January 2007 at RM Sistemas, which was sold to Totvs S.A., as an administrative-financial officer in the administrative, financial and accounting areas, having been responsible and attorney-in-fact for RM Sistemas. She was elected to the position of Executive Officer of Administration and Controllershship of the Executive Board of our Company at the Board of Directors meeting held on January 24, 2007, a position she holds to date. Júnia Maria de Sousa Lima Galvão is also the executive officer of MRV. In addition to MRV, she has not worked or works in other publicly-held companies. The Company is not aware of Júnia Maria de Sousa Lima Galvão's participation in third sector entities.</p> <p>Ms. Júnia Maria de Sousa Lima Galvão declares that (i) she does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) she has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified her from practicing professional or commercial activity.</p>				
Management Bodies:						
Management Body	Date of election	Term of Office	Elective position held	Date of investiture	Elected by the controlling shareholder	Start date of the first term of office
Board of Directors	04/17/2025	Until the 2027 AGM	Board of Directors (Full Member)	04/17/2025	Yes	04/19/2021
Convictions:						

Conviction Type		Conviction Description
N/A		N/A

Name: Leonardo Guimarães Corrêa	Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 275.939.836-68	Nationality: Brazilian	Profession: Economist	Date of Birth: 10/30/1958		
Professional Experience:	<p>He has a degree in economics from the Federal University of Minas Gerais – UFMG in 1980 and a postgraduate degree in Finance from FGV in 1986. He worked from 1982 to 1990 at Lloyds Bank as Treasury Manager. From 1990 to 2000 he worked at JP Morgan, with his last position being treasurer officer for Brazil. He was a partner at Banco Pactual from 2000 to 2003. From 2003 to 2006 he was a partner at Perfin Administração de Recursos, an independent asset management company that specialized in managing investment funds. He joined our Company in March 2006 as Executive Vice-Chairperson Officer. In January 2007 he assumed the Executive Board of Investor Relations and in June 2009 the Executive Board of Investor Relations and Finance. He is currently Vice-Chairperson of the Board of Directors of MRV Engenharia e Participações S.A., member of the Board of Directors of Banco Inter S.A., a multiple bank, member of the Board of Directors of LOG Commercial Properties SA, a commercial and industrial property company, and member of the Board of Directors of Urba Desenvolvimento Urbano S.A. and Treasury Officer of Banco Inter. The Company is not aware of Leonardo Guimarães Corrêa's participation in third sector entities.</p> <p>Mr. Leonardo Guimarães Corrêa declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>					
Management Bodies:						
Management Body	Date of election	Term of Office	Elective position held	Date of investiture	Elected by the controlling shareholder	Start date of the first term of office
Board of Directors	04/17/2025	Until the 2027 AGM	Board of Directors (Full Member)	04/17/2025	Yes	03/19/2010

Convictions:		
Conviction Type		Conviction Description
N/A		N/A

Name: Marcelo Martins Patrus	Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 533.217.906-53	Nationality: Brazilian	Profession: Manager and Accountant	Date of Birth: 06/20/1958
-------------------------------------	---	-------------------------------	---	----------------------------------

Professional Experience:	<p>Mr. Marcelo Patrus has a degree in Business Administration (1985) and Accounting (1987) from the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC). He is a Shareholder and Chief Executive Officer of Patrus Transportes Urgentes, a leading company in the logistics sector in Brazil with more than 1,700 employees and a fleet of 2,100 vehicles covering 9 states in the South, Southeast and Northeast. He has over 40 years of experience in the logistics sector and is a member of several industry associations. Marcelo Martins Patrus is also director at IMAP (Instituto Marum Patrus). The Company is not aware of Mr. Marcelo Martins Patrus' participation in third sector entities.</p> <p>Mr. Marcelo Martins Patrus declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>
---------------------------------	--

Management Bodies:						
Management Body	Date of election	Term of Office	Elective position held	Date of investiture	Elected by the controlling shareholder	Start date of the first term of office
Board of Directors	04/17/2025	Until the 2027 AGM	Board of Directors (Full Member)	04/17/2025	Yes	11/17/2010

Convictions:		
Conviction Type		Conviction Description
N/A		N/A

Name: Matias Rotella		Passport: 566670408		Nationality: Argentinian		Profession: Economist		Date of Birth: 06/09/1978					
Professional Experience:		<p>Mr. Matias Rotella has a degree in Economics from the Pontificia Universidad Católica Argentina in 2001 and holds an MBA from Columbia Business School in 2007. He is currently the CEO of Menfis, where he is responsible for expanding existing businesses and assets, identifying new opportunities and executing the long-term business view. He also serves as a member of the Board of Directors of Menfis and as an advisor and member of the Board of Directors to the Chairperson and CEO of Resia. He has 20 years of experience in investment banking, the last 16 years at Goldman Sachs. During his career at Goldman Sachs, he held several leadership positions, including Head of Financial Institutions for Latin America for over a decade, Head of Goldman Sachs Argentina for the last five years and Head of Investment Banking Services for Latin America.</p> <p>Mr. Matias Rotella declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>											
Management Bodies:													
Management Body		Date of election		Term of Office		Elective position held		Date of investiture		Elected by the controlling shareholder		Start date of the first term of office	
Board of Directors		04/17/2025		Until the 2027 AGM		Board of Directors (Full Member)		04/17/2025		Yes		10/10/2024	
Convictions:													
Conviction Type						Conviction Description							
N/A						N/A							

Name: Rubens Menin Teixeira de Souza	Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 315.836.606-15	Nationality: Brazilian	Profession: Engineer	Date of Birth: 03/12/1956
---	--	-------------------------------	-----------------------------	----------------------------------

Professional Experience:	<p>He has a degree in Civil Engineering from the Federal University of Minas Gerais – UFMG in 1978. He worked as an engineering intern at Vega Engenharia from 1973 to 1978. In 1979 he founded the MRV Group, being its main executive and elected member of the Board of Directors at the Extraordinary Shareholders' Meeting of June 1 to May 31, 2006, currently holding the position of Chairperson of the Board of Directors. Founder and chairperson of the Board of Directors of Banco Inter, a multiple bank since its establishment in 1994. Founder and chairperson of the Board of Directors of LOG Commercial Properties SA, a commercial and industrial property company since its establishment in 2008. Founder and chairperson of the Board of Directors of Urba Desenvolvimento Urbano S.A. since its establishment in 2012, the purpose of which is to develop large urban areas for residential and/or mixed use. Founder and chairperson of the Board of Directors of AHS since its establishment in 2012, a real estate company located in Miami/USA. Founder and chairperson of the Board of Directors of CNN Brasil since its establishment in 2019, a television channel focused entirely on journalism. In 2018 he received the World Entrepreneur of the Year award – EY World Entrepreneur Of The Year 2018. In 2019, he received the 2019 Excellence Award from the Brazil-USA Chamber of Commerce in Florida. In 2018, he founded the Menin Douro Estates winery in Portugal. In 2021 he became the owner of Rádio Itatiaia, the largest broadcaster in Minas Gerais. The company is not aware of Rubens Menin Teixeira de Souza's participation in third sector entities.</p> <p>Mr. Rubens Menin Teixeira de Souza declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>					
Management Bodies:						
Management Body	Date of election	Term of Office	Elective position held	Date of investiture	Elected by the controlling shareholder	Start date of the first term of office
Board of Directors	04/17/2025	Until the 2027 AGM	Board of Directors (Full Member)	04/17/2025	Yes	06/22/2008
Convictions:						
Conviction Type				Conviction Description		
N/A				N/A		

Name: Matheus Gasparotto Candido		Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 419.478.988-17		Nationality: Brazilian		Profession: Stock Analyst		Date of Birth: 01/27/1995						
Professional Experience:		<p>Mr. Matheus Gasparotto Candido has a degree in Materials Engineering from the Federal Technologic University of Paraná (UTFPR), has a post-graduation in Corporate Finance & Investment Banking from FIA Business School, member of the board of directors IBCG and CGA from ANBIMA. He started his career working in Investor Relations area of Cyrella Brazil Realty, one of the largest developers of the country, where he worked on the preparation of financial information for the management and investors in general. Currently, Mr. Matheus is a partner of Real Investor Asset Management, working in the Equity Research area. Mr. Matheus is also a member of the board of directors of Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A.</p> <p>Mr. Matheus Gasparotto Candido declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>												
Management Bodies:														
Management Body		Date of election		Term of Office		Elective position held		Date of investiture		Elected by the controlling shareholder		Start date of the first term of office		
Board of Directors		04/17/2025		Until the 2027 AGM		Board of Directors Independent (Full Member)		04/17/2025		Yes		04/17/2025		
Convictions:														
Conviction Type										Conviction Description				
N/A										N/A				

Name: Thiago da Costa e Silva Lott	Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 039.250.866-41	Nationality: Brazilian	Profession: Attorney	Date of Birth: 10/11/1980		
Professional Experience:	<p>He has a degree in Law from the Pontifical University of the State of Minas Gerais (2005). Postgraduate in Procedural Law from the Institute of Continuing Education of the Pontifical Catholic University of the State of Minas Gerais (2006). Master in Business Law from Faculdade Milton Campos (2016) postgraduate in Executive MBA at Fundação Dom Cabral (starting in 2017). Founding partner of the law firm Lott Oliveira Braga e Advogados Associados (2008 to the present day). He works in contentious and advisory law in the areas of civil, corporate and business law. Mr. Thiago da Costa e Silva Lott is a member of the Fiscal Council of Banco Inter S.A. and MRV. The Company is not aware of Thiago da Costa e Silva Lott's participation in third sector entities.</p> <p>Mr. Thiago da Costa Silva Lott declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>					
Management Bodies:						
Management Body	Date of election	Term of Office	Elective position held	Date of investiture	Elected by the controlling shareholder	Start date of the first term of office
Fiscal Council	04/17/2025	Until the 2026 AGM	Fiscal Council (Effective Member), Appointed by the Controlling Shareholder	04/17/2025	Yes	4/30/2019
Convictions:						
Conviction Type			Conviction Description			
N/A			N/A			

Name: Paulino Ferreira Leite	Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 056.171.206-97	Nationality: Brazilian	Profession: Manager	Date of Birth: 02/08/1948		
Professional Experience:	<p>He has several postgraduate degrees in his area of expertise and an MBA in Controllershship, Auditing and Taxes - Fundação Getúlio Vargas with an extension at Ohio University (2001 - 2002). Highlight for his professional experience as an Officer of the Military Police of Minas Gerais (1966-1974), Auditor at Arthur Andersen (1974-1978), Secretary of Finance for the City of Bom Despacho (1989 - 1990) Controller. He is member of the Fiscal Council of Banco Inter S.A. and MRV. Founding partner of CLZ Contadores e Associados S.A. The Company is not aware of Paulino Ferreira Leite's participation in third sector entities.</p> <p>Mr. Paulino Ferreira Leite declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>					
Management Bodies:						
Management Body	Date of election	Term of Office	Elective position held	Date of investiture	Elected by the controlling shareholder	Start date of the first term of office
Fiscal Council	04/17/2025	Until the 2026 AGM	Fiscal Council (Effective Member), Appointed by the Controlling Shareholder	04/17/2025	Yes	4/30/2019
Convictions:						
Conviction Type				Conviction Description		
N/A				N/A		

Name: Sicomar Benigno de Araújo Soares		Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 670.227.826-87		Nationality: Brazilian	Profession: Accountant	Date of Birth: 06/26/1971
Professional Experience:		<p>He has a degree in Accounting Science from the Pontifical University of the State of Minas Gerais (1996). Postgraduate degree in External Auditing from the Federal University of Minas Gerais (2001). Master in Administration from the Dr. Pedro Leopoldo Cultural Foundation (2010). In his professional experience, he held the position of accounting assistant at Banco Agrimisa S.A. (1986-1996), served as accounting superintendent at Inter (1996 – 2022), was an assistant professor at the following institutions: Pontifical University of the State of Minas Gerais (2002), Minas Gerais Educational Center School (2014-2016), School of Business Sciences (2008-2013) and Asa de Brumadinho School (2003-2008). He was a member of the IFRS Committee of the Regional Accounting Council of Minas Gerais – Biennium (2008 – 2009) and participant of the Accounting Committee of Febraban and ABBC.</p> <p>Mr. Sicomar Benigno de Araújo Soares declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>				
Management Bodies:						
Management Body	Date of election	Term of Office	Elective position held	Date of investiture	Elected by the controlling shareholder	Start date of the first term of office
Fiscal Council	04/17/2025	Until the 2026 AGM	Fiscal Council (Effective Member), Appointed by the Controlling Shareholder	04/17/2025	Yes	04/19/2022
Convictions:						
Conviction Type			Conviction Description			

N/A	N/A
-----	-----

Name: Lucas Wanderley de Freitas		Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 060.484.106-03		Nationality: Brazilian		Profession: Lawyer		Date of Birth: 02/22/1985					
Professional Experience:		<p>He has a degree in Law from the Milton Campos Law School in 2008. He has a postgraduate degree in Labor Law from the Milton Campos Law School in 2009. He has a postgraduate degree in Procedural and Civil Law from Fundação Getúlio Vargas in 2010. Partner at law firm Lott Oliveira Braga & Advogados Associados since 2009. The Company is not aware of Mr. Lucas Wanderley de Freitas’ participation in third sector entities.</p> <p>Mr. Lucas Wanderley de Freitas declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>											
Management Bodies:													
Management Body		Date of election		Term of Office		Elective position held		Date of investiture		Elected by the controlling shareholder		Start date of the first term of office	
Fiscal Council		04/17/2025		Until the 2026 AGM		Fiscal Council (Alternate Member), Appointed by the Controlling Shareholder		04/17/2025		Yes		04/19/2021	
Convictions:													
Conviction Type						Conviction Description							
N/A						N/A							

Name: Patrícia Bolina Pellini		Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 112.442.448-21		Nationality: Brazilian		Profession: Attorney		Date of Birth: 1968					
Professional Experience:		<p>Ms. Patrícia is a Lawyer with a degree (2003) and Master's degree (2008) in Commercial Law from PUC/SP. She is a Business Administrator with a degree from EAESP/FGV (1990) and a specialization (1992) in Finance from the same institution (CEAG). For 14 years she worked in the financial market as an investment analyst – equity debt sell side by side and M&A – at Unibanco Unibanco Asset Management and Banco Inter American Express. Former Superintendent of Regulation, Guidance and Enforcement of Issuers at B3 (where she worked for 16 years), an area responsible for developing regulations, applying enforcement and improving Special Segments – including the Novo Mercado – as well as other initiatives related to the capital market. Advocacy Consultant for the Association of Investors in the Capital Market (AMEC) with a focus on capital market regulation and governance. Managing partner of White Box Consultoria e Assessoria Empresarial, specializing in risk management and corporate governance.</p> <p>Ms. Patrícia Bolina Pellini declares that (i) she does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) she has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified her from practicing professional or commercial activity.</p>											
Management Bodies:													
Management Body		Date of election		Term of Office		Elective position held		Date of investiture		Elected by the controlling shareholder		Start date of the first term of office	
Fiscal Council		04/17/2025		Until the 2026 AGM		Fiscal Council (Alternate Member), Appointed by the Controlling Shareholder		04/17/2025		Yes		04/19/2022	

Convictions:		
Conviction Type		Conviction Description
N/A		N/A

Name: Marcos Villela Vieira		Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 265.849.056-91		Nationality: Brazilian		Profession: Economist		Date of Birth: 06/30/1955					
Professional Experience:		<p>Mr. Marcos is an economist (1976), with master's degree (1999) and PhD (2012) in administration from UFMG and specialist in finance from Fundação João Pinheiro (1978). In his professional experience, he has held management and senior management positions in the areas of finance, controlling, planning and administration in medium and large companies in the steel, paper and pulp, heavy construction, mechanical metallurgy, telecommunications, heavy equipment, health and retail sectors. He also has experience in startups and company organization, development of large-scale projects, implementation of finance and controlling areas, evaluation of companies (valuation) and investment projects, reduction of operating expenses, evaluation of economic-financial performance, optimization of financial and control processes, restructuring of liabilities, management of liquidity and cash flow. He is a professional with strategic vision and a focus on planning and delivering results, combined with experience in leading and developing large teams and working in negotiation and decision-making processes that create value. Finally, he had international exposure and business experience with Italian, Japanese and French cultures. The Company is not aware of Mr. Marcos Vilela Vieira in third sector entities.</p> <p>Mr. Marcos Villela Vieira declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>											
Management Bodies:													
Management Body		Date of election		Term of Office		Elective position held		Date of investiture		Elected by the controlling shareholder		Start date of the first term of office	

Fiscal Council	04/17/2025	Until the 2026 AGM	Fiscal Council (Alternate Member), Appointed by the Controlling Shareholder	04/17/2025	Yes	04/19/2022
Convictions:						
Conviction Type				Conviction Description		
N/A				N/A		

7.4 Composition of committees

Name: Carlos Wagner Firetti		Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF): 116.362.538-81		Nationality: Brazilian		Profession: Economist		Date of Birth: 11/05/1968	
Professional Experience:		<p>Carlos Firetti has a degree in Economics from the University of São Paulo (1991) and an MBA in Finance from Insper (1995). He has held the CFA (Chartered Financial Analyst) certification since 2006. He has over 20 years of experience as an Investment Analyst (Sell Side) covering the banking and financial services sectors, in addition to working as Head of Equity Research at Bradesco BBI. In 2015, he assumed the position of Officer of Investor Relations at Banco Bradesco and, from 2021 onwards, he took on the Executive Board of Controllershship (Financial Planning and Analysis). In June 2024, he took over the Executive Board of Venture Capital and Corporate Private Equity at Banco Bradesco.</p> <p>Mr. Carlos Firetti declares that (i) he does not hold positions in other companies or third sector organizations; (ii) she is not a politically exposed person as defined in applicable regulations; and (iii) he has not been subject, in the last five years, to criminal conviction, conviction in an administrative procedure by the Brazilian Securities Commission (CVM), the Central Bank of Brazil or the Private Insurance Superintendence and to a final and unappealable conviction, in the judicial or administrative scope, that has suspended or disqualified him from practicing professional or commercial activity.</p>							
Committees:									
Committee Type	Audit type	Position held	Date of investiture	Term of office	Description of other committees	Description of another position/function	Election date	Elected by the controlling shareholder	Start date of the first term of office
Audit Committee	Non-Statutory Audit Committee	Effective Member	04/23/2024	04/30/2025	Not applicable.	Member of the Board of Directors	04/23/2024	No	12/16/2018
Convictions:									

Conviction Type		Conviction Description
N/A		N/A

7.5 Family relationships

Name	CPF (Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance)	Trade name of the issuer, subsidiary or controlling party	CNPJ (National Register of Corporate Taxpayers)	Type of kinship with the issuer's or subsidiary's manager
Position				
<u>Issuer's Manager</u>				
Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	Log Commercial Properties	09.041.168/0001-10	
Chairperson of the Board of Directors	n/a		Brazil	
<u>Related Person</u>				
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza	013.255.636-76	Conedi Participações Ltda.	07.353.227/0001-60	Son or (1st degree by consanguinity)
General Partner	N/A		Brazil	
<u>Issuer's Manager</u>				
Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	Log Commercial	09.041.168/0001-10	

		Properties							
Chairperson of the Board of Directors	n/a			Brazil					
<u>Related Person</u>									
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia	040.415.096-96	Conedi Ltda.	Participações	07.353.227/0001-60	Son	or	(1st degree consanguinity)	by	
General Partner	N/A			Brazil					
<hr/>									
<u>Issuer's Manager</u>									
Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	Log Properties	Commercial	09.041.168/0001-10					
Chairperson of the Board of Directors	n/a			Brazil					
<u>Related Person</u>									
João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	013.436.666-27	Conedi Ltda.	Participações	07.353.227/0001-60	Son	or	(1st degree consanguinity)	by	
General Partner	N/A			Brazil					
<u>Note</u>									

7.6 Subordination, service provision, or control relationships

Identification	CPF (Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance) /CNPJ (National Register of Corporate Taxpayers)	Type of relationship between the Manager and the related person	Type of related person
Job/Position			

Fiscal Year 12/31/2024

Rubens Menin Teixeira de Souza

315.836.606-15

Control

Direct Controller

Chairperson of the Board of Directors

Related Person

MRV Engenharia e Participações

08.343.492/0001-20

Chairperson of the Board of Directors

Note

2024

Issuer's Manager

MARCELO MARTINS PATRUS

533.217.906-53

Subordination

Client

Member of the Board of Directors

Related Person

Patrus Transportes Urgentes Ltda.

17.463.456/0001-90

Chief Executive Officer

Note

2024

Issuer's Manager

Leonardo Guimarães Corrêa	275.939.836-68	Control	Direct Controller
---------------------------	----------------	---------	-------------------

Vice-Chairperson of the Board of Directors

Related Person

MRV Engenharia e Participações	08.343.492/0001-20
--------------------------------	--------------------

Member of the Board of Directors

Note

2024

Fiscal Year 12/31/2023

Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	Control	Direct Controller
--------------------------------	----------------	---------	-------------------

Chairperson of the Board of Directors

Related Person

MRV Engenharia e Participações	08.343.492/0001-20
--------------------------------	--------------------

Chairperson of the Board of Directors

Note

2023

Issuer's Manager

MARCELO MARTINS PATRUS	533.217.906-53	Subordination	Client
------------------------	----------------	---------------	--------

Member of the Board of Directors

Related Person

Patrus Transportes Urgentes Ltda. 17.463.456/0001-90

Chief Executive Officer

Note

2023

Issuer's Manager

Leonardo Guimarães Corrêa	275.939.836-68	Control	Direct Controller
---------------------------	----------------	---------	-------------------

Vice-Chairperson of the Board of Directors

Related Person

MRV Engenharia e Participações 08.343.492/0001-20

Member of the Board of Directors

Note

2023

Rubens Menin Teixeira de Souza

Fiscal Year 12/31/2022

Rubens Menin Teixeira de Souza	315.836.606-15	Control	Direct Controller
--------------------------------	----------------	---------	-------------------

Chairperson of the Board of Directors

Related Person

MRV Engenharia e Participações 08.343.492/0001-20

Chairperson of the Board of Directors

Note

2022

Issuer's Manager

MARCELO MARTINS PATRUS	533.217.906-53	Subordination	Client
------------------------	----------------	---------------	--------

Member of the Board of Directors

Related Person

Patrus Transportes Urgentes Ltda.	17.463.456/0001-90
-----------------------------------	--------------------

Chief Executive Officer

Note

2022

Issuer's Manager

Leonardo Guimarães Corrêa	275.939.836-68	Control	Direct Controller
---------------------------	----------------	---------	-------------------

Vice-Chairperson of the Board of Directors

Related Person

MRV Engenharia e Participações	08.343.492/0001-20
--------------------------------	--------------------

Member of the Board of Directors	Member of the Board of Directors	Member of the Board of Directors	Member of the Board of Directors
----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------

Note

2022

Rubens Menin Teixeira de Souza

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

State Registration (NIRE) 31.300.027.261

**MANAGEMENT PROPOSAL TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS'
MEETING
TO BE HELD ON APRIL 17, 2025**

EXHIBIT V

MANAGERS' COMPENSATION PROPOSAL
(as per Article 13, Item I, of CVM Resolution 81)

Managers' Compensation Proposal for 2025

The proposed global annual amount for the fiscal year 2025 for the compensation of the Company's officers, plus benefits, totals BRL 18,852,000.00, compared to BRL 16,894,000.00 for the fiscal year 2024.

The annual proposal is based on alignment with the compensation strategy for the Board of Directors and Executive Board with market benchmarks.

Amounts actually performed in 2024 vs. amounts proposed in 2024

(BRL thousand)		
Breakdown	2024 Proposal	2024 Performed
Total	BRL 16,894,000.00	BRL 16,182,063.63

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

State Registration (NIRE) 31.300.027.261

**MANAGEMENT PROPOSAL TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS'
MEETING
TO BE HELD ON APRIL 17, 2025**

EXHIBIT VI

INFORMATION ON MANAGERS' COMPENSATION

ITEM 8 OF THE REFERENCE FORM

(as per Article 13, Item II, of CVM Resolution 81)

8.1 Compensation policy or practice

a. objectives of the compensation policy or practice, informing whether the compensation policy has been formally approved, the body responsible for its approval, date of approval, and, if the issuer discloses the policy, locations on the worldwide computer network where the document may be verified

The Company's Managers' Compensation Policy was approved by the Board of Directors at a meeting held on November 16, 2018 and amended on March 29, 2019 ("Compensation Policy") and is available for consultation on the CVM websites (<http://www.cvm.gov.br>) and B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br/>) and on the Company's investor relations page (<http://ri.logcp.com.br/>), in the "*Governança Corporativa*" ("Corporate Governance") tab, and in the "*Políticas, Estatutos, Códigos e Regimentos*" ("Policies, Statutes, Codes and Regulations") icon and, finally, "*Política de Remuneração*" ("Compensation Policy").

The Compensation Policy establishes guidelines for setting the compensation and benefits granted to statutory and non-statutory Officers, members of the Board of Directors, members of the Fiscal Council and members of the statutory and non-statutory Committees established by the Company.

b. practices and procedures adopted by the board of directors to define the individual compensation of the board of directors and of the executive board, indicating:

i. the bodies and committees of the issuer that participate in the decision-making process, identifying how they participate

With the assistance of the Human Resources Committee for the evaluation and proposal of improvements to the policies for personnel development, training, compensation, benefits, incentives and talent retention, the following bodies participate in the decision-making process to define the individual compensation of the Company's officers: (i) the Shareholders' Meeting; and (ii) the Board of Directors, as indicated below,

Shareholders' Meeting

The Annual Shareholders' Meeting will define the overall annual compensation of the Company's Managers, and it shall be incumbent upon the Board of Directors to decide on the allocation thereof.

Board of Directors

The Board of Directors is responsible for (i) submitting to the Shareholders' Meeting the proposal for overall compensation of the members of the Board of Directors and the Fiscal Council (if installed); and (ii) distributing the total amount of the global compensation approved at the Shareholders' Meeting, individually, among the members of the Board of Directors and the Statutory Officers, also defining the individual compensation of the members of the advisory committees.

ii. **discretion and methodology used for the determination of individual compensation, indicating whether studies are used to verify market practices and if so, the discretion for comparison and the scope of such studies**

Board of Directors

The members of the Board of Directors are compensated in a manner compatible with their responsibilities, the time dedicated to their duties, their competence, professional reputation and the value of their services in the market. The elements of compensation and annual limits are defined at the Shareholders' Meeting. The adjustments take into account market research carried out with companies of the same size, from different sectors, operating in Brazil.

Executive Board pursuant to the Bylaws

The compensation of the Company's statutory Executive Board is set by the Shareholders' Meeting, and the members of the Board of Directors must determine its distribution, in accordance with functions and responsibilities and in compliance with the provisions of the Company's Bylaws and its shareholders' agreements. The compensation of the Company's statutory Executive Board considers the compensation of other executives in the commercial property industry, as well as the collective performance of the executive management team in achieving the Company's objective of increasing the value of its shares.

The Statutory Officers, in addition to the fixed monthly compensation paid as pro labore, receive a variable compensation linked to their performance and conditioned to the fulfillment of certain goals in their area. Options to purchase shares issued by us were also

granted, to be exercised within the terms and conditions stipulated in the Stock Option Plan.

Therefore, the compensation policy of our statutory executive board includes:

- (i) a base compensation and variable compensation, related to goals according to the position and area of the manager;
- (ii) an indirect compensation, represented by the benefits; and
- (iii) stock-based compensation, arising from the options granted under the Stock Option Plan. This policy reconciles short-, medium- and long-term goals.

The adjustments take into account market research carried out with companies of the same size, from different sectors, operating in Brazil. Based on this, the adjustments are analyzed by the Board of Directors and submitted for approval at the Shareholders' Meeting.

Executive Board not appointed pursuant to the Bylaws

The compensation practice seeks to hire and retain highly-qualified professionals in the company's management. The compensation policy of the Executive Board not provided for in the Articles is established according to the applicable legislation. All professionals are hired under the Consolidation of Labor Laws (CLT), focused on the search for results in the determination of the compensation of each officer. In addition, the members of the Executive Board have stock-based compensation, conferred under our Stock Option Plan.

Negotiations between the union of employees in companies that purchase, sell, rent and manage commercial and residential properties in Belo Horizonte and the metropolitan region agree on an annual salary increase (percentage or fixed) for the Company's workers. With regard to the non-statutory Executive Board, these agreements between unions are observed, however, the Company has the right to readjust each element of the total compensation if it deems it necessary.

- iii. **how often and how the Board of Directors assesses the adequacy of the issuer's compensation policy**

It shall be incumbent upon the Board of Directors to evaluate the adequacy of the Company's Compensation Policy and make amendments whenever necessary. These evaluations are made through market surveys conducted with companies of the same size, from different segments and operating in Brazil.

c) composition of the compensation, indicating:

i. description of the several elements that comprise the compensation, including, in relation to each of them:

- **its objectives and alignment with the issuer's short, medium and long-term interests**

Please find below the description of the elements that make up the compensation of the Members and its objectives: Each element of compensation plays a role in the short, medium and long term. As there is a strong link with results, the Company ensures sustainable compensation, without compromising any other investments.

Salary or compensation for work (base compensation): It corresponds to the base salary and aims at recognizing and reflecting the value of the position internally (Company) and externally (market).

Profit sharing (Variable compensation): It corresponds to the profit sharing and aims at rewarding employees for achieving and exceeding the goals of the Company, areas and individual goals, aligned with the budget, strategic planning and competition.

Benefits: It corresponds to life insurance, medical assistance and the private pension plan and aims to supplement social assistance benefits.

Stock-based compensation, including options (long-term incentives): It corresponds to the Stock Option Plan and aims at reinforcing employee retention and aligning interests with shareholders in the addition of value to the business in a sustainable and long-term manner. For more information on the Company's stock option plans, see item 8.4 of this Reference Form.

Post-employment compensation: It corresponds to the private pension plan and, like the benefits, aims to supplement private assistance and supplement retirement.

Board of Directors

The practice as to compensation for members of the Board of Directors includes fixed compensation.

Executive Board pursuant to the Bylaws

The compensation of the Company's statutory Executive Board is set by the Shareholders' Meeting, and the members of the Board of Directors must determine its distribution, in accordance with functions and responsibilities and in compliance with the provisions of the Company's Bylaws and its shareholders' agreements. The compensation of the Company's statutory Executive Board considers the compensation of other executives in the commercial property industry, as well as the collective performance of the executive management team in achieving our objective of increasing the value of our shares.

The Statutory Officers, in addition to the fixed monthly compensation paid as pro labore, receive a variable compensation linked to their performance and conditioned to the fulfillment of certain goals in their area. Options to purchase shares issued by us were also granted, to be exercised within the terms and conditions established in Plan III for Granting Stock Options, approved by the Company's Extraordinary Shareholders' Meeting held on April 19, 2022, with this Plan III being an evolution of the plan approved at the Shareholders' Meeting on April 16, 2020 (Plan II), with the relevant amendments also being valid for Plan I approved on that date ("Stock Option Plan").

Therefore, the compensation of the Executive Board comprises the following: (i) base compensation and variable compensation, related to goals according to the position and area of the manager; (ii) an indirect compensation, represented by the benefits; and (iii) stock-based compensation, arising from the options granted under the Stock Option Plan;

This policy reconciles short-, medium- and long-term goals.

Executive Board not appointed pursuant to the Bylaws

The compensation practice seeks to hire and retain highly-qualified professionals in the company's management. The compensation policy of the Executive Board not provided

for in the Articles is established according to the applicable legislation. All professionals are hired under the Consolidation of Labor Laws (CLT), focused on the search for results in the determination of the compensation of each Officer. In addition, the members of the Executive Board have stock-based compensation, conferred under the Company's Stock Option Plan.

Therefore, the compensation of the Executive Board not appointed pursuant to the Bylaws comprises the following: (i) base compensation and variable compensation, related to goals according to the position and area of the manager; (ii) an indirect compensation, represented by the benefits; and (iii) stock-based compensation, arising from the options granted under the Stock Option Plan;

Fiscal Council

The compensation of the members of the Fiscal Council was fixed by the Shareholders' Meeting that elected them, pursuant to the applicable legislation.

Committees

The members of the Audit Committee began to receive compensation for the performance of their duties as of the 2019 fiscal year. The compensation of the members of the Audit Committee will include only fixed compensation, without including any type of benefit, variable compensation, post-employment benefit, or even the right to participate in the Company's Stock Option Plan.

The members of the Company's other Committees do not receive compensation.

- **its proportion in the total compensation in the last 3 fiscal years**

The tables below show the proportions of each element in the composition of the total compensation of the Management, the Fiscal Council and the Advisory Committees:

Executive Board Bylaws			
	2022	2023	2024
Salary or compensation for work (base compensation):	38%	40%	41%
Profit sharing (Variable compensation)	29%	29%	27%
Benefits	2%	3%	4%

Share-based compensation	30%	27%	27%
Post-employment compensation	1%	1%	2%

Non Statutory Executive Board

	2022	2023	2024
Salary or compensation for work (base compensation):	58%	56%	56%
Profit sharing (Variable compensation)	23%	22%	21%
Benefits	4%	6%	7%
Share-based compensation	13%	14%	14%
Post-employment compensation	2%	2%	2%

Board of Directors

	2022	2023	2024
Salary or compensation for work (base compensation):	100%	100%	100%
Profit sharing (Variable compensation)	0%	0%	0%
Benefits	0%	0%	0%
Share-based compensation	0%	0%	0%
Post-employment compensation	0%	0%	0%

Fiscal Council

	2022	2023	2024
Salary or compensation for work (base compensation):	100.0%	100%	100%
Profit sharing (Variable compensation)	-	-	-
Benefits	-	-	-
Share-based compensation	-	-	-
Post-employment compensation	-	-	-

- calculation and adjustment methodology

Executive Board pursuant to the Bylaws

The elements of compensation and annual limits are defined at the Shareholders' Meeting. The adjustments take into account market research carried out with companies of the same size, from different sectors, operating in Brazil. Based on this, the adjustments are analyzed by the Board of Directors and submitted for approval at the Shareholders' Meeting.

Executive Board not appointed pursuant to the Bylaws

Negotiations between the union of employees in companies that purchase, sell, rent and manage commercial and residential properties in Belo Horizonte and the metropolitan region agree on an annual salary increase (percentage or fixed) for the company's

workers. With regard to the Non-Statutory Executive Board, these conventions between unions are followed. The Company may readjust each element of the total compensation if it deems it necessary.

Board of Directors

The elements of compensation and annual limits are defined at the Shareholders' Meeting. The adjustments take into account market research carried out with companies of the same size, from different sectors, operating in Brazil.

- **key performance indicators taken into account therein, including, where applicable, indicators linked to ESG issues**

The main performance indicators that the Company considers to determine the composition of the variable compensation and long-term compensation of the Managers are: Adjusted EBITDA margin, Adjusted FFO, Net income.

Regarding the monitoring of indicators for determining the variable compensation of Managers, the Company informs that this is carried out monthly, with the final calculation of results being made in the year following the fiscal year and approved by the Board of Directors. Each indicator has a specific weight which, when weighed, consolidates the total variable compensation.

Regarding the indicators applicable to share-based compensation, including options (long-term incentives), the Company informs that the definition of said compensation is based on individual and collective performance criteria, generation of value for the shareholder and potential for collaboration with the Company in the future and is approved by the Board of Directors in the following year.

ii. reasons that justify the composition of the compensation

The compensation paid to the Company's officers consists of an incentive to improve its management and retain executives, in accordance with the best market practices, in order to maximize the creation of value to the Company's business, through consistent and sustainable results, both in the medium and long term.

From a short-term outlook, the Company intends to achieve such alignment by means of wages and benefit packages compatible with the market. In the medium term, the Company aims to achieve such alignment through the payment of bonuses and participation in the Company's results to certain employees. In the long term, the Company seeks to retain qualified professionals by granting compensation based on our shares to eligible employees.

Thus, with this compensation composition, the Company seeks to encourage the improvement of our management and the retention of its executives, aiming to obtain gains through commitment to long-term results and short-term performance.

iii. the existence of members not compensated by the issuer and the reason for such fact

The members of the Company's Committees, with the exception of the members of the Audit Committee, do not receive specific compensation as a result of the position they hold in the respective Committees, as they are already compensated for other positions held in the Company.

Additionally, in the last 3 fiscal years, one of the members of the Board of Directors does not receive compensation by virtue of the position held, since he waived this compensation.

d) existence of compensation supported by subsidiaries, controlled companies, or controlling shareholders, directly or indirectly

As of the date of this Reference Form, there is no compensation received by the Company's officers that is supported by subsidiaries, controlled companies or direct or indirect controllers of the Company.

e) existence of any compensation or benefit bound to the occurrence of certain corporate event, such as disposal of the issuer's corporate control

There is no compensations or benefits linked to the occurrence of corporate events.

8.2 Total compensation per body

Total compensation projected for the current Fiscal Year 12/31/2025 - Annual Amounts				
	Board of Directors	Executive Board	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	4.00	3.00	14.00
Number of paid members	7.00	4.00	3.00	14.00
Explanation				
Annual fixed compensation				
Salary or compensation for work	3,240,000.00	5,510,000.00	413,250.00	9,163,250.00
Direct and indirect benefits		820,000.00		820,000.00
Participations in committees				-
Other	648,000.00	1,794,000.00	82,650.00	2,524,650.00
Description of other fixed compensations	INSS (Brazilian Institute of Social Security): As per the guidance of Official Letter/CVM/SEP/No. 01/2014 in item 8.2, the INSS value was shown in a segregated manner. The social security contribution paid to the INSS does not form part of the amount of the overall compensation of the Management proposed for approval by the AGM. The values shown in this table refer to information of a different nature from the global compensation limit for administrators proposed for approval at the AGM, given that the proposed amount does not include INSS charges that are the employer's responsibility, while the values shown in table 8.2, on the other hand, do.			
Variable compensation				

Bonus		3,460,000.00		3,460,000.00
Profit sharing				-
Participation in meetings				-
Commissions				-
Other				-
Description of other variable compensations		-	-	-
Post-employment				-
Cessation of office				-
Stock-based compensation (including options)		3,380.000.00		3,380,000.00
Note	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/ Anual-2025-CVM/SEP.	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/Anual-2025-CVM/SEP.	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/Anual -2025-CVM/SEP.	

Total compensation	3,888,000.00	14,964,000.00	495,900.00	19,374,900.00
-------------------------------	---------------------	----------------------	-------------------	----------------------

Total compensation for the Fiscal Year as of 12/31/2024 - Annual Amounts				
	Board of Directors	Executive Board	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	4.00	3.00	14.00
Number of paid members	6.00	4.00	3.00	13.00
Explanation				
Annual fixed compensation				
Salary or compensation for work	3,010,000.00	4,506,000.00	158,400.00	7,674,400.00
Direct and indirect benefits		594,493.28		594,493.28
Participations in committees				0.00
Other	602,000.00	1,497,210.87	31,680.00	2,130,890.87
Description of other fixed compensations	INSS (Brazilian Institute of Social Security): As per the guidance of OFFICIAL LETTER-CIRCULAR/CVM/SEP/No. 01/2014 in item 8.2, the INSS value was shown in a segregated manner. The social security contribution paid to the INSS does not form part of the amount of the overall compensation of the Management proposed for approval by the AGM. The values shown in this table refer to information of a different nature from the global compensation limit for administrators proposed for approval at the AGM, given that the proposed amount does not include INSS charges that are the employer's responsibility, while the values shown in table 8.2, on the other hand, do.			
Variable compensation				
Bonus		2,980,054.36		2,980,054.36
Profit sharing				0

Participation in meetings				0
Commissions				0
Other				0
Description of other variable compensations				
Post-employment				0
Cessation of office				0
Stock-based compensation (including options)		2,992,305.12		2,992,305.12
Note	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/Annual-2025-CVM/SEP.	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/Annual-2025-CVM/SEP.	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/Annual-2025-CVM/SEP.	
Total compensation	3,612,000.00	12,570,063.63	190,080.00	16,372,143.63

Total compensation for the Fiscal Year as of 12/31/2023 - Annual Amounts				
	Board of Directors	Executive Board	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	3.50	3.00	13.50
Number of paid members	6.00	3.50	3.00	12.50
Explanation				
Annual fixed compensation				
Salary or compensation for work	2,600,000.00	3,730,800.00	158,400.00	6,489,200.00
Direct and indirect benefits	0.00	394,963.00	0.00	394,963.00
Participations in committees	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	520,000.00	1,283,712.00	31,680.00	1,835,392.00
Description of other fixed compensations	-	-	-	
Variable compensation				
Bonus	0.00	2,687,758.00	0.00	2,687,758.00
Profit sharing	0.00	0.00	0.00	0.00
Participation in meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensations	-	-	-	
Post-employment	0.00	0.00	0.00	0.00
Cessation of office	0.00	0.00	0.00	0.00
Stock-based	0.00	2,526,060.00	0.00	2,526,060.00

compensation (including options)				
Note	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/Annual-2025-CVM/SEP.	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/Annual-2025-CVM/SEP.	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/Annual-2025-CVM/SEP.	
Total compensation	3,120,000.00	10,623,293.00	190,080.00	13,933,373.00

Total compensation for the Fiscal Year as of 12/31/2022 - Annual Amounts				
	Board of Directors	Executive Board	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	3.00	3.00	13.00
Number of paid members	5.33	3.00	3.00	11.33
Explanation				
Annual fixed compensation				
Salary or compensation for work	2,320,000.00	3,003,000.00	158,400.00	5,481,400.00
Direct and indirect benefits	0.00	273,654.76	0.00	273,654.76
Participations in committees	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	464,000.00	1,066,754.31	31,680.00	1,562,434.31
Description of other fixed compensations	-	-	-	
Variable compensation				
Bonus	0.00	2,330,771.55	0.00	2,330,771.55
Profit sharing	0.00	0.00	0.00	0.00
Participation in meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensations	-	-	-	
Post-employment	0.00	0.00	0.00	0.00
Cessation of	0.00	0.00	0.00	0.00

office				
Stock-based compensation (including options)	0.00	2,384,947.70	0.00	2,384,947.70
Note	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/Annual-2025-CVM/SEP.	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/Annual-2025-CVM/SEP.	The total number of members and the number of paid members of the Management and the Fiscal Council were calculated in accordance with the instructions contained in Official Letter Circular/Annual-2025-CVM/SEP.	
Total compensation	2,784,000.00	9,059,128.32	190,080.00	12,033,208.32

8.3 Variable compensation

Fiscal Year: 12/31/2025

	Board of Directors	Executive Board	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	4.00	3.00	14.00
Number of paid members	0.00	4.00	0.00	4.00
Explanation	The members of the Board of Directors were not entitled to variable compensation.		The members of the Fiscal Council were not entitled to variable compensation.	
IN RELATION TO THE BONUS				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	3,460,000.00	0.00	3,460,000.00
Amount provided for in the compensation plan, if the goals established were attained	0.00	3,460,000.00	0.00	3,460,000.00
Amount actually recognized in the fiscal year	0.00	0.00	0.00	0.00
IN RELATION TO PROFIT SHARING				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount provided for in the compensation plan, if the goals established were attained	0.00	0.00	0.00	0.00

Amount actually recognized in the fiscal year		0.00	0.00	0.00
---	--	------	------	-------------

Fiscal Year: 12/31/2024

	Board of Directors	Executive Board	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	4.00	3.00	14.00
Number of paid members	0.00	4.00	0.00	4.00
Explanation	The members of the Board of Directors were not entitled to variable compensation.		The members of the Fiscal Council were not entitled to variable compensation.	
IN RELATION TO THE BONUS				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	2,980,000.00	0.00	2,980,000.00
Amount provided for in the compensation plan, if the goals established were attained	0.00	2,980,000.00	0.00	2,980,000.00
Amount actually recognized in the fiscal year	0.00	2,980,054.36	0.00	2,980,054.36
IN RELATION TO PROFIT SHARING				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount provided for in the compensation plan, if the goals established were attained	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount actually recognized in the fiscal year	0.00	0.00	0.00	0.00

Fiscal Year: 12/31/2023

	Board of Directors	Executive Board	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	3.50	3.00	13.50
Number of paid members	0.00	3.50	0.00	3.50
Explanation	The members of the Board of Directors were not entitled to variable compensation.		The members of the Fiscal Council were not entitled to variable compensation.	
IN RELATION TO THE BONUS				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	2,690,000.00	0.00	2,690,000.00
Amount provided for in the compensation plan, if the goals established were attained	0.00	2,690,000.00	0.00	2,690,000.00
Amount actually recognized in the fiscal year	0.00	2,687,758.22	0.00	2,687,758.22
IN RELATION TO PROFIT SHARING				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount provided for in the compensation plan, if the goals established were attained	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount actually recognized in the fiscal	0.00	0.00	0.00	0.00

year				
------	--	--	--	--

Fiscal Year: 12/31/2022

	Board of Directors	Executive Board	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	3.00	3.00	13.00
Number of paid members	0.00	3.00	0.00	3.00
Explanation	The members of the Board of Directors were not entitled to variable compensation.		The members of the Fiscal Council were not entitled to variable compensation.	
IN RELATION TO THE BONUS				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	2,330,000.00	0.00	2,330,000.00
Amount provided for in the compensation plan, if the goals established were attained	0.00	2,330,000.00	0.00	2,330,000.00
Amount actually recognized in the fiscal year	0.00	2,330,771.55	0.00	2,330,771.55
IN RELATION TO PROFIT SHARING				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount provided for in the compensation plan, if the goals established were attained	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount actually recognized in the fiscal year	0.00	0.00	0.00	0.00

8.4 Share-based compensation plan

a) general terms and conditions

Stock Option Grant Plan

The Company approved the Stock Option Grant Plan at a Extraordinary Shareholders' Meeting held on November 17, 2010 ("Original Plan"), which was amended at the Extraordinary Shareholders' Meeting held on April 30, 2019 ("Plan I"), amended again at the Annual Shareholders' Meeting held on April 16, 2020 ("Plan II") and lastly at the Company's Extraordinary Shareholders' Meeting held on April 19, 2022 ("Plan III"). The Original Plan covered the equivalent of up to 5% of the total shares of the Company issued at the time of its approval, that is, up to 3,568,596 shares, which was changed in Plan II, as it covered up to 1,892,149 shares. Plan III covers up to 3,092,149 shares.

Within the scope of the Plan, the Board of Directors will from time to time create Stock Option Programs, which will define the persons eligible to receive the Plan's options, the number and type of Company shares that they will be entitled to subscribe to upon exercising the option, the subscription price, the maximum term for exercising the option, rules on the transfer of options and any restrictions on the shares received upon exercising the option.

The exercise price of the Stock Option Grant Plan will be equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions immediately preceding the grant date. Furthermore, the exercise price must be paid in the manner established in each Program and will be adjusted by the distribution of dividends. The Company's executives and employees, including those of directly or indirectly controlled companies, may be eligible to participate in the aforementioned plan, and the Company's Board of Directors will define those who will be eligible to participate in the Plan. If the employee's employment agreement or term of office is terminated by mutual agreement between the employee and the Company, all options granted to the beneficiary may be exercised within 90 days from the date of termination of the respective employment agreement or term of office, by means of written notice sent to the chairperson of the Board of Directors of the Company, and after such period, they will be cancelled.

In the event of (i) resignation or waiver or (ii) dismissal for cause or removal of a statutory officer for cause, as the case may be, the definition of for cause provided for in corporate legislation or for cause provided for in labor legislation, whichever is applicable, all options that have been granted to the beneficiary, whether or not they are eligible for exercise

according to the rules of the Plan, will be automatically terminated by operation of law, regardless of prior notice or compensation for any reason.

As a result of the reverse stock split approved at the Company's Extraordinary Shareholders' Meeting on February 6, 2017, in the proportion of 4 common shares for 1 common shares, the 3,568,596 shares covered by the Original Plan correspond to 892,149 shares after the reverse stock split, which changed the number of shares covered by Programs 1, 2, 3, 4 and 5.

(i) Program 1:

On June 8, 2011, "Program 1" was approved. Participation in this program includes, in addition to officers and senior managers, mid-level managers of the Company, who are elected by the Executive Board and approved by the Board of Directors. 280,000 options were granted at an exercise price of BRL 1.00, differing in the volume of options received and the period required for their exercise ("vesting"), of up to 5 years. On April 13, 2018, an extension of three additional years was granted from the original expiration date.

(ii) Program 2:

On June 28, 2012, "Program 2" was granted. Participation in this program includes, in addition to officers and senior managers of the Company, who are elected by the Executive Board and approved by the Board of Directors. 89,774 options were granted at an exercise price of BRL 5.59, differing in the volume of options received and the period required for their exercise ("vesting"), of up to 5 years. On April 13, 2018, an extension of three additional years was granted from the original expiration date.

(iii) Program 3:

On October 22, 2013, "Program 3" was approved. Participation in this program includes, in addition to officers and senior managers of hierarchy level of the Company, who are elected by the Executive Board and approved by the Board of Directors. 131,515 options were granted at an exercise price of BRL 7.51, differing in the volume of options received, but keeping the same period required for their exercise ("vesting"), of 5 years. Options may be exercised up to 3 years after the date of the last exercise. On April 13, 2018, an extension of three additional years was granted from the original expiration date.

(iv) Program 4:

On November 25, 2014, "Program 4" was approved. Participation in this program includes, in addition to officers and senior managers of mid-level of the Company, who are elected by the Executive Board and approved by the Board of Directors. 127,341 options were granted at an exercise price of BRL 7.51, with a 5-year term for their exercise; the options can be exercised up to 3 years after the vesting period. On April 13, 2018, an extension of three additional years was granted from the original expiration date.

(v) Program 5:

On December 15, 2015, "Program 5" was approved. Participation in this program includes, in addition to officers and senior managers of hierarchy level of the Company, who are elected by the Executive Board and approved by the Board of Directors. 110,841 options were granted at an exercise price of BRL 7.51, with a 5-year term for their exercise; the options can be exercised up to 3 years after the vesting period. On April 13, 2018, an extension of three additional years was granted from the original expiration date.

(vi) Program 6:

On April 16, 2018, "Program 6" was approved for officers and managers. The program covers 352,000 options at the exercise price of BRL 22.00, with a 5-year term for their exercise; the options can be exercised up to 3 years after the vesting period.

(vii) Program 7:

On September 6, 2019, "Program 7" was approved for Executives and/or certain employees of the Company and its subsidiaries (directly or indirectly controlled companies). The program covers 226,251 options at the exercise price of BRL 23.42, with a 5-year term for their exercise; the options can be exercised up to 3 years after the vesting period.

(viii) Program 8:

On June 26, 2020, "Program 8" was approved for Executives and/or certain employees of the Company and its subsidiaries (directly or indirectly controlled companies). The

program covers 653,216 options at the exercise price of BRL 21.62, with a 5-year term for their exercise; the options can be exercised up to 3 years after the vesting period.

(ix) Program 9:

On June 14, 2021, "Program 9" was approved for Executives and/or certain employees of the Company and its subsidiaries (directly or indirectly controlled companies). The program covers 338,074 options at the exercise price of BRL 30.22, with a 5-year term for their exercise; the options can be exercised up to 3 years after the vesting period.

The program was canceled by decision of the Board of Directors at a meeting held on December 1, 2021.

(x) Program 10:

On December 01, 2021, "Program 10" was approved for Executives and/or certain employees of the Company and its subsidiaries (directly or indirectly controlled companies). The program includes 338,074 options at an exercise price of BRL 24.17, with a 5-year term for their exercise; the options can be exercised up to 3 years after the vesting period.

To join the program, executives and/or certain employees of the Company and its subsidiaries (directly and indirectly controlled companies) were invited to acquire, if they so wish, the purchase options indicated in the Invitation Letter sent by the Company, in accordance with the terms set out in said Invitation Letter.

(xi) Program 11:

On July 29, 2022, "Program 11" was approved for Executives and/or certain employees of the Company and its subsidiaries (directly or indirectly controlled companies). The program covers 401,761 options at the exercise price of BRL 18.99, with a 5-year term for their exercise; the options can be exercised up to 3 years after the vesting period.

To join the program, executives and/or certain employees of the Company and its subsidiaries (directly and indirectly controlled companies) were invited to acquire, if they so wish, the purchase options indicated in the Invitation Letter sent by the Company, in accordance with the terms set out in said Invitation Letter.

(xii) Program 12:

On September 6, 2023, "Program 12" was approved for Executives and/or certain employees of the Company and its subsidiaries (directly or indirectly controlled companies). The program covers 527,430 options at the exercise price of BRL 16.85, with a 5-year term for their exercise; the options can be exercised up to 3 years after the vesting period.

To join the program, executives and/or certain employees of the Company and its subsidiaries (directly and indirectly controlled companies) were invited to acquire, if they so wish, the purchase options indicated in the Invitation Letter sent by the Company, in accordance with the terms set out in said Invitation Letter.

(xiii) Program 13:

On September 9, 2024, "Program 13" was approved for Executives and/or certain employees of the Company and its subsidiaries (directly or indirectly controlled companies). The program covers 554,703 options at the exercise price of BRL 21.02, with a 5-year term for their exercise; the options can be exercised up to 3 years after the vesting period.

To join the program, executives and/or certain employees of the Company and its subsidiaries (directly and indirectly controlled companies) were invited to acquire, if they so wish, the purchase options indicated in the Invitation Letter sent by the Company, in accordance with the terms set out in said Invitation Letter.

Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan

The Company will submit the Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan ("2025 Plan") for approval at the Annual and Extraordinary Shareholders' Meeting to be held on April 17, 2025.

The following shall be eligible for the granting of shares and incentives linked to shares and/or the granting of options under the 2025 Plan: managers and employees of the

Company or companies under its control and individuals who provide services to the Company or companies under its control ("Eligible Persons").

The Board of Directors will select, among the Eligible Persons determined in each of the Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs, at its sole discretion, the Beneficiaries who will be entitled to the granting of shares and/or share-linked incentives and/or options ("Beneficiaries").

The objective of the 2025 Plan is to allow the Beneficiaries chosen by the Board of Directors to receive shares as compensation, subject to certain conditions, with a view to: (a) with respect to Share and Share-Linked Incentive Programs: (i) encourage the Beneficiaries to feel like they "own" the Company; (a) to increase the capacity of attraction and retention of talents of the Company; and (iii) reinforce the culture of sustainable performance and the pursuit of skills development among Beneficiaries, aligning their interests with those of the Company's shareholders. (b) with respect to Stock Option Programs: (i) encourage the expansion, success and achievement of the Company's (and its subsidiaries') corporate objectives and greater alignment of the Beneficiaries, as shareholders of the Company; and (ii) promote the interests of the Company, through the long-term commitment of the Beneficiaries.

b) approval date and responsible body

Stock Option Grant Plan

The Company approved the Stock Option Grant Plan at a Extraordinary Shareholders' Meeting held on November 17, 2010 ("Original Plan"), which was amended at the Extraordinary Shareholders' Meeting held on April 30, 2019 ("Plan I"), amended again at the Annual Shareholders' Meeting held on April 16, 2020 ("Plan II") and lastly at the Company's Extraordinary Shareholders' Meeting held on April 19, 2022 ("Plan III").

Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan

The Company will submit the 2025 Plan for approval at the Annual and Extraordinary Shareholders' Meeting to be held on April 17, 2025.

c) maximum number of shares covered

Stock Option Grant Plan

The Original Plan covered the equivalent of 3,568,596 shares of the Company, which was changed in the Plan, as it covers up to 892,1492 shares.

As a result of the reverse stock split approved at the Company's Extraordinary Shareholders' Meeting on February 6, 2017, in the proportion of 4 common shares for 1 common shares, the 3,568,596 shares covered by the Original Plan correspond to 892,149 shares after the reverse stock split, which changed the number of shares covered by Programs 1, 2, 3, 4 and 5.

At the Annual Shareholders' Meeting held on April 16, 2020, the amendment to the Plan was approved to increase the number of options included in Plan I by 1,000,000, going from 892,149 to 1,892,149 stock options in total.

At the Extraordinary Shareholders' Meeting held on April 19, 2022, the amendment to the Plan was approved to increase the number of options included in Plan II by 1,200,000, going from 1,892,149 to 3,092,149 stock options in total.

Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan

The Shares, incentives and Options granted in the Share and Share-Linked Incentive Programs and/or Stock Option Programs, as the case may be, which may be established within the scope of the 2025 Plan, added to the options already granted and not exercised under the Original Plan, Plan I, Plan II and Plan III, may not exceed the limit of 4.3% of the shares of the subscribed and paid-in share capital of the Company. The limit is defined by the 2025 Plan and can only be changed by resolution at a Shareholders' Meeting.

d) maximum number of options to be granted

Stock Option Grant Plan

According to the Plan, the options will correspond to a maximum of 3,092,149 shares. The number and type of shares that will be delivered upon exercise of the option will be

defined in the invitation letter to be accepted with reference to the Program established by the Board of Directors.

Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan

See item "c" above.

e) share acquisition conditions

Stock Option Grant Plan

Participation in the said program includes officers, whether statutory and non-statutory, and senior managers. Our executives, including those of our subsidiaries, directly or indirectly, may also be eligible to participate in the aforementioned plan. The Board of Directors shall indicate, in accordance with the plan and for each program, those who will be eligible for the granting of the option, who shall be duly invited in writing to participate in the plan.

The exercise price must be paid in the manner established in each program, in accordance with the prices indicated in item 8.4. (f) below. The option may only be exercised under the terms of the plan and each program, during the term and periods set out therein. The person participating in the plan must be an active employee at the time of the exercise date.

Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan

The Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs that may be established under the Plan may be managed by the Board of Directors, with the assistance of the Company's Personnel Committee, and all decisions relating to the Plan and the Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs that may be established under the Plan must be approved by the Board of Directors.

The granting of incentives to each beneficiary will be done through the signature of a granting contract between the Company and the respective beneficiary. The signing of the contract related to each Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Program

will imply the acceptance of all the conditions of the Plan and the respective program by the beneficiary.

The Beneficiary will only have the rights and privileges inherent to the condition of shareholder from the moment (i) of the effective acquisition of the Shares as a consequence of the exercise of the Options, or (ii) of the transfer of full ownership of the Shares, and no shares will be delivered to the beneficiary unless all legal and regulatory requirements have been fully complied with by the beneficiary.

f) discretion for the definition of the acquisition or option price

Stock Option Grant Plan

The Original Plan provided that the exercise price of the option should be equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of each program. In this sense, all programs approved under the Original Plan provided for an exercise price based on the owners' equity value of the share at the time, as described below (programs 1 to 6). However, with the change to the plan approved at the Extraordinary Shareholders' Meeting held on April 30, 2019, the exercise price will be equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the date of the concession.

For reference, the Company presents below a description of the Programs as they were approved under the Original Plan. However, with the new Plan, the exercise price under these Programs will be based on the average of the thirty (30) trading sessions immediately prior to the date of the grant, under the terms described above.

As a result of the reverse stock split approved at the Company's Extraordinary Shareholders' Meeting on February 6, 2017, in the proportion of 4 common shares for 1 common shares, the 3,568,596 shares covered by the Original Plan correspond to 1,892,149 shares after the reverse stock split, which changed the number of shares covered by Programs 1, 2, 3, 4 and 5.

(i) Program 1:

The exercise price of the Stock Option Grant Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of the program, being BRL 1.00.

(ii) Program 2:

The exercise price of the Stock Option Grant Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of the program, being BRL 5.59.

(iii) Program 3:

The exercise price of the Stock Option Grant Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of the program, being BRL 7.51.

(iv) Program 4:

The exercise price of the Stock Option Grant Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of the program, being BRL 7.51.

(v) Program 5:

The exercise price of the Stock Option Grant Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of the program, being BRL 7.51.

(vi) Program 6:

The exercise price of the Original Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of the program, being BRL 22.00.

(vii) Program 7:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 23.42.

(viii) Program 8:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 21.62.

(ix) Program 9:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 30.22. The program was canceled by decision of the Board of Directors at a meeting held on December 1, 2021.

(x) Program 10:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 24.17.

(xi) Program 11:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 18.99.

(xii) Program 12

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 16.85.

(xiii) Program 13

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 21.02.

Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan

The issue price of the options for subscription or acquisition of shares will be determined by the Board of Directors, when approving the Stock Option Program(s).

g) criteria for the definition of the acquisition or exercise term

Stock Option Grant Plan

The options may be exercised annually and the plans have exercise terms consistent with the relevance of the employee and alignment with the plan's long-term objectives. Furthermore, the Board of Directors may extend (but not bring forward) the final deadline for exercising the option of the Programs in force.

Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan

Except for a resolution to the contrary by the Board of Directors, the right to exercise the Option will take place in the periods, percentages and conditions defined in each Stock Option Program.

The Options may be exercised in whole or in part during the term and periods set out in each Stock Option Program.

h) winding up method

Stock Option Grant Plan

The exercise of options grants the right to common shares of the Company, at the Exercise Price. After each exercise of the options, the shares will be made available to the holder. After each exercise of the options, the shares will be made available to the holder.

The shares subject to the options may be issued via a capital increase by the Company, or purchase options may be offered for the shares held in the Company's treasury, subject to prior approval by the CVM.

Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan

The final number of options attributed to the participant will be considered automatically exercised within the term established in the options contract and, at this time, the shares underlying the exercised options will be delivered to the Beneficiaries by the Company through the delivery of treasury shares, in compliance with the applicable regulations, or, if there are no treasury shares, through other methods that may be defined by the Board of Directors in each Stock Option Program.

No option will be delivered to Beneficiaries upon exercise of Options without full compliance with all requirements of applicable legislation or regulations.

i) restrictions on the transfer of shares

Stock Option Grant Plan

The holder of shares that were originally acquired under the Plan may not sell, transfer or dispose of such shares issued by the Company, as well as those that may be acquired by him/her by virtue of bonuses, splits, subscriptions or any other form of acquisition, provided that such rights have been granted to the acquirer of ownership of the shares subject to the plan, for the minimum lock-up period provided for in the Invitation Letter, where the terms and conditions of each option granted under the Plan will be set out.

The holder of the shares shall undertake not to present them as collateral, not to encumber them and not to establish any form of encumbrance on them.

The Company will record in the respective Share Transfer Book the restrictions on the sale of shares resulting from the exercise of options as provided for in the Plan.

After the restriction period provided for in the Plan, if any beneficiary intends, directly or indirectly, to dispose of or, in any way, transfer all or part of his/her shares to a third party, this beneficiary must notify the Company, in writing, specifying the name of the third party, the term, the payment conditions, the number of shares offered, as well as all other elements necessary for the Company to state, within a maximum period of thirty (30) days, whether it intends to exercise the preemptive right to acquire the beneficiary's shares under the same terms, conditions and term. If the Company does not exercise the preemptive right during the thirty (30) day period indicated above, the beneficiary will

have the right to sell the shares within ninety (90) days from the end of the term under terms and conditions no better than those offered to the Company.

Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan

The rules restricting the sale of shares and shares acquired as a result of the exercise of Options under the 2025 Plan will be determined by the Board of Directors when approving the Stock Option Program(s).

j) criteria and events that, when verified, will give rise to the suspension, amendment, or dissolution of the plan

Stock Option Grant Plan

If the number of shares outstanding in the Company is increased or decreased or if shares are exchanged for different types or classes as a result of stock bonuses, reverse splits or stock splits, appropriate adjustments will be made to the number of Shares in respect of which options have been granted and not yet exercised. Any adjustments to the options will be made without changing the purchase price of the total applicable to the unexercised portion of the option, but with a corresponding adjustment to the exercise price for each share or any unit of share covered by the option.

The Board of Directors will establish the rules applicable to cases of dissolution, conversion, merger, consolidation, spin-off or restructuring of the Company.

Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan

In the event that the number, type, and/or class of shares issued by the Company are changed due to splits, bonuses, capital increases, groupings, or conversions, the acquisition price, number, type, and/or class of shares subject to each incentive and/or Option in force, as the case may be, will be adjusted in the same proportion.

The Plan may be terminated by decision of the Company's Shareholders' Meeting at any time. The end of the Plan's term of effectiveness will not affect the effectiveness of the Shares, Options, and incentives still in force and the respective regulations of each Program.

k) effects of withdrawal of the manager from the issuer's bodies on their rights under share-based compensation plans

Stock Option Grant Plan

If the employee's employment agreement or term of office is terminated by mutual agreement between the employee and the Company, all options granted to the beneficiary may be exercised within 90 days from the date of termination of the respective employment agreement or term of office, by means of written notice sent to the chairperson of our Board of Directors, and after such period, they will be cancelled.

In the event of (i) resignation or waiver or (ii) dismissal for cause or removal of a statutory officer for cause, as the case may be, the definition of for cause provided for in corporate legislation or for cause provided for in labor legislation, whichever is applicable, all options that have been granted to the beneficiary, whether or not they are eligible for exercise according to the rules of the Plan, will be automatically terminated by operation of law, regardless of prior notice or compensation for any reason.

In the event of the beneficiary's death, his/her successors will have the right to exercise any unexercised options, regardless of compliance with periods of restriction on the sale of shares within the scope of the Program and even if the right to exercise has not yet been acquired, immediately and for the exercise period provided for in the respective Program.

In the event of retirement due to length of service or age, after sixty (60) years of age and provided that the provision of services ceases at the same time, the options whose exercise right (i) has not been acquired by that date will be cancelled; and (ii) has already been acquired by such date, may be exercised within ninety (90) days, counted from the date of termination of the respective employment agreement or term of office, upon written notice sent to the Chairperson of the Board of Directors, and after such period, they will be cancelled.

Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan

The Board of Directors and/or the Committee of the Company, as applicable, will have broad powers to define in each of the programs the rules, consequences and procedures relating to the maintenance or loss of rights relating to the Options and/or Shares and incentives by the Beneficiaries in the event of (i) contractual termination; (ii) death; (iii) permanent disability; (iv) retirement; or (v) dissolution and/or winding up of the Company.

8.5 Share-based compensation (Stock Options)

Fiscal Year: 12/31/2025

	Board of Directors	Executive Board	Total
Total number of members	7.00	4.00	4.00
Number of paid members	0.00	4.00	4.00
Potential dilution in case of exercise of all outstanding options	0.00	1.957%	1.957%
Explanation	The members of the Board of Directors will not be entitled to share-based compensation.		
WEIGHTED AVERAGE OPTION PRICE FOR EACH OF THE FOLLOWING GROUPS OF OPTIONS			
Outstanding at the beginning of the fiscal year	0.00	0.00	0.00
Lost and expired during the fiscal year	0.00	0.00	0.00
Exercised during the fiscal year	0.00	0.00	0.00

Fiscal Year: 12/31/2024

	Board of Directors	Executive Board	Total
Total number of members	7.00	4.00	4.00
Number of paid members	0.00	4.00	4.00
Potential dilution in case of exercise of all outstanding options	0.00	1.957%	1.957%
Explanation	The members of the Board of Directors will not be entitled to share-based compensation.		
WEIGHTED AVERAGE OPTION PRICE FOR EACH OF THE FOLLOWING GROUPS OF OPTIONS			
Outstanding at the beginning of the fiscal year	0.00	15.43	15.43
Lost and expired during the fiscal year	0.00	0.00	0.00
Exercised during the fiscal year	0.00	0.00	0.00

Fiscal Year: 12/31/2023

	Board of Directors	Executive Board	Total
Total number of members	7.00	3.50	3.50
Number of paid members	0.00	3.50	3.50
Potential dilution in case of exercise of all outstanding options	0.00	1.588%	1.588%
Explanation	The members of the Board of Directors will not be entitled to share-based compensation.		
WEIGHTED AVERAGE OPTION PRICE FOR EACH OF THE FOLLOWING GROUPS OF OPTIONS			
Outstanding at the beginning of the fiscal year	0.00	14.47	14.47
Lost and expired during the fiscal year	0.00	0.00	0.00
Exercised during the fiscal year	0.00	0.00	0.00

Fiscal Year: 12/31/2022

	Board of Directors	Executive Board	Total
Total number of members	7.00	3.00	3.00
Number of paid members	0.00	3.00	3.00
Potential dilution in case of exercise of all outstanding options	0.00	1.796%	1.796%
Explanation	The members of the Board of Directors will not be entitled to share-based compensation.		
WEIGHTED AVERAGE OPTION PRICE FOR EACH OF THE FOLLOWING GROUPS OF OPTIONS			
Outstanding at the beginning of the fiscal year	0.00	22.83	22.83
Lost and expired during the fiscal year	0.00	0.00	0.00
Exercised during the fiscal year	0.00	0.00	0.00

8.6 Granting of stock options

Given that the members of the Company's Board of Directors are not entitled to variable compensation, we provide below the pertinent information regarding the options held by the Statutory Executive Board:

Options Granted - fiscal year ended on December 31, 2025

	Executive Board
Total number of members	4.00
Number of paid members	4.00
Grant date	-
Number of options granted	-
Time for the options to become exercisable	Until 12/2029
Deadline for the exercise of the options	Until 12,2032
Restriction period for the transfer of shares received as a result of the exercise of options	3 months
Fair value of options on the grant date	7.79
Multiplying the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	3,583,400.00

Options Granted - fiscal year ended on December 31, 2024 (Program 13)

	Executive Board
Total number of members	4.00
Number of paid members	4.00
Grant date	-
Number of options granted	364,246

Time for the options to become exercisable	Until 12/2028
Deadline for the exercise of the options	12/29/2031
Restriction period for the transfer of shares received as a result of the exercise of options	3 months
Fair value of options on the grant date	9.24
Multiplying the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	3,365,633.04

Options Granted - fiscal year ended on December 31, 2023 (Program 12)

	Executive Board
Total number of members	3.50
Number of paid members	3.50
Grant date	-
Number of options granted	386,289
Time for the options to become exercisable	Until 12/2027
Deadline for the exercise of the options	12/29/2030
Restriction period for the transfer of shares received as a result of the exercise of options	3 months
Fair value of options on the grant date	7.57
Multiplying the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	2,924,207.73

Options Granted - fiscal year ended on December 31, 2022 (Program 11)

	Executive Board
Total number of members	3.00
Number of paid members	3.00
Grant date	07/29/2022
Number of options granted	284,357
Time for the options to become exercisable	Until 12/2026
Deadline for the exercise of the options	12/29/2029
Restriction period for the transfer of shares received as a result of the exercise of options	3 months

Fair value of options on the grant date	8.61
Multiplying the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	2,448,313.77

8.7 Outstanding options

The tables below present information on outstanding options granted under the Company's Stock Option Plan. Given that this program does not benefit the members of the Company's Board of Directors, we provide below the pertinent information regarding the outstanding options held by the Statutory Executive Board.

Options outstanding at the end of the fiscal year ended on 12/31/2024

Program 5	Board of Directors	Executive Board
Total number of members	7.00	4.00
Number of paid members	0.00	2.00
Options not yet exercisable		
Quantity	0.00	-
Date when they will become exercisable	0.00	-
Deadline for the exercise of the options	0.00	-
Time for restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	30.04
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	3.48
Exercisable options		
Quantity	0.00	15,136
Deadline for the exercise of the options	0.00	12/31/2025
Term of restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	30.04
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	3.48
Fair value of the total of options on the last day of the fiscal year	0.00	52,673

Program 6	Board of Directors	Executive Board
Total number of members	7.00	4.00
Number of paid members	0.00	2.00
Options not yet exercisable		
Quantity	0.00	-
Date when they will become exercisable	0.00	-
Deadline for the exercise of the options	0.00	-
Time for restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	22.00
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	4.66
Exercisable options		
Quantity	0.00	-
Deadline for the exercise of the options	0.00	04/30/2025
Time for restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	22.00
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	4.66
Fair value of the total of options on the last day of the fiscal year	0.00	-

Program 7	Board of Directors	Executive Board
Total number of members	7.00	4.00
Number of paid members	0.00	2.00
Options not yet exercisable		
Quantity	0.00	-
Date when they will become exercisable	0.00	-
Deadline for the exercise of the options	0.00	-

Time for restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	23.42
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	4.76
Exercisable options		
Quantity	0.00	-
Deadline for the exercise of the options	0.00	12/31/2026
Time for restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	23.42
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	4.76
Fair value of the total of options on the last day of the fiscal year	0.00	-

Program 8	Board of Directors	Executive Board
Total number of members	7.00	4.00
Number of paid members	0.00	2.00
Options not yet exercisable		
Quantity	0.00	300,000
Date when they will become exercisable	0.00	Up to 2029
Deadline for the exercise of the options	0.00	12/2027 and 12/2032
Time for restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	21.62
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	11.83 and 12.66
Exercisable options		
Quantity	0.00	-

Deadline for the exercise of the options	0.00	12/31/2027 and 12/31/2032
Term of restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	21.62
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	11.83 and 12.66
Fair value of the total of options on the last day of the fiscal year	0.00	-

Program 10	Board of Directors	Executive Board
Total number of members	7.00	4.00
Number of paid members	0.00	3.00
Options not yet exercisable		
Quantity	0.00	141,586
Date when they will become exercisable	0.00	Up to 2025
Deadline for the exercise of the options	0.00	12/2028
Time for restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	24.17
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	7.51
Exercisable options		
Quantity	0.00	-
Deadline for the exercise of the options	0.00	12/29/2028
Term of restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	24.17
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	7.51
Fair value of the total of options on the last day of the fiscal year	0.00	-

Program 11	Board of Directors	Executive Board
Total number of members	7.00	4.00
Number of paid members	0.00	3.00
Options not yet exercisable		
Quantity	0.00	199,046
Date when they will become exercisable	0.00	Up to 2026
Deadline for the exercise of the options	0.00	12/2029
Time for restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	18.99
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	8.61
Exercisable options		
Quantity	0.00	-
Deadline for the exercise of the options	0.00	12/29/2029
Term of restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	18.99
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	8.61
Fair value of the total of options on the last day of the fiscal year	0.00	-

Program 12	Board of Directors	Executive Board
Total number of members	7.00	4.00
Number of paid members	0.00	4.00
Options not yet exercisable		
Quantity	0.00	309,031
Date when they will become exercisable	0.00	Up to 2027
Deadline for the exercise of the options	0.00	12/2030

Time for restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	16.85
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	7.57
Exercisable options		
Quantity	0.00	4,539
Deadline for the exercise of the options	0.00	12/29/2030
Term of restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	16.85
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	7.57
Fair value of the total of options on the last day of the fiscal year	0.00	34,360

Program 13	Board of Directors	Executive Board
Total number of members	7.00	4.00
Number of paid members	0.00	4.00
Options not yet exercisable		
Quantity	0.00	327,822
Date when they will become exercisable	0.00	Up to 2028
Deadline for the exercise of the options	0.00	12/2031
Time for restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	21.02
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	9.24
Exercisable options		
Quantity	0.00	9,355
Deadline for the exercise of the options	0.00	12/29/2031

Term of restriction on the transfer of shares	0.00	n/a
Weighted average price of the fiscal year	0.00	21.02
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	0.00	9.24
Fair value of the total of options on the last day of the fiscal year	0.00	86,440

8.8 Options exercised and shares delivered

Given that the members of the Company's Board of Directors are not entitled to variable compensation, we provide below the pertinent information regarding the options held by the Statutory Executive Board:

Exercised options - fiscal year ended on 12/31/2024

	Executive Board
Total number of members	4.00
Number of paid members	4.00
Number of options	352,089
Weighted average price of the fiscal year	15.38
Weighted average market price of the shares related to the options exercised	18.18
Multiplication of the total number of options exercised by the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price of the shares related to the options exercised	985,849.20

Exercised options - fiscal year ended on 12/31/2023

	Executive Board
Total number of members	3.50
Number of paid members	3.50
Number of options	621,829
Weighted average price of the fiscal year	13.69
Weighted average market price of the shares related to the options exercised	24.17

Multiplication of the total number of options exercised by the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price of the shares related to the options exercised	6,516,767.92
--	--------------

Exercised options - fiscal year ended on 12/31/2022

	Executive Board
Total number of members	4.00
Number of paid members	3.00
Number of options	15,349
Weighted average price of the fiscal year	22.36
Weighted average market price of the shares related to the options exercised	25.30
Multiplication of the total number of options exercised by the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price of the shares related to the options exercised	45,126.06

8.9 Potential dilution due to share grant

Not applicable, given that, on the date of this Reference Form, the Company does not have a restricted shares plan.

8.10 Granting of Shares

Not applicable, given that, on the date of this Reference Form, the Company does not have a restricted shares plan.

8.11 Shares delivered

Not applicable, given that, on the date of this Reference Form, the Company does not have a restricted shares plan.

8.12 Shares/options pricing

a) pricing model

The values of the share compensation plan were estimated using the Black and Scholes model. This model takes into account the value of the underlying asset, exercise price, time until exercise, probability of the option being exercised, volatility and weighted interest rate for the period of each batch of options based on the DI rate published by B3. It is worth noting that the time to be exercised was measured according to the management's decision and considers the end of the vesting period as the basis for the calculation, that is, the options are calculated with a fixed exercise period of five years.

b) data and assumptions used in the pricing model, including the weighted average share price, Exercise price, expected volatility, option term, expected dividends and risk-free interest rate

Exercise price

(i) Program 1:

The exercise price of the Stock Option Grant Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of each program, being BRL 1.00 until February 2017 and BRL 4.00 after approval of the reverse stock split.

(ii) Program 2:

The exercise price of the Stock Option Grant Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of the program, being BRL 5.59 until February 2017 and BRL 22.36 after approval of the reverse stock split.

(iii) Program 3:

The exercise price of the Stock Option Grant Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval

of the program, being BRL 7.51 until February 2017 and BRL 30.04 after approval of the reverse stock split.

(iv) Program 4:

The exercise price of the Stock Option Grant Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of the program, being BRL 7.51 until February 2017 and BRL 30.04 after approval of the reverse stock split.

(v) Program 5:

The exercise price of the Stock Option Grant Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of the program, being BRL 7.51 until February 2017 and BRL 30.04 after approval of the reverse stock split.

(vi) Program 6:

The exercise price of the Stock Option Grant Plan is equivalent to the owners' equity value of the share determined by the Board of Directors at the time of resolution and approval of the program, being BRL 22.00.

(vii) Program 7:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 23.42.

(viii) Program 8:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 21.62.

(ix) Program 9:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 30.22.

The program was canceled by decision of the Board of Directors at a meeting held on December 1, 2021.

(x) Program 10:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 24.17.

(xi) Program 11:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 18.99.

(xii) Program 12:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 16.85.

(xiii) Program 13:

The exercise price is equivalent to the average of the thirty (30) trading sessions exactly prior to the grant date, being BRL 21.02.

Weighted average share price

The weighted average market price of shares exercised in the year ended December 31, 2024, considering the exercise date, was BRL 18.18.

Expected volatility

Program 3	Program 4	Program 5	Program 6	Program 7	Program 8	Program 10	Program 11	Program 12	Program 13
36.56%	27.17%	26.73%	29.38%	30.86%	39.97%	37.48%	39.21%	38.14%	37.74%

Lifetime of the option

The period required to exercise the options is 5 years, and they can be exercised up to 3 years after the vesting period.

Risk-free interest rate

For the risk-free rate, an average of the future CDI rates for the maximum exercise period of each tranche of the plans was considered, given by B3 projection.

Expected Dividends

Program 3	Program 4	Program 5	Program 6	Program 7	Program 8	Program 10	Program 11	Program 2	Program 13
5.00%	5.00%	6.02%	5.00%	4.00%	4.00%	4.00%	4.00%	4.00%	4.00%

c) method used and the assumptions made to incorporate the expected effects of early exercise

We do not incorporate the expected effects of early exercise, considering that the Stock Option Grant Plan does not provide for early exercise of the right to exercise, except in the event of the death of the beneficiary.

d) form of determination of expected volatility

The expected volatility was calculated based on the Company's historical average, companies in the same sector and data from B3.

e) if any other characteristic of the option was incorporated in the measurement of its fair value

All characteristics used in measuring the fair value of options are described above.

8.13 Interests held by body

Fiscal year ended on December 31, 2024

Log Commercial Properties e Participações S.A.			
Body	Securities	Quantity	Percentage
Board of Directors	Common Shares	1,984,175	2.26%
Executive Board	Common Shares	519,763	0.59%
Fiscal Council	Common Shares	–	–
Total	Common Shares	2,503,938	2.85%

8.14 Pension plans

	Board of Directors	Executive Board
Total number of members	7.00	4.00
Number of paid members	0.00	4.00
Plan Name	N/A	Icatu
Number of managers in a position to retire	0.00	0.00
Conditions for early retirement	N/A	To have access to retirement, you must be at least 60 years old and have contributed to the plan for 5 years.
Updated accumulated value of contributions accumulated up to the end of the last fiscal year, discounting the portion relating to contributions made directly by administrators	BRL 0.00	BRL 171,666.00
The accumulated aggregate amount of contributions made during the last fiscal year, less the portion corresponding to contributions made directly by the managers	BRL 0.00	BRL 171,666.00

Possibility of early redemption and conditions	N/A	<p>Access to the balance formed by Log contributions only occurs upon termination and is directly related to the time of contribution to the plan, as per the table below:</p> <table><tr><th>Tempo de Contribuição ao Plano (em meses)</th><th>% do Saldo da Contribuição Empresa</th></tr><tr><td>Menor que 36 meses</td><td>0%</td></tr><tr><td>Maior ou igual à 36 meses e Menor que 60 meses</td><td>35%</td></tr><tr><td>Maior ou igual à 60 meses e Menor que 84 meses</td><td>70%</td></tr><tr><td>Maior ou igual à 84 meses</td><td>100%</td></tr></table>	Tempo de Contribuição ao Plano (em meses)	% do Saldo da Contribuição Empresa	Menor que 36 meses	0%	Maior ou igual à 36 meses e Menor que 60 meses	35%	Maior ou igual à 60 meses e Menor que 84 meses	70%	Maior ou igual à 84 meses	100%
Tempo de Contribuição ao Plano (em meses)	% do Saldo da Contribuição Empresa											
Menor que 36 meses	0%											
Maior ou igual à 36 meses e Menor que 60 meses	35%											
Maior ou igual à 60 meses e Menor que 84 meses	70%											
Maior ou igual à 84 meses	100%											

Key:

Tempo de Contribuição do Plano (em meses)	-	Plan Contribution Time (in months)
% do Saldo da Contribuição Empresa	-	% of Company Contribution Balance
Menor que 36 meses	-	Less than 36 months
Maior ou igual à 35 meses e Menor que 60 meses	-	Greater than or equal to 35 months and Less than 60 months
Maior ou igual à 60 meses e Menor que 84 meses	-	Greater than or equal to 60 months and Less than 84 months
Maior ou igual à 84 meses	-	Greater than or equal to 84 months

8.15 Minimum, average and maximum compensation

Annual amounts

	Executive Board			Board of Directors			Fiscal Council		
	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022
Number of members	4.00	3.50	3.00	7.00	7.00	7.00	3.00	3.00	3.00
Number of paid members	4.00	3.50	3.00	6.00	6.00	5.33	3.00	3.00	3.00
Amount of the highest compensation (BRL)	6,315,400	5,956,777	5,558,320	2,400,000	2,000,000	1,800,000	52,800	52,800	52,800
Lowest compensation value (BRL)	1,441,194	1,263,295	1,102,539	120,000	120,000	120,000	52,800	52,800	52,800
Average compensation value (BRL)	2,768,213	2,668,452	2,664,125	501,667	433,333	435,272	52,800	52,800	52,800

Notes and clarifications

	Executive Board	
	Note	Explanation
12/31/2024	N/A	
12/31/2023	N/A	
12/31/2022	N/A	

	Board of Directors	
	Note	Explanation
12/31/2024	Managers who held the position for less than 12 months were excluded from the minimum compensation calculations. Permanence in the position of the member with the highest compensation: 12 months.	
12/31/2023	Managers who held the position for less than 12 months were excluded from the minimum compensation calculations. Permanence in the position of the member with the highest compensation: 12 months.	
12/31/2022	Managers who held the position for less than 12 months were excluded from the minimum compensation calculations. Permanence in the position of the member with the highest compensation: 12 months.	

	Fiscal Council
--	----------------

	Note	Explanation
12/31/2024	N/A	
12/31/2023	N/A	
12/31/2022	N/A	

8.16 Compensation/indemnity mechanisms

The Company has a post-employment benefit plan, the private pension plan for the Statutory Executive Board, detailed in item 8.14 of this form.

8.17 Percentage of related parties in compensation

Not applicable, given that in the last 3 fiscal years and in the current fiscal year, the Company does not have members of the Board of Directors, the Statutory Executive Board or the Supervisory Committee who were parties related to the controllers.

8.18 Compensation - Other functions

Not applicable, given that in the last 3 fiscal years and in the current fiscal year, the Company's officers and members of the Fiscal Council did not receive any compensation for any reason other than the position they hold.

8.19**Recognized compensation of the controller/subsidiary**

In the last 3 fiscal years and in the current fiscal year, there was no payment of compensation to officers and members of the Company's Fiscal Council recognized in the result of direct or indirect controllers of companies under common control and subsidiaries of the Company.

8.20 Other relevant information

Regarding the overall compensation of managers (item 8.2)

In previous years and, as provided in item 8.2, the Company has always presented information regarding the overall compensation of officers, both in relation to management proposals submitted to the Company's shareholders' meetings and in relation to other information presented to investors, without considering the value of social security charges provided for by the National Institute of Social Security - INSS ("INSS"). The Company has undertaken, as of the 2019 fiscal year, to present in the management proposal to be submitted to the Company's general shareholders' meeting a change in the disclosure policy, starting to present in the "others" account the information related to the global compensation of its officers with the inclusion of the amounts corresponding to the INSS.

Regarding share-based compensation (item 8.5)

The weighted average exercise price, as reported in item 8.5, represents the average of the stock option programs in effect in each fiscal year. The average exercise price for each Program is detailed in the tables below.

[illegible]

[illegible][illegible]

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

State Registration (NIRE) 31.300.027.261

**MANAGEMENT PROPOSAL TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING
TO BE HELD ON APRIL 17, 2025**

EXHIBIT VII

**REPORT DETAILING THE HIGHLIGHTED PROPOSED CHANGES, THE ORIGIN AND JUSTIFICATION OF THE PROPOSED CHANGES, AND ANALYZING THEIR
LEGAL AND ECONOMIC EFFECTS**

(as per Article 12, Item II, of CVM Resolution 81)

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>ARTICLE 4 - The corporate object of the Company is: (i) the management of its own assets and those of third parties; (ii) the provision of engineering and residential and/or commercial property construction services; (iii) the merger, construction, sale, leasing, and related services, including real estate consulting on, owned or third-party, residential and/or commercial properties; and (vi) holding of interest in other companies as a member or shareholder.</p>	<p>ARTICLE 4 - The corporate object of the Company is: (i) the management of its own assets and those of third parties; (ii) the provision of engineering and residential and/or commercial property construction services; (iii) the merger, construction, sale, leasing, and related services, including real estate consulting on, owned or third-party, residential and/or commercial properties; <u>(iv) intermediation in the supply of goods and services in the commercial real estate segment;</u> and (iv) the holding of interest in other companies, as partner or shareholder.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Incorporation into the Company's corporate object of an activity related to its main business. The activity in subitem (iv) refers to the "Log Shop," an intermediary activity in the supply of goods and services in the commercial real estate segment between lessees and suppliers, without any distortion or substantial change in the core activity developed by the Company.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself. It is worth clarifying that the amendment does not alter the Company's corporate purpose and, therefore, there is no need to discuss any possible right of withdrawal for Shareholders.</p>
<p>ARTICLE 9</p> <p>(...)</p> <p>Paragraph 1 - Shareholders' Meetings shall be convened at least fifteen (15) calendar days in</p>	<p>ARTICLE 9</p> <p>(...)</p> <p>Paragraph 1 - The Shareholders' Meetings shall be convened <u>by the Chairperson of the Board of</u></p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Drafting adjustments to grant the Chairperson of the Board of Directors the authority to call the Company's Shareholders' Meetings, as well as to mention the form and deadlines provided for in the</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>advance, and chaired by the Chairperson of the Board of Directors, or by whoever he designates. In the absence of the Chairperson, the Shareholders' Meeting shall be chaired by the Vice-Chairperson of the Board of Directors, or by whoever the Vice-Chairperson designates. The chairperson of the Shareholders' Meeting will select one person in attendance to act as secretary.</p>	<p><u>Directors in the manner and within the timeframes provided for by law</u>at least fifteen (15) calendar days in advance and <u>shall</u> be presided over by the Chairperson of the Board of Directors or by whoever he designates. In the absence of the Chairperson, the Shareholders' Meeting shall be chaired by the Vice-Chairperson of the Board of Directors, or by whoever the Vice-Chairperson designates. The chairperson of the Shareholders' Meeting will select one person in attendance to act as secretary.</p>	<p>applicable regulations regarding the calling of Shareholders' Meetings.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 10 - The minutes of the Shareholders' Meetings may be drawn up as a summary of the facts that occurred, including dissents and challenges, containing the transcription of the resolutions taken, in compliance with the provisions of Paragraph 1 of Article 130 of the Law of Corporations.</p>	<p>ARTICLE 10 - The minutes of the Shareholders' Meetings may be drawn up as a summary of the facts occurred, including dissents and challenges, containing the transcription of the resolutions taken, in compliance with the provisions of Paragraph 1 of Article 130 of the Law of Corporations.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Simple editorial adjustments to reference applicable regulations.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 11 - The Shareholders' Meeting of the Company shall have the powers to decide on the following matters:</p> <p>(...)</p>	<p>ARTICLE 11 - The Shareholders' Meeting of the Company shall have the powers to decide on the following matters, <u>in addition to those provided for by law:</u></p> <p>(...)</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Inclusion of the powers of the Shareholders' Meeting to provide for the power to set the overall compensation of the members of the Management and the Fiscal Council, if installed, in line with the provisions of articles 152 and 162, paragraph 3 of</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>(c) review of the managers' accounts; review, discussion and resolution on the financial statements submitted by management bodies;</p> <p>(d) issuance of any security, including, but not limited to, shares, warrants, and stock options, except for the issuance of debentures, pursuant to article 59, paragraphs 1 and 2, of the Law of Corporations, and articles 6, paragraph 2, and 23, "s", of these Bylaws, which resolution shall be the responsibility of the Board of Directors;</p> <p>(e) suspension of the exercise of any right provided for in these Bylaws;</p> <p>(f) appraisal and checking of the assets used by the shareholders to increase the Company's capital stock;</p> <p>(g) conversion, consolidation, spin-off, merger or similar commercial operation involving the Company; its winding up and liquidation, and the election and removal of liquidators and approval of their accounts;</p> <p>(h) filing for bankruptcy or court-supervised reorganization or out-of-court reorganization of the Company by the Company's Officers or its liquidation or winding up;</p> <p>(i) reduction of the mandatory minimum dividend or distribution of dividends in amounts other than those provided for in the Company's Bylaws, and payment of interest on shareholders' equity or the making of withholdings;</p>	<p><u>(c) set the annual overall compensation of the members of the Board of Directors and of the Executive Board, as well as of the members of the Fiscal Council, if installed;</u></p> <p>(c)(d) review of the managers' accounts;</p> <p>(d)(e) review, discussion and resolution on the financial statements submitted by management bodies;</p> <p>(e)(f) issuance of any security, including, but not limited to, shares, warrants, and stock options, except for the issuance of debentures, pursuant to article 59, paragraphs 1 and 2, of the Law of Corporations, and articles 6, paragraph 2, and 23, "s", of these Bylaws, which resolution shall be the responsibility of the Board of Directors;</p> <p>(f)(g) suspension of the exercise of any right provided for in these Bylaws;</p> <p>(g)(h) appraisal and checking of the assets used by the shareholders to increase the Company's capital stock;</p> <p>(h)(i) conversion, consolidation, spin-off, merger or similar commercial operation involving the Company; its winding up and liquidation, and the election and removal of liquidators and approval of their accounts;</p> <p>(i)(j) filing for bankruptcy or court-supervised reorganization or out-of-court reorganization of the Company by the Company's Officers or its liquidation or winding up;</p>	<p>the Brazilian Corporations Law, as well as renumbering the subitems of the aforementioned article.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>(j) constitution of reserves, funds or accounting provisions that have an impact on the rights and interests of shareholders;</p> <p>(k) involvement of the Company in businesses not related to its corporate purpose;</p> <p>(l) the creation, implementation, amendment or approval of any option or participation based on the Company's compensation and benefit plans, programs and policies, or approval of grants according to plans based on existing participation or option; and</p> <p>(m) waiver of the holding of a tender offer (OPA) for withdrawal from the Novo Mercado.</p>	<p>(j)(k) reduction of the mandatory minimum dividend or distribution of dividends in amounts other than those provided for in the Company's Bylaws, and payment of interest on shareholders' equity or the making of withholdings;</p> <p>(k)(l) constitution of reserves, funds or accounting provisions that have an impact on the rights and interests of shareholders;</p> <p>(l)(m) involvement of the Company in businesses not related to its corporate purpose;</p> <p>(m)(n) the creation, implementation, amendment or approval of any option or interest based on the Company's compensation and benefit plans, programs and policies, or approval of grants according to plans based on existing participation or option; and</p> <p>(n)(o) waiver of the holding of a tender offer (OPA) for withdrawal from the Novo Mercado.</p>	
<p>ARTICLE 12 - The resolutions of the Shareholders' Meetings, subject to the exceptions under the Law of Corporations, shall be taken by absolute majority of votes, blank votes not counted.</p>	<p>ARTICLE 12 - The resolutions of the Shareholders' Meetings, subject to the exceptions under the Law of Corporations, shall be taken by absolute majority of votes <u>of those present</u>, blank votes not counted.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Simple wording adjustments.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>ARTICLE 13 - The approval of shareholders representing at least one-half of the voting shares is required for resolutions on the matters described in article 136 of the Law of Corporations.</p>	<p>ARTICLE 13 - The approval of shareholders representing at least one-half of the voting shares is required for resolutions on the matters described in article 136 of the Law of Corporations.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Exclusion of the article given that the aforementioned provision regarding the qualified quorum is already provided for in article 136 of the Brazilian Corporation Law.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 14 The Company shall be managed by a Board of Directors and an Executive Board, pursuant to the powers conferred on them by the applicable legislation and these Bylaws.</p>	<p>ARTICLE 134 The Company shall be managed by a Board of Directors and an Executive Board, pursuant to the powers conferred on them by the applicable legislation and these Bylaws.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 15 - The investiture of the members of the Board of Directors, incumbent and alternate, and of the Executive Board, will be conditional of the signature of an Instrument of Investiture, which</p>	<p>ARTICLE 145 - The investiture of the members of the Board of Directors, incumbent and alternate, and of the Executive Board, will be conditional of the signature of an Instrument of Investiture, which</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Compensation provided for in article and cross-reference adjustment.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
shall include their subjection to the arbitration clause set forth in article 48 of these Bylaws.	shall include their subjection to the arbitration clause set forth in Article 48 ⁴⁵ of these Bylaws.	<p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
ARTICLE 16 The Annual Shareholders' Meeting will define the overall annual compensation of the Company's managers, and it shall be incumbent upon the Board of Directors to decide on the allocation thereof.	ARTICLE 16 ⁵ The Annual Shareholders' Meeting will define the overall annual compensation of the Company's managers, and it shall be incumbent upon the Board of Directors to decide on the allocation thereof.	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
ARTICLE 17 The Board of Directors shall be composed of at least three (3) and at most nine (9) incumbent members, and at least one (1), and at most nine (9) alternate members, all elected and removable by the Shareholders' Meeting, and whose terms of office shall be unified and have a duration of two (2) years as from the date of election, reelection allowed.	ARTICLE 17 ⁶ The Board of Directors shall be composed of at least three (3) and at most nine (9) incumbent members, and at least one (1), and at most nine (9) alternate members, all elected and removable by the Shareholders' Meeting, and whose terms of office shall be unified and have a duration of two (2) years as from the date of election, reelection allowed.	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Proposed amendment to exclude the alternate members in the Board of Directors in order to restructure the body to meet the complexity of the Company's business structure.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The proposed amendment aims to reinforce the premises of transparency and make the Company's governance clearer, more objective, and simpler.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>ARTICLE 18 The Board of Directors shall have one (1) Chairperson and one (1) Vice-Chairperson, who shall be elected by an absolute majority of the votes of those attending the first meeting of the Board of Directors held immediately after the investiture of said members, or whenever there is a vacancy of said positions. In the event of absence or temporary impediment of the Chairperson of the Board of Directors, the Vice-Chairperson shall take over the duties of the Chairperson. In the event of absence or temporary impediment of the Vice-Chairperson of the Board of Directors, the duties of the Chairperson shall be performed by another member of the Board of Directors chosen by a majority vote of the other members of the Board of Directors, with the chairperson of the meeting being responsible for appointing the secretary.</p>	<p>ARTICLE 187 The Board of Directors shall have one (1) Chairperson and one (1) Vice-Chairperson, who shall be elected by an absolute majority of the votes of those attending the first meeting of the Board of Directors held immediately after the investiture of said members, or whenever there is a vacancy of said positions. In the event of absence or temporary impediment of the Chairperson of the Board of Directors, the Vice-Chairperson shall take over the duties of the Chairperson. In the event of absence or temporary impediment of the Vice-Chairperson of the Board of Directors, the duties of the Chairperson shall be performed by another member of the Board of Directors chosen by a majority vote of the other members of the Board of Directors, with the chairperson of the meeting being responsible for appointing the secretary.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 19 The Board of Directors shall meet ordinarily every three (3) months and, extraordinarily, whenever convened by its Chairperson or by any of its members, by means of a written notice delivered at least ten (10) business days in advance, which shall include the agenda.</p> <p>Paragraph 1 - As a matter of urgency, the meetings of the Board of Directors may be called by its Chairperson without compliance with the aforementioned period, provided that all other Board members are unequivocally aware of it. The</p>	<p>ARTICLE 198 The Board of Directors shall meet ordinarily every three (3) months and, extraordinarily, whenever convened by its Chairperson or by any of its members, by means of a written notice delivered at least ten (10) business days in advance, which shall include the agenda.</p> <p>Paragraph 1 - As a matter of urgency, the meetings of the Board of Directors may be called by its Chairperson without compliance with the aforementioned period, provided that all other Board members are unequivocally aware of it. The</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Compensation provided for in article and implementation of adjustments to the rules for calling meetings of the Company's Board of Directors.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
calls may be made by letter with return receipt, fax or by any other means, electronic or not, which allows proof of receipt.	calls may be made by letter with return receipt, mail fax or by any other means, electronic or <u>any form in writing</u> not, which allows proof of receipt.	The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.
ARTICLE 20 The meetings of the Board of Directors meetings will be called to order on first call with the attendance of the majority of its members and, on second call, with any number.	ARTICLE 2019 The meetings of the Board of Directors will be called to order on first call with the attendance of the majority of its members and, on second call, with any number.	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
ARTICLE 21 The members of the Board of Directors cannot depart from their duties for more than thirty (30) consecutive days, under penalty of loss of term of office, except in case of leave granted by the Board of Directors itself.	ARTICLE 210 The members of the Board of Directors cannot depart from their duties for more than 30 (thirty) consecutive days, under penalty of loss of term of office, except in the case of leave granted by the Board of Directors.	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
ARTICLE 22 The meetings of the Board of Directors shall be held, preferably, at the principal place of business of the Company. Meetings shall be allowed by means of teleconference or videoconference, with recording and de-recording allowed. Such attendance shall be deemed a	ARTICLE 221 The meetings of the Board of Directors shall be held, preferably, at the principal place of business of the Company. Meetings shall be allowed by means of teleconference or videoconference, with recording and de-recording allowed. Such attendance shall be deemed a	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
personal attendance at said meeting. In that case, members of the Board of Directors attending the Board meeting remotely may cast their votes on the date of the meeting by means of a letter or facsimile or digitally certified e-mail.	personal attendance at said meeting. In that case, members of the Board of Directors attending the Board meeting remotely may cast their votes on the date of the meeting by means of a letter or facsimile or digitally certified e-mail.	The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(g) assessment and approval of any transactions conducted directly or indirectly with related parties;</p>	<p>ARTICLE 232 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(g) assessment and approval of any transactions carried out with directly or indirectly related parties, <u>in accordance with the rules and legislation in force, in an amount equal to or greater than, in a single transaction or in a set of related transactions, fifty million reais (BRL 50,000,000.00);</u></p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Compensation provided for in article and amendment to the rules for approval of transactions with related parties by the Board of Directors.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The proposed changes aim to reinforce the premises of transparency and make the Company's governance clearer, more objective, and simpler.</p>
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(h) acquisition, disposition and/or encumbrance of any interest in the capital stock, except for the organization of legal entities controlled by the Company, which have been</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(h) <u>establishment</u>, acquisition, <u>and/or</u> disposition and/or encumbrance of any interest in the capital stock, except for the organization of legal entities controlled by the Company, which have</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Amendment to the provision for the establishment, acquisition, and/or disposal of a stake in share capital to provide for the possibility of implementing activities related to the corporate purpose, including in the form of the establishment of a consortium.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>organized as a special purpose company for the implementation of one or more real property projects of the Company;</p>	<p>been organized as a special purpose company for the implementation of real property projects of the Company <u>and activities related to the corporate purpose, including the establishment of consortium;</u></p>	<p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The proposed changes aim to reinforce the premises of transparency and make the Company's governance clearer, more objective, and simpler.</p>
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(i) disposition or encumbrance, in any way, of the Company's properties, which transaction value exceeds fifty million reais (BRL 50,000,000.00);</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(i) disposition or encumbrance, in any way, of the Company's real estate, the transaction value of which exceeds BRL 50<u>100</u>,000,000.00 (fifty<u>one hundred</u> million reais);</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Change in the amount subject to approval by the Board of Directors involving transactions relating to the sale or encumbrance, in any way, of the Company's real estate assets.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The proposed changes aim to reinforce the premises of transparency and make the Company's governance clearer, more objective, and simpler.</p>
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(j) disposition or encumbrance, in any way, of other assets of the Company, the value of which exceeds, in one or more transactions of the same</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(j) disposition or encumbrance, in any way, of other assets of the Company, the value of which exceeds, in one or more transactions of the same type, within the period of twelve (12) months, the</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Change in the value subject to approval by the Board of Directors involving transactions relating to the disposition or encumbrance, in any way, of other assets of the Company, the value of which exceeds, in one or more transactions of the same type, as well as the exclusion of the requirement that they have been carried out within a period of 12 months.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
type, within the period of twelve (12) months, the amount of fifty million reais (BRL 50,000,000.00);	amount of fifty one hundred million reais (BRL 50 100 ,000,000.00);	<p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The proposed changes aim to reinforce the premises of transparency and make the Company's governance clearer, more objective, and simpler.</p>
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(k) retaining of service providers whose annual compensation exceeds the amount of fifteen million reais (BRL 15,000,000.00), unless said engagement was already approved in the Annual Budget;</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(k) — retaining of service providers whose annual compensation exceeds the amount of fifteen million reais (BRL 15,000,000.00), unless said engagement was already approved in the Annual Budget;</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Exclusion of the requirement for approval by the Board of Directors of the hiring of service providers whose annual compensation exceeds the amount of BRL 15,000,000.00.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The proposed changes aim to reinforce the premises of transparency and make the Company's governance clearer, more objective, and simpler.</p>
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(l) granting and obtaining of loans, financing and/or discounts of trade notes or securitization of</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(l)(k) granting and obtaining of loans, financing and/or discounts of trade notes or securitization of</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Change in the amount subject to approval by the Board of Directors involving the granting and obtaining of loans, financing and/or discounts on invoices or securitization of receivables.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
receivables, which value exceeds the amount of fifty million reais (BRL 50,000,000.00);	receivables, which value exceeds the amount of BRL 50 <u>100</u> ,000,000.00 (fifty <u>one hundred</u> million reais);	The proposed changes aim to reinforce the premises of transparency and make the Company's governance clearer, more objective, and simpler.
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(m) performance of any other acts and signature of any documents binding the Company and/or releasing third parties from their responsibilities to the Company, involving amounts exceeding, in one or more transactions, within any period of twelve (12) months, the amount of ten million reais (BRL 10,000,000.00), except for the acquisition of land by the Company;</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(m) — performance of any other acts and signature of any documents binding the Company and/or releasing third parties from their responsibilities to the Company, involving amounts exceeding, in one or more transactions, within any period of twelve (12) months, the amount of ten million reais (BRL 10,000,000.00), except for the acquisition of land by the Company;</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Exclusion of the requirement for approval by the Board of Directors of the performance of any other acts and signature of any documents binding the Company and/or releasing third parties from their responsibilities to the Company, involving amounts exceeding, in one or more transactions, within any period of twelve months, the amount of ten million reais, except for the acquisition of land by the Company.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The proposed changes aim to reinforce the premises of transparency and make the Company's governance clearer, more objective, and simpler.</p>
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Renumbering in the subitems of article 23 of the Bylaws.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
(n) appointment and removal of independent auditors, which must be registered with the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM"), and holding of an annual audit with quarterly review of the Company;	(n) <u>(l)</u> appointment and removal of independent auditors, which must be registered with the Brazilian Securities and Exchange Commission (" <u>CVM</u> "), and holding of an annual audit with quarterly review of the Company;	The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(o) resolution on the acquisition of shares issued by the Company, for purposes of cancellation or to be held in treasury, as well as on resale or new placement in the market, subject to the rules issued by the CVM and all other applicable legal provisions;</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(o)<u>(m)</u> resolution on the acquisition of shares issued by the Company, for purposes of cancellation or to be held in treasury, as well as on resale or new placement in the market, subject to the rules issued by the CVM and all other applicable legal provisions;</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Renumbering in the subitems of article 23 of the Bylaws.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(p) resolution on the issuance of bonds in the international market for public or private distribution, and decision on the terms and conditions of the issue;</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(p)<u>(n)</u> resolution on the issuance of bonds in the international market for public or private distribution, and decision on the terms and conditions of the issue;</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Renumbering in the subitems of article 23 of the Bylaws.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(q) resolution on the issuance of promissory notes (commercial papers) for public distribution in Brazil or abroad, as well as decision on the terms and conditions of the issue;</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(q)(p) resolution on the issuance of promissory notes (commercial papers) for public distribution in Brazil or abroad, as well as decision on the terms and conditions of the issue;</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Renumbering in the subitems of article 23 of the Bylaws.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(r) resolution on the issuance of debentures, including convertible debentures, for public or private distribution, as well as decision on the terms and conditions of the issuance, pursuant to Article 59, Paragraphs 1 and 2 of the Law of Corporations, and Article 6, Paragraph 2 of these Articles of Incorporation;</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(r)(p) resolution on the issuance of debentures, including convertible debentures, for public or private distribution, as well as decision on the terms and conditions of the issuance, pursuant to Article 59, Paragraphs 1 and 2 of the Law of Corporations, and Article 6, Paragraph 2 of these Articles of Incorporation;</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Renumbering in the subitems of article 23 of the Bylaws.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Renumbering in the subitems of article 23 of the Bylaws.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>(...)</p> <p>(s) propose to the Shareholders' Meeting the statement of interim dividends, as well as interest on capital, pursuant to the Law of Corporations and other applicable laws;</p>	<p>(...)</p> <p>(s)(g) propose to the Shareholders' Meeting the statement of interim dividends, as well as interest on capital, pursuant to the Law of Corporations and other applicable laws;</p>	<p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(t) approval of the Company's grant of accommodations, suretyships, endorsements, and other forms of guarantee in favor of third parties, except for those whose purpose is to secure obligations undertaken by the Company or its affiliated companies, subsidiaries and related to the fulfillment of the Company's corporate purpose; and</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p> <p>(t)(r) approval of the Company's grant of accommodations, suretyships, endorsements, and other forms of guarantee favor of third parties, except for those whose purpose is to secure obligations undertaken by the Company or its affiliated companies, and subsidiaries and related to the fulfillment of the Company's corporate purpose, <u>which value exceeds one hundred million reais (BRL 100,000,000.00);</u> and</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Amendment to granting a guarantee in favor of third parties. Exclusion of the Board of Directors' competence to approve specific types of guarantee, maintaining the need for approval by the Board of Directors of guarantees in the broad sense.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The proposed changes aim to reinforce the premises of transparency and make the Company's governance clearer, more objective, and simpler.</p>
<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p>	<p>ARTICLE 23 - The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:</p> <p>(...)</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Renubering in the subitems of article 23 of the Bylaws.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
(u) favorable or contrary statement with regard to any tender offer (OPA), the purpose of which is the shares issued by the Company, by means of a prior informed opinion, disclosed within fifteen (15) days from the publication of the tender offer (OPA) notice, which shall address at a minimum: (i) the convenience and timeliness of the tender offer (OPA) regarding the interest of the shareholders as a whole, including in relation to the price and potential impacts to liquidity of the shares; (ii) the repercussions of the tender offer (OPA) on the interests of the Company; (iii) the strategic plans disclosed by the offeror in relation to the Company; (iv) other topics that the Board of Directors deems relevant; and (v) regarding alternatives to accepting the tender offer (OPA) available on the market, as well as the information required by the applicable rules established by the CVM.	(u)(s) favorable or contrary statement with regard to any tender offer (OPA), the purpose of which is the shares issued by the Company, by means of a prior informed opinion, disclosed within fifteen (15) days from the publication of the tender offer (OPA) notice, which shall address at a minimum: (i) the convenience and timeliness of the tender offer (OPA) regarding the interest of the shareholders as a whole, including in relation to the price and potential impacts to liquidity of the shares; (ii) the repercussions of the tender offer (OPA) on the interests of the Company; (iii) the strategic plans disclosed by the offeror in relation to the Company; (iv) other topics that the Board of Directors deems relevant; and (v) regarding alternatives to accepting the tender offer (OPA) available on the market, as well as the information required by the applicable rules established by the CVM.	<p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 24 - It is incumbent upon the Chairperson and the Vice-Chairperson of the Board of Directors, jointly, to represent the Board of Directors at the Shareholders' Meetings.</p>	<p>ARTICLE 24—It is incumbent upon the Chairperson and the Vice-Chairperson of the Board of Directors, jointly, to represent the Board of Directors at the Shareholders' Meetings.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Exclusion of the rule of representation of the Board of Directors at the Company's Shareholders' Meetings.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The proposed change aims to reinforce the Company's transparency and corporate</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
		governance improvements, in order to make the rules for the representation of the Board of Directors at the Shareholders' Meeting clearer.
ARTICLE 25 For its assistance, the Board of Directors may set out the creation of technical and advisory committees, temporary or permanent commissions or working groups with defined objectives and duties, composed of members of the Company's management bodies or not.	ARTICLE 25³ For its assistance, the Board of Directors may set out the creation of technical and advisory committees, temporary or permanent commissions or working groups with defined objectives and duties, composed of members of the Company's management bodies or not.	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
ARTICLE 26 - The Executive Board shall be composed of at least two (2) and at most four (4) members, shareholders or not, elected by the Board of Directors, being one (1) Chief Executive Officer, one (1) Chief Financial and Investor Relations Officer and two (2) Officers without specific designation whose terms of office shall be unified and with management terms of two (2) years, re-election allowed.	ARTICLE 26⁴ - The Executive Board shall be composed of at least two (2) and at most four (4) ^{five (5)} members, shareholders or not, elected by the Board of Directors, being one (1) Chief Executive Officer, one (1) Chief Financial and Investor Relations Officer and two (2) ^{three (3)} Officers without specific designation whose terms of office shall be unified and with management terms of two (2) years, re-election allowed.	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Change in the Company's governance structure, with a view to creating the position of Officer without Specific Designation of the Company.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>With the reformulation of the Company's governance structure resulting from the increase in the number of statutory officers, greater synergy of the Officers' functions and greater efficiency of the body as a whole are expected.</p>
ARTICLE 27 In case of absence or temporary impediment of any officer, the Board of Directors	ARTICLE 27⁵ In case of absence or temporary impediment of any Officer, the Board of Directors	<u>Origin and justification of the proposed change:</u>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
shall appoint an alternate to perform the duties of the absent or impeded officer for the remaining term of office of the replaced officer, or elect a new officer to hold the position of the absent officer.	shall appoint an alternate to perform the functions of the absent or impeded Officer, for the remaining term of office of the replaced Officer, or elect a new Officer to occupy the position of the absent Officer.	<p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
ARTICLE 28 The Executive Board shall hold a meeting whenever the corporate interests so require, and its resolutions shall be taken by a majority of votes.	ARTICLE 286 The Executive Board shall hold a meeting whenever the corporate interests so require, and its resolutions shall be taken by a majority of votes.	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
ARTICLE 29 The Executive Board shall have powers of representation, administration and management of corporate affairs, and may, as provided for in these Bylaws, validly bind the Company, performing all acts and transactions necessary to achieve the corporate purposes, and decide on all matters not provided for in these Bylaws and do not fall within the exclusive powers of the Shareholders' Meeting or the Board of Directors.	ARTICLE 297 The Executive Board shall have powers of representation, administration and management of corporate affairs, and may, as provided for in these Bylaws, validly bind the Company, performing all acts and transactions necessary to achieve the corporate purposes, and decide on all matters not provided for in these Bylaws and do not fall within the exclusive powers of the Shareholders' Meeting or the Board of Directors.	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>ARTICLE 30 It is incumbent upon the Chief Executive Officer to (i) represent the Company as a plaintiff or defendant, in its relations with third parties, in Court or out-of-court; (ii) call and chair the meetings of the Executive Board; (iii) supervise the corporate businesses, taking all measures that may be necessary; (iv) coordinate the activities of the other Officers; and (v) exercise other functions attributed to them by the Executive Board.</p>	<p>ARTICLE 30²⁸ It is incumbent upon the Chief Executive Officer to (i) represent the Company as a plaintiff or defendant, in its relations with third parties, in Court or out-of-court; (ii) call and chair the meetings of the Executive Board; (iii) supervise the corporate businesses, taking all measures that may be necessary; (iv) coordinate the activities of the other Officers; and (v) exercise other functions attributed to them by the Executive Board.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 31 It is incumbent upon the Chief Financial and Investor Relations Officer, in addition to the other duties assigned to them by the Board of Directors, to (i) define the Company's financial strategies; (ii) direct the accounting, treasury, financial planning processes and investor relations; (iii) represent the Company before the bodies related to capital market activities; and (iv) as well as meeting the interests of investors.</p>	<p>ARTICLE 31²⁹ It is incumbent upon the Chief Financial and Investor Relations Officer, in addition to the other duties assigned to them by the Board of Directors, to (i) define the Company's financial strategies; (ii) direct the accounting, treasury, financial planning processes and investor relations; (iii) represent the Company before the bodies related to capital market activities; and (iv) as well as meeting the interests of investors.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 30 It is incumbent upon Officers without specific designation, further to the activities assigned to them by the Board of Directors, to exercise other functions assigned to them by the Chief Executive Officer.</p>	<p>ARTICLE 30²⁰ It is incumbent upon Officers without specific designation, further to the activities assigned to them by the Board of Directors, to exercise other functions assigned to them by the Chief Executive Officer.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
		The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.
<p>ARTICLE 33 - Subject to the provisions of these Bylaws, representation of the Company as plaintiff or defendant in or out of court shall be carried out: (a) individually by the Chief Executive Officer or (b) by (i) two (2) Executive Officers jointly, or (ii) one (1) Executive Officer jointly with one (1) attorney-in-fact with specific powers, or (iii) two (2) attorneys-in-fact with such powers. The powers of attorney granted by the Company shall be signed individually by the Chief Executive Officer, or by two (2) Executive Officers jointly, and shall contain specific powers, and a term of validity not exceeding two (2) years (subject to the granting of powers for representation in court and out of court, that the Executive Board may authorize in each case).</p>	<p>ARTICLE 331 - Subject to the provisions of these Bylaws, representation of the Company as plaintiff or defendant in or out of court shall be carried out: (a) individually by the Chief Executive Officer or (b) by (i) two (2) Executive Officers jointly, or (ii) one (1) Executive Officer jointly with one (1) attorney-in-fact with specific powers, or (iii) two (2) attorneys-in-fact with such powers. The powers of attorney granted by the Company must be signed individually by the Chief Executive Officer; or by two (2) Executive Officers jointly; <u>or individually by one (1) Executive Officer for acts provided for in paragraph 2 of this article. The powers of attorney granted by the Company</u> must contain specific powers and a term of effectiveness not exceeding two (2) years (except for the granting of powers under the <i>ad judicia et extra</i> clause that the Executive Board may authorize in each case, <u>which may exceed the term of two (2) years</u>).</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Amendment to the rules for granting a power of attorney to provide that they may be granted, individually, by 1 Officer for the acts provided for in paragraph 2 of article 31 of the Bylaws, as well as providing that the granting of powers under the <i>ad judicia et extra</i> clause may exceed the term of two (2) years.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The proposed changes aim to reinforce one of the Company's pillars of pursuing its corporate purpose and reinforcing the fiduciary duties of directors.</p>
<p>ARTICLE 34 The Fiscal Council, which shall operate on a non-permanent basis, shall be composed of at least three (3) and at most five (5) incumbent members with the same number of alternates, whether shareholders or not, elected and removable at any time by the Shareholders' Meeting. The Company's Supervisory Committee</p>	<p>ARTICLE 342 The Fiscal Council, which shall operate on a non-permanent basis, shall be composed of at least three (3) and at most five (5) incumbent members with the same number of alternates, whether shareholders or not, elected and removable at any time by the Shareholders' Meeting. The Company's Supervisory Committee</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering and cross-reference adjustment.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>shall be composed, installed and compensated in compliance with the legislation in force.</p> <p>Paragraph 1 - The investiture of the incumbent and alternate members of the Fiscal Council shall depend on the signature of the Instrument of Investiture, which shall include their subjection to the arbitration clause set forth in article 48 of these Bylaws.</p>	<p>shall be composed, installed and compensated in compliance with the legislation in force.</p> <p>Paragraph 1 - The investiture of the members of the Fiscal Council, incumbent and alternate, shall depend on the signing of an Instrument of Investiture, which shall include their subjection to the arbitration clause set forth in article 48<u>6</u> of these Bylaws.</p>	<p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 35 When established, the Fiscal Council shall meet, in accordance with the applicable law, whenever necessary, and at least on a quarterly basis, to review the Company's financial statements.</p>	<p>ARTICLE 35<u>3</u> When established, the Fiscal Council shall meet, in accordance with the applicable law, whenever necessary, and at least on a quarterly basis, to review the Company's financial statements.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 36 The fiscal year shall commence on January 1st and end on December 31st of each year. The Company undertakes to conduct an annual audit of its financial statements through independent auditors that are registered before the CVM.</p>	<p>ARTICLE 36<u>4</u> The fiscal year starts on January 1 and ends on December 31 of each year. The Company undertakes to conduct an annual audit of its financial statements through independent auditors that are registered before the CVM.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
		The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.
ARTICLE 37 Accrued losses, if any, and provision for income tax and social contribution on profit shall be deducted from the profit and loss, prior to any sharing.	ARTICLE 37<u>5</u> Accrued losses, if any, and provision for income tax and social contribution on profit shall be deducted from the profit and loss, prior to any sharing.	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
ARTICLE 38 Upon the proposal of the Executive Board and with the approval of the Board of Directors, <i>ad referendum</i> of the Shareholders' Meeting, the Company may pay or credit interest to the shareholders, in the quality of compensation of shareholders' equity, subject to the applicable legislation. Any amounts paid thereunder may be offset against the mandatory dividend set forth in these Bylaws.	ARTICLE 38<u>6</u> Upon the proposal of the Executive Board and with the approval of the Board of Directors, <i>ad referendum</i> of the Shareholders' Meeting, the Company may pay or credit interest to the shareholders, in the quality of compensation of shareholders' equity, subject to the applicable legislation. Any amounts paid thereunder may be offset against the mandatory dividend set forth in these Bylaws.	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
ARTICLE 39 The Company may prepare balance sheets every six (6) months or within shorter periods, and may declare, by resolution of the Board of Directors:	ARTICLE 39<u>7</u> The Company may prepare balance sheets every six (6) months or within shorter periods, and may declare, by resolution of the Board of Directors:	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
		The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.
ARTICLE 40 The Shareholders' Meeting may resolve on the capitalization of earnings or capital reserve, including those created in interim balance sheets, with due regard for the applicable law.	ARTICLE 4038 The Shareholders' Meeting may resolve on the capitalization of earnings or capital reserve, including those created in interim balance sheets, with due regard for the applicable law.	<u>Origin and justification of the proposed change:</u> Article renumbering. <u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u> The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.
ARTICLE 41 The disposal of Control of the Company, directly or indirectly, through a single transaction or successive transactions, shall be contracted under the condition that the acquirer of Control undertakes to make a public tender offer (" <u>OPA</u> ") aimed at the shares issued by the Company owned by the other shareholders, subject to the conditions and terms set forth in the legislation and regulations in force, and in the Novo Mercado Regulation, to make sure that they will receive treatment equal to that given to the transferor.	ARTICLE 4139 The disposal of Control of the Company, directly or indirectly, through a single transaction or successive transactions, shall be contracted under the condition that the acquirer of Control undertakes to make a public tender offer (" <u>OPA</u> ") aimed at the shares issued by the Company owned by the other shareholders, subject to the conditions and terms set forth in the legislation and regulations in force, and in the Novo Mercado Regulation, to make sure that they will receive treatment equal to that given to the transferor.	<u>Origin and justification of the proposed change:</u> Article renumbering. <u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u> The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.
ARTICLE 42 Any person who acquires or becomes the holder of shares issued by the Company in an amount equal to or in excess of thirty percent (30%) shall, within a maximum period of	ARTICLE 420 Any person who acquires or becomes the holder of shares issued by the Company in an amount equal to or in excess of thirty percent (30%) shall, within a maximum period of	<u>Origin and justification of the proposed change:</u> Article renumbering.

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
thirty (30) days as of the date of the acquisition or the event that resulted in the ownership of shares in an amount equal to or in excess of thirty percent (30%) of the total number of shares issued by the Company, register or cause the registration of, as the case may be, the tender offer (OPA) for all shares issued by the Company, subject to the provisions in the applicable CVM regulations, the Novo Mercado Regulation, other regulations of the B3 and this article.	thirty (30) days as of the date of the acquisition or the event that resulted in the ownership of shares in an amount equal to or in excess of thirty percent (30%) of the total number of shares issued by the Company, register or cause the registration of, as the case may be, the tender offer (OPA) for all shares issued by the Company, subject to the provisions in the applicable CVM regulations, the Novo Mercado Regulation, other regulations of the B3 and this article.	<p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 42 (...)</p> <p>Paragraph 4 - For the purposes of this article 44, "Outstanding Shares" means all shares issued by the Company, except for (i) those held by the controlling shareholder(s), persons related to it (them), and the managers of the Company; and (ii) those held in treasury.</p>	<p>ARTICLE 42 (...)</p> <p>Paragraph 4 - For the purposes of this article 44², "Outstanding Shares" means all shares issued by the Company, except for (i) those held by the controlling shareholder(s), persons related to it (them), and the managers of the Company; and (ii) those held in treasury.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Cross reference adjustment.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 43 The Company's withdrawal from the Novo Mercado segment may occur, pursuant to Sections II and III below, as a result of:</p>	<p>ARTICLE 43¹ The Company's withdrawal from the Novo Mercado segment may occur, pursuant to Sections II and III below, as a result of:</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
		The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.
ARTICLE 44 Voluntary withdrawal from the Novo Mercado shall be granted by B3, only if preceded by a tender offer (OPA) that observes the procedures set forth in CVM Instruction no. 361, dated March 5, 2002, as amended, for cancellation of registration as publicly-held company and in the Novo Mercado Regulation.	ARTICLE 442 Voluntary withdrawal from the Novo Mercado shall be granted by B3, only if preceded by a tender offer (OPA) that observes the procedures set forth in CVM Instruction no. 361, dated March 5, 2002, as amended, for cancellation of registration as publicly-held company and in the Novo Mercado Regulation.	<u>Origin and justification of the proposed change:</u> Article renumbering. <u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u> The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.
ARTICLE 45 The application of penalty of mandatory withdrawal from the Novo Mercado depends on the holding of a tender offer (OPA), with the same characteristics as the tender offer (OPA) resulting from voluntary withdrawal from the Novo Mercado, as provided for in article 44 above.	ARTICLE 453 The application of penalty of mandatory withdrawal from the Novo Mercado depends on the holding of a tender offer (OPA), with the same characteristics as the tender offer (OPA) resulting from voluntary withdrawal from the Novo Mercado, as provided for in article 44 2 above.	<u>Origin and justification of the proposed change:</u> Article renumbering and cross-reference adjustment. <u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u> The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.
ARTICLE 46 In the event of a corporate reorganization involving the transfer of the Company's shareholding base, the resulting companies shall apply for entry into the Novo Mercado, within one hundred and twenty (120)	ARTICLE 464 In the event of a corporate reorganization involving the transfer of the Company's shareholding base, the resulting companies shall apply for entry into the Novo Mercado, within one hundred and twenty (120)	<u>Origin and justification of the proposed change:</u> Article renumbering.

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
days from the date of the Shareholders' Meeting that resolved on said reorganization.	days from the date of the Shareholders' Meeting that resolved on said reorganization.	<p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 47 The Company, its shareholders, managers and members of the Fiscal Council, incumbent and alternates, when installed, undertake to resolve, through arbitration before the Market Arbitration Chamber, pursuant to its regulation, any dispute that may arise among them, related to or arising from their capacity as issuer, shareholders, managers, and members of the Fiscal Council, in particular, arising from the provisions contained in Law No. 6,385, dated December 7, 1976, as amended, in the Law of Corporations, in the Company's Bylaws, in the standards issued by the National Monetary Council, by the Central Bank of Brazil and CVM, as well as in the other standards applicable to the operation of the capital market in general, in addition to those contained in the Novo Mercado Regulation, all other regulations of B3 and the Novo Mercado Joining Agreement.</p>	<p>ARTICLE 475 The Company, its shareholders, managers and members of the Fiscal Council, incumbent and alternates, when installed, undertake to resolve, through arbitration before the Market Arbitration Chamber, pursuant to its regulation, any dispute that may arise among them, related to or arising from their capacity as issuer, shareholders, managers, and members of the Fiscal Council, in particular, arising from the provisions contained in Law No. 6,385, dated December 7, 1976, as amended, in the Law of Corporations, in the Company's Bylaws, in the standards issued by the National Monetary Council, by the Central Bank of Brazil and CVM, as well as in the other standards applicable to the operation of the capital market in general, in addition to those contained in the Novo Mercado Regulation, all other regulations of B3 and the Novo Mercado Joining Agreement.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 48 The Company shall be wound up and undergo winding up in the cases provided for in law, and the Shareholders' Meeting shall provide the winding up method, appoint the liquidator and</p>	<p>ARTICLE 486 The Company shall be wound up and undergo winding up in the cases provided for in law, and the Shareholders' Meeting shall provide the winding up method, appoint the liquidator and</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
the Fiscal Council that will manage the Company during the winding up period.	the Fiscal Council that will manage the Company during the winding up period.	<p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 49 The Company shall comply with the shareholders' agreements filed at its principal place of business and that are in force on the applicable date of resolution, and it shall be expressly forbidden to the members of the presiding office of the Shareholders' Meeting or of the Board of Directors to accept the statement of vote of any shareholder who has signed a shareholders' agreement, duly filed at the company's principal place of business, which has been cast in disagreement with what had been covenanted in such agreement, and the Company shall also be expressly forbidden from accepting and making transfers of shares and/or encumbering and/or assigning the preemptive right to subscribe the shares and/or other securities that does not comply with the provisions and regulations contained in the shareholders' agreement.</p>	<p>ARTICLE 49⁷ The Company shall comply with the shareholders' agreements filed at its principal place of business and that are in force on the applicable date of resolution, and it shall be expressly forbidden to the members of the presiding office of the Shareholders' Meeting or of the Board of Directors to accept the statement of vote of any shareholder who has signed a shareholders' agreement, duly filed at the company's principal place of business, which has been cast in disagreement with what had been covenanted in such agreement, and the Company shall also be expressly forbidden from accepting and making transfers of shares and/or encumbering and/or assigning the preemptive right to subscribe the shares and/or other securities that does not comply with the provisions and regulations contained in the shareholders' agreement.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 50 - The provisions in head provision of article 1, sole paragraph, article 11, "m", article 17, paragraph 1, paragraph 2, article 23, "u", article 51, Chapter VIII, Chapter IX, Chapter X and Chapter XI of these Bylawsshall only be effective as of the date on</p>	<p>ARTICLE 50—The provisions in head provision of article 1, sole paragraph, article 11, "m", article 17, paragraph 1, paragraph 2, article 23, "u", article 51, Chapter VIII, Chapter IX, Chapter X and Chapter XI of these Bylaws shall only be effective as of the date on</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>The corporate transaction that included the partial spin-off of MRV Engenharia e Participações S.A.</p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>which the (i) corporate transaction comprising the partial spin-off of MRV Engenharia e Participações S.A. (“MRV”), whose spun-off assets shall comprise exclusively the equity interest held by MRV in the Company, followed by the merger of the spun-off portion by the Company, disclosed under the terms of the Material Facts of MRV and the Company dated October 29, 2018, is duly approved by the shareholders of MRV and the Company meeting at a Shareholders' Meeting to be called for this purpose (“Corporate Transaction”); and (ii) the Company’s effective entry into the special listing segment called Novo Mercado has occurred (“Novo Mercado Listing”). Furthermore, the Shareholders’ Agreement currently in force will only cease to be effective after the approval of the Corporate Transaction and the Novo Mercado Listing.</p>	<p>which the (i) corporate transaction comprising the partial spin-off of MRV Engenharia e Participações S.A. (“MRV”), whose spun-off assets shall comprise exclusively the equity interest held by MRV in the Company, followed by the merger of the spun-off portion by the Company, disclosed under the terms of the Material Facts of MRV and the Company dated October 29, 2018, is duly approved by the shareholders of MRV and the Company meeting at a Shareholders' Meeting to be called for this purpose (“Corporate Transaction”); and (ii) the Company’s effective entry into the special listing segment called Novo Mercado has occurred (“Novo Mercado Listing”). Furthermore, the Shareholders’ Agreement currently in force will only cease to be effective after the approval of the Corporate Transaction and the Novo Mercado Listing.</p>	<p>was completed in 2018, making it unnecessary to maintain this device.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 51 Cases not provided for in these Bylawsshall be resolved by the Shareholders’ Meeting and regulated according to the provisions of the Law of Corporations and the Novo Mercado Regulation.</p>	<p>ARTICLE 5148 Cases not provided for in these Bylawsshall be resolved by the Shareholders’ Meeting and regulated according to the provisions of the Law of Corporations and the Novo Mercado Regulation.</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p> <p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>
<p>ARTICLE 52 Pursuant to the provisions of article 45 of the Brazilian Corporation Law, the amount of</p>	<p>ARTICLE 5249 Pursuant to the provisions of article 45 of the Brazilian Corporation Law, the amount of</p>	<p><u>Origin and justification of the proposed change:</u></p>

Current Wording	Wording Compared with the Proposed Changes	Origin, justification and legal and economic effects of the proposed changes
<p>the reimbursement to be paid to dissenting shareholders shall be based on the equity value reported in the last balance sheet approved at the Shareholders' Meeting.</p>	<p>the reimbursement to be paid to dissenting shareholders shall be based on the equity value reported in the last balance sheet approved at the Shareholders' Meeting.</p>	<p>Article renumbering.</p> <p><u>Legal and economic effects of the proposed changes:</u></p> <p>The Company does not foresee any legal or economic effects that could materially affect any other shareholder or the Company itself.</p>

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

NIRE (State Registration) 31.300.027.261

**MANAGEMENT PROPOSAL TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING
TO BE HELD ON APRIL 17, 2025**

EXHIBIT VIII

(as per Article 12, Item I, of CVM Resolution 81)

BYLAWS

(marked version)

CHAPTER I

Corporate Name, Principal Place of Business, Jurisdiction and Duration

ARTICLE 1 The corporation operates under the corporate name of LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Company"), which is governed by these Bylaws and applicable legal provisions, particularly Law No. 6,404, of December 15, 1976 (as amended, the "Law of Corporations"), the Novo Mercado Regulation of B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, in effect as of January 2, 2018 ("Novo Mercado Regulation" and "B3," respectively), by these Bylaws and other legal provisions and rules applicable thereto.

Sole Paragraph - By entering the special listing segment referred to as Novo Mercado of B3 ("Novo Mercado"), the Company, its shareholders, including controlling shareholders, managers and members of the Fiscal Council, when installed, are subject to the provisions of the Novo Mercado Regulation.

ARTICLE 2 The Company has its principal place of business and jurisdiction at Avenida Professor Mário Werneck, no. 621, 10º Andar - Conj. 02, bairro Estoril, in the municipality of Belo Horizonte, State of Minas Gerais, Zip Code (CEP) 30.455-610.

Sole Paragraph - The Company may, upon resolution of the Executive Board open, transfer and/or close branches in Brazil or abroad.

ARTICLE 3 The Company has undetermined duration.

CHAPTER II

Corporate Purpose

ARTICLE 4 The purpose of the Company is: (i) the management of its own assets and those of third parties; (ii) the provision of engineering and residential and/or commercial property construction services; (iii) the merger, construction, sale, leasing, and related services, including real estate consulting on, owned or third-party, residential and/or commercial properties; (iv) intermediation in the supply of goods and services in the commercial real estate segment; and (iv) the holding of interest in other companies, as partner or shareholder.

CHAPTER III

Capital Stock and Shares

ARTICLE 5 The capital stock is two billion, seven hundred and fifty-three million, nine hundred and seventy-six thousand, two hundred and eighty-five reais and seventy-three centavos (BRL 2,753,976,285.73), fully subscribed and paid up, divided into eighty-seven million, eight hundred and fifty-nine thousand, one hundred and fifty-four (87,859,154) common shares, all registered, book-entry and with no par value.

Paragraph 1 - The Company's capital stock shall be represented exclusively by common shares.

Paragraph 2 - Each registered common share entitles the holder thereof to one vote in the resolutions of the Shareholders' Meetings of the Company.

Paragraph 3 - The shares shall be indivisible in relation to the Company. Where more than one person owns one share, the rights conferred upon the share shall be exercised by the co-ownership representative.

Paragraph 4 - The shareholders have preemptive rights, in proportion to their respective interests, in the subscription of shares, convertible debentures, or warrants issued by the Company, which may be exercised within a legal term of thirty (30) days.

Paragraph 5 - The Company cannot issue profit sharing bonds.

ARTICLE 6 The Company is authorized to increase the capital stock up to the limit of three billion, seven hundred million reais (BRL 3,700,000,000.00), including common shares already issued, regardless of an amendment to the Bylaws.

Paragraph 1 - The capital stock increase provided for in the head provision above shall be made upon a resolution of the Board of Directors, which shall be responsible for establishing the conditions for issuance, including price, term and payment method thereof. In the event of subscription with payment in assets, the power to increase the capital stock shall be of the Shareholders' Meeting, after hearing the Fiscal Council, if installed.

Paragraph 2 - Within the limit of the authorized capital stock, the Company may issue common shares, convertible debentures, and warrants, subject to the provisions of articles 75 and 59, paragraph 2, of the Law of Corporations. For the purposes of articles 76 and 59, paragraph 2, of the Law of Corporations, warrants and convertible debentures may be issued upon a resolution of the Board of Directors.

Paragraph 3 - In the event of a capital stock increase within the authorized capital limit provided for in the head provision above, whose purpose is the public subscription of shares, at the discretion of the Board of Directors, the preemptive right may be excluded or the term for its exercise reduced, in relation to the issuance of common shares, debentures convertible into common shares and warrants, whose placement is made through (i) sale at a stock exchange or public subscription, or (ii) exchange of shares, in a tender offer (OPA) for acquisition of control, pursuant to the law and within the limit of the authorized capital.

ARTICLE 7 The Company may, upon resolution of the Board of Directors, acquire its own shares to be held in treasury and subsequently sold, or for cancellation, up to the amount of the reserves and profit balance, except for the legal reserve, with no reduction of the capital stock, subject to the applicable legal and regulatory provisions.

ARTICLE 8 The Company may, upon resolution of the Board of Directors and in accordance with the plan approved by the Shareholders' Meeting, pursuant to paragraph 3 of article 168 of the Law of Corporations, grant a stock option to its managers and employees, within the limits of the authorized capital stock, which option may be extended to the managers and employees of companies directly or indirectly controlled by the Company.

CHAPTER IV

Shareholders' Meeting

ARTICLE 9 The Shareholders' Meeting, which is the decision-making body of the Company, shall be held at its principal place of business (i) annually, within the four (4) months following the end of the fiscal year, to resolve on the matters set forth in Article 132 of the Law of Corporations; and (ii) extraordinarily, whenever corporate interests so require.

Paragraph 1 - The Shareholders' Meetings shall be convened by the Chairperson of the Board of Directors in the manner and within the timeframes provided for by law ~~at least fifteen (15) calendar days in advance~~ and shall be presided over by the Chairperson of the Board of Directors or by whoever he designates. In the absence of the Chairperson, the Shareholders' Meeting shall be chaired by the Vice-Chairperson of the Board of Directors, or by whoever the Vice-Chairperson designates. The chairperson of the Shareholders' Meeting will select one person in attendance to act as secretary.

Paragraph 2 - The shareholder may be represented at the Shareholders' Meeting by an attorney-in-fact appointed less than one (1) year before, who is a shareholder, manager of the Company or lawyer, or further, by an attorney-in-fact that is a financial institution, being it incumbent upon the manager of the investment funds to represent the co-owners.

ARTICLE 10 The minutes of the Shareholders' Meetings may be drawn up as a summary of the facts occurred, including dissents and challenges, containing the transcription of the resolutions taken, in compliance with the provisions ~~of Paragraph 1 of Article 130~~ of the Law of Corporations.

ARTICLE 11 The Shareholders' Meeting of the Company shall have the powers to decide on the following matters, in addition to those provided for by law:

(a) amendment to the Company's Bylaws;

(b) election and removal, at any time, of the members of the Company's Board of Directors;

(c) set the annual overall compensation of the members of the Board of Directors and of the Executive Board, as well as of the members of the Fiscal Council, if installed;

~~(c)~~(d) review of the managers' accounts;

~~(d)~~(e) review, discussion and resolution on the financial statements submitted by management bodies;

~~(e)~~(f) issuance of any security, including, but not limited to, shares, warrants, and stock options, except for the issuance of debentures, pursuant to article 59, paragraphs 1 and 2, of

the Law of Corporations, and articles 6, paragraph 2, and 23, "s", of these Bylaws, which resolution shall be the responsibility of the Board of Directors;

~~(f)~~(g) suspension of the exercise of any right provided for in these Bylaws;

~~(g)~~(h) appraisal and checking of the assets used by the shareholders to increase the Company's capital stock;

~~(h)~~(i) conversion, consolidation, spin-off, merger or similar commercial operation involving the Company; its winding up and liquidation, and the election and removal of liquidators and approval of their accounts;

~~(i)~~(j) filing for bankruptcy or court-supervised reorganization or out-of-court reorganization of the Company by the Company's Officers or its liquidation or winding up;

~~(j)~~(k) reduction of the mandatory minimum dividend or distribution of dividends in amounts other than those provided for in the Company's Bylaws, and payment of interest on shareholders' equity or the making of withholdings;

~~(k)~~(l) constitution of reserves, funds or accounting provisions that have an impact on the rights and interests of shareholders;

~~(l)~~(m) involvement of the Company in businesses not related to its corporate purpose;

~~(m)~~(n) the creation, implementation, amendment or approval of any option or interest based on the Company's compensation and benefit plans, programs and policies, or approval of grants according to plans based on existing participation or option; and

~~(n)~~(o) waiver of the holding of a tender offer (OPA) for withdrawal from the Novo Mercado.

ARTICLE 12 The resolutions of the Shareholders' Meetings, subject to the exceptions under the Law of Corporations, shall be taken by absolute majority of votes of those present, blank votes not counted.

~~**ARTICLE 13** — The approval of shareholders representing at least one half of the voting shares is required for resolutions on the matters described in article 136 of the Law of Corporations.~~

CHAPTER V

Management

ARTICLE 134 The Company shall be managed by a Board of Directors and an Executive Board, pursuant to the powers conferred on them by the applicable legislation and these Bylaws.

ARTICLE 145 The investiture of the members of the Board of Directors, incumbent and alternate, and of the Executive Board, will be conditional of the signature of an Instrument of Investiture, which shall include their subjection to the arbitration clause set forth in article ~~48~~**45** of these Bylaws.

ARTICLE 165 The Annual Shareholders' Meeting will define the overall annual compensation of the Company's managers, and it shall be incumbent upon the Board of Directors to decide on the allocation thereof.

ARTICLE 176 The Board of Directors shall be composed of at least three (3) and at most nine (9) incumbent members, ~~and at least one (1), and at most nine (9) alternate members,~~ all elected and removable by the Shareholders' Meeting, and whose terms of office shall be unified and have a duration of two (2) years as from the date of election, reelection allowed.

Paragraph 1 - At least two (2), or twenty percent (20%), whichever is higher, of the members of the Board of Directors shall be independent directors, as defined in the Novo Mercado Regulation, and the characterization of those appointed to the Board of Directors as independent directors shall be decided at the Shareholders' Meeting that elects them, and the director(s) elected by means of the powers under Article 141, Paragraphs 4 and 5 of the Law of Corporations is(are) also considered independent director(s), should there be a controlling shareholder.

Paragraph 2 - Where the result generates a fractional number as a result of the calculation of the percentage referred to in the paragraph above, the Company shall proceed to the rounding up to the next higher whole number.

Paragraph 3 - The members of the Board of Directors may be removed at any time by the Shareholders' Meeting and shall remain in office in their respective positions until the investiture of their successors.

Paragraph 4 - The members of the Board of Directors shall have an unblemished reputation, and a member of the Board of Directors cannot be elected, unless the Shareholders' Meeting decides on a waiver, in case they: (i) hold positions in companies considered to be competitors of the Company; or (ii) own or represent an interest conflicting with that of the Company. A member of the Board of Directors cannot exercise the right to vote if the impediment factors addressed in this paragraph are subsequently identified.

Paragraph 5 - The member of the Board of Directors shall have no access to information or attend the Board of Directors' meetings, in connection with matters in which they have an interest, or which represent a conflict of interest with those of the Company.

Paragraph 6 - The Shareholders' Meeting that resolves on the election of the incumbent members of the Board of Directors shall resolve on the number of alternate members of the Board of Directors to be elected, and such number may be changed at any time, at the discretion of the Shareholders' Meeting.

Paragraph 7 - In case of absence or temporary impediment of any member of the Board of Directors, the respective alternate shall take over the duties during the absence or temporary impediment.

ARTICLE 187 The Board of Directors shall have one (1) Chairperson and one (1) Vice-Chairperson, who shall be elected by an absolute majority of the votes of those attending the first meeting of the Board of Directors held immediately after the investiture of said members, or whenever there is a vacancy of said positions. In the event of absence or temporary impediment of the Chairperson of the Board of Directors, the Vice-Chairperson shall take over the duties of the Chairperson. In the event of absence or temporary impediment of the Vice-Chairperson of the Board of Directors, the duties of the Chairperson shall be performed by another member of the Board of Directors chosen by a majority vote of the other members of the Board of Directors, with the chairperson of the meeting being responsible for appointing the secretary.

Sole Paragraph - The positions of Chairperson of the Board of Directors and Chief Executive Officer or chief executive of the Company cannot be held by the same person.

ARTICLE 198 The Board of Directors shall meet ordinarily every three (3) months and, extraordinarily, whenever convened by its Chairperson or by any of its members, by means of a written notice delivered at least ten (10) business days in advance, which shall include the agenda.

Paragraph 1 - As a matter of urgency, the meetings of the Board of Directors may be called by its Chairperson without compliance with the aforementioned period, provided that all other Board members are unequivocally aware of it. The calls may be made ~~by letter with return receipt, mail~~ fax or by any other means, electronic or any form in writing ~~not, which allows proof of receipt.~~

Paragraph 2 - Irrespective of the formalities under this article, a meeting of the Board of Directors shall be considered regular if all the Directors are in attendance.

ARTICLE 2019 The meetings of the Board of Directors will be called to order on first call with the attendance of the majority of its members and, on second call, with any number.

Paragraph 1 - The Chairperson of the Board of Directors shall preside over the meetings of the Board of Directors and shall appoint the secretary. In the event of temporary absence of the Chairperson of the Board of Directors, the Vice-Chairperson shall preside over these meetings or, if also absent, a Director voted for by the majority of the other members of the Board of Directors shall preside it, and appoint the secretary.

Paragraph 2 - In case of temporary absence of any member of the Board of Directors with no Alternate Director elected, such member of the Board of Directors may, subject to the matters to be addressed (i) cast their vote in writing, by letter or facsimile delivered to the Chairperson of the Board of Directors on the date of the meeting, or by digitally certified email; or (ii) be represented at the meetings by any other member, upon a written power of attorney with indication of their statement of vote on each of the items of the agenda, and each member cannot represent more than two (2) other members.

Paragraph 3 - In case of vacancy of the position of any member of the Board of Directors, the alternate shall be appointed by the remaining directors and shall serve until the first subsequent Shareholders' Meeting. In the event of a vacancy in the majority of the positions, a Shareholders' Meeting will be called for a new election to be held. For purposes of this paragraph, a vacancy occurs with the removal, death, resignation, proven impediment or disability.

Paragraph 4 - The resolutions of the Board of Directors will be taken by means of the favorable vote of the majority of the members in attendance, or who have stated their vote in accordance with Article 20, paragraph 1 of these Bylaws. In the event of a tie in the resolutions, the Chairperson of the Board of Directors, or the Member of the Board of Directors substituting for them, as the case may be, shall have the casting vote.

ARTICLE 210 The members of the Board of Directors cannot depart from their duties for more than thirty (30) consecutive days, under penalty of loss of term of office, except in case of leave granted by the Board of Directors itself.

ARTICLE 221 The meetings of the Board of Directors shall be held, preferably, at the principal place of business of the Company. Meetings shall be allowed by means of teleconference or videoconference, with recording and de-recording allowed. Such attendance shall be deemed a personal attendance at said meeting. In that case, members of the Board of Directors attending the Board meeting remotely may cast their votes on the date of the meeting by means of a letter or facsimile or digitally certified e-mail.

Paragraph 1 - At the end of the meeting, minutes shall be drawn, which shall be signed by all the Directors physically attending the meeting, and subsequently copied in the Company's Register of the Minutes of the Board of Directors. The votes cast by Directors attending remotely at the meeting or that have expressed their vote pursuant to article 20, paragraph 2 of these Bylaws shall be equally entered in the Company's Register of the Minutes of the Board of Directors, and a copy of the letter, fax or e-mail, as the case may be, containing the vote of the Director shall be included in the Register immediately after the minutes are drawn up.

Paragraph 2 - The minutes of the meetings of the Company's Board of Directors containing resolutions intended to produce effects before third parties shall be published and filed with the competent Commercial Registry.

Paragraph 3 - The Board of Directors may admit other attendees in its meetings, for the purpose of monitoring the resolutions and/or providing clarifications of any nature. However, such attendees shall not be entitled to the right to vote.

ARTICLE 232 The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:

- (a) approval of and/or any change to the Company's Business Plan;
- (b) approval of annual operational and investment budgets and checking of compliance therewith;
- (c) appointment and removal of the Executive Board members and determination of their powers, duties and compensation;
- (d) control of the officers' management, checking, at any time, of the Company's books and documents, request for information on contracts entered into or to be executed, and any other matters related to the officers' management;
- (e) convening the Shareholders' Meeting, when deemed appropriate;
- (f) statement about the management report and the Executive Board's accounts, and submission of the Company's financial statements for approval by the Shareholders' Meeting;
- (g) assessment and approval of ~~any~~ transactions carried out with ~~directly or indirectly~~ related parties, in accordance with the rules and legislation in force, in an amount equal to or greater than, in a single transaction or in a set of related transactions, fifty million reais (BRL 50,000,000.00);

(h) establishment, acquisition, **and/or** disposition ~~and/or encumbrance~~ of any interest in the capital stock, except for the organization of legal entities controlled by the Company, which have been organized ~~as a special purpose company for the~~ implementation of real property projects of the Company **and activities related to the corporate purpose, including the establishment of consortium;**

(i) disposition or encumbrance, in any way, of the Company's real estate, the transaction value of which exceeds BRL ~~50~~**100**,000,000.00 (~~fifty~~**one hundred** million reais);

(j) disposition or encumbrance, in any way, of other assets of the Company, the value of which exceeds, in one or more transactions of the same type, ~~within the period of twelve (12) months,~~ the amount of ~~fifty~~**one hundred** million reais (BRL ~~50~~**100**,000,000.00);

~~(k) retaining of service providers whose annual compensation exceeds the amount of fifteen million reais (BRL 15,000,000.00), unless said engagement was already approved in the Annual Budget;~~

~~(l)~~**(k)** granting and obtaining of loans, financing and/or discounts of trade notes or securitization of receivables, which value exceeds the amount of BRL ~~50~~**100**,000,000.00 (~~fifty~~**one hundred** million reais);

~~(m) performance of any other acts and signature of any documents binding the Company and/or releasing third parties from their responsibilities to the Company, involving amounts exceeding, in one or more transactions, within any period of twelve (12) months, the amount of ten million reais (BRL 10,000,000.00), except for the acquisition of land by the Company;~~

~~(n)~~**(l)** appointment and removal of independent auditors, which must be registered with the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM"), and holding of an annual audit with quarterly review of the Company;

~~(o)~~**(m)** resolution on the acquisition of shares issued by the Company, for purposes of cancellation or to be held in treasury, as well as on resale or new placement in the market, subject to the rules issued by the CVM and all other applicable legal provisions;

~~(p)~~**(n)** resolution on the issuance of bonds in the international market for public or private distribution, and decision on the terms and conditions of the issue;

~~(q)~~**(o)** resolution on the issuance of promissory notes (commercial papers) for public distribution in Brazil or abroad, as well as decision on the terms and conditions of the issue;

~~(r)~~**(p)** resolution on the issuance of debentures, including convertible debentures, for public or private distribution, as well as decision on the terms and conditions of the issuance, pursuant to Article 59, Paragraphs 1 and 2 of the Law of Corporations, and Article 6, Paragraph 2 of these Bylaws;

~~(s)~~**(q)** propose to the Shareholders' Meeting the statement of interim dividends, as well as interest on capital, pursuant to the Law of Corporations and other applicable laws;

~~(t)~~**(r)** approval of the Company's grant ~~of accommodations, suretyships, endorsements, and other forms~~ of guarantee favor of third parties, except for those whose purpose is to secure

obligations undertaken by the Company or its affiliated companies, ~~and~~ and subsidiaries and related to the fulfillment of the Company's corporate purpose, which value exceeds one hundred million reais (BRL 100,000,000.00); and

~~(u)~~(s) favorable or contrary statement with regard to any tender offer (OPA), the purpose of which is the shares issued by the Company, by means of a prior informed opinion, disclosed within fifteen (15) days from the publication of the tender offer (OPA) notice, which shall address at a minimum: (i) the convenience and timeliness of the tender offer (OPA) regarding the interest of the shareholders as a whole, including in relation to the price and potential impacts to liquidity of the shares; (ii) the repercussions of the tender offer (OPA) on the interests of the Company; (iii) the strategic plans disclosed by the offeror in relation to the Company; (iv) other topics that the Board of Directors deems relevant; and (v) regarding alternatives to accepting the tender offer (OPA) available on the market, as well as the information required by the applicable rules established by the CVM.

~~ARTICLE 24 — It is incumbent upon the Chairperson and the Vice Chairperson of the Board of Directors, jointly, to represent the Board of Directors at the Shareholders' Meetings.~~

ARTICLE 253 For its assistance, the Board of Directors may set out the creation of technical and advisory committees, temporary or permanent commissions or working groups with defined objectives and duties, composed of members of the Company's management bodies or not.

Paragraph 1 - It shall be incumbent upon the Board of Directors to establish the rules applicable to the committees, including rules on their composition, term of office, compensation and operation.

Paragraph 2 - Without prejudice to other committees that the Board of Directors may create, the Board of Directors must be permanently advised by an Audit Committee.

Paragraph 3 - The Audit Committee, an advisory body linked to the Company's Board of Directors, will have operational autonomy and its own budget approved by the Board of Directors, intended to cover operating expenses. The rules on composition, exercise of activities, powers and responsibilities of the members of the Fiscal Council, as well as its Bylaws, which shall be approved by the Board of Directors, shall comply with the rules set forth in CVM Resolution 23, or any rule that may replace it.

ARTICLE 264 The Executive Board shall be composed of at least two (2) and at most ~~four (4)~~five (5) members, shareholders or not, elected by the Board of Directors, being one (1) Chief Executive Officer, one

(1) Chief Financial and Investor Relations Officer and ~~two (2)~~three (3) Officers without specific designation whose terms of office shall be unified and with management terms of two (2) years, re-election allowed.

ARTICLE 275 In case of absence or temporary impediment of any officer, the Board of Directors shall appoint an alternate to perform the duties of the absent or impeded officer for the remaining term of office of the replaced officer, or elect a new officer to hold the position of the absent officer.

ARTICLE 286 The Executive Board shall hold a meeting whenever the corporate interests so require, and its resolutions shall be taken by a majority of votes.

Paragraph 1 - The meetings of the Executive Board shall be called by the Chief Executive Officer through registered letter, fax, email or notice delivered personally, against receipt, to all officers. The call for the meeting shall be waived when all officers are in attendance.

Paragraph 2 - The meetings of the Executive Board shall be called to order with the attendance of, at least, two (2) officers.

Paragraph 3 - An officer may be represented at the meetings, and may vote by means of letter, email, fax or power of attorney. The officer who submits their vote or is represented at the meetings as mentioned above shall be considered to be attending the meeting.

Paragraph 4 - The meetings of the Executive Board shall have minutes drawn up in proper books, which shall be signed by the officers in attendance.

ARTICLE 297 The Executive Board shall have powers of representation, administration and management of corporate affairs, and may, as provided for in these Bylaws, validly bind the Company, performing all acts and transactions necessary to achieve the corporate purposes, and decide on all matters not provided for in these Bylaws and do not fall within the exclusive powers of the Shareholders' Meeting or the Board of Directors.

ARTICLE 3028 It is incumbent upon the Chief Executive Officer to (i) represent the Company as a plaintiff or defendant, in its relations with third parties, in Court or out-of-court; (ii) call and chair the meetings of the Executive Board; (iii) supervise the corporate businesses, taking all measures that may be necessary; (iv) coordinate the activities of the other Officers; and (v) exercise other functions attributed to them by the Executive Board.

ARTICLE ~~31~~29 It is incumbent upon the Chief Financial and Investor Relations Officer, in addition to the other duties assigned to them by the Board of Directors, to (i) define the Company's financial strategies; (ii) direct the accounting, treasury, financial planning processes and investor relations; (iii) represent the Company before the bodies related to capital market activities; and (iv) as well as meeting the interests of investors.

ARTICLE 320 It is incumbent upon Officers without specific designation, further to the activities assigned to them by the Board of Directors, to exercise other functions assigned to them by the Chief Executive Officer.

ARTICLE ~~33~~1 Subject to the provisions of these Bylaws, representation of the Company as plaintiff or defendant in or out of court shall be carried out: (a) individually by the Chief Executive Officer or (b) by (i) two (2) Executive Officers jointly, or (ii) one (1) Executive Officer jointly with one (1) attorney-in-fact with specific powers, or (iii) two (2) attorneys-in-fact with such powers. The powers of attorney granted by the Company must be signed individually by the Chief Executive Officer; or by two (2) Executive Officers jointly; or individually by one (1) Executive Officer for acts provided for in paragraph 2 of this article. The powers of attorney granted by the Company must contain specific powers and a term of effectiveness not exceeding two (2) years (except for the granting of powers under the *ad judicium et extra* clause that the Executive Board may authorize in each case, which may exceed the term of two (2) years).

Paragraph 1 - Without prejudice to the provisions of the head provision, the Company may be represented by one (1) officer or further, by one (1) attorney-in-fact with specific powers acting individually, in the following cases:

- (a) in routine matters, such as the signature of contracts of any nature whose value does not exceed the amount of two hundred and fifty thousand reais (BRL 250,000.00), and representation before federal, state and municipal public or private bodies and entities, independent governmental agencies and government controlled companies, including, but not limited to, the National Institute of Social Security (INSS), Guarantee Fund for Length of Service (FGTS), managed by Caixa Econômica Federal, Internal Revenue Service, including IRS Agencies and Offices, State and/or Municipal Treasury Offices, Commercial Registries, Brazilian Patent and Trademark Office, Central Bank of Brazil, CVM, IBAMA and other environmental agencies, Securities, Commodities and Futures Exchange, State and Development Banks;
- (b) in transactions related to public deeds, in co-ownership acts, records and annotations at real estate and registry offices;
- (c) in the signature of correspondence on routine matters;
- (d) in the signature of lease agreements; and
- (e) in the Company's representation at Shareholders' Meetings of its subsidiaries and affiliated companies.

Paragraph 2 - The rule of the head provision of this article shall be observed for the performance of acts related to financial transactions, such as opening, transacting and closing bank accounts, authorizing debits, issuing, signing and endorsing checks, making deposits and withdrawals, making investments and redemptions, remitting and receiving payment orders, making loans and financing.

ARTICLE 342 The Fiscal Council, which shall operate on a non-permanent basis, shall be composed of at least three (3) and at most five (5) incumbent members with the same number of alternates, whether shareholders or not, elected and removable at any time by the Shareholders' Meeting. The Company's Fiscal Council shall be composed, installed and compensated in compliance with the legislation in force.

Paragraph 1 - The investiture of the members of the Fiscal Council, incumbent and alternate, shall depend on the signing of an Instrument of Investiture, which shall include their subjection to the arbitration clause set forth in article 486 of these Bylaws.

Paragraph 2 - In case of vacancy or impediment, the members of the Fiscal Council shall be replaced by their respective alternate.

Paragraph 3 - In case of vacancy of the position of Fiscal Council member, the respective alternate shall fill the position. If there is no alternate member, a Shareholders' Meeting shall be called to proceed with the election of a member for the vacant position.

Paragraph 4 - No person who maintains a relationship with a company that may be considered a competitor of the Company can be elected to the position of member of the Company's Fiscal Council, being prohibited, among other things, the election of the person who: (a) is an employee, shareholder or member of a tax, technical and management body of a competitor or of a controlling shareholder or subsidiary of a competitor; (b) is a spouse or relative up to the second degree of a member of a management, technical or tax body of a competitor or of a controlling shareholder or subsidiary of a competitor.

Paragraph 5 - If any shareholder intends to appoint one or more representatives to the Fiscal Council, and such individuals have not been members of the S Fiscal Council in the period subsequent to the last Annual Shareholders' Meeting, such shareholder shall send a written notice to the Company ten (10) business days before the date of the Shareholders' Meeting which will elect the Directors, informing the name, qualification and full resume of the candidates.

ARTICLE 353 When established, the Fiscal Council shall meet, in accordance with the applicable law, whenever necessary, and at least on a quarterly basis, to review the Company's financial statements.

Paragraph 1 - Irrespective of any formalities, a meeting shall be considered regular if all the members of the Fiscal Council are in attendance.

Paragraph 2 - The Fiscal Council shall make statements by an absolute majority of votes when a majority of its members is in attendance.

Paragraph 3 - All resolutions of the Fiscal Council shall be recorded in the minutes drawn up in the respective Register of Minutes and Opinions of the Fiscal Council and executed by the attending Directors.

CHAPTER VII

Fiscal Year, Financial Statements and Profit Allocation

ARTICLE 364 The fiscal year shall commence on January 1st and end on December 31st of each year. The Company undertakes to conduct an annual audit of its financial statements through independent auditors that are registered before the CVM.

Paragraph 1 - By resolution of the Board of Directors, the Company may (i) prepare semi-annual, quarterly or shorter-period balance sheets, and declare dividends or interest on the shareholders' equity of the profits ascertained in such balance sheets; or (ii) declare interim dividends or interest on the shareholders' equity, to the account "retained earnings" or "earnings reserves" in the last annual or semiannual balance sheet.

Paragraph 2 - Distributed interim or periodic dividends and interest on the shareholders' equity may be allocated to the mandatory dividend provided for in paragraph 3 of article 37 below.

ARTICLE 375 Accrued losses, if any, and provision for income tax and social contribution on profit shall be deducted from the profit and loss, prior to any sharing.

Paragraph 1 - Of the remaining balance, the Shareholders' Meeting may allocate to the Managers a share of the profit corresponding to up to one tenth of the profits for the fiscal year. Such profit

sharing depends on the attribution to the shareholders of the mandatory dividend provided for in paragraph 3 of this article.

Paragraph 2 - The net income for the fiscal year shall be allocated as follows:

- (a) Before any other distribution, five percent (5%) will be allocated to the legal reserve, which shall not exceed twenty percent (20%) of the capital stock. In a fiscal year in which the balance of the legal reserve, with addition of the amounts of the capital reserve referred to in paragraph 1 of Article 182 of the Law of Corporations, exceeds thirty percent (30%) of the capital stock, it will not be mandatory to allocate a portion of the net income for the fiscal year to the legal reserve;
- (b) a portion, as proposed by the Managers, may be allocated to contingency reserves and reversion of such reserves formed in previous fiscal years, in accordance with Article 195 of the Law of Corporations;
- (c) a portion of net income for the year, minus or plus the amounts described in items (a) and (b) above, shall be allocated for payment of the mandatory annual dividends to shareholders, subject to the provisions of paragraph 4 of this article;
- (d) in the fiscal year in which the amount of the mandatory dividend, calculated pursuant to paragraph 4 of this article, exceeds the realized portion of the fiscal year's net income, the shareholders may at a Shareholders' Meeting, as proposed by the management, allocate the excess amount to future unrealized profit reserve, in compliance with provisions of Article 197 of the Law of Corporations;
- (e) a portion, as proposed by Management, may be retained based on capital stock budget previously approved, pursuant to Article 196 of the Law of Corporations;
- (f) the Company may establish a legal profit reserve, corresponding to up to seventy-five percent (75%) of the net income, less the percentages allocated to create a legal reserve, contingency reserve and unrealized profit reserve, purpose of which shall be the funding of additional investments of fixed and working capital, and the expansion of the activities of the Company and/or its subsidiaries and affiliated companies, including through subscription of capital increases or creation of new ventures. The sum of the reserves, except for unrealized profit reserve and contingency reserve, shall not exceed one hundred percent (100%) of the Company's subscribed capital stock and to which limited resources shall be attributed to the net income remaining after the legal and statutory deductions; and
- (g) the balance shall be allocated as determined by the Shareholders' Meeting, subject to the legal provisions.

Paragraph Three - Shareholders are assured the right to receive an annual mandatory dividend of not less than twenty-five percent (25%) of the net income for the fiscal year, plus or minus the following amounts: (i) amount allocated to creating legal reserve; (ii) amount for the creation of reserves for contingencies and for the reversion of the same reserves created in the previous fiscal years; and (iii) amount resulting from the reversion of the unrealized profit reserve created in prior years, pursuant to article 202, item II, of the Law of Corporations.

Paragraph Four - Payment of the mandatory dividend may legally be limited to the amount of the net income realized.

ARTICLE 386 Upon the proposal of the Executive Board and with the approval of the Board of Directors, *ad referendum* of the Shareholders' Meeting, the Company may pay or credit interest to the shareholders, in the quality of compensation of shareholders' equity, subject to the applicable legislation. Any amounts paid thereunder may be offset against the mandatory dividend set forth in these Bylaws.

Paragraph 1 - In case of interest credit to shareholders during the fiscal year and its attribution to the amount of the mandatory dividend, shareholders shall be ensured of payment of any remaining balance. In the event the amount of dividends is lower than the amount credited to the shareholders, the Company will not be allowed to collect the excess balance from the shareholders.

Paragraph 2 - The effective payment of interest on shareholders' equity, provided that crediting occurred during the fiscal year, shall be made by means of a resolution of the Board of Directors, in the course of the fiscal year or of the following fiscal year.

ARTICLE 397 The Company may prepare balance sheets each semester, or more frequently, and declare, by resolution of the Board of Directors:

- (a) the payment of dividends or interest on the shareholders' equity, from the income calculated in a semiannual statement of financial position, attributed to the mandatory dividend amount, if any;
- (b) the distribution of dividends for periods of less than six (6) months, or interest on the shareholders' equity, against the amount of mandatory dividend, if any, provided that the total dividend paid in each six-month period of a fiscal year does not exceed the amount of capital reserves; and
- (c) the payment of interim dividends or interest on the shareholders' equity, to the account retained earnings or earnings reserves in the last annual or semiannual balance sheet, attributed to the amount of mandatory dividend, if any.

ARTICLE 4038 The Shareholders' Meeting may resolve on the capitalization of earnings or capital reserve, including those created in interim balance sheets, with due regard for the applicable law.

CHAPTER VIII

Disposal of Controlling Interest and Shareholding Dispersion

ARTICLE 4139 The disposal of Control of the Company, directly or indirectly, through a single transaction or successive transactions, shall be contracted under the condition that the acquirer of Control undertakes to make a public tender offer ("OPA") aimed at the shares issued by the Company owned by the other shareholders, subject to the conditions and terms set forth in the legislation and regulations in force, and in the Novo Mercado Regulation, to make sure that they will receive treatment equal to that given to the transferor.

Paragraph 1 - In the event of indirect disposal of Control, the acquirer shall disclose the amount attributed to the Company for purposes of setting the price of the OPA, and disclose a justified statement of that amount.

Paragraph 2 - For the purposes of this article, "Control" and its related terms means the power effectively used by a shareholder to direct the corporate affairs and establish guidelines for the operation of the Company's bodies, directly or indirectly, *de jure or de facto*, regardless of ownership interest held.

ARTICLE 420 Any person who acquires or becomes the holder of shares issued by the Company in an amount equal to or in excess of thirty percent (30%) shall, within a maximum period of thirty (30) days as of the date of the acquisition or the event that resulted in the ownership of shares in an amount equal to or in excess of thirty percent (30%) of the total number of shares issued by the Company, register or cause the registration of, as the case may be, the tender offer (OPA) for all shares issued by the Company, subject to the provisions in the applicable CVM regulations, the Novo Mercado Regulation, other regulations of the B3 and this article.

Paragraph 1 - The tender offer (OPA) shall be **(i)** indistinctively addressed to all shareholders of the Company; **(ii)** made in an auction to be held at B3, **(iii)** launched at the price determined in accordance with the provisions of paragraph 2 of this article; and **(iv)** paid in cash, in Brazilian currency, upon the acquisition in the tender offer (OPA) of shares issued by the Company.

Paragraph 2 - The acquisition price in the tender offer (OPA) of each share issued by the Company may not be less than the higher of **(i)** one hundred and fifty percent (150%) of the highest unit quotation reached by the shares issued by the Company during the twelve (12) months prior to the tender offer (OPA) on any stock exchange in which the Company's shares are traded; **(ii)** one hundred and fifty percent (150%) of the highest unit price paid by the person who acquires or becomes the holder of shares issued by the Company under the terms of the head provision of this article, at any time, for a share or batch of shares issued by the Company; and **(iii)** the value of the Company and its shares to be determined by a specialized company, using a recognized methodology or based on another discretion to be defined by CVM.

Paragraph 3 - The holding of the tender offer (OPA) mentioned in the head provision of this article shall not exclude the possibility of another shareholder of the Company, or if applicable, the Company itself, making a competing tender offer (OPA), pursuant to the applicable regulation.

Paragraph 4 - The acquirer will be required to meet any requests or requirements of CVM and B3, made based on the applicable legislation, relative to the tender offer (OPA), within the maximum terms set forth in the applicable regulation.

Paragraph 5 - The provisions of this article are not applicable if a person acquires or becomes the holder of shares issued by the Company in a quantity greater than thirty percent (30%) of the total shares issued by the Company as a result of **(i)** legal succession, under the condition that the shareholder disposes of the surplus shares within sixty (60) days as from the relevant event; **(ii)** merger of another company into the Company, **(iii)** merger of shares of another company into the Company, or **(iv)** subscription of shares of the Company made in a single primary issue that is approved in a Shareholders Meeting of the Company, according to the rules in the applicable regulations; or **(v)** the equity interest that makes up the Company's Control and its additions, the interest in a voting agreement, executed for the purposes of controlling the Company, with the Controlling shareholder(s) or the acquisition of shares linked to a voting agreement with the Controlling shareholder(s), directly or indirectly.

Paragraph 6 - For the purposes of calculating the percentage of thirty percent (30%) of the total shares issued by the Company described in the head provision of this article: **(i)** the interest of a given person will be computed together with its related parties, understood as the persons who control it, the investment vehicles under common control and the investment vehicles under the same management, directly or indirectly; and **(ii)** involuntary increases in ownership interest resulting from the cancellation of treasury shares or the reduction of the Company's capital stock with the cancellation of shares will not be computed.

CHAPTER IX

Withdrawal from the Novo Mercado

Section I

Miscellaneous

ARTICLE 420 The Company's withdrawal from the Novo Mercado segment may occur, pursuant to Sections II and III below, as a result of:

- (a) the decision of the controlling shareholder or of the Company;
- (b) non-compliance with the obligations of the Novo Mercado Regulation; and
- (c) cancellation of registration of the Company as publicly-held company or conversion of registration category with CVM, in which case the provisions of the legislation and regulations in force must be observed.

Section II

Voluntary Withdrawal

ARTICLE 442 Voluntary withdrawal from the Novo Mercado shall be granted by B3, only if preceded by a tender offer (OPA) that observes the procedures set forth in CVM Instruction no. 361, dated March 5, 2002, as amended, for cancellation of registration as publicly-held company and in the Novo Mercado Regulation.

Paragraph 1 - Voluntary withdrawal from the Novo Mercado may occur, regardless of the tender offer (OPA) mentioned in this article in the event of a waiver approved at a Shareholders' Meeting.

Paragraph 2 - The Shareholders' Meeting referred to in paragraph 1 above shall be called to order (i) on first call with the attendance of shareholders representing at least two thirds (2/3) of the total Outstanding Shares; and, if said quorum is not reached, (ii) on second call, with the attendance of any number of shareholders holding Outstanding Shares.

Paragraph 3 - The resolution on the waiver of a tender offer (OPA) shall occur by a majority of votes of the shareholders holding Outstanding Shares attending the Shareholders' Meeting, pursuant to the Novo Mercado Regulation.

Paragraph 4 - For the purposes of this article 442, "Outstanding Shares" means all shares issued by the Company, except for (i) those held by the controlling shareholder(s), persons related to it (them), and the managers of the Company; and (ii) those held in treasury.

Section III

Mandatory Withdrawal

ARTICLE 453 The application of penalty of mandatory withdrawal from the Novo Mercado depends on the holding of a tender offer (OPA), with the same characteristics as the tender offer (OPA) resulting from voluntary withdrawal from the Novo Mercado, as provided for in article 42 above.

Sole Paragraph - In case the percentage of approval of the tender offer (OPA) equivalent to one third (1/3) of the outstanding shares is not reached, after the holding of the tender offer (OPA), the shares issued by the Company shall be traded for a period of six (6) months in said segment, counted from the holding of the tender offer (OPA) auction, without prejudice to the application of a monetary penalty.

CHAPTER X

Corporate Restructuring

ARTICLE 464 In the event of a corporate reorganization involving the transfer of the Company's shareholding base, the resulting companies shall apply for entry into the Novo Mercado, within one hundred and twenty (120) days from the date of the Shareholders' Meeting that resolved on said reorganization.

Sole Paragraph - Should the reorganization involve resulting companies that do not wish to apply for entry into the Novo Mercado, the majority of the holders of the Company's Outstanding Shares attending the Shareholders' Meeting shall approve such structure.

CHAPTER XI

Arbitral Tribunal

ARTICLE 475 The Company, its shareholders, managers and members of the Fiscal Council, incumbent and alternates, when installed, undertake to resolve, through arbitration before the Market Arbitration Chamber, pursuant to its regulation, any dispute that may arise among them, related to or arising from their capacity as issuer, shareholders, managers, and members of the Fiscal Council, in particular, arising from the provisions contained in Law No. 6,385, dated December 7, 1976, as amended, in the Law of Corporations, in the Company's Bylaws, in the standards issued by the National Monetary Council, by the Central Bank of Brazil and CVM, as well as in the other standards applicable to the operation of the capital market in general, in addition to those contained in the Novo Mercado Regulation, all other regulations of B3 and the Novo Mercado Joining Agreement.

CHAPTER XII

Winding up

ARTICLE 486 The Company shall be wound up and undergo winding up in the cases provided for in law, and the Shareholders' Meeting shall provide the winding up method, appoint the liquidator and the Fiscal Council that will manage the Company during the winding up period.

CHAPTER XIII

Miscellaneous

ARTICLE 497 The Company shall comply with the shareholders' agreements filed at its principal place of business and that are in force on the applicable date of resolution, and it shall be expressly forbidden to the members of the presiding office of the Shareholders' Meeting or of the Board of Directors to accept the statement of vote of any shareholder who has signed a shareholders' agreement, duly filed at the company's principal place of business, which has been cast in disagreement with what had been covenanted in such agreement, and the Company shall also be expressly forbidden from accepting and making transfers of shares and/or encumbering and/or assigning the preemptive right to subscribe the shares and/or other securities that does not comply with the provisions and regulations contained in the shareholders' agreement.

Sole Paragraph - Capitalized terms used, but not defined herein, have the meaning attributed thereto in the Shareholders' Agreement.

~~**ARTICLE 50** — The provisions in head provision of article 1, sole paragraph, article 11, “m”, article 17, paragraph 1, paragraph 2, article 23, “u”, article 51, Chapter VIII, Chapter IX, Chapter X and Chapter XI of these Bylaws shall only be effective as of the date on which the (i) corporate transaction comprising the partial spin-off of MRV Engenharia e Participações S.A. (“MRV”), whose spun-off assets shall comprise exclusively the equity interest held by MRV in the Company, followed by the merger of the spun-off portion by the Company, disclosed under the terms of the Material Facts of MRV and the Company dated October 29, 2018, is duly approved by the shareholders of MRV and the Company meeting at a Shareholders' Meeting to be called for this purpose (“Corporate Transaction”); and (ii) the Company's effective entry into the special listing segment called Novo Mercado has occurred (“Novo Mercado Listing”). Furthermore, the Shareholders' Agreement currently in force will only cease to be effective after the approval of the Corporate Transaction and the Novo Mercado Listing.~~

ARTICLE 5148 Cases not provided for in these Bylawsshall be resolved by the Shareholders' Meeting and regulated according to the provisions of the Law of Corporations and the Novo Mercado Regulation.

ARTICLE 5249 Pursuant to the provisions of article 45 of the Brazilian Corporation Law, the amount of the reimbursement to be paid to dissenting shareholders shall be based on the equity value reported in the last balance sheet approved at the Shareholders' Meeting.

* * *

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

NIRE (State Registration) 31.300.027.261

**MANAGEMENT PROPOSAL TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING
TO BE HELD ON APRIL 17, 2025**

EXHIBIT IX

(pursuant to Article 33, item XIII, of CVM Resolution 80)

BYLWAS

(clean version)

CHAPTER I

Corporate Name, Principal Place of Business, Jurisdiction and Duration

ARTICLE 1 The corporation operates under the corporate name of LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Company"), which is governed by these Bylaws and applicable legal provisions, particularly Law No. 6,404, of December 15, 1976 (as amended, the "Law of Corporations"), the Novo Mercado Regulation of B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, in effect as of January 2, 2018 ("Novo Mercado Regulation" and "B3," respectively), by these Bylaws and other legal provisions and rules applicable thereto.

Sole Paragraph - By entering the special listing segment referred to as Novo Mercado of B3 ("Novo Mercado"), the Company, its shareholders, including controlling shareholders, managers and members of the Fiscal Council, when installed, are subject to the provisions of the Novo Mercado Regulation.

ARTICLE 2 The Company has its principal place of business and jurisdiction at Avenida Professor Mário Werneck, no. 621, 10º Andar - Conj. 02, bairro Estoril, in the municipality of Belo Horizonte, State of Minas Gerais, Zip Code (CEP) 30.455-610.

Sole Paragraph - The Company may, upon resolution of the Executive Board open, transfer and/or close branches in Brazil or abroad.

ARTICLE 3 The Company has undetermined duration.

CHAPTER II

Corporate Purpose

ARTICLE 4 The purpose of the Company is: (i) the management of its own assets and those of third parties; (ii) the provision of engineering and residential and/or commercial property construction services;

(iii) the merger, construction, sale, leasing, and related services, including real estate consulting on, owned or third-party, residential and/or commercial properties; (iv) intermediation in the supply of goods and services in the commercial real estate segment; and (v) the holding of interest in other companies, as partner or shareholder.

CHAPTER III

Capital Stock and Shares

ARTICLE 5 The capital stock is two billion, seven hundred and fifty-three million, nine hundred and seventy-six thousand, two hundred and eighty-five reais and seventy-three centavos (BRL 2,753,976,285.73), fully subscribed and paid up, divided into eighty-seven million, eight hundred and fifty-nine thousand, one hundred and fifty-four (87,859,154) common shares, all registered, book-entry and with no par value.

Paragraph 1 - The Company's capital stock shall be represented exclusively by common shares.

Paragraph 2 - Each registered common share entitles the holder thereof to one vote in the resolutions of the Shareholders' Meetings of the Company.

Paragraph 3 - The shares shall be indivisible in relation to the Company. Where more than one person owns one share, the rights conferred upon the share shall be exercised by the co-ownership representative.

Paragraph 4 - The shareholders have preemptive rights, in proportion to their respective interests, in the subscription of shares, convertible debentures, or warrants issued by the Company, which may be exercised within a legal term of thirty (30) days.

Paragraph 5 - The Company cannot issue profit sharing bonds.

ARTICLE 6 The Company is authorized to increase the capital stock up to the limit of three billion, seven hundred million reais (BRL 3,700,000,000.00), including common shares already issued, regardless of an amendment to the Bylaws.

Paragraph 1 - The capital stock increase provided for in the head provision above shall be made upon a resolution of the Board of Directors, which shall be responsible for establishing the conditions for issuance, including price, term and payment method thereof. In the event of subscription with payment in assets, the power to increase the capital stock shall be of the Shareholders' Meeting, after hearing the Fiscal Council, if installed.

Paragraph 2 - Within the limit of the authorized capital stock, the Company may issue common shares, convertible debentures, and warrants, subject to the provisions of articles 75 and 59, paragraph 2, of the Brazilian Corporation Law. For the purposes of articles 76 and 59, paragraph 2, of the Brazilian Corporation Law, warrants and convertible debentures may be issued upon a resolution of the Board of Directors.

Paragraph 3 - In the event of a capital stock increase within the authorized capital limit provided for in the head provision above, whose purpose is the public subscription of shares, at the discretion of the Board of Directors, the preemptive right may be excluded or the term for its exercise reduced, in relation to the issuance of common shares, debentures convertible into common shares and warrants, whose placement is made through (i) sale at a stock exchange or public subscription, or (ii) exchange of shares, in a tender offer (OPA) for acquisition of control, pursuant to the law and within the limit of the authorized capital.

ARTICLE 7 The Company may, upon resolution of the Board of Directors, acquire its own shares to be held in treasury and subsequently sold, or for cancellation, up to the amount of the reserves and profit balance, except for the legal reserve, with no reduction of the capital stock, subject to the applicable legal and regulatory provisions.

ARTICLE 8 The Company may, upon resolution of the Board of Directors and in accordance with the plan approved by the Shareholders' Meeting, pursuant to paragraph 3 of article 168 of the Law of Corporations, grant a stock option to its managers and employees, within the limits of the authorized capital stock, which option may be extended to the managers and employees of companies directly or indirectly controlled by the Company.

CHAPTER IV **Shareholders' Meeting**

ARTICLE 9 The Shareholders' Meeting, which is the decision-making body of the Company, shall be held at its principal place of business (i) annually, within the four (4) months following the end of the fiscal year, to resolve on the matters set forth in Article 132 of the Law of Corporations; and (ii) extraordinarily, whenever corporate interests so require.

Paragraph 1 - The Shareholders' Meetings shall be convened by the Chairperson of the Board of Directors in the manner and within the timeframes provided for by law, and shall be presided over by the Chairperson of the Board of Directors or by whoever he designates. In the absence of the Chairperson, the Shareholders' Meeting shall be chaired by the Vice-Chairperson of the Board of Directors, or by whoever the Vice-Chairperson designates. The chairperson of the Shareholders' Meeting will select one person in attendance to act as secretary.

Paragraph 2 - The shareholder may be represented at the Shareholders' Meeting by an attorney-in-fact appointed less than one (1) year before, who is a shareholder, manager of the Company or lawyer, or further, by an attorney-in-fact that is a financial institution, being it incumbent upon the manager of the investment funds to represent the co-owners.

ARTICLE 10 The minutes of the Shareholders' Meetings may be drawn up as a summary of the facts occurred, including dissents and challenges, containing the transcription of the resolutions taken, in compliance with the provisions of the Law of Corporations.

ARTICLE 11 The Shareholders' Meeting of the Company shall have the powers to decide on the following

matters, in addition to those provided for in law:

- (a) amendment to the Company's Bylaws;
- (b) election and removal, at any time, of the members of the Company's Board of Directors;
- (c) set the overall compensation of the members of the Board of Directors and of the Executive Board, as well as the compensation of the members of the Fiscal Council, if installed;
- (d) review of the managers' accounts;
- (e) review, discussion and resolution on the financial statements submitted by management bodies;
- (f) issuance of any security, including, but not limited to, shares, warrants, and stock options, except for the issuance of debentures, pursuant to article 59, paragraphs 1 and 2, of the Law of Corporations, and articles 6, paragraph 2, and 23, "s", of these Bylaws, which resolution shall be the responsibility of the Board of Directors;
- (g) suspension of the exercise of any right provided for in these Bylaws;
- (h) appraisal and checking of the assets used by the shareholders to increase the Company's capital stock;
- (i) conversion, consolidation, spin-off, merger or similar commercial operation involving the Company; its winding up and liquidation, and the election and removal of liquidators and approval of their accounts;
- (j) filing for bankruptcy or out-of-court or court-supervised reorganization of the Company by the Company's Officers or its liquidation or winding up;
- (k) reduction of the mandatory minimum dividend or distribution of dividends in amounts other than those provided for in the Company's Bylaws, and payment of interest on shareholders' equity or the making of withholdings;
- (l) constitution of reserves, funds or accounting provisions that have an impact on the rights and interests of shareholders;
- (m) involvement of the Company in businesses not related to its corporate purpose;
- (n) the creation, implementation, amendment or approval of any option or participation based on the Company's compensation and benefit plans, programs and policies, or approval of grants according to plans based on existing participation or option; and
- (o) waiver of the holding of a tender offer (OPA) for withdrawal from the Novo Mercado.

ARTICLE 12 The resolutions of the Shareholders' Meetings, subject to the exceptions under the Law of Corporations, shall be taken by absolute majority of votes of those present, blank votes not counted.

CHAPTER V

Management

ARTICLE 13 The Company shall be managed by a Board of Directors and an Executive Board, pursuant to the powers conferred on them by the applicable legislation and these Bylaws.

ARTICLE 14 The investiture of the members of the Board of Directors, incumbent and alternate, and of the Executive Board, will be conditional of the signature of an Instrument of Investiture, which shall include their subjection to the arbitration clause set forth in article 45 of these Bylaws.

ARTICLE 15 The Annual Shareholders' Meeting will define the overall annual compensation of the Company's managers, and it shall be incumbent upon the Board of Directors to decide on the allocation thereof.

ARTICLE 16 The Board of Directors shall be composed of at least three (3) and at most nine (9) incumbent members, all elected and removable by the Shareholders' Meeting, and whose terms of office shall be unified and have a duration of two (2) years as from the date of election, reelection allowed.

Paragraph 1 - At least two (2), or twenty percent (20%), whichever is higher, of the members of the Board of Directors shall be independent directors, as defined in the Novo Mercado Regulation, and the characterization of those appointed to the Board of Directors as independent directors shall be decided at the Shareholders' Meeting that elects them, and the director(s) elected by means of the powers under Article 141, Paragraphs 4 and 5 of the Law of Corporations is(are) also considered independent director(s), should there be a controlling shareholder.

Paragraph 2 - Where the result generates a fractional number as a result of the calculation of the percentage referred to in the paragraph above, the Company shall proceed to the rounding up to the next higher whole number.

Paragraph 3 - The members of the Board of Directors may be removed at any time by the Shareholders' Meeting and shall remain in office in their respective positions until the investiture of their successors.

Paragraph 4 - The members of the Board of Directors shall have an unblemished reputation, and a member of the Board of Directors cannot be elected, unless the Shareholders' Meeting decides on a waiver, in case they: (i) hold positions in companies considered to be competitors of the Company; or (ii) own or represent an interest conflicting with that of the Company. A member of the Board of Directors cannot exercise the right to vote if the impediment factors addressed in this paragraph are subsequently identified.

Paragraph 5 - The member of the Board of Directors shall have no access to information or attend the Board of Directors' meetings, in connection with matters in which they have an interest, or which represent a conflict of interest with those of the Company.

Paragraph 6 - The Shareholders' Meeting that resolves on the election of the incumbent members of the Board of Directors shall resolve on the number of alternate members of the Board of Directors to be elected, and such number may be changed at any time, at the discretion of the Shareholders' Meeting.

Paragraph 7 - In case of absence or temporary impediment of any member of the Board of Directors, the respective alternate shall take over the duties during the absence or temporary impediment.

ARTICLE 17 The Board of Directors shall have one (1) Chairperson and one (1) Vice-Chairperson, who shall

be elected by an absolute majority of the votes of those attending the first meeting of the Board of Directors held immediately after the investiture of said members, or whenever there is a vacancy of said positions. In the event of absence or temporary impediment of the Chairperson of the Board of Directors, the Vice-Chairperson shall take over the duties of the Chairperson. In the event of absence or temporary impediment of the Vice-Chairperson of the Board of Directors, the duties of the Chairperson shall be performed by another member of the Board of Directors chosen by a majority vote of the other members of the Board of Directors, with the chairperson of the meeting being responsible for appointing the secretary.

Sole Paragraph - The positions of Chairperson of the Board of Directors and Chief Executive Officer or chief executive of the Company cannot be held by the same person.

ARTICLE 18 The Board of Directors shall meet ordinarily every three (3) months and, extraordinarily, whenever convened by its Chairperson or by any of its members, by means of a written notice delivered at least ten (10) business days in advance, which shall include the agenda.

Paragraph 1 - As a matter of urgency, the meetings of the Board of Directors may be called by its Chairperson without compliance with the aforementioned period, provided that all other Board members are unequivocally aware of it. Calls may be made by email or any other written form.

Paragraph 2 - Irrespective of the formalities under this article, a meeting of the Board of Directors shall be considered regular if all the Directors are in attendance.

ARTICLE 19 The meetings of the Board of Directors meetings will be called to order on first call with the attendance of the majority of its members and, on second call, with any number.

Paragraph 1 - The Chairperson of the Board of Directors shall preside over the meetings of the Board of Directors and shall appoint the secretary. In the event of temporary absence of the Chairperson of the Board of Directors, the Vice-Chairperson shall preside over these meetings or, if also absent, a Director voted for by the majority of the other members of the Board of Directors shall preside it, and appoint the secretary.

Paragraph 2 - In case of temporary absence of any member of the Board of Directors with no Alternate Director elected, such member of the Board of Directors may, subject to the matters to be addressed (i) cast their vote in writing, by letter or facsimile delivered to the Chairperson of the Board of Directors on the date of the meeting, or by digitally certified email; or (ii) be represented at the meetings by any other member, upon a written power of attorney with indication of their statement of vote on each of the items of the agenda, and each member cannot represent more than two (2) other members.

Paragraph 3 - In case of vacancy of the position of any member of the Board of Directors, the alternate shall be appointed by the remaining directors and shall serve until the first subsequent Shareholders' Meeting. In the event of a vacancy in the majority of the positions, a Shareholders' Meeting will be called for a new election to be held. For purposes of this paragraph, a vacancy occurs with the removal, death, resignation, proven impediment or disability.

Paragraph 4 - The resolutions of the Board of Directors will be taken by means of the favorable vote of the majority of the members in attendance, or who have stated their vote in accordance with Article 20, paragraph 1 of these Bylaws. In the event of a tie in the resolutions, the Chairperson of the Board of Directors, or the Member of the Board of Directors substituting for them, as the case may be, shall have the casting vote.

ARTICLE 20 The members of the Board of Directors cannot depart from their duties for more than thirty (30) consecutive days, under penalty of loss of term of office, except in case of leave granted by the Board of Directors itself.

ARTICLE 21 The meetings of the Board of Directors shall be held, preferably, at the principal place of business of the Company. Meetings shall be allowed by means of teleconference or videoconference, with recording and de-recording allowed. Such attendance shall be deemed a personal attendance at said meeting. In that case, members of the Board of Directors attending the Board meeting remotely may cast their votes on the date of the meeting by means of a letter or facsimile or digitally certified e-mail.

Paragraph 1 - At the end of the meeting, minutes shall be drawn, which shall be signed by all the Directors physically attending the meeting, and subsequently copied in the Company's Register of the Minutes of the Board of Directors. The votes cast by Directors attending remotely at the meeting or that have expressed their vote pursuant to article 20, paragraph 2 of these Bylaws shall be equally entered in the Company's Register of the Minutes of the Board of Directors, and a copy of the letter, fax or e-mail, as the case may be, containing the vote of the Director shall be included in the Register immediately after the minutes are drawn up.

Paragraph 2 - The minutes of the meetings of the Company's Board of Directors containing resolutions intended to produce effects before third parties shall be published and filed with the competent Commercial Registry.

Paragraph 3 - The Board of Directors may admit other attendees in its meetings, for the purpose of monitoring the resolutions and/or providing clarifications of any nature. However, such attendees shall not be entitled to the right to vote.

ARTICLE 22 The primary purpose of the Board of Directors is to direct the Company's business as a whole, and control and supervise its performance, in particular:

- (a) approval of and/or any change to the Company's Business Plan;
- (b) approval of annual operational and investment budgets and checking of compliance therewith;
- (c) appointment and removal of the Executive Board members and determination of their powers, duties and compensation;
- (d) control of the officers' management, checking, at any time, of the Company's books and documents, request for information on contracts entered into or to be executed, and any other matters related to the officers' management;

- (e) convening the Shareholders' Meeting, when deemed appropriate;
- (f) statement about the management report and the Executive Board's accounts, and submission of the Company's financial statements for approval by the Shareholders' Meeting;
- (g) assessment and approval of transactions carried out with related parties, in accordance with the rules and legislation in force, in an amount equal to or greater than, in a single transaction or in a set of related transactions, fifty million reais (BRL 50,000,000.00);
- (h) establishment, acquisition, and/or disposition disposal of any interest in the capital stock, except for the organization of legal entities controlled by the Company, which have been organized for the implementation of real property projects of the Company and activities related to the corporate purpose, including the establishment of consortium;
- (i) disposition or encumbrance of the Company's properties, which transaction value exceeds one hundred million reais (BRL 100,000,000.00);
- (j) disposition or encumbrance in any manner of other assets of the Company, the value of which exceeds, in one or more transactions of the same type, the amount of one hundred million reais (BRL 100,000,000.00);
- (k)
- (l) granting and obtaining of loans, financing and/or discounts of trade notes or securitization of receivables, which value exceeds the amount of one hundred million reais (BRL 100,000,000.00);
- (m)
- (n) appointment and removal of independent auditors, which must be registered with the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM"), and holding of an annual audit with quarterly review of the Company;
- (o) resolution on the acquisition of shares issued by the Company, for purposes of cancellation or to be held in treasury, as well as on resale or new placement in the market, subject to the rules issued by the CVM and all other applicable legal provisions;
- (p) resolution on the issuance of bonds in the international market for public or private distribution, and decision on the terms and conditions of the issue;
- (q) resolution on the issuance of promissory notes (commercial papers) for public distribution in Brazil or abroad, as well as decision on the terms and conditions of the issue;
- (r) resolution on the issuance of debentures, including convertible debentures, for public or private distribution, as well as decision on the terms and conditions of the issuance, pursuant to Article 59, Paragraphs 1 and 2 of the Law of Corporations, and Article 6, Paragraph 2 of these Bylaws;
- (s) propose to the Shareholders' Meeting the statement of interim dividends, as well as interest on shareholders' equity, pursuant to the Law of Corporations and other applicable laws;
- (t) approval of the Company's grant of guarantee in favor of third parties, except for those whose purpose is to secure obligations undertaken by the Company or its affiliated companies, and subsidiaries and related to the fulfillment of the Company's corporate purpose, which value exceeds one hundred million reais (BRL 100,000,000.00); and
- (u) favorable or contrary statement with regard to any tender offer (OPA), the purpose of which is the shares issued by the Company, by means of a prior informed opinion, disclosed within fifteen (15) days from the publication of the tender offer (OPA) notice, which shall address

at a minimum: (i) the convenience and timeliness of the tender offer (OPA) regarding the interest of the shareholders as a whole, including in relation to the price and potential impacts to liquidity of the shares; (ii) the repercussions of the tender offer (OPA) on the interests of the Company; (iii) the strategic plans disclosed by the offeror in relation to the Company; (iv) other topics that the Board of Directors deems relevant; and (v) regarding alternatives to accepting the tender offer (OPA) available on the market, as well as the information required by the applicable rules established by the CVM.

ARTICLE 23 For its assistance, the Board of Directors may set out the creation of technical and advisory committees, temporary or permanent commissions or working groups with defined objectives and duties, composed of members of the Company's management bodies or not.

Paragraph 1 - It shall be incumbent upon the Board of Directors to establish the rules applicable to the committees, including rules on their composition, term of office, compensation and operation.

Paragraph 2 - Without prejudice to other committees that the Board of Directors may create, the Board of Directors must be permanently advised by an Audit Committee.

Paragraph 3 - The Audit Committee, an advisory body linked to the Company's Board of Directors, will have operational autonomy and its own budget approved by the Board of Directors, intended to cover operating expenses. The rules on composition, exercise of activities, powers and responsibilities of the members of the Fiscal Council, as well as its Bylaws, which shall be approved by the Board of Directors, shall comply with the rules set forth in CVM Resolution 23, or any rule that may replace it.

ARTICLE 24 The Executive Board shall be composed of at least two (2) and at most five (5) members, shareholders or not, elected by the Board of Directors, being one (1) Chief Executive Officer, one (1) Chief Financial and Investor Relations Officer and two (3) (sic) Officers without specific designation whose terms of office shall be unified and with management terms of two (2) years, re-election allowed.

ARTICLE 25 In case of absence or temporary impediment of any officer, the Board of Directors shall appoint an alternate to perform the duties of the absent or impeded officer for the remaining term of office of the replaced officer, or elect a new officer to hold the position of the absent officer.

ARTICLE 26 The Executive Board shall hold a meeting whenever the corporate interests so require, and its resolutions shall be taken by a majority of votes.

Paragraph 1 - The meetings of the Executive Board shall be called by the Chief Executive Officer through registered letter, fax, email or notice delivered personally, against receipt, to all officers. The call for the meeting shall be waived when all officers are in attendance.

Paragraph 2 - The meetings of the Executive Board shall be called to order with the attendance of,

at least, two (2) officers.

Paragraph 3 - An officer may be represented at the meetings, and may vote by means of letter, email, fax or power of attorney. The officer who submits their vote or is represented at the meetings as mentioned above shall be considered to be attending the meeting.

Paragraph 4 - The meetings of the Executive Board shall have minutes drawn up in proper books, which shall be signed by the officers in attendance.

ARTICLE 27 The Executive Board shall have powers of representation, administration and management of corporate affairs, and may, as provided for in these Bylaws, validly bind the Company, performing all acts and transactions necessary to achieve the corporate purposes, and decide on all matters not provided for in these Bylaws and do not fall within the exclusive powers of the Shareholders' Meeting or the Board of Directors.

ARTICLE 28 It is incumbent upon the Chief Executive Officer to (i) represent the Company as a plaintiff or defendant, in its relations with third parties, in Court or out-of-court; (ii) call and chair the meetings of the Executive Board; (iii) supervise the corporate businesses, taking all measures that may be necessary; (iv) coordinate the activities of the other Officers; and (v) exercise other functions attributed to them by the Executive Board.

ARTICLE 29 It is incumbent upon the Chief Financial and Investor Relations Officer, in addition to the other duties assigned to them by the Board of Directors, to (i) define the Company's financial strategies; (ii) direct the accounting, treasury, financial planning processes and investor relations; (iii) represent the Company before the bodies related to capital market activities; and (iv) as well as meeting the interests of investors.

ARTICLE 30 It is incumbent upon Officers without specific designation, further to the activities assigned to them by the Board of Directors, to exercise other functions assigned to them by the Chief Executive Officer.

ARTICLE 31 Subject to the provisions of these Bylaws, representation of the Company as plaintiff or defendant in or out of court shall be carried out: (a) individually by the Chief Executive Officer or (b) by (i) two (2) Executive Officers jointly, or (ii) one (1) Executive Officer jointly with one (1) attorney-in-fact with specific powers, or (iii) two (2) attorneys-in-fact with such powers. The powers of attorney granted by the Company must be signed individually by the Chief Executive Officer; by two (2) Executive Officers jointly; or individually by one (1) Executive Officer for acts provided for in paragraph 2 of this article. The powers of attorney granted by the Company must contain specific powers and a term of effectiveness not exceeding two (2) years (except for the granting of powers under the *ad judicia et extra* clause that the Executive Board may authorize in each case, which may exceed the term of two (2) years).

Paragraph 1 - Without prejudice to the provisions of the head provision, the Company may be represented by one (1) officer or further, by one (1) attorney-in-fact with specific powers acting individually, in the following cases:

- (a) in routine matters, such as the signature of contracts of any nature whose value does not exceed the amount of two hundred and fifty thousand reais (BRL 250,000.00), and representation before federal, state and municipal public or private bodies and entities, independent governmental agencies and government controlled companies, including, but not limited to, the National Institute of Social Security (INSS), Guarantee Fund for Length of Service (FGTS), managed by Caixa Econômica Federal, Internal Revenue Service, including IRS Agencies and Offices, State and/or Municipal Treasury Offices, Commercial Registries, Brazilian Patent and Trademark Office, Central Bank of Brazil, CVM, IBAMA and other environmental agencies, Securities, Commodities and Futures Exchange, State and Development Banks;
- (b) in transactions related to public deeds, in co-ownership acts, records and annotations at real estate and registry offices;
- (c) in the signature of correspondence on routine matters;
- (d) in the signature of lease agreements; and
- (e) in the Company's representation at Shareholders' Meetings of its subsidiaries and affiliated companies.

Paragraph 2 - The rule of the head provision of this article shall be observed for the performance of acts related to financial transactions, such as opening, transacting and closing bank accounts, authorizing debits, issuing, signing and endorsing checks, making deposits and withdrawals, making investments and redemptions, remitting and receiving payment orders, making loans and financing.

ARTICLE 32 The Fiscal Council, which shall operate on a non-permanent basis, shall be composed of at least three (3) and at most five (5) incumbent members with the same number of alternates, whether shareholders or not, elected and removable at any time by the Shareholders' Meeting. The Company's Fiscal Council shall be composed, installed and compensated in compliance with the legislation in force.

Paragraph 1 - The investiture of the incumbent and alternate members of the Fiscal Council shall depend on the signature of the Instrument of Investiture, which shall include their subjection to the arbitration clause set forth in article 46 of these Bylaws.

Paragraph 2 - In case of vacancy or impediment, the members of the Fiscal Council shall be replaced by their respective alternate.

Paragraph 3 - In case of vacancy of the position of Fiscal Council member, the respective alternate shall fill the position. If there is no alternate member, a Shareholders' Meeting shall be called to proceed with the election of a member for the vacant position.

Paragraph 4 - No person who maintains a relationship with a company that may be considered a competitor of the Company can be elected to the position of member of the Company's Fiscal Council, being prohibited, among other things, the election of the person who: (a) is an employee, shareholder or member of a tax, technical and management body of a competitor or of a controlling shareholder or subsidiary of a competitor; (b) is a spouse or relative up to the second degree of a member of a management, technical or tax body of a competitor or of a controlling shareholder or

subsidiary of a competitor.

Paragraph 5 - If any shareholder intends to appoint one or more representatives to the Fiscal Council, and such individuals have not been members of the Fiscal Council in the period subsequent to the last Annual Shareholders' Meeting, such shareholder shall send a written notice to the Company ten (10) business days before the date of the Shareholders' Meeting which will elect the Directors, informing the name, qualification and full resume of the candidates.

ARTICLE 33 When established, the Fiscal Council shall meet, in accordance with the applicable law, whenever necessary, and at least on a quarterly basis, to review the Company's financial statements.

Paragraph 1 - Irrespective of any formalities, a meeting shall be considered regular if all the members of the Fiscal Council are in attendance.

Paragraph 2 - The Fiscal Council shall make statements by an absolute majority of votes when a majority of its members is in attendance.

Paragraph 3 - All resolutions of the Fiscal Council shall be recorded in the minutes drawn up in the respective Register of Minutes and Opinions of the Fiscal Council and executed by the attending Directors.

CHAPTER VII

Fiscal Year, Financial Statements and Profit Allocation

ARTICLE 34 The fiscal year shall commence on January 1st and end on December 31st of each year. The Company undertakes to conduct an annual audit of its financial statements through independent auditors that are registered before the CVM.

Paragraph 1 - By resolution of the Board of Directors, the Company may (i) prepare semi-annual, quarterly or shorter-period balance sheets, and declare dividends or interest on the shareholders' equity of the profits ascertained in such balance sheets; or (ii) declare interim dividends or interest on the shareholders' equity, to the account "retained earnings" or "earnings reserves" in the last annual or semiannual balance sheet.

Paragraph 2 - Distributed interim or periodic dividends and interest on the shareholders' equity may be allocated to the mandatory dividend provided for in paragraph 3 of article 37 below.

ARTICLE 35 Accrued losses, if any, and provision for income tax and social contribution on profit shall be deducted from the profit and loss, prior to any sharing.

Paragraph 1 - Of the remaining balance, the Shareholders' Meeting may allocate to the Managers a share of the profit corresponding to up to one tenth of the profits for the fiscal year. Such profit sharing depends on the attribution to the shareholders of the mandatory dividend provided for in paragraph 3 of this article.

Paragraph 2 - The net income for the fiscal year shall be allocated as follows:

- (a) Before any other distribution, five percent (5%) will be allocated to the legal reserve, which shall not exceed twenty percent (20%) of the capital stock. In a fiscal year in which the balance of the legal reserve, with addition of the amounts of the capital reserve referred to in paragraph 1 of Article 182 of the Law of Corporations, exceeds thirty percent (30%) of the capital stock, it will not be mandatory to allocate a portion of the net income for the fiscal year to the legal reserve;
- (b) a portion, as proposed by the Managers, may be allocated to contingency reserves and reversion of such reserves formed in previous fiscal years, in accordance with Article 195 of the Law of Corporations;
- (c) a portion of net income for the year, minus or plus the amounts described in items (a) and (b) above, shall be allocated for payment of the mandatory annual dividends to shareholders, subject to the provisions of paragraph 4 of this article;
- (d) in the fiscal year in which the amount of the mandatory dividend, calculated pursuant to paragraph 4 of this article, exceeds the realized portion of the fiscal year's net income, the shareholders may at a Shareholders' Meeting, as proposed by the management, allocate the excess amount to future unrealized profit reserve, in compliance with provisions of Article 197 of the Law of Corporations;
- (e) a portion, as proposed by Management, may be retained based on capital stock budget previously approved, pursuant to Article 196 of the Law of Corporations;
- (f) the Company may establish a legal profit reserve, corresponding to up to seventy-five percent (75%) of the net income, less the percentages allocated to create a legal reserve, contingency reserve and unrealized profit reserve, purpose of which shall be the funding of additional investments of fixed and working capital, and the expansion of the activities of the Company and/or its subsidiaries and affiliated companies, including through subscription of capital increases or creation of new ventures. The sum of the reserves, except for unrealized profit reserve and contingency reserve, shall not exceed one hundred percent (100%) of the Company's subscribed capital stock and to which limited resources shall be attributed to the net income remaining after the legal and statutory deductions; and
- (g) the balance shall be allocated as determined by the Shareholders' Meeting, subject to the legal provisions.

Paragraph Three - Shareholders are assured the right to receive an annual mandatory dividend of not less than twenty-five percent (25%) of the net income for the fiscal year, plus or minus the following amounts: (i) amount allocated to creating legal reserve; (ii) amount for the creation of reserves for contingencies and for the reversion of the same reserves created in the previous fiscal years; and (iii) amount resulting from the reversion of the unrealized profit reserve created in prior years, pursuant to article 202, item II, of the Law of Corporations.

Paragraph Four - Payment of the mandatory dividend may legally be limited to the amount of the net income realized.

ARTICLE 36 Upon the proposal of the Executive Board and with the approval of the Board of Directors, *ad referendum* of the Shareholders' Meeting, the Company may pay or credit interest to the shareholders, in the quality of compensation of shareholders' equity, subject to the applicable legislation. Any amounts paid thereunder may be offset against the mandatory dividend set forth in these Bylaws.

Paragraph 1 - In case of interest credit to shareholders during the fiscal year and its attribution to the amount of the mandatory dividend, shareholders shall be ensured of payment of any remaining balance. In the event the amount of dividends is lower than the amount credited to the shareholders, the Company will not be allowed to collect the excess balance from the shareholders.

Paragraph 2 - The effective payment of interest on shareholders' equity, provided that crediting occurred during the fiscal year, shall be made by means of a resolution of the Board of Directors, in the course of the fiscal year or of the following fiscal year.

ARTICLE 37 The Company may prepare balance sheets every six months or within shorter periods, and may declare, by resolution of the Board of Directors:

- (d) the payment of dividends or interest on the shareholders' equity, from the income calculated in a semiannual statement of financial position, attributed to the mandatory dividend amount, if any;
- (e) the distribution of dividends for periods of less than six (6) months, or interest on the shareholders' equity, against the amount of mandatory dividend, if any, provided that the total dividend paid in each six-month period of a fiscal year does not exceed the amount of capital reserves; and
- (f) the payment of interim dividends or interest on the shareholders' equity, to the account retained earnings or earnings reserves in the last annual or semiannual balance sheet, attributed to the amount of mandatory dividend, if any.

ARTICLE 38 The Shareholders' Meeting may resolve on the capitalization of earnings or capital reserve, including those created in interim balance sheets, with due regard for the applicable law.

CHAPTER VIII

Disposal of Controlling Interest and Shareholding Dispersion

ARTICLE 39 The disposal of Control of the Company, directly or indirectly, through a single transaction or successive transactions, shall be contracted under the condition that the acquirer of Control undertakes to make a public tender offer ("OPA") aimed at the shares issued by the Company owned by the other shareholders, subject to the conditions and terms set forth in the legislation and regulations in force, and in the Novo Mercado Regulation, to make sure that they will receive treatment equal to that given to the transferor.

Paragraph 1 - In the event of indirect disposal of Control, the acquirer shall disclose the amount attributed to the Company for purposes of setting the price of the OPA, and disclose a justified statement of that amount.

Paragraph 2 - For the purposes of this article, “Control” and its related terms means the power effectively used by a shareholder to direct the corporate affairs and establish guidelines for the operation of the Company’s bodies, directly or indirectly, *de jure or de facto*, regardless of ownership interest held.

ARTICLE 40 Any person who acquires or becomes the holder of shares issued by the Company in an amount equal to or in excess of thirty percent (30%) shall, within a maximum period of thirty (30) days as of the date of the acquisition or the event that resulted in the ownership of shares in an amount equal to or in excess of thirty percent (30%) of the total number of shares issued by the Company, register or cause the registration of, as the case may be, the tender offer (OPA) for all shares issued by the Company, subject to the provisions in the applicable CVM regulations, the Novo Mercado Regulation, other regulations of the B3 and this article.

Paragraph 1 - The tender offer (OPA) shall be **(i)** indistinctively addressed to all shareholders of the Company; **(ii)** made in an auction to be held at B3, **(iii)** launched at the price determined in accordance with the provisions of paragraph 2 of this article; and **(iv)** paid in cash, in Brazilian currency, upon the acquisition in the tender offer (OPA) of shares issued by the Company.

Paragraph 2 - The acquisition price in the tender offer (OPA) of each share issued by the Company may not be less than the higher of **(i)** one hundred and fifty percent (150%) of the highest unit quotation reached by the shares issued by the Company during the twelve (12) months prior to the tender offer (OPA) on any stock exchange in which the Company's shares are traded; **(ii)** one hundred and fifty percent (150%) of the highest unit price paid by the person who acquires or becomes the holder of shares issued by the Company under the terms of the head provision of this article, at any time, for a share or batch of shares issued by the Company; and **(iii)** the value of the Company and its shares to be determined by a specialized company, using a recognized methodology or based on another discretion to be defined by CVM.

Paragraph 3 - The holding of the tender offer (OPA) mentioned in the head provision of this article shall not exclude the possibility of another shareholder of the Company, or if applicable, the Company itself, making a competing tender offer (OPA), pursuant to the applicable regulation.

Paragraph 4 - The acquirer will be required to meet any requests or requirements of CVM and B3, made based on the applicable legislation, relative to the tender offer (OPA), within the maximum terms set forth in the applicable regulation.

Paragraph 5 - The provisions of this article are not applicable if a person acquires or becomes the holder of shares issued by the Company in a quantity greater than thirty percent (30%) of the total shares issued by the Company as a result of **(i)** legal succession, under the condition that the shareholder disposes of the surplus shares within sixty (60) days as from the relevant event; **(ii)** merger of another company into the Company, **(iii)** merger of shares of another company into the Company, or **(iv)** subscription of shares of the Company made in a single primary issue that is approved in a Shareholders Meeting of the Company, according to the rules in the applicable

regulations; or **(v)** the equity interest that makes up the Company's Control and its additions, the interest in a voting agreement, executed for the purposes of controlling the Company, with the Controlling shareholder(s) or the acquisition of shares linked to a voting agreement with the Controlling shareholder(s), directly or indirectly.

Paragraph 6 - For the purposes of calculating the percentage of thirty percent (30%) of the total shares issued by the Company described in the head provision of this article: **(i)** the interest of a given person will be computed together with its related parties, understood as the persons who control it, the investment vehicles under common control and the investment vehicles under the same management, directly or indirectly; and **(ii)** involuntary increases in ownership interest resulting from the cancellation of treasury shares or the reduction of the Company's capital stock with the cancellation of shares will not be computed.

CHAPTER IX
Withdrawal from the Novo Mercado
Section I
Miscellaneous

ARTICLE 41 The Company's withdrawal from the Novo Mercado segment may occur, pursuant to Sections II and III below, as a result of:

- (a)** the decision of the controlling shareholder or of the Company;
- (b)** non-compliance with the obligations of the Novo Mercado Regulation; and
- (c)** cancellation of registration of the Company as publicly-held company or conversion of registration category with CVM, in which case the provisions of the legislation and regulations in force must be observed.

Section II
Voluntary Withdrawal

ARTICLE 42 Voluntary withdrawal from the Novo Mercado shall be granted by B3, only if preceded by a tender offer (OPA) that observes the procedures set forth in CVM Instruction no. 361, dated March 5, 2002, as amended, for cancellation of registration as publicly-held company and in the Novo Mercado Regulation.

Paragraph 1 - Voluntary withdrawal from the Novo Mercado may occur, regardless of the tender offer (OPA) mentioned in this article in the event of a waiver approved at a Shareholders' Meeting.

Paragraph 2 - The Shareholders' Meeting referred to in paragraph 1 above shall be called to order (i) on first call with the attendance of shareholders representing at least two thirds (2/3) of the total Outstanding Shares; and, if said quorum is not reached, (ii) on second call, with the attendance of any number of shareholders holding Outstanding Shares.

Paragraph 3 - The resolution on the waiver of a tender offer (OPA) shall occur by a majority of votes of the shareholders holding Outstanding Shares attending the Shareholders' Meeting, pursuant to

the Novo Mercado Regulation.

Paragraph 4 - For the purposes of this article 42, "Outstanding Shares" means all shares issued by the Company, except for (i) those held by the controlling shareholder(s), persons related to it (them), and the managers of the Company; and (ii) those held in treasury.

Section III

Mandatory Withdrawal

ARTICLE 43 The application of penalty of mandatory withdrawal from the Novo Mercado depends on the holding of a tender offer (OPA), with the same characteristics as the tender offer (OPA) resulting from voluntary withdrawal from the Novo Mercado, as provided for in article 42 above.

Sole Paragraph - In case the percentage of approval of the tender offer (OPA) equivalent to one third (1/3) of the outstanding shares is not reached, after the holding of the tender offer (OPA), the shares issued by the Company shall be traded for a period of six (6) months in said segment, counted from the holding of the tender offer (OPA) auction, without prejudice to the application of a monetary penalty.

CHAPTER X

Corporate Restructuring

ARTICLE 44 In the event of a corporate reorganization involving the transfer of the Company's shareholding base, the resulting companies shall apply for entry into the Novo Mercado, within one hundred and twenty (120) days from the date of the Shareholders' Meeting that resolved on said reorganization.

Sole Paragraph - Should the reorganization involve resulting companies that do not wish to apply for entry into the Novo Mercado, the majority of the holders of the Company's Outstanding Shares attending the Shareholders' Meeting shall approve such structure.

CHAPTER XI

Arbitral Tribunal

ARTICLE 45 The Company, its shareholders, managers and members of the Fiscal Council, incumbent and alternates, when installed, undertake to resolve, through arbitration before the Market Arbitration Chamber, pursuant to its regulation, any dispute that may arise among them, related to or arising from their capacity as issuer, shareholders, managers, and members of the Fiscal Council, in particular, arising from the provisions contained in Law No. 6,385, dated December 7, 1976, as amended, in the Law of Corporations, in the Company's Bylaws, in the standards issued by the National Monetary Council, by the Central Bank of Brazil and CVM, as well as in the other standards applicable to the operation of the capital market in general, in addition to those contained in the Novo Mercado Regulation, all other regulations of B3 and the Novo Mercado Joining Agreement.

CHAPTER XII

Winding up

ARTICLE 46 The Company shall be wound up and undergo winding up in the cases provided for in law, and the Shareholders' Meeting shall provide the winding up method, appoint the liquidator and the Fiscal Council that will manage the Company during the winding up period.

CHAPTER XIII Miscellaneous

ARTICLE 47 The Company shall comply with the shareholders' agreements filed at its principal place of business and that are in force on the applicable date of resolution, and it shall be expressly forbidden to the members of the presiding office of the Shareholders' Meeting or of the Board of Directors to accept the statement of vote of any shareholder who has signed a shareholders' agreement, duly filed at the company's principal place of business, which has been cast in disagreement with what had been covenanted in such agreement, and the Company shall also be expressly forbidden from accepting and making transfers of shares and/or encumbering and/or assigning the preemptive right to subscribe the shares and/or other securities that does not comply with the provisions and regulations contained in the shareholders' agreement.

Sole Paragraph - Capitalized terms used, but not defined herein, have the meaning attributed thereto in the Shareholders' Agreement.

ARTICLE 48 Cases not provided for in these Bylaws shall be resolved by the Shareholders' Meeting and regulated according to the provisions of the Law of Corporations and the Novo Mercado Regulation.

ARTICLE 49 Pursuant to the provisions of article 45 of the Law of Corporations, the amount of the reimbursement to be paid to dissenting shareholders shall be based on the equity value reported in the last balance sheet approved at the Shareholders' Meeting.

* * *

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

NIRE (State Registration) 31.300.027.261

**MANAGEMENT PROPOSAL TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING
TO BE HELD ON APRIL 17, 2025**

EXHIBIT X

STOCK OPTION, SHARE, AND SHARE-LINKED INCENTIVE PLAN

(as per article 14 and Exhibit B to CVM Resolution 81)

1. Provide a copy of the proposed plan

A copy of the Company's Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan ("Plan") is included in Exhibit XI to this proposal.

2. Inform the main characteristics of the proposed plan, identifying:

a) Potential beneficiaries

The following shall be eligible for the granting of shares and incentives linked to shares and/or the granting of options under the Plan: managers and employees of the Company or companies under its control and individuals who provide services to the Company or companies under its control ("Eligible Persons").

The Board of Directors will select, among the Eligible Persons determined in each of the Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs, at its sole discretion, the Beneficiaries who will be entitled to the granting of shares and/or share-linked incentives and/or options ("Beneficiaries").

b) Maximum number of options to be granted

The Shares, incentives and Options granted in the Stock Option and/or Share and Share-Linked Incentive Programs, as the case may be, which may be established within the scope of this Plan, may not exceed the maximum limit of 2.3% of the shares of the subscribed and paid-in share capital of the Company, equivalent to 2,000,000 shares of the Company, and will not be added to the options already granted and not exercised of the three Stock Option Granting Plans, approved at the Company's Shareholders' Meeting on November 17, 2010, April 16, 2020, and April 19, 2022 ("Previous Granting Plans"), may not exceed the maximum limit of 4.3% of the shares of the subscribed and paid-in share capital of the Company. This limit may only be changed by resolution of the Shareholders' Meeting.

c) Maximum number of shares covered by the plan

See item above.

d) Acquisition conditions

The Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs that may be established under the Plan may be managed by the Board of Directors, with the assistance of the Company's Personnel Committee, and all decisions relating to the Plan and the Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs that may be established under the Plan must be approved by the Board of Directors.

The granting of incentives to each Beneficiary will be done through the signature of a granting contract between the Company and the respective Beneficiary. The signing of the contract related to each Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Program will imply the acceptance of all the conditions of the Plan and the respective program by the Beneficiary.

The Beneficiary will only have the rights and privileges inherent to the condition of shareholder from the moment (i) of the effective acquisition of the Shares as a consequence of the exercise of the Options, or (ii) of the transfer of full ownership of the Shares, and no shares will be delivered to the Beneficiary unless all legal and regulatory requirements have been fully complied with by the Beneficiary.

e) Detailed criteria for setting the exercise price

The issue price of the options for subscription or acquisition of shares will be determined by the Board of Directors, when approving the Stock Option Program(s) ("Exercise Price").

f) Criteria for setting the exercise period

Except for a resolution to the contrary by the Board of Directors, the right to exercise the Option will take place in the periods, percentages and conditions defined in each Stock Option Program.

The Options may be exercised in whole or in part during the term and periods set out in each Stock Option Program.

g) Option winding up method

The final number of options attributed to the participant will be considered automatically exercised within the term established in the options contract and, at this time, the shares underlying the exercised options will be delivered to the Beneficiaries by the Company through the delivery of treasury shares, in compliance with the applicable regulations, or, if there are no treasury shares, through other methods that may be defined by the Board of Directors in each Stock Option Program.

No option will be delivered to Beneficiaries upon exercise of Options without full compliance with all requirements of applicable legislation or regulations.

h) Criteria and events that, when verified, will lead to suspension, modification, or termination of the plan

The Plan may be terminated by decision of the Company's Shareholders' Meeting at any time. The end of the Plan's term of effectiveness will not affect the effectiveness of the Shares, Options, and incentives still in force and the respective regulations of each Program.

3. Justify the proposed plan, explaining:

a) The main purposes of the plan

The objective of the Plan is to allow the Beneficiaries chosen by the Board of Directors to receive shares as compensation, subject to certain conditions, with a view to: (a) with respect to Share and Share-Linked Incentive Programs: (i) encourage the Beneficiaries to feel like they "own" the Company; (a) to increase the capacity of attraction and retention of talents of the Company; and (iii) reinforce the culture of sustainable performance and the pursuit of skills development among Beneficiaries, aligning their interests with those of the Company's shareholders. (b) with respect to Stock Option Programs: (i) encourage the expansion, success and achievement of the Company's (and its subsidiaries') corporate objectives and greater alignment of the Beneficiaries, as shareholders of the Company; and (ii) promote the interests of the Company, through the long-term commitment of the Beneficiaries.

b) How the plan contributes to these purposes

The Plan aims to motivate its Beneficiaries to contribute to (i) the good performance and appreciation of the Company's shares, since they benefit from part of this appreciation, and (ii) the achievement of the Company's goals. Additionally, by making key members of the Company also its shareholders, responsible risk-taking is encouraged, creating positive incentives to avoid taking excessive and unwanted risks. The institution achieves the Plan's objectives by engaging beneficiaries in long-term strategies, projects and results.

c) How the plan fits into the Company's compensation policy

Stock-based compensation plans are highly efficient in achieving alignment of the interests of the Company and its beneficiaries since, by allowing beneficiaries to become shareholders, they encourage such beneficiaries to act from the perspective of "owners" of the business, thus aligning their interests with those of their shareholders. Additionally, they encourage the Company to retain people with strategic importance, considering that, in general, leaving the Company voluntarily will imply the loss of all non-exercisable rights under the Plan.

d) How the plan aligns the interests of the beneficiaries and the company in the short, medium, and long term

The Plan aligns the interests of managers, the Company and shareholders by granting stock awards, incentives linked to the Company's common shares and/or stock options to strategic executives and key employees, linked to the performance of the Company's shares. Through the Plan, the Company seeks to encourage improvements in its management, aiming for gains through commitment to long-term results, aligned with short-term performance. Furthermore, the Plan aims to offer Beneficiaries the possibility of becoming shareholders of the Company, under the terms and conditions set forth in the Plan.

4. Estimate the company's expenses arising from the plan, in accordance with the applicable accounting rules on the subject

It is not yet possible to estimate the Plan's expenses. The expenses to be incurred under the Plan will be calculated in accordance with Technical Standard CPC 10 (R1) of the Accounting Pronouncements

Committee, approved by CVM Resolution No. 650 of December 16, 2010 (“CPC10 (R1)”), and depend on factors not yet known, such as the market value of the Company's shares at the time of their transfer to the Beneficiaries.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

NIRE (State Registration) 31.300.027.261

**MANAGEMENT PROPOSAL TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING
TO BE HELD ON APRIL 17, 2025**

EXHIBIT XI

COPY OF THE STOCK OPTION, SHARE, AND SHARE-LINKED INCENTIVE PLAN

STOCK OPTION, SHARE, AND SHARE-LINKED INCENTIVE PLAN

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF (National Register of Corporate Taxpayers) No. 09.041.168/0001-10

NIRE (State Registration) 31.300.027.261

This Stock Option, Share, and Share-Linked Incentive Plan ("Plan") of **LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Company") was approved by the Company's Annual and Extraordinary Shareholders' Meeting on April 17, 2025, and is in line with the provisions of the Company's Management Compensation Policy.

SECTION I – GENERAL CONDITIONS

This Section I aims to regulate the possibility of, and establish the general conditions for, the granting of shares, incentives linked to common shares issued by the Company ("Shares") and/or options to purchase common shares issued by the Company ("Options") to the managers or employees of the Company or companies under its control and to individuals who provide services to the Company or companies under its control, through the establishment of Stock Option and/or Share and Share-Linked Incentive Programs, by the Company's Board of Directors ("Board of Directors").

CHAPTER I. LIMITS

1.1. The Shares, incentives and Options granted in the Stock Option and/or Share and Share-Linked Incentive Programs, as the case may be, which may be established within the scope of this Plan, may not exceed the maximum limit of 2.3% of the shares of the subscribed and paid-in share capital of the Company, equivalent to 2,000,000 shares of the Company, and will not be added to the options already granted and not exercised of the three Stock Option Granting Plans, approved at the Company's Shareholders' Meeting on November 17, 2010, April 16, 2020, and April 19, 2022 ("Previous Granting Plans"), may not exceed the maximum limit of 4.3% of the shares of the subscribed and paid-in share capital of the Company. This limit may only be changed by resolution of the Shareholders' Meeting.

CHAPTER II. ADMINISTRATION OF THE PLAN AND PROGRAMS

2.1. The Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs that may be established under this Plan may be managed by the Board of Directors, with the assistance of the Personnel Committee ("Committee"), and all decisions relating to the Plan and the Share Granting and Share-Linked Incentive and Stock Option Programs that may be established under this Plan must be approved by the Board of Directors.

2.2. The resolutions of the Board of Directors or the Committee, as applicable, shall be binding on the Beneficiaries (as defined in Clause 3.2 below), and shall not be subject to any appeal, unless they are contrary to the terms and conditions established in this Plan, in the Company's Bylaws or in applicable legislation.

2.3. The actions of the Board of Directors must comply with the guidelines and will be subject to the limits and conditions established in this Plan, in the Company's Bylaws and policies and in applicable legislation.

2.4. The Board of Directors will have full autonomy in the administration and structuring of the terms and conditions of the Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs, having, among others, the necessary powers to:

- (a) elect, at its sole discretion, the Beneficiaries who will be entitled to the Shares and incentives granted and the Options granted under the Stock Option Programs and under the Share and Share-Linked Incentive Programs that may be established under this Plan;
- (b) take the necessary measures to administer the Plan and the Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs, including the interpretation and application of their conditions;
- (c) decide, in relation to the Share and Share-Linked Incentive Programs, in any case the terms of this Plan must be observed, as to (i) the dates of granting of the incentives linked to Shares; (ii) the rights of Beneficiaries under each Share and Share-Linked Incentive Program; (iii) the grace periods and/or specific conditions for receiving incentives, (iv) the rules restricting the sale of Shares, (v) the Beneficiaries to whom the incentives will be granted; and (vi) any other terms and conditions relating to the grants;
- (d) decide, in relation to the Stock Option Programs, in any case in compliance with the terms of this Plan, regarding (i) the dates for granting the Options, (ii) the volume of Options to be granted, (iii) the Exercise Price of the Options, (iv) the vesting periods and/or specific conditions for exercising the Options, (v) the deadlines for exercising the Options, (vi) the rules on the transfer of Options in the event of succession, (vi) the rules restricting the sale of shares acquired as a result of the exercise of the Options, (viii) the Beneficiaries to whom the Options will be granted; and (ix) any other terms and conditions relating to the grants;
- (e) approve the Share and Share-Linked Incentive Programs and the Stock Option Programs established within the scope of this Plan, as well as their contracts and any amendments;
- (f) resolve on the issuance of new shares of the Company, within the limit of its authorized capital, as well as on the sale of shares held in treasury to comply with the provisions of this Plan and the Share and Share-Linked Incentive Programs and Stock Option Programs, as applicable;
- (g) modify the terms of contracts related to the Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs and Share Purchase Options Programs, including adaptations that may be made as a result of changes implemented in the applicable legislation;
- (h) change or terminate the Share and Share-Linked Incentive Programs and Stock Option Programs;
- (i) analyze exceptional cases related to this Plan and the Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs, including the possibility of individual changes related to specific Beneficiary contracts; and
- (j) resolve on any other terms and conditions, as long as they are not in conflict with this Plan.

2.5. The Board of Directors may, at its sole discretion, delegate any of its responsibilities and duties described

in Clause 2.4 above, except those that are not subject to delegation under applicable legislation or the Company's Bylaws and policies.

CHAPTER III. BENEFICIARIES OF THE PROGRAMS

3.1. The following shall be eligible for the granting of shares and incentives linked to shares and/or the granting of options under this Plan: managers and/or employees of the Company or companies under its control and individuals who provide services to the Company or companies under its control ("Eligible Persons").

3.2. The Board of Directors will select, among the Eligible Persons determined in each of the Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs, at its sole discretion, the Beneficiaries who will be entitled to the granting of shares and/or share-linked incentives and/or options ("Beneficiaries").

3.3. The granting of incentives to each Beneficiary will be done through the signature of a contract between the Company and the respective Beneficiary. The signing of the contract related to each Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Program will imply the acceptance of all the conditions of this Plan and the respective program by the Beneficiary.

3.4. The Board of Directors may not grant Beneficiaries rights that: (i) ensure their reelection or permanence in the administration of the Company or the company under their control until the end of their term; (ii) prevent their dismissal at any time by the Company or by the company under its control; (iii) ensure their continued employment as an employee of the Company or of a company under its control; or (iv) prevent the termination of their employment relationship or service provision relationship at any time by the Company or the company under its control.

3.5. The Beneficiary will only have the rights and privileges inherent to the condition of shareholder from the moment (i) of the effective acquisition of the Shares as a consequence of the exercise of the Options, or (ii) of the transfer of full ownership of the Shares, and no shares will be delivered to the Beneficiary unless all legal and regulatory requirements have been fully complied with by the Beneficiary.

CHAPTER IV. TERMINATION, DEATH, PERMANENT DISABILITY, RETIREMENT, DISSOLUTION, AND WINDING UP

4.1. The Board of Directors and/or the Committee, as applicable, will have broad powers to define in each of the programs the rules, consequences and procedures relating to the maintenance or loss of rights relating to the Options and/or Shares and incentives by the Beneficiaries in the event of (i) contractual termination; (ii) death; (iii) permanent disability; (iv) retirement; or (v) dissolution and/or winding up of the Company.

SECTION II – SHARE AND SHARE-LINKED INCENTIVES PROGRAMS

This Section II aims to establish the specific conditions for granting Shares and incentives through Share and Share-Linked Incentive Programs.

CHAPTER V. OBJECTIVES OF THE SHARE AND SHARE-LINKED INCENTIVE PROGRAMS

5.1. The objectives of the Share and Share-Linked Incentive Programs are:

- (a) encourage the Beneficiaries to feel like they "own" the Company;
- (b) increase the Company's ability to attract and retain talent; and
- (c) reinforce the culture of sustainable performance and the pursuit of skills development among Beneficiaries, aligning their interests with those of the Company's shareholders.

CHAPTER VI. ACTIONS OF THE SHARE AND SHARE-LINKED INCENTIVE PROGRAMS

6.1. The total number of Shares granted under the Share Grant and Share-Linked Incentive Programs may not exceed the maximum limit of shares of the Company's subscribed and paid-in share capital provided for in Clause 1.1 above.

6.2. The Shares subject to the incentives granted through the Share Granting and Share-Linked Incentive Programs established under this Plan will come from shares held in treasury, in compliance with the applicable regulations, or, if there are no shares in treasury, through other forms that may be defined by the Board of Directors in the Share and Share-Linked Incentive Program.

6.3. The Board of Directors may implement the type of incentive it deems necessary/appropriate, and may even implement incentives involving the granting of shares, restricted or not, free of charge or for a fee, linked or not to performance targets and even matching of shares, with the free or for a fee granting of shares to Beneficiaries.

SECTION III – STOCK OPTION PROGRAMS

This Section III aims to establish the specific conditions for granting Options through Stock Option Programs.

CHAPTER VII. OBJECTIVES OF THE STOCK OPTION PROGRAMS

7.1. The main objectives of Stock Option Programs are:

- (a) stimulate the expansion, success and achievement of the social objectives of the Company (and its subsidiaries) and the greater alignment of the Beneficiaries, as shareholders of the Company; and
- (b) promote the interests of the Company, through the long-term commitment of the Beneficiaries.

CHAPTER VIII. ACTIONS SUBJECT MATTER OF THE STOCK OPTION PROGRAMS

8.1. The number of shares subject to the Options granted under this Plan and the Stock Option Programs that may be established under this Plan may not exceed:

(a) the maximum limit of shares of the subscribed and paid-up share capital of the Company provided for in Clause 1.1 above; and

(b) the limit of the authorized capital of the Company.

8.2. The shares subject to the Options will come from, as decided by the Company's Board of Directors:

(a) the issuance of new common shares, which will grant the Beneficiaries the same rights as the shares currently issued by the Company, within the limit of the Company's authorized capital; and/or

(b) shares held in treasury, if available.

8.3. The shareholders, under the terms of the provisions of art. 171, paragraph 3, of Law No. 6,404/1976, will not have preemptive rights when establishing the Stock Option Program or exercising the stock option to purchase original shares, respecting the Company's authorized capital limit for this purpose, pursuant to article 168, paragraph 3, of Law No. 6,404/1976.

CHAPTER IX. EXERCISE PRICE

9.1. The exercise price of the Options for the subscription or acquisition of Shares will be determined by the Board of Directors, when approving the Stock Option Program ("Exercise Price").

CHAPTER X. EXERCISE OF STOCK OPTIONS

10.1. Except for a resolution to the contrary by the Board of Directors, the right to exercise the Option will take place in the periods, percentages and conditions defined in each Stock Option Program.

10.2. The Options may be exercised in whole or in part during the term and periods set out in each Stock Option Program.

10.3. Beneficiaries will be subject to the rules restricting the use of privileged information applicable to publicly-held companies in general and those established by the Company's policies.

CHAPTER XI. PAYMENT CONDITIONS

11.1. The Exercise Price per share will be paid by the Option holders, under the conditions determined in the regulations of each Stock Option Program, respecting the minimum realization provided for by law, and will be adjusted by the distribution of dividends by the Company.

CHAPTER XII. SALE AND TRANSFER OF OPTIONS

12.1. The Options granted in the respective Stock Option Programs may not be sold or encumbered, directly or indirectly, by the Beneficiaries, except by resolution of the Board of Directors.

SECTION IV – GENERAL PROVISIONS

CHAPTER XIII. MISCELLANEOUS

13.1. The Previous Granting Plans will be discontinued as of the date of approval of this Plan, and no further grants will be made under the Previous Granting Plans as of said date. The discontinuation of the Previous Granting Plans will not affect the effectiveness of grants already made by the Company that are still in force.

13.2. This Plan will come into effect on the date of its approval and may be terminated at any time by decision of the Company's Shareholders' Meeting. The end of the Plan's term of effectiveness will not affect the effectiveness of the Shares, Options, and incentives still in force and the respective regulations of each Program.

13.3. This Plan, as well as its respective Programs, will not prevent any corporate reorganization operation that may involve the Company and/or the companies under its control, and the Board of Directors must determine and make the appropriate adjustments to the respective regulations. The granting of Shares and incentives linked to Shares or Options, under the terms of this Plan, will not prevent the Company from engaging in operations involving the sale of control and corporate reorganization, such as conversion, consolidation, merger, spin-off, and incorporation of shares. The Board of Directors may, at its discretion, determine, without prejudice to other measures that it decides on the grounds of equity: (a) the replacement of the Shares and/or incentives and/or Options by shares, membership interest or other securities issued by the Company's successor company; and/or (b) the anticipation of the exercise period, with the extinction of the vesting periods, in order to ensure the inclusion of the corresponding shares in the transaction in question.

13.4. In the event that the number, type, and/or class of shares issued by the Company are changed due to splits, bonuses, capital increases, groupings, or conversions, the acquisition price, number, type, and/or class of shares subject to each incentive and/or Option in force, as the case may be, will be adjusted in the same proportion.

13.5. The Committee, after consulting the Board of Directors, if necessary, will be competent to resolve any doubts regarding the interpretation of the general rules established in this Plan, and in the event of conflict between the provisions of this Plan and the Stock Option and Share and Share-Linked Incentive Programs and/or the respective granting contracts, the provisions of this Plan will prevail.

13.6. The Shares and incentives linked to Shares and/or Options to be granted under this Plan and the Programs to Beneficiaries who are directors of the Company will be subject to approval by the Company's Annual Shareholders' Meeting of the global or individual amount of the directors' compensation for the respective fiscal year, pursuant to article 152 of Law No. 6,404/1976, as amended.
